

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JOANA MEDRADO

DO PASTOREIO À PECUÁRIA

A invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central

Niterói

2013

JOANA MEDRADO

DO PASTOREIO À PECUÁRIA

A invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do grau de Doutor em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Márcia Maria Menendes Motta

Niterói

2013

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

Medrado, Joana.

Do pastoreio à pecuária: a invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central / Joana Medrado. – 2013.

255 f. ; il.

Orientador: Marcia Maria Menendes Motta.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

Bibliografia: f. 213-220.

1. Pecuária. 2. Brasil. 3. História. 4. Gir (Zebu). 5. Desenvolvimento rural. I. Motta, Marcia Maria Menendes. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

JOANA MEDRADO

DO PASTOREIO À PECUÁRIA

A invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do grau de Doutor em História.

Aprovada em abril de 2013

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª Dr^ª Márcia Maria Menendes Motta - orientadora
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado - arguidor
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Ricardo Ferreira Ribeiro - arguidor
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Prof. Dr. José Augusto de Pádua - arguidor
Universidade Federal Rio de Janeiro

Prof. Dr. Théo Lombarinhas Piñeiro - arguidor
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dra. Elione Guimarães - suplente
Arquivo Histórico de Juiz de Fora

Prof Dr. Luiz Fernando Saraiva - suplente
Universidade Federal Fluminense

Niterói

2013

*E fique sabendo:
quem não se arrisca não pode berrar.
Citação: Leve um homem e um boi ao matadouro.
O que berrar mais na hora do perigo é o homem, nem que seja o boi.
Torquato Neto*

AGRADECIMENTOS

Ao findar esta tese, não deixo de manifestar grande alívio entremeado por uma sensação de que foi feito o que foi possível, com doses generosas daquilo que foi sonhado e desejado. Esta tese é fruto da inspiração que lhe motivou e da transpiração que tornou exequível aquele projeto "inusitado" e "arriscado" apresentado em 2009.

O tempo de realização dessa tese obedeceu rigorosamente as recentes normas da pós-graduações: quatro anos. Neste período cumpri os requisitos de uma doutoranda: estágio de pesquisa no exterior e estágio docente. Mas o tempo, dito assim de maneira racional, jamais fará jus às vivências e memórias do que houve, porque estas explodem em cores e sentidos que fazem de um mês parecer uma década. A realização desta pesquisa implicou em algumas viagens para compulsar documentos em arquivos e acervos, coligir fontes primárias e bibliografia sobre a história da pecuária no Brasil, um tema ainda pouco visitado pelos historiadores e por isso pouco sistematizado pelos arquivistas. Assim é que o tempo dividido nas muitas etapas, me fez profundamente grata a algumas pessoas que ainda que de maneira efêmera e transitória ajudaram e facilitaram a elaboração deste trabalho, me acolhendo em suas casas ou me ajudando de alguma forma na coleta documental e na pesquisa bibliográfica.

No Rio de Janeiro agradeço a amiga de todas as horas Natália Guerellus. Também sou grata a Sarita Mota, Graciela Garcia, e, particularmente na UFF, à atenção dos professores Théo Piñeiro, Carlos Gabriel e Verônica Secreto, esta última especialmente

por ter me cedido generosa bibliografia sobre história da pecuária na Argentina. Em São Paulo agradeço a Mariele Araujo e Rafaela Leuchtemberger; em Belo Horizonte a Carol Pagani; em Uberaba agradeço ao acolhimento das freiras Dominicanas em cujo convento fiquei "hospedada" e tive a honra e oportunidade de adentrar em uma história de 125 anos; em Lisboa ao professor José Vicente Serrão que me recebeu e orientou durante minha missão de pesquisa, a Miguel Cruz e a professora Helen Osório que me deram muito boas sugestões de pesquisa; em Londres a minha prima Thaís Darzé. Agradeço a Maria Medrado, minha irmã, que me acompanhou no exame de qualificação quando estava recém operada, quase sem andar. Agradeço também aos colegas das disciplinas que frequentei no PPGHIS- UFRJ e no PPGH- UFF que me estimularam nos debates em sala.

Aos funcionários das instituições que visitei agradeço sem restrição a todos porque felizmente quase não houve percalços no caminho. Não será possível aqui citar todos os nomes em razão de ter perdido a lista dos mesmos em meio aos bytes de um computador. Mas os locais visitados seguem listados no guia de fontes, e seria deselegante de minha parte citar apenas os nomes que agora me vem em mente. Agradecimento especial faço ao sr. Hugo Prata que me confiou a pesquisa no acervo Museu do Zebu, certamente uma das documentações mais valiosas para a construção desta tese e de outros materiais que estão por vir.

Agradeço imenso a Márcia Motta, orientadora deste trabalho, pela confiança e pelas oportunidades que me deu ao longo da tese. Dentre elas a de integrar o projeto de pesquisa "Terras Lusas: Territorialidade e conflito no Império Português do setecentos" no qual realizei uma missão de pesquisa em Lisboa, me rendendo material bastante rico para a construção do segundo capítulo e redimensão do argumento da própria tese. Agradeço a CAPES por me conceder uma bolsa de três anos para a elaboração desta tese, incluindo-se aí a bolsa de pesquisa em Portugal. Como diz o poeta: "por me deixar respirar e me deixar existir, Deus lhe pague!" Este financiamento foi central para a existência deste trabalho e para minha própria viabilidade no Rio de Janeiro.

Eternamente sou grata aos meus pais, Marigracia Medrado e Eduardo Nascimento, que da sua maneira sempre me encorajaram a seguir por este arriscoso e virtuoso caminho da pesquisa. Por terem me ensinado a ter os pés bem fincados na terra,

o que me deu bom senso de realidade e raízes. E também por terem me dado a oportunidade de tomar leite e comer carne de gado nelore - na verdade, "anelorado", como se diz no sertão baiano. Na rota final desta tese meu coração é pleno de gratidão a Rodrigo Petterson, cujo amor e companheirismo me fez recobrar a fé, manter a calma e me fortalecer em meio às adversidades dos últimos meses.

Aos meus orixás saúdo!

RESUMO

Esta tese investiga o processo de industrialização da pecuária no Brasil Central entre os anos de 1898 e 1928 quando são instalados os frigoríficos no Brasil e quando acontecem as principais importações de reprodutores bovinos da Índia (realizadas por criadores fluminenses e mineiros do Triângulo) gerando polemica com aqueles criadores que defendiam as raças europeias ou a seleção genética do gado bovino nacional. Tais incrementos tecnológicos e produtivos - que fortaleceram o mercado de carne e o mercado de reprodutores em um contexto de aumento das demandas por este alimento no mercado interno e externo - foram os elementos consagrados na escassa historiografia sobre o tema, para definir os marcos da modernização rural brasileira em uma clara adoção do "viés tecnológico" e da "ética do melhoramento". Para recontar essa história reavaliamos o conceito de modernização rural reperiodizando o debate. Analisamos o pensamento sobre o tema no final do século XVIII com a disseminação de livros e manuais sobre o "melhoramento das economias rústicas", para entender o que havia de continuidade e ruptura com o ideal de uma "fazenda moderna" no alvorecer do século XX, baseada nos saberes da zootecnia, veterinária e agronomia gestados ao longo do XIX. Mais do que um avanço de saberes zootécnicos ou resposta automática às demandas do mercado, a mudança no sistema criatório de *pastoreio* para *pecuária* reflete uma conjugação de fatores, dentre os quais a disputa por poder entre as elites rurais que queriam voz e espaço no Estado republicano. Nesse sentido vincularam a defesa da pecuária aos seus projetos de nação e modernização rural.

Palavras-chave: Historia da pecuaria - modernização rural - Zebu - Historia do Brasil

ABSTRACT

This dissertation investigates the process of industrialization of livestock in central Brazil between the years 1898 and 1928, when refrigerators are installed in Brazil and when happen the main imports of breeding cattle from India (conducted by "fluminense" farmers and "mineiros" from the Triangle), generating controversy with those creators who defended the European breeds or the genetic selection in national cattle. Such technological and productive development - which strengthened the market of meat and cattle breeding in a context of increased demands for this food in domestic and foreign markets – were established as the principal elements in the historiography researches on the subject, used to define the milestones of rural modernization in Brazil reflecting a clear option for "technological bias" and "ethic of improvement" as the principal references. To retell this story, we reevaluate the concept of rural modernization, reviving the discussion. We analyze the thinking on the subject, started in the late eighteenth century - with the spread of books and manuals about "improving economies rustic" - to understand continuity and rupture with the ideal of a "modern farm" at the beginning of twentieth century, improved with the knowledge of animal husbandry, veterinary and agronomy gestated during the 1900s. More than a zootechnic knowledge advance or an automatic response to market demands, the change in the system of breeding livestock (pastoreio to pecuária) reflects a combination of factors, such as the power struggle between the rural elites who wanted to be politicaly represented in the Republic. Accordingly, they connected the defense of their livestock to their national projects, including rural modernization.

Key Words: History Cattle-Ranching - rural modernization - Zebu - Brazil History

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	1
INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO I	
Um mergulho historiográfico em busca do elo perdido.....	19
Entre história, economia e ciência: outros escritos de Roberto Simonsen.....	36
CAPÍTULO II	
“Tesouro de Lavradores”: Ouro é a terra, pepita é o fruto, existe ouro que não reluz. Modernização rural nos estudos luso-brasileiros no final dos setecentos	51
Instituições e personagens do Naturalismo: expedições científicas e alfarrábios rurais.....	53
Produção, compilação, reedição: os caminhos da ciência nas mal traçadas linhas das tipografias modernas.....	62
Sobre o “cultivo de gado” no espaço luso-brasileiro. A pecuária no rastro da nova agricultura.....	79
CAPÍTULO III	
A República do Café do Leite e da Carne.....	88
Lá se foi o homem, conquistar os mundos. Lá se foi buscando a esperança que aqui já se foi.....	103

CAPÍTULO IV

Boi é tudo igual? Notas sobre a polêmica gerada pela importação de gado zebu.....	128
A Fazenda Moderna: "Quem puxa aos seus não degenera"	144
Mentiras e verdade da "guerra contra o zebu"	149
Conciliação.....	156

CAPÍTULO V

A indústria da carne na engrenagem da guerra: um olhar sobre a pecuária no Brasil e na Argentina.....	161
Algumas observações sobre o método comparativo.....	164
O lugar da pecuária na economia e nos discursos sobre desenvolvimento econômico.....	169
Pecuária brasileira, uma questão de Estado na Primeira República. Quem olhava para a Argentina e por que?.....	190

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	203
----------------------------------	------------

FONTES CITADAS	209
-----------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA.....	213
--------------------------	------------

ANEXOS.....	221
--------------------	------------

1. Cronologia.....	221
--------------------	-----

2. Fotos.....	223
---------------	-----

3. Mapas.....	230
---------------	-----

4. Guia de Fontes.....	232
------------------------	-----

LISTA DE ABREVIATURAS

Arquivos e Bibliotecas

BN-RJ Biblioteca Nacional Rio de Janeiro

APM - Arquivo Público Mineiro

APU - Arquivo Público de Uberaba

AMZ - Arquivo e Museu do Zebu

APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ACL - Academia de Ciências de Lisboa

AHU Arquivo Histórico Ultramarino

Instituições

SNA - Sociedade Nacional de Agricultura

SRB - Sociedade Rural Brasileira

SRTM - Sociedade Rural do Triângulo Mineiro

SHBZ - Sociedade Herd Book Zebu

MAIC - Ministério de Agricultura Indústria e Comércio

INTRODUÇÃO

"Toda a questão, para o criador brasileiro, consiste em substituir, sem prejuízo, aos seus rebanhos caleidoscópicos, polimorfos e policromos, gados uniformes em cor, em tamanho, em conformação, em peso, em rendimento, em qualidades úteis"¹

Uma guerra na Europa inaugura o "breve século XX". E o que era fundamental na batalha? Soldados dispostos, com sangue nos dentes.

A produção e o consumo de proteína animal foi estimulado nesse momento como se fosse um alimento fundamental para manter homens fortes e viris para os negócios e para a guerra e o que era igualmente importante, para não se queixarem do trabalho nas fábricas. Um zootecnista brasileiro, Joaquim Carlos Travassos, quando escreve suas *Monografias Agrícolas*, chega a falar em um "Deus Protheo", que supostamente seria a confirmação de que os humanos necessitavam da proteína animal para mudar de tamanho e de forma. Essas e outras histórias serão contadas nessa tese que se propõe a entender o esforço discursivo necessário para popularizar e cotidianizar o consumo da carne, uma prática que nem os manuais científicos conseguiam defender, bem como as articulações

¹RUFFIER, Fernand. *Dos meios de melhorar as raças nacionais*, Tese n. 12, Rio de Janeiro, Conferência Nacional de Pecuária, 1917, p 61. IHGB-206,7,2, n. 40

de mercado para dar vazão a essa produção que se industrializava, abandonando suas características coloniais de *pastoreio* e assumindo um lugar na economia nacional enquanto *pecuária*.

A questão que se colocava era, sobretudo, de realocação dos países colonizados no sistema econômico internacional. Sem mais a tutela de uma metrópole, e gozando da autonomia de um sistema republicano e federativo, as elites de um país como o Brasil fomentavam um campo de debate sobre se continuaria um país agro-exportador, assumindo a sua "vocação agrícola" ou se romperia com esse modelo colonial industrializando-se, modernizando suas estruturas econômicas e seu perfil produtivo. Mas os caminhos abertos pela cria o de gado nesse período tornava possível permear os dois mundos, e isso foi um estímulo para desenvolvê-la nos países em que se acreditava ainda poder explorar suas "vantagens naturais", suas "fronteiras em expansão", transformar o grande sertão em hinterlândia - retaguarda do processo de urbaniza o e industrializa o - em torno do qual iriam se estruturar os frigoríficos ligados às malhas ferroviárias e marítimas que levariam a carne a seu destino final, o consumidor brasileiro ou estrangeiro.

Esse tema será abordado no primeiro capítulo onde faremos um mergulho historiográfico nas produ es de Roberto Simonsen, Caio Prado Jr, Nelson Werneck Sodré e outros. Aí serão analisados os tipos de narrativa sobre a cria o de gado, quando e quais os autores usavam os termos *pastoreio* ou *pecuária*, qual a relevância ou invisibilidade que teve essa atividade nas interpreta es da história do Brasil e nas expectativas de desenvolvimento econômico.

Um argumento revisado ao longo da tese é o de que o obstáculo da modernização rural era a cultura tradicional do homem rural. Desde os escritos de Carlos Augusto Taunay em seu *Manual do Agricultor Brasileiro* de 1839 até os de Luis Amaral – *História da Agricultura Brasileira* de 1940, essa ideia é reforçada. Tentaremos deslindar como desde o século XVIII se deu o processo sistemático de expropriação dos conhecimentos práticos sobre a lide rural, dos saberes tradicionais, em prol da imposição de um saber científico cujo controle era dos homens doutos e/ou do Estado.

Exploraremos dois marcos nesse processo. O primeiro será abordado no segundo capítulo e situa-se no final do século XVIII, no esforço dos ilustrados luso-brasileiros de produzirem e disseminarem os conhecimentos sobre agricultura ilustrada e sobre classificação das espécies zoológicas e botânicas do mundo. Perscrutamos como estava sendo pensado o melhoramento das "economias rústicas" no âmbito das instituições recém-criadas em Portugal, à exemplo do Real Jardim Botânico, da Real Academia de Ciências, ou reformadas, como a Universidade de Coimbra, e das muitas tipografias que traduziam, compilavam e publicavam memórias, manuais e folhetos, escoando essa produção também para o Brasil. O viés fisiocrático desse pensamento e a luz da razão que reivindicavam para si, distinguia esse conhecimento das chamadas "práticas rotineiras", delineando o processo de desautorização dos conhecimentos locais e tradicionais.

Além disso, o contexto de decadência da extração aurífera mudou sensivelmente a perspectiva sobre as potencialidades do Brasil. O olhar da metrópole hipnotizado pelo ouro que já não reluzia como outrora voltava-se para as atividades agro-pecuárias, para as plantio de ervas medicinais ou de utilidade industrial a exemplo do anil, da cochonilha, da quina (quinoa), do linho, do cânhamo e de outros "aproveitamentos" do gado vacum -

leite, queijo, peles, e até receitas para fazer "taboletas de carne", um tipo de caldo concentrado de carne. Mas ainda permanecia uma visão paradisíaca do Brasil e essa imagem definia muito do que se pensava na época e do que a historiografia posterior pensou sobre a pecuária. Persistia a imagem de que havia muitos campos, muitos rios, uma fronteira em eterna expansão pelo lento caminhar das boiadas, cuja criação prescindia de técnicas.

Outro marco situa-se no final do século XIX e início do XX, quando se realizam os congressos Agrícolas de Recife e Rio de Janeiro, são fundadas as principais escolas agrícolas, se institucionaliza os campos da agronomia, medicina veterinária e zootecnia e inicia um processo de modernização da pecuária a partir do refinamento genético do gado vacum com vistas ao mercado exportador de carne congelada. Esse processo será discutido nos capítulos seguintes.

No terceiro capítulo mostraremos como na primeira década do século XX, no contexto em que estavam sendo formalizadas as instituições republicanas, bem como engendradas as afamadas disputas entre as elites de São Paulo e Minas Gerais e suas respectivas produções, de café e leite, as elites do gado estavam se posicionando para abocanhar fatias mais generosas de subsídios do Estado e modernizar sua atividade.

Nesse sentido é que nosso foco recairá sobre duas regiões representativas desses modelos: aquela que hoje compõe o Triângulo Mineiro - mas que foi fundado em 1760, ainda como parte de Goiás - e algumas cidade no noroeste de São Paulo e do entorno da capital onde se instalaram frigoríficos e funcionaram as fazendas modelo e estações experimentais vinculadas à Diretoria de Industria Animal. Essas regiões foram integradas pelas estradas de ferro construídas desde os finais do século XIX para atender

prioritariamente aos interesses cafeeiros, mas que viabilizaram o vai e vem das boiadas e das carnes congeladas, mormente a estrada de ferro da Companhia Mogiana, que no período estudado já ligava a cidade de Araguari, no Triangulo Mineiro, até o porto de Santos.

Mas será a trajetória do mascate João Martins Borges a mais especialmente focalizada neste capítulo. Junto com seu primo e irmão ele fez três viagens a Índia para adquirir touros e matrizes zebus, e registrou em cartas muitos detalhes dessa empreitada, os contatos, os percalços, as facilitações que encontrou. Tudo nos foi contado através do seu conjunto de correspondência que será analisada no capítulo terceiro.

No quarto capítulo serão discutidas as implicações políticas das escolhas zootécnicas: aclimatação, cruzamento ou seleção de raças, e os vários significados do polêmico debate que reverberou na imprensa, nas associações de pecuaristas e no governo, provocado pela introdução do gado indiano no Brasil. Se por um lado os mascates (fazendeiros-comerciantes) do Triângulo Mineiro rumavam para a Índia, por iniciativa particular, em busca do gado rústico zebú para incrementar a pecuária de corte; por outro o núcleo dos aqui chamados fazendeiros-burocratas de São Paulo estabeleceram uma relação de favoritismo com a Secretaria de Agricultura, canalizando os recursos do Estado para o fortalecimento e seleção do chamado gado nacional, vulgo caracú, e para a importação sobretudo de raças inglesas, mas também francesas e holandesas.

Neste capítulo também aprofundaremos o olhar sobre os argumentos veiculados nos discursos de modernização da pecuária: diversificação da produção rural, atenção ao mercado internacional, e necessidade de produzir itens de primeira necessidade, nos quais a carne haveria de se incluir. Por isso destrinchamos esses temas tentando relacionar as

falas dos autores com as instituições que os acolhiam, passeando pelos eventos importantes do período como a Primeira Conferencia Nacional de Pecuária, ocorrida em 1917 e as primeiras exposições de animais.

No quinto capítulo, fazemos uma comparação entre a indústria pastoril na Argentina e no Brasil e uma análise do mercado de reprodutores, enquanto tecnologia produtiva em relação ao mercado de carne, propriamente dita. O aumento das propagandas sobre consumo de carne, a crescente demanda por este produto, a ampliação do sistema ferroviário e a instalação de frigoríficos faziam com que a carne brasileira chegasse em muito maior quantidade à Europa beligerante, ganhando importância no comércio internacional. Mas como não era apenas para atender a essa demanda internacional que a pecuária brasileira modificou seu padrão produtivo, perscrutamos as diferentes estratégias de racialização do gado bovino para entender como ela refletia também distintos mecanismos de empoderamento político e social dos grupos pecuaristas. Vejamos de quais diferenças tratamos já que elas também justificam a delimitação espacial da tese.

Em verdade o tema da pecuária sempre foi tangenciado, tocado, mas pouco aprofundado em sua dinâmica interna, tanto das relações sociais quanto das tecnologias de produção. Mas o Sul do Brasil, por um lado, por ser região tradicionalmente ganadeira, de histórica produção de carne para o charque, atraiu a atenção dos estudiosos. Sobre ela, tanto se debruçaram autores como Fernando Henrique Cardoso e Decio Freitas, que viram aí o germe capitalista também entre as elites agrárias - o que era necessário para confirmar suas teses e modelos teóricos - quanto autores mais recentes e mais "empíricos" que discutiram a especificidade das relações de trabalho, escravidão e

trabalho assalariado na pecuária extensiva, bem como seu processo de modernização.² O Nordeste, e sua também tradicional cultura pecuária associada ao crescimento de importantes morgadios coloniais e potentados do império e coronéis da República também foi estudado, mas via de regra o processo de instalação das fazendas de gado e suas modificações ao longo do tempo foram interpretadas como pastoreio de colonização, uma formação social e econômica resultado do avanço “natural” das boiadas. Já o centro-oeste e o sudeste carecem de estudos e os poucos que já existem não foram suficientemente revelados e relevados pela historiografia.

O Rio de Janeiro foi o motor primaz da modernização do setor. Destacaram-se seus fazendeiros pelas experiências diletantes de melhoramento racial do gado, importação de raças exóticas, cruzamentos inusitados entre espécies – a exemplo da zebra com cavalo intentado pelo barão de Paraná. No Triângulo Mineiro a aposta foi no gado indiano, por sua rusticidade e adaptabilidade a baixo custo ao clima tropical. Serão portanto esses dois locus de análise escolhidos para esta tese.

Já no sul do Brasil e em algumas regiões de São Paulo havia uma estratégia de melhoramento do gado com fins industriais mais semelhante à vizinha Argentina. Aí foram intensificadas as importações de reprodutores ingleses, das raças Hereford, Devon, Durhan, Shorthorn e Polled Angus, ou suíças, como Schwitz, Simental entre outras, ainda

² CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962; FREITAS, Decio. “O Capitalismo Pastoril”. In: *O Capitalismo Pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980; Dentre os autores mais recentes destaque, entre outros, ZARTH, Paulo, *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002; FARINATTI, Luís A. E. “Nos Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira sul do Brasil (1825-1865).” Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado, 2007. OSÓRIO, Helen. “Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822.” Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 1999. E sobre as charqueadas ver, por exemplo, CORSETTI, Berenice. “Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX.” Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 1983, entre muitos outros estudos.

que pesassem a susceptibilidade que tais raças apresentavam às epizootias correntes em climas tropicais tais como a Tristeza, a tuberculose bovina, a febre aftosa e diversas outras doenças veiculadas por carrapatos. É Paulo Zarth que nos explica:

"A introdução de raças nobres de gado vacum, no Rio Grande, teve como modelo a Argentina e o Uruguai. Neste ultimo país, foram importados animais da raça Durham, Jersey, Hereford e, por volta de 1860, foi introduzida a raça Angus. Na Argentina, o primeiro Shorthorn foi importado na década de 1880. Os descendentes destes animais seriam, mais tarde, adquiridos pelos estancieiros gaúchos. Os primeiros Herefords do Rio Grande são procedentes do Uruguai".³

Esse contexto para o Rio Grande do Sul, traçado por Paulo Zarth, foi semelhante para as províncias de Santa Catarina e Paraná. O estímulo modernizador da pecuária na Argentina, veio muito em função da influencia dos imigrantes ingleses que ali chegaram no século XIX. Tal modernização no vizinho platino, impunha à região Sul a necessidade de melhorar sua produção "para ter acesso ao mercado de carne que começava a ampliar-se, com o crescente desenvolvimento industrial, urbano e econômico da Europa. E este mercado exigia novas raças de gado".⁴ Raças europeias, sobretudo inglesas. Em contrapartida o gado crioulo estava totalmente aclimatado:

"O gado crioulo, depois de dois séculos de vivencia no pampa gaúcho, estava perfeitamente adaptado ao clima e às doenças. Friedrich von Weech escreveu, em 1827, que: 'Não se conhece aqui quase nenhuma doença de gado. Para este somente é perigosa a falta de água...'. Nicolau Dreys, o viajante francês, observou, nos anos 1830, que o gado gaúcho 'esta sempre gordo e vigoroso e as epizootias, que tanto estragos fazem na Europa são desconhecidas, somente no inverno os animais sofrem'"⁵

³ ZARTH, Paulo. *Do Arcaico ao Moderno*, p. 260.

⁴ Idem, p. 262

⁵ Idem, p. 264-5.

Ou seja, importam-se animais e, com eles, importam-se também doenças, e um campo científico para entender, divulgar e tratar essas doenças. Então por que mesmo essa via de modernização? A hipótese que sustentamos é que a Inglaterra, mas também a França e Holanda, precisavam vender seus reprodutores que estavam sendo cuidadosamente selecionados, controlados e anotados em registros genealógicos (*herd books*) criados desde o final do século XVIII.

Nesse sentido vinculamos ao debate sobre a indústria da carne este outro fator que é a crescente produção de touros e matrizes na Europa que necessitava de um mercado consumidor. O argumento defendido ao longo da tese é de que a mudança qualitativa (a que se chama modernização) na criação de animais não pode ser entendida apenas em função do aumento da produção de carnes para consumo interno e para exportação. A produção e o mercado de carnes e a produção e o mercado de reprodutores se influenciavam e determinavam mutuamente. Olhado por este ângulo a modernização pelo raceamento do gado deixa de ser "natural" ao processo de avanço do capitalismo no meio rural e sua relevância deixa de ser estritamente científica (aliás, não é novidade que a ciência é repertório da retórica dos séculos XIX e XX) e passa a comportar a dimensão dos mercados gerados por ela e a dialogar com os contextos políticos e econômicos que a envolvia.

Foi assim que no alvorecer da República, na esteira da disputa pelos dois principais mercados da pecuária de corte – o mercado de carne propriamente dita e o mercado de reprodutores bovinos – houve um interessante debate sobre a origem do gado nacional e sobre a possibilidade de selecioná-lo a ponto de produzir no Brasil touros e matrizes para os criadores nacionais e até para exportação. Os criadores paulistas que não

importavam reprodutores da Europa se empenharam em selecionar e consolidar a raça Caracú com o apoio do Estado, e para tanto necessitavam definir a origem deste gado, o que tornava fundamental as discussões em revistas e manuais de zootecnia se o primeiro ponto de entrada do *bos taurus* no Brasil foi o Ceará ou São Vicente, se ascendiam do troco ibérico ou aquitânico. A origem do gado nacional passou a ser desenhada a partir das famílias que ocuparam os terras coloniais e suas relações de parentesco ou amizade teriam propiciado os cruzamentos bovinos. Muitos deles argumentavam pela seleção feita pela família Junqueira, e mais ainda, defendiam que o gado português que aqui chegou teria sido melhorado/selecionado pelos criadores brasileiros, o que significava enredar uma outra versão da pecuária colonial, muito menos retrógada e desinteressada economicamente do que os relatos de viajantes supunham.

Dessa maneira, definimos o lugar de nossa análise pela exclusão das regiões que adotaram vias de modernização baseada no paradigma europeu, e abordaremos mais pontualmente os grupos pecuaristas que atuaram na seleção do gado nacional. Nosso foco recairá sobre outra região: aquela que hoje compõe o Triângulo Mineiro, cujo primeiro povoado oficial era chamado Desemboque, vulgo “sertão da Farinha Podre” e foi fundado em 1760, ainda como parte de Goiás, que realizou a importação e seleção do gado indiano no Brasil. A partir daí se disseminou por Mato Grosso e Goiás as raças de gado que iriam compor a paisagem rural das zonas que despontariam como as principais produtoras de carne no Brasil.

Mas as razões ecológicas também foram consideradas na delimitação espacial da tese. A definição do tipo racial do rebanho bovino brasileiro nem sempre, e nem em todos os lugares, esteve associada a uma modernização, quer dizer nem sempre significou

uma forma de adoção de critérios científicos para a indústria pastoril. No Rio Grande do Sul, por exemplo, foi sempre naturalizado o gado crioulo, cruzado com o Europeu, como vimos acima, e quando houve iniciativas de melhoramento genético bovino nenhuma polêmica dividiu as elites porque *naturalmente* - ou seja, pela sintonia natural, climática e de biomas - era o Rio Grande do Sul uma "neo-europa", para usar um termo de Alfred Crosby que nos ajuda na elucidação dessas questões. Não há registro de introdução de gado indiano nos campos do Sul no Brasil, aliás ele sequer foi cogitado, ao menos no início do século XX, dada a óbvia incompatibilidade climática.

A ciência não estava, portanto, à serviço de qualquer discurso político; o clima e o ecotipo foram limitadores do debate sobre melhoramento genético do gado brasileiro. O que torna esse Brasil Central *locus* privilegiado de nossa análise é também o fato de situar-se ali, bem ao meio, dividindo o norte quente do sul frio, não havendo, portanto, nenhum apelo climático contundente na escolha de uma ou outra raça. É exato nessa região que se pode perceber o que havia de político e econômico nessas escolhas e nos debates "meramente" raciais, científicos ou zootécnicos. Escolhas que em menos de um século revolucionaram a matriz racial do gado brasileiro e engendrou as famílias de pecuaristas que ainda hoje atuam no ramo - o zebu hoje compõe 85% do gado nacional, o que faz deste o país que mais e melhor seleciona as raças indianas.

Nas estimativas da população bovina do IBGE de 1968 também pode ser confirmada a proeminência que a pecuária virá a ter no Brasil Central: eram 52.268.000 cabeças de gado, seguidos de 20.044.000 no nordeste, 17.900.000 no Sul e 2.030.000 no Norte.⁶ Embora em 1970 as divisões regionais oficiais já não reconhecessem uma área

⁶ SANTIAGO, Alberto Alves. *Pecuária de Corte no Brasil Central*, Água Branca-SP, Secretaria da Agricultura, Instituto de Zootecnia, 1970, p. 39.

denominada "Brasil Central", esta região, na definição sugestiva do zootecnista Alberto Alves Santiago englobava os estados litorâneos do Rio de Janeiro, da antiga Guanabara, de São Paulo e do Espírito Santo, além do Mato Grosso (que também incluía Mato Grosso do Sul), Goiás e Minas Gerais. Neste último Estado havia o número mais significativo do rebanho nacional: 20.205.000. Em 1916, na estimativa feita em “conjeturas mais ou menos arbitrárias das autoridades municipais”, a população bovina total do Brasil era de 28.962.180, tendo havido uma diminuição na população bovina de quase 2 milhões em relação a 1912, explicada pelas secas prolongadas e inundações na região norte, e pelo:

“dízimo do gado bovino em consequência do rápido e repentino desenvolvimento da nova indústria das carnes congeladas, num país ainda não preparado para esse comércio, daí resultando fatal e naturalmente baixas sensíveis na população pecuária pelo decrescimento da massa existente e diminuição da sua reprodutividade”.⁷

Tais baixas, no entanto não incidiram sobre os Estados de Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, os quais, ao contrário, viram seus rebanhos crescerem, ao menos nas estimativas. Em Estados como o Rio Grande do Sul, teria decrescido a população bovina nos cruciais anos entre 1912 e 1916. Arredondando os dados para enredar seu discurso na Conferencia Nacional de Pecuária, Fernand Ruffier comenta entusiasmado:

"30.000.000 de bois são uma coisa estupenda, um reservatório inesgotável, uma riqueza colossal, um... faltam palavras para objetivar, para traduzir a evocação na mente estupefata, deste formidável rebanho, deste 60.000.000 de chifres ameaçadores,

⁷ BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Estimativa do gado existente no Brasil em 1916*. Rio de Janeiro, Tip. Da Estatística, 1917, BN: II-230,7,28

destes 120.000.000 de quartos de bois impacientes de serem congelados e enviados aos famintos de lá, longe, na velha e pobre Europa".⁸

Pensar a pecuária no Brasil Central, nesta região que hoje englobaria o centro-oeste e parte do sudeste, em suas diversas vias de modernização enseja a desnaturalização desse processo, bem como da ideia que lhe sustêm: a do avanço inexorável do capitalismo. Um objetivo perseguido por esta tese é a revisão da chamada "ética do melhoramento", que vai se amalgamando ao processo de avanço das estruturas capitalistas como se fosse parte inextrincável do mesmo. Seguindo a trilha de Raymond Williams tentaremos combater sobretudo o chavão marxista que propala o "caráter progressista do capitalismo", e da conseqüente celebração da eficiência, produção, domínio do homem sobre a natureza.⁹ No conceito original, em língua pátria do capitalismo, tal "ética do melhoramento" foi chamada *improvement*, ou seja, tornar a terra produtiva e *lucrativa*, como também observa Ellen Wood.¹⁰ Um conceito revisado, não por acaso, por estes dois intelectuais marxistas ingleses, que nos mostra que na realidade eram muitos os caminhos que podiam ser trilhados a partir de uma mesma palavra: modernização. Mais uma carta coringa do que uma ideia no início do século XX brasileiro.

Grande parte da região que abordaremos nesta tese era, no início do novecentos, ainda um grande sertão. Sertão enquanto espaço, economia e sociedade periféricos - que é bem definido por Ricardo Ferreira Ribeiro quando escolhe o cerrado mineiro como

⁸ RUFFIER, Fernand. "Dos meios de melhorar as raças nacionais", Tese n. 12, Rio de Janeiro, Conferencia Nacional de pecuária, 1917, IHGB-206,7,2, n. 40

⁹ WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na história e na literatura*. São Paulo, Cia da Letras, 2011 (1a ed.1973), cap.7

¹⁰ WOOD, Ellen. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.88-91.

locus de sua análise sobre *As Florestas anãs do sertão*.¹¹ No entendimento desse autor, o sertão também é uma área que ficou de fora dos três eixos de economia mineira: a mineração, a cafeicultura e a produção leiteira e ao qual coube cumprir seu papel de abastecimento alimentar na produção de carne e na lavoura de arroz.

Na introdução de sua tese define "a imagem de região estagnada economicamente, parada no tempo, isolada do mundo, carente de tudo, sempre nutriu as investidas modernizadoras do litoral civilizado em direção ao sertão".¹² A ideia de "dois brasis" teria justificado a "marcha para o oeste", esta no sentido de conduzir o progresso, o desenvolvimento, a modernização para o sertão. A região do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro, que iremos nos debruçar nesta tese, foram os sertões de outrora - Araxá e Farinha Podre. Lugares, aliás, curiosamente descritos por Saint Hilaire em suas viagens:

"Nos sertões de Paracatu voltei a me tornar um estrangeiro. Desde Araxá (...) não creio ter encontrado uma única pessoa com a qual pudesse manter uma ligeira conversa. (...) os rudes habitantes da região desértica (...) não conhecem nenhuma das comodidades às quais damos tanto valor, nem mesmo despendem o menor esforço para melhorar suas moradias. As casas em que vivem são pequenas e escuras, e mesmo nas fazendas um pouco mais prósperas, a que pertence ao dono da propriedade não se diferencia dos alojamentos dos escravos. A desordem é a característica dessas miseráveis ocupações"¹³

Imagem invertida, o século XX vê o Triângulo Mineiro transformar-se em polo de modernização rural, despontar como um oásis de desenvolvimento e prova da "interiorização do progresso", com seus animais de raça guzerat, gir, nelore, brahman,

¹¹ RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *As Florestas anãs do sertão. O Cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Autentica, 2005, vol I.

¹² Idem, p.54.

¹³ Saint-Hilaire "Viagem às nascentes do rio São Francisco. Belo horizonte, Itatiaia; Sao Paulo, EDUSP, 1975, *apud* Ricardo Ferreira Ribeiro, *op.cit.*, p. 119

indubrasil (ou induberaba como queriam na época), enfim com todas variações de um zebu, cada vez mais selecionado.

Por ter esse processo seu ponto de inflexão justamente entre 1906 e 1922, datas que compreendem as mais significativas importações de reprodutores bovinos indianos para o Brasil com subsidio direto ou indireto do governo federal, este estudo se situa na discussão sobre a primeira República, sobre a relação entre Estado e as elites rurais nesse período de formação e aparelhamento da máquina estatal republicana.

É sobre as origens dos atuais gigantes da pecuária que iremos falar nessa tese. Muito embora os grupos e indivíduos que iremos tratar aqui pronunciassem interesses não hegemônicos nesta "era do café", foram aqui considerados como membros da classe dominante rural, entre outros motivos porque seu comportamento social trazia a distinção das elites, ou daqueles que querem constituir-se como elite. O sangue bovino que eles selecionavam meticulosamente no seu rebanho, era também o meio pelo qual elaboravam e refinavam sua própria estirpe, criando a partir daí as origens da família, ou melhor, das empresas familiares que à moda dinástica passaram de pai para filho - sem muita variação de nome, inclusive - as fortunas derivadas dos sêmens de suas boiadas.

O período abarcado será também aquele em que houve polêmica em torno da melhor raça a ser importada para o Brasil, visto que isso denotava a própria disputa por definir as elites ganadeiras do país – não mais aquelas lucravam com o mercado de carne, mas aquelas que dominariam o mercado de reprodutores, na época dominado pela Inglaterra. Em meados da década de 1920 essa disputa vai-se transmutando numa cômoda conciliação de interesses e a exposição agropecuária de Minas Gerais em 1928 é prova disso, porque contava com uma lista grande de criadores uberabenses e seus zebus

sendo expostos regularmente, e, ainda mais sob a "benção" de Getulio Vargas.¹⁴ A relação com os publicistas de São Paulo, defensores do gado caracu também vai-se flexibilizando e uma certa divisão de mercados se anuncia, associado a uma espacialização territorial das raças de gado mais adequadas a cada ecotipo brasileiro. Vai-se tornando antiquada e até nociva para os interesses mais gerais da pecuária a polêmica sobre a melhor raça de gado para o Brasil e as críticas ao zebu.

Sobre as fontes

Essa tese foi sendo escrita a partir da reunião mais ou menos aleatória de documentos sobre a pecuária. Textos esparsos produzidos por instituições diversas como a Sociedade Nacional de Agricultura, Sociedade Rural Brasileira, Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (que na época estudada era chamada Sociedade Herd Book Zebu e Sociedade Rural do Triângulo Mineiro), além das publicações luso-brasileiras de finais do setecentos e sobretudo publicações oficiais, quer coloniais, quer republicanas que se encontram hoje espalhadas por diversos arquivos e bibliotecas. Em cada uma das dezenas de instituições de acolhimento documental que visitei perguntava apenas por todo e qualquer material referente a criação de gado no alargado Brasil Central. O critério de relevância era definido posteriormente, quando estava garantido ter em mãos tudo que versasse sobre o tema.

O esforço foi de reunião o quão mais exaustivo do material necessário - com quantas fontes se faz uma tese? - que produziu além desta tese, um guia de fontes que segue no anexo 4. Ele também é a prova de que este trabalho apenas começa aqui. É

¹⁴ Ver foto no anexo.

preciso um esforço conjunto de muito pesquisadores da história da pecuária no Brasil para que os arquivos e bibliotecas se ocupem em indexar melhor esse vasto tema. Aliás, é a pesquisa sistemática de um assunto que vai fazendo com que ele ganhe visibilidade e organização nos arquivos; cabe aos historiadores criar relevância para os seus temas de estudo, e muito raramente aos arquivistas.

Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Lisboa, Londres. Biblioteca Nacional, IHGB, Academia Brasileira de Letras, Real Gabinete Português de Leitura, Jardim Botânico, ESALQ, Instituto de Zootecnia, Faculdades de Medicina Veterinária, Biblioteca Pública de Minas, Museu do Zebu, Academia de Ciências de Lisboa, Jardim Botânico de Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino..... cada uma das instituições onde foram compulsados os documentos desta pesquisa, confirmam o lugar patriótico e científico do qual que se passou a falar da atividade criatória e o acolhimento oficial e institucional que passa a ter saberes e práticas outrora tão "naturais" ao homem do campo.

Nesse percurso de acervos todas as referências bibliográficas foram anotadas, grande parte reproduzida digitalmente, muitos fichados, alguns citados, e alguns detidamente analisado o que sugere escolhas em muitas etapas e conseqüentemente uma escolha narrativa que não é a única possível. O diálogo reduzido com estudiosos específicos do tema pode levar a falsa impressão de ser esta "a" história da pecuária brasileira, mas esta é apenas uma das muitas e desejadas versões dessa história.

Com essa estrutura e justificativas cronológicas e regionais em vista, bem como essa rápida exposição dos documentos utilizados, convidamos a seguir por entre o verso e o reverso dessas linhas.

CAPÍTULO I

Um mergulho historiográfico em busca do elo perdido.

Neste primeiro capítulo abordaremos alguns discursos históricos e historiográficos sobre a modernização rural brasileira, mormente no que tange à indústria pastoril. Um tema que é, em grande medida, delineado pelo velho debate sobre a vocação agrária ou industrial do Brasil.

São as duas primeiras décadas do século XX que aprofundam as preocupações intelectuais a respeito de qual seria a verdadeira vocação econômica brasileira, uma questão que se desdobra na historiografia posterior. O industrialismo nascente do sudeste coloca em questão a tese – nem sempre tácita – sobre o “país essencialmente agrícola”, que se expressava desde o final do século XVIII – com a decadência da exploração aurífera – e se fortalece com o *boom* cafeeiro de meados do século XIX. No início do século XX, em meio às fábricas e os mais novos proletários rurais e urbanos, a pecuária brasileira ganha o status de economia pujante, que poderia revigorar nosso potencial agroexportador.

Com a vantagem de fugir aos “gêneros coloniais” tradicionais – açúcar, café, fumo, cacau – supostamente acessórios à demanda internacional, a carne parecia

apresentar-se como produto de primeira necessidade.¹⁵ De mais a mais, agregada de tecnologias, a produção de carne ganhava o status de “indústria pastoril”, reunindo os adeptos das economias rurais e os entusiastas da industrialização.

Nesse período, de produção dos mais importantes capítulos da historiografia brasileira, havia os estudiosos que se referiam à criação de gado enquanto pastoreio e outros que a qualificavam de pecuária. Partindo dessa suposta distinção, esse capítulo irá se desenrolar, passeando por algumas das principais interpretações sobre o mundo rural brasileiro e atentando para a maneira como o conceito de pastoreio e pecuária foi usado pelos contemporâneos e como foi utilizado pela historiografia.

Nossa hipótese é que o estudo da economia pecuária e da atuação das elites ganadeiras traz elementos que matizariam um pouco as chamadas teses dualistas que se cristalizam na historiografia, contrapondo agraristas a industrialistas. Partimos aqui do pressuposto de que no século XX, com a formalização da indústria da carne e com a implantação dos frigoríficos, não aconteceu apenas a formalização deste mercado, mas mudou a estrutura produtiva das fazendas de gado e conseqüentemente a atividade secular de criação de animais é atravessada por uma nova demanda econômica, tendo a economia pecuária ao se modernizar, ocupado um papel importante no tipo da industrialização rural brasileira.

Na historiografia, o dualismo parece derivar mais do debate feito pelos contemporâneos entre projetos econômicos distintos do que, efetivamente, de personagens envolvidos com atividades econômicas conflitantes. Era a disputa entre o

¹⁵ Como se verá nos capítulos seguintes essa ideia de que a carne era fundamental na alimentação será construída exatamente nesse período, como suporte para esse mercado. Não é nossa a opinião de que a carne é produto de primeira necessidade, tampouco que os demais gêneros citados eram "acessórios". Trata-se de uma ideia que vai sendo propagada pelos contemporâneos na época como justificativa para proteger mais uma produção do que outra.

projeto de um país rural, de economias naturais, de “vocação agrícola” *versus* o projeto de implanta o de fábricas no Brasil e assun o de uma “economia artificial”. No mais das vezes, eram os mesmos atores sociais que atuavam ora nas economias rurais, ora nas industriais, análise que se intentar  fazer no terceiro capítulo.

A avalia o de Linhares e Teixeira suscita a crença de que o paradigma dualista   também motivo da invisibilidade do mundo rural nos estudos de história.¹⁶ Eles argumentam que o ideal de “voca o agrícola brasileira”, que legitimou um modelo agrário-exportador descolado da produ o de alimentos para o consumo interno, s  começa a ser seriamente contestado com a carestia e os movimentos populares de final da década de 1910. Em termos de política nacional só mesmo depois de 1929 e do golpe irreparável na produ o cafeeira   que se inflama a associa o entre economia rural e atraso econômico, e, por conseguinte, entre industrializa o e desenvolvimento.

Entre 1850 e 1917 ou 1919, ou seja, no período em que se consagra um mercado de terras regulado pela legisla o agrária no Brasil e em que vigorava sobranceira a tese de país “essencialmente agrícola”, acontecem as principais disputas por projetos rurais.   nesse período que se institucionaliza o campo da agronomia e da medicina veterinária, que se realizam os Congressos Agrícolas, que se cria e aparelha o Ministério de Agricultura, e que algumas estruturas de fazendas modelo e esta oes experimentais se fazem, destacando-se aí São Paulo, com o Instituto Agronômico de Campinas, o Departamento de Industria animal onde estava alocado o Posto de sele o de gado em Nova Odessa.

¹⁶ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

No entendimento de Boris Fausto teria havido duas origens para a teoria dualista.¹⁷ Uma elaborada no pensamento de esquerda, sobretudo da década de 20, que supunha no Brasil a existência de dois setores básicos: o pré-capitalista, localizado no campo – baseado em relações de tipo feudal, ou semi-feudal no latifúndio; e o capitalista e urbano que teria dado origem a burguesia industrial. A outra origem da teoria dualista repete a mesma dicotomia do pensamento de esquerda, mas é “despida das categorias de modo de produção e oposições de classe”, perfilando como exemplo, Celso Furtado, Helio Jaguaribe, Wanderley Guilherme, entre outros.¹⁸

Fausto entende que esse paradigma dualista ganha força enquanto versão historiográfica a partir do fim da década de 50 “com o encontro das águas entre a ideologia predominantemente de esquerda e as formulações do movimento nacionalista”. Em linha argumentativa semelhante, Linhares e Silva afirmam que foi no bojo dos debates sobre as estruturas sócio-econômicas brasileiras entre 1950 e 1970, que se formalizaram as teses dualistas nas suas versões conservadoras e marxistas. A versão conservadora teve como expoentes dois franceses, Jaques Lambert e Roger Bastide, que teriam introduzido no Brasil o dualismo “como esquema de análise explicitamente formulado”.

Ambas as versões endossavam a ideia de que em países com passado colonial havia uma “dualidade de estruturas”, ou seja, um setor aberto e moderno, necessariamente urbano, em oposição a um setor rural fechado e arcaico. Na versão marxista, essa distinção rural X urbano nutria em solo fértil a tese de um “feudalismo” brasileiro que necessitava ser golpeado por uma revolução democrático burguesa,

¹⁷ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30. Historiografia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹⁸ Idem, p. 29.

superando assim estruturas agrárias latifundiárias e os atores sociais insubmissos a um poder central. Ambas as versões interpretavam a agro-exportação como um obstáculo a ser removido em favor do desenvolvimento capitalista e da industrialização.

Na avaliação de Boris Fausto, mesmo os críticos mais ferrenhos da teoria dualista como Andrew Gunder Frank, explicam o fim da Primeira República pela intervenção direta da burguesia industrial enquanto fração de classe e motor da industrialização. A crítica de Fausto é, portanto, de que mesmo os autores que percebem “contradições limitadas” entre latifúndio e burguesia e composições de interesses, continuam a operar na teoria dualista considerando a revolução de 30 como ascenso da burguesia industrial nacional.

Observando mais de perto a vertente marxista desse debate, Marcia Motta afirma que foi especialmente a partir da década de 1950 que se espalhou a tese do feudalismo brasileiro, justificada pela necessidade de uma revolução democrática e burguesa que removesse os “restos feudais” que submetia o povo aos latifundiários e estes a burguesia internacional e imperialista. Tal argumento derivava das teses da III Internacional e aqui no Brasil foi defendido pelo Partido Comunista brasileiro e por autores como Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães.¹⁹

É na década de 1960, com os livros *História da Burguesia Brasileira e Formação Histórica do Brasil* que Sodré elabora a ideia de que a lógica produtiva da agro-exportação era sustentada pelo escravismo, mas que tal lógica continuou em função da manutenção do mesmo sistema de apropriação fundiária – o latifúndio. Era essa a

¹⁹ MOTTA, Marcia. “Caindo por terra (historiografia e questão agrária no Brasil do século XIX)”. In: *Agro, tierra y política. Debates sobre la história rural de Argentina y Brasil*, 1998; SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941; e GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

estrutura que justificava o uso do conceito de modo de produção feudal. Mas é ainda em 1941 que Nelson Werneck Sodré explicita essa divergência essencial entre campo e cidade. Em seu livro *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril* Sodré se empenha em definir o “denominador comum” das sociedades pastoris do Oeste. Destarte reitera, a cada página, as grandes distâncias, a grande propriedade e o nomadismo inerente às formações sociais pastoris, ou nas suas palavras, “os enormes latifúndios e a pobreza do elemento humano”.²⁰

Apresenta muito bem o argumento dualista na versão marxista quando escreve: “O núcleo urbano, de um lado. O campo, de outro. Forças que antes se repelem do que se conjugam. A cidade representa bem tudo que o pastoreio contraria e refuga, a permanência, a autoridade, a hierarquia e a sedentariedade”. Define ainda uma divergência marcada por “luta e conflito, na ânsia de autonomia e na inércia acentuada com que a cultura pastoril resiste à aproximação de tendências contrárias, a que se mantém infensa e rebelde, fundamentalmente rebelde”.²¹

Uma distinção básica de que parte Sodré é entre sociedades nômades e as sedentárias - estas se fazendo, fundamentalmente, através da agricultura. Para o autor, o ciclo pastoril se alia aos movimentos entradistas e de bandeiras cuja função era ampliação, e não fixação ao território. Cumprindo essa função, a criação de gado seria necessariamente nômade e, portanto, pastoril. Por isso há constante comparação com a produção de erva mate, agrícola e sedentária; por isso também insiste na comparação com a Argentina, onde, baseado em Ricardo Levene, defende a ideia de que a “idade do trigo superou a idade do couro”. A criação de animais do Oeste brasileiro não teria importância

²⁰ SODRE, Nelson, Werneck. *Oeste...*, p. 21

²¹ Idem, p. 93.

econômica, e sim de formação humana, mas que exatamente pelo nomadismo inerente, pouco teria deixado de si.

A superação do modelo colonial, em termos de produção econômica e de formação social, é fundamental para Sodré, muito embora ele não faça ainda nesse livro nenhum discurso em favor da industrialização, tampouco use o termo feudal para definir o período colonial brasileiro ou as fazendas de gado do Oeste. Esta discussão de Sodré é interessante de ser ressaltada, na medida em que para explicar a formação social do Oeste ele use os mesmos argumentos dos estudiosos do sertão, ou seja, explore a ideia dos vazios culturais, de uma fronteira em eterna expansão, da ausência de interesse econômico e de conflito social. Esse talvez seja o sentido de pensar a pecuária então praticada enquanto pastoreio, ou seja, atividade nômade, cujo objetivo era nada mais que cuidar dos rebanhos.

Embora nesta obra Sodré não tivesse ainda formulado o conceito de feudalismo, estamos de acordo com Motta de que essa parece ser a perspectiva adotada pelo autor, havendo como consequência natural a ideia de que havia uma necessidade histórica de superar essa etapa por uma revolução democrático burguesa. Sodré leva também ao paroxismo essa dualidade entre mundo rural e urbano, elites agroexportadoras e burguesia nacional. E nesse ponto concordamos com Boris Fausto quando aponta Nelson Werneck Sodré, entre os historiadores, como o “mais conhecido defensor das teses dualistas com conteúdo ‘paradialético’ como modelo explicativo da sociedade brasileira”²². Teria Sodré argumentado o confronto latifúndio X burguesia e definido a revolução de 30 como “golpe da burguesia”.

²² Idem, p. 34.

No Brasil essa tese dualista e a ideia de uma revolução democrático-burguesa foi encampada tanto por intelectuais comunistas quanto desenvolvimentistas. Para entender esse debate, é elucidativo retomar E.P.Thompson em um artigo de 1976 sobre modos de dominação e revoluções na Inglaterra que mostra quantos equívocos de interpretação decorrem da imposição da experiência francesa como paradigma de revolução, porque ela “tende a insistir sobre as rupturas e as fraturas no interior do processo (...) e em uma verdadeira revolução burguesa como modelo de imposição hegemônica” quando, ao contrário o próprio Marx em *O Capital* constrói seu modelo a partir do caso da Revolução Industrial na Grã-Bretanha.²³ O modelo ‘inglês’ se caracterizaria, segundo Thompson “por uma dominação contínua de uma burguesia fundiária (gentry) que se transforma e se alia ao capital comercial e industrial”.

Além de denunciar o etapismo característico das análises feitas no âmbito do marxismo estruturalista, essa diferença de perspectiva sobre a relação entre as classes, traz muitas consequências analíticas e faz repensar o modelo que se impunha sobre as interpretações brasileiras. Qualquer olhar mais acurado sobre as elites rurais desse período faz crer que era impossível reunir em um mesmo bloco os interesses da elite agrária brasileira, supostamente a serviço do imperialismo, e contrapô-los aos interesses da burguesia industrial, supostamente nacional. Nem eram unívocos os interesses da elite agrária, nem os da burguesia industrial.

Desta feita, no Brasil, alguns historiadores se empenharam em superar esse modelo dualista teoricamente, mas percorreram caminhos diversos. Autores como Caio Prado Jr, e posteriormente Fernando Novais, em contraposição a esta tese, recolocam o

²³ THOMPSON, E.P. “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra”. In: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva (orgs). *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas, editora da Unicamp, 2002, pp. 203-26.

problema da agro-exportação, acurando o olhar sobre as agriculturas de subsistência e entendendo que a exploração agrícola em sistema de grande lavoura servia ao capitalismo imperialista europeu, cuja faceta era a colonização americana. Se por um lado adotam uma “perspectiva que entendia a colonização brasileira nos quadros do capitalismo mundial”, afiançam que desde o período colonial já existia um processo de acumulação interna, e a chave para entender esse processo é olhar para essas economias “subsidiárias”.²⁴

Talvez seja esse o motivo pelo qual Caio Prado dedique uma parte de sua obra clássica, *Formação do Brasil Contemporâneo*, à pecuária, analisada como parte da vida material da colônia. Oposta à imagem que Sodré produz sobre esta atividade e do lugar histórico onde ela acontece, Caio Prado dá centralidade à criação de animais, entendida num contexto de colonização e povoamento, mas, sobretudo enquanto abastecimento alimentar e formação do mercado interno, o que significa acumulação interna e não externa de capital, portanto central para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Diferente da grande lavoura, “nervo econômico da colonização”, a pecuária, junto a agricultura de subsistência, tinha outra estrutura agrária e outra função no quadro geral da colonização, ou como diria Fernando Novais, no “antigo sistema colonial”. Tais atividades teriam funcionado como nosso fator de libertação do imperialismo. E conquanto Caio Prado veja muitas continuidades nesta atividade que perdura no século XX, sem se alterar, “idêntica ao passado”, o grande diferencial de sua abordagem é ter percebido algo além dessa continuidade:

²⁴ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

Mas este elo que nos une tão intimamente ao passado não é apenas o quadro pitoresco que gerações sucessivas vem presenciando no Brasil: encerra o sintoma de um dos mais importantes fatos da nossa vida econômica e de consequências mais profundas. Quero referir-me a separação completa e nítida entre a pecuária e a cultura da terra que aí se revela. Já acima assinalei este fato, tirando-lhe a grande consequência que foi privar o solo cultivado do seu mais importante fertilizante utilizável: o esterco animal. Também aponte a causa última e determinante de tal estado de coisas: o sistema geral da economia e da agricultura brasileira, voltada para a produção absorvente de uns poucos gêneros destinados ao comércio exterior, e com a monocultura que daí resulta".²⁵

Além das consequências técnicas dessa separação, que vai definir muito da diferença entre a agronomia praticada e pensada no Portugal das luzes setecentistas e aquela que se tentou trazer para o Brasil, havia também uma consequência em termos de formação sócio-histórica, que aqui nos interessa particularmente. A associação campo-prado antecipou um sistema característico de produção de carne na Europa que nos escritos científicos se tentava importar para as colônias. Mas o contexto aqui era tão diferente e a separação entre zonas de cultivo e zona de pastagem atendia a objetivos tão arraigados na nossa formação social que não logrou avanço técnico o uso de esterco animal nas plantações. Ao observar isso, Caio Prado sai da rota daqueles estudos que apenas reiteram a condição imutável da grande propriedade pastoril, de perfil semi-feudal, e convida aos estudos dos impactos econômicos dessa atividade secular que teve matizes tão significativas nos muitos espaços e tempos em que se deu.

Depois de Caio Prado e Fernando Novais abrem-se as portas da pesquisa para as atividades econômicas de pequena monta e voltadas para o abastecimento e mercado internos. Mas, como afirma Novais em entrevista, o cansaço em que entrou o marxismo

²⁵ Idem, p.197

no Brasil depois da avalanche teórico-metodológica da Nova História fez com que Caio Prado tivesse sido relativamente esquecido e pouco referido na sua importância. De todo modo sua tese foi continuada por Fernando Novais e incorporada pela academia nos anos 60.²⁶ O movimento de retorno ao estudo da agricultura brasileira, dos sistemas agrícolas, das estruturas agrárias e do campesinato por parte dos historiadores especialmente na década de 1980 deve muito a essas primeiras interpretações.²⁷

Entrementes, alguns geógrafos estavam já na contramão do paradigma que opunha cidade e campo, empenhados em entender as novas relações que se estabeleceram entre esses dois polos, e o papel dinamizador que o avanço urbano industrial teve da organização do espaço agrário, especialmente nos setores mais tradicionais, à exemplo da pecuária. Em um excelente texto publicado na revista do IBGE, que é parte de um estudo apresentado ao II Congresso Brasileiro de Geógrafos ocorrido no Rio de Janeiro em 1965, Bertha Becker define seu objeto de uma maneira que muito nos inspira: "Através desse estudo a pecuária é focalizada sob novo ângulo: não mais como atividade predatória, própria a um 'hollow frontier', mas como forma rentável da utilização do espaço agrícola".²⁸

Voltando ao rastro das grandes interpretações da história do Brasil, as críticas ao dualismo deslocam o problema da condição agro-exportadora para o imperialismo e para o tipo de inserção do Brasil no capitalismo internacional. Embora Caio Prado tivesse

²⁶ PRADO, JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Nesta nova edição conferir entrevista com Fernando Novais nas pp. 411-18.

²⁷ Sobre o avanço das pesquisas em história sobre o mundo rural brasileiro a partir da década de 1980 impulsionados pelo programa de pesquisa sobre a história da agricultura brasileira formado a partir de 1976, no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Fundação Getúlio Vargas e o papel da historiadora Maria Yedda Leite Linhares ver artigo de Márcia Motta. "O Rural na história do Brasil: dos anos 80 aos trabalhos mais recentes". *Revista Portuguesa de História*, t.40, 2011.

²⁸ BECKER, Bertha. "Expansão do mercado urbano e transformação da economia pastoril". *Revista Brasileira de Geografia*, ano 28, n. 4 (out.-dez), 1966, p. 298.

dado um passo importante na superação desse modelo talvez tenha sido apenas a partir da década de 1970, com as produções de Ciro Cardoso e Jacob Gorender que propõem uma coexistência de modos de produção. Não seria um feudalismo brasileiro, mas um escravismo colonial, cuja superação viria de diversas maneiras e não apenas com uma revolução democrático burguesa.

Certamente influenciados pelo grande crítico do dualismo, o sociólogo Francisco Oliveira, historiadores como Boris Fausto e Ângela de Castro Gomes questionaram também esse paradigma na medida em que perceberam que sua pedra fundamental era a interpretação vigente sobre a República *Velha* e a *Revolução* de 1930.²⁹ Colocar a primeira fase republicana do Brasil no limbo da história, enquanto uma República *Velha*, tinha mais o objetivo de dar inteligibilidade e explicar o golpe de 1930 em termos de Revolução Burguesa e o Estado *Novo*, como de fato novo, a inaugurar a fase capitalista – depois da suposta sequência feudalismo-escravismo – do que de entender as formas concretas de inserção capitalista das classes dominantes brasileiras.³⁰

Outrossim, Boris Fausto defende a tese de uma complementaridade entre interesses agrários e industriais que determina que a Revolução de 30, embora tivesse instaurado as condições para o crescimento industrial, não significou o ascenso de uma classe - supostamente a burguesia industrial, supostamente descolada dos interesses agrários. Fausto acredita que apenas a burguesia cafeeira reunia condições de classe – coesão de interesses que permitia intervenção política articulada – para empreender um

²⁹ O livro reeditado em 2003 de Francisco Oliveira, *Crítica a razão dualista* foi escrito em 1972 como um ensaio e causou grande impacto entre os intelectuais que pensavam os impasses e limites das perspectivas desenvolvimentistas e das teorias da dependência. Apesar da importância desse autor não analisaremos aqui sua obra em razão de nosso intento ser avaliar o impacto desse paradigma nos estudos de história rural brasileira, especialmente dos estudos sobre a pecuária. OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitórrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.

³⁰ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30. Historiografia e História*.

projeto. Fora ela os demais grupos tinham algo como uma solidariedade e interesses difusos.

Outros estudiosos demonstraram a limitação do paradigma dualista empiricamente e nesse caso deve ser destacada a análise de Sonia Mendonça e seu estudo sobre o *Ruralismo Brasileiro*.³¹ A autora traz grande contribuição, quando identifica uma forma peculiar de aproximação com o Estado e um perfil de reivindicação política característico daqueles que ela chama de “frações dominadas da classe dominante rural brasileira”, onde estariam inseridos, entre outros, os pecuaristas. Sonia Mendonça vê na Sociedade Nacional de Agricultura, fundada em 1897, a expressão máxima dos interesses dos representantes dessa fração e no Ministério da Agricultura, recriado em 1909, a instância mais importante de recepção e articulação das demandas dessas elites “não hegemônicas” em seu “movimento de diversificação”.

No entanto, parece-nos que ao aproximar a lente seria ainda possível ver, dentro dessa fração de classe, outras frações, como em um caleidoscópio de interesses e cultura política. Uma imagem que não caminha para uma fragmentação ilimitada, mas que mostra um contínuo reordenamento das solidariedades nesse momento de incerteza política e econômica e de afirmação de outros grupos e de outros interesses. Para tanto, propomos focalizar e comparar a atuação dos pecuaristas de São Paulo e do Triângulo Mineiro, que tinham pensamentos diferentes sobre as estratégias de industrialização desta atividade.

Se em São Paulo os criadores de gado mantinham estreita relação com a Secretaria de Agricultura, sendo notória a centralização por parte do Estado da ação modernizadora com bases científicas, tendo as fazendas modelo e as estações

³¹ MENDONÇA, Sonia. *O Ruralismo Brasileiro. (1888-1931)*. São Paulo:Hucitec, 1998.

experimentais do governo papel fundamental na institucionalização dos interesses desses pecuaristas, não se pode afirmar o mesmo em relação à elite ganadeira do Triângulo Mineiro. Oriundos de famílias de comerciantes de Uberaba e arredores, personagens como José Borges de Araújo, João Martins Borges, Armel Miranda, impactados pela queda no comércio resolveram investir em fazendas de gado e em pouco tempo estavam empreendendo viagens à Índia para trazer touros e matrizes da raça zebu, para criar e revender no Brasil. Isso sem apoio expresso e/ou fomento do governo, o que significou uma estratégia muito peculiar de conformação de uma elite, especialmente se pensado o contexto de disputa pelo aparelhamento do Estado na Primeira República.

A industrialização da pecuária brasileira no início do século XX estava sendo pensada sobremaneira a partir do raceamento do rebanho bovino, da alimentação racional e da sofisticação da medicina veterinária, que implicavam em uma mudança da paisagem rural do centro-oeste brasileiro. Mas esse aparente consenso em torno da ideia de "modernização" acobertava muitas divergências, por exemplo, à respeito da melhor matriz genética racial para o gado bovino.

De um lado, as elites ganadeiras de Minas e São Paulo tradicionais abastecedoras do mercado interno, voltados para um modelo de melhoramento genético baseado na raças europeias ou no gado nacional selecionado, chamado caracu, e por isso gozando de uma relação mais estreita com o governo conseguiam incentivos para importação, aclimação, transporte terrestre e também para a realização de exposições de animais - parte delas chegaram a ter o direito de proibir a entrada das raças *non gratas*, a exemplo do zebu. Acrescente-se aí que todas as viagens para a Europa com o objetivo de comprar reprodutores e matrizes das raças chamadas "finas" ou "civilizadas" foram total ou

parcialmente subsidiadas pelo governo federal e os animais adquiridos foram para as Fazendas Modelo ou Postos de Zootecnia do Estado e para particulares, sendo muitas vezes superior o número de animais que se destinavam para particulares do que aqueles que vinham ser aclimatados nas fazendas do governo.³²

De outro lado, escanteados por esta política de incentivos do Estado - ou usando desse discurso de isolamento - os criadores de gado indiano do Triângulo Mineiro experienciaram outra estratégia de afirmação e reprodução do seu status socio-econômico. Esses criadores, que no início do século XX começavam a se consolidar e rivalizar com os paulistas criadores e defensores da seleção do gado "nacional", ou caracu, só tiveram algum apoio do Estado durante o governo de João Pinheiro, que se inicia em 1906 e que em 1908 subsidia a importação de alguns animais da raça zebu, da Índia. A criação em 1912 de uma fazenda Modelo em Uberaba é tão significativa enquanto reconhecimento por parte do governo de um potencial pecuário na região, quanto a sua extinção, sem motivo aparente, em 1917.³³

É interessante também notar que os mesmos ofícios supracitados indicam que não era a região de Uberaba que estava sendo excluída dos benefícios do Estado, mas sim os fazendeiros que defendiam essa alternativa de modernização rural, baseada na raça indiana, tanto sim que há menções recorrentes de auxílio, por exemplo, ao fazendeiro

³² Conferir os Relatórios da Secretaria de Agricultura de São Paulo, APESP.

³³ Lei de criação da fazenda modelo n. 9.868 de 13 de novembro de 1912; lei de extinção 12.636 de 4 de setembro de 1917. Gustavo Adolfo Bailly (org). *Legislação brasileira sobre pecuária e derivados, de 15 de novembro de 1889 a 30 de junho de 1936*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1937. Não encontramos documentos que versassem sobre essa extinção, mas na memória dos pecuaristas que conversamos informalmente em Uberaba, foram questões políticas que guiaram tal ação. Não parece coincidência que tivesse sido exatamente nesse intervalo entre 1912 e 1917 que os “fazendeiros comerciantes” de Uberaba empreenderam as principais viagens à Índia tendo gerado toda a polêmica sobre as qualidades das raças zebuínas sobre o que discutiremos no capítulo III.

Fernando Teixeira Terra, criador de "raça" (leia-se gado europeu) para quem o governo viabilizava a compra de reprodutores via firma Herm. Stoltz & Cia.³⁴

Mas é entre 1913 e 1921 que acontece de fato o apogeu das importações de gado indiano e estas se destacam por terem sido realizadas pessoalmente por estes, aqui chamados fazendeiros-comerciantes do Triângulo mineiro, que foram à Índia, instalaram fazendas e agenciaram as importações. Esses percursos de viagem serão melhor delineados no terceiro capítulo, mas desde aqui vale apontá-los para reforçar o argumento de que não havia grupos homogêneos, tampouco entre os pecuaristas de visão modernizadora. Na verdade, o vetor de modernização pecuária era um ponto de inflexão na solidariedade dessa elite que vista à distância poderia parecer um bloco, um grupo, uma classe ou mesmo uma fração de classe. O tipo de relacionamento com o Estado e, como se verá também adiante, com a construção de sua própria memória – empreendedora ou tradicional – tem sido aspectos fundamentais na distinção desses grupos.

Conquanto pudesse parecer deslocado, recuperar a análise sobre os modos de revolução e dominação na Inglaterra de E.P.Thompson teve o sentido de insistir no esforço de evitar a ênfase nas rupturas e na identificação de hegemonias, e, ao contrário, tentar entender os modos peculiares de afirmação, reprodução e dominação de uma elite agrária com aspirações industriais. Esse seria o caso, por exemplo, dos novos fazendeiros de Uberaba, cuja análise da atuação política exige “um esforço de acomodação semântica”, tanto quanto a análise da gentry inglesa.

Esses fazendeiros do Triângulo mineiro aproveitaram o “movimento de diversificação” produtiva vivenciado no país, mas nem por isso agiram como "frações

³⁴ Ofício de 17 de janeiro, anotado por Agenor Barbosa. APM, Fundo Secretaria da Agricultura, Correspondência expedida referentes a pecuária e outros assuntos, SA026.

dominadas da classe dominante", tampouco forjavam uma relação clientelista com o Estado. Eles aliavam a astúcia comercial herdada de sua origem a uma atividade rural que visava à exportação, já que o mercado de carne congelada crescia em proporções nunca vistas exatamente para abastecer a Europa. Grupo agro-exportador, portanto, mas que em grande medida se contrapunha à lógica imperialista, porque ia de encontro aos interesses ingleses ao competir pelo mercado de reprodutores bovinos, tradicionalmente monopolizados pelos ingleses e que era tão ou mais importante que o mercado de carne.

A atenção à atuação dessas elites matiza assim a tese dualista exposta acima que associa interesses agro-exportadores a interesses imperialistas e também a tese de que os grupos rurais “não hegemônicos” necessariamente dependiam do Estado para a viabilização de suas demandas, o que em última instância reitera a ideia de uma República oligárquica. Outras estratégias que não o favoritismo do Estado permitiram que os pecuaristas do Triângulo dominassem um mercado e impusessem um padrão racial no rebanho bovino brasileiro.³⁵

Embora a historiografia brasileira sobre pecuária não tenha sido farta nem especializada, como tentamos mostrar acima este sempre foi um tema que tangenciou importantes análises sobre crescimento econômico e formação social brasileira, estes sim temas que ocuparam a mente e a pena de autores como Roberto Simonsen, Caio Prado Jr, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, entre outros. Atuando no sentido de tomar a pecuária brasileira como mote de investigação das formas de articulação das elites, da percepção sobre o mundo rural brasileiro e da maneira como o discurso de modernização científica estava se incorporando em certa maneira de se pensar o crescimento econômico nacional, enveredamos pela análise de alguns autores que deram densidade ao tema. Por

³⁵Atualmente 85% do gado brasileiro é zebuino de origem indiana, algo totalmente impensável na época.

ora será destacado um autor que chamou a atenção pela importância historiográfica e pela intersecção entre o pensamento sobre zootecnia e as políticas voltadas para a pecuária na época: Roberto Simonsen.

Entre história, economia e ciência: outros escritos de Roberto Simonsen.

Embora os intelectuais da Primeira República estivessem empenhados em achar um caminho de crescimento econômico nacional e se dividissem entre aqueles que pensavam que tal crescimento seria oriundo das produções rurais, agro-pecuárias, e aqueles que acreditavam nas produções industriais, não existia na prática essa contradição. A disputa por uma diretriz econômica, pela eleição dos produtos que seriam o motor de crescimento econômico brasileiro girava em torno de serem tais gêneros necessários ou acessórios às demandas internacionais, de visarem mais o mercado interno ou externo, de serem produtos de tipo colonial, ou de romperem com esse modelo.

Simultaneamente a questão da técnica agregada a cada produto, que lhe rendia o estatuto de uma economia *moderna* - mormente associada às produções urbanas e industriais - era um componente importante no debate que se desdobra no paradigma dualista. Assim, o apelo à modernização rural, expressa por exemplo nos discursos de pecuária intensiva e de apuro racial do gado bovino, aparecia como um antídoto natural ao dualismo, e mentes bastante liberais como a de Simonsen pregavam uma ação

conjunta entre a produção rural, que não precisava ser rústica, e a industrial, que não necessariamente era moderna.

Bem antes de fundar a cadeira de História Econômica da Universidade de São Paulo, Simonsen se dedicou ao estudo da indústria de carne do Brasil, bem como à elaboração de políticas para o seu desenvolvimento. Em 1917 ele foi convidado para ser presidente da Companhia Frigorífica de Santos, o segundo mais importante empreendimento brasileiro no setor. Era tão forte essa sua verve, que ele foi designado para fazer parte de uma Missão Comercial Brasileira na Inglaterra em maio de 1919, cujos membros nutriam o objetivo de:

"conhecer em seus largos traços os grandes progressos da indústria inglesa, e ficarem habilitados a aconselhar quais os produtos e métodos que possam ser aproveitados para a intensificação econômica do Brasil; e, por sua vez, conhecendo as nossas capacidades e possibilidades, deverão indicar quais os meios apropriados para adaptar os nossos produtos às necessidades britânicas".³⁶

Dentre esses produtos destacava-se a carne bovina, cujo valor no mercado internacional em 1914 era 40% do que veio a ser em 1918. Nos escritos de Simonsen sobre a Missão à Inglaterra há um tópico exclusivamente dedicado a análise das "indústria das carnes frigoríficas no Brasil", um texto que foi originalmente publicado no *Times*, de Londres, em julho de 1919.

Figura querida em Santos, na ocasião em que Simonsen foi designado para a Missão, foi feito um banquete de homenagem onde ele foi identificado como "engenheiro

³⁶ SIMONSEN, Roberto. "Capítulo V : Missão a Inglaterra. Discurso pronunciado a 30 de maio de 1919, no banquete oferecido pela cidade de Santos por ocasião da designação do autor para fazer parte da Missão Comercial Brasileira que foi à Inglaterra." *A Margem da Profissão. Discursos, conferências, publicações*. São Paulo, editora Limitada imprimiu, 1932. Este livro consiste em uma reunião de artigos elaborados entre 1916 e 1931, publicado no ano seguinte.

e industrial paulista, que se tem especializado no estudo do nosso problema pastoril e do nosso aparelhamento em ‘paking-houses’, ou matadouros frigoríficos”. Criada em 1917, a Companhia Frigorífica de Santos daria maior possibilidade de escoamento internacional à produção de carne, podendo "matar, congelar e exportar, mensalmente 3.500 cabeças de gado". O primeiro matadouro-frigorífico do país criado em Barretos, quatro anos antes, era desprovido de vagões frigorificados, só conseguindo dar vazão a sua produção depois que a Companhia “adquiriu em Buenos Aires o antigo navio frigorífico da Mala Real Inglesa, o 'Rotary', que foi rebocado para Santos e ali utilizado como depósito. Foi desse modo que essa firma pode cumprir com galhardia os seus contratos com o governo da Inglaterra”.³⁷

A direção deste frigorífico era de tamanha importância que sua concessão “foi objeto de apaixonadas discussões políticas, tendo havido até uma tentativa de anulação do contrato com a municipalidade mediante recurso ao Senado Estadual de São Paulo”.³⁸ Não por acaso, data deste ano, importantes escritos de Simonsen a respeito do mercado de carne no Brasil, da instalação dos frigoríficos, e obviamente do papel da Inglaterra, principal parceiro comercial do Brasil nesse momento.

Roberto Simonsen era, portanto, um intelectual de fortes convicções políticas, mas era também um homem especialmente entretido com as atividades econômicas que ele mesmo estudava, seja em nível diplomático, seja em seus negócios pessoais.³⁹ Talvez por isso tivesse tanto cuidado em legitimar sua análise sobre política econômica no Brasil, afirmando que elas tinham isenção moral porque eram “fruto sincero dos estudos

³⁷ Idem, p.73 *passim*.

³⁸ Idem, p. 78

³⁹ Roberto Simonsen foi também membro da Academia Brasileira de Letras entre 1945 e 1948, ano em que faleceu no salão nobre da academia. Sua trajetória fugaz na instituição foi sucedida por Celso Furtado.

em que me tenho detido no campo da economia nacional” e que não tinha “qualquer ligação ou dependência econômica, financeira, política ou social, à cujas injunções, direta ou indiretamente, possam estar subordinadas as minhas convicções”.⁴⁰ Difícil acreditar em tal isenção, exatamente pelo fato de ter Simonsen dirigido o frigorífico de Santos e participado da missão à Inglaterra.

Ao falar sobre desenvolvimento econômico, Simonsen demonstra largo entusiasmo por uma economia agrária e ao mesmo tempo industrial. Cita como exemplo a economia norte americana em cujo desenvolvimento econômico "a agricultura manteve um papel preponderante", tendo sido "nela que a América buscou os elementos de vida para as suas indústrias as quais a lavoura não forneceu apenas a matéria prima, mas proporcionou também os seus capitais". Pensando fundamentalmente nessa associação de interesses, afirma ainda que tal situação só fora possível "devido à execução dos trabalhos úteis, à drenagem, à irrigação, ao desenvolvimento das estradas de ferro, à construção e melhoramento das estradas de rodagem, à difusão do ensino agrícola; resulta ainda dos aparelhos de crédito agrícola". Coroa sua interpretação entendendo que "o cultivador americano transportou para o campo os ensinamentos da moderna organização industrial, da organização científica", e esse seria o segredo da economia norte-americana ter se destacado.⁴¹

A visão de Simonsen ajuda a compreender qual era a questão que se colocava nos auspiciosos anos finais da década de 1910. Na tentativa de dar conta das demandas internacionais de uma Europa beligerante, se desejava investir em gêneros de primeira necessidade, e não repetir os gêneros coloniais de exportação – tão mal quistos pelos

⁴⁰ SIMONSEN, Roberto. *Aspectos da política econômica Nacional*. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1935, p. 5.

⁴¹ SIMONSEN, Roberto. *A Margem da Profissão*, p. 29.

ideólogos da economia brasileira. Tanto sim que na introdução de uma obra sua sobre aspectos da política econômica nacional, Simonsen usa uma frase de Pandiá Calógeras, ministro da Agricultura entre 1912 e 1914, que dizia que “ser país forte e independente importa em cousa mais alta do que produzir gêneros coloniais – cacau, café, açúcar, borracha, fumo – que alimentam o consumo voluntário e não necessidade essenciais da vida”. Esse parece refletir o cerne das preocupações de Simonsen e justificar seu entusiasmo em proteger e estimular a produção de carne no Brasil.

No momento exato em que a pecuária brasileira começa a recear pelo arrefecimento de seu mercado - já que finda a guerra, os europeus poderiam escolher com mais liberdade a carne que mais lhe aprouvesse - o posicionamento de um membro da Missão Comercial Brasileira na Inglaterra era central.

A intersecção entre o pensamento de Simonsen enquanto historiador e a zootecnia é interessante de ser observada porque, de maneira inversa, via de regra os agrônomos, veterinários e zootecnistas, para validar suas opiniões, recorriam às memórias históricas, na tentativa de identificar as raças de gado que povoaram o Brasil colonial. Em meio ao debate sobre a raça que devia predominar no rebanho brasileiro, e, portanto, sobre quais reprodutores deveriam ser importados (se ingleses, franceses, holandeses, ou indianos), era feito um retrospecto histórico na tentativa de mapear a genealogia do gado nacional a partir das famílias que aqui se estabeleceram como criadores de gado ainda no período colonial e que poderiam ter mantido linhagens fechadas de gado, o que interessava aos pecuaristas. Ou seja, com o objetivo meramente zootécnico esses cientistas falavam de história; de maneira semelhante, a trajetória de Simonsen revela que com o objetivo de

apreender a história alguns intelectuais falaram e reproduziram os discursos da zootecnia da época que estavam atravessados de interesses políticos e econômicos.

Quanto aos aspectos biográficos mais largamente conhecidos de Roberto Simonsen sabe-se que ele foi um dos mais importantes mentores da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e que aí assumiu a cadeira de História Econômica, donde se origina sua obra principal *História Econômica do Brasil*, publicada em 1937 por ocasião do curso.⁴² Simonsen foi um dos primeiros a abordar a atividade pecuária como parte da *História Econômica do Brasil*, e não apenas como *Capítulo de história colonial*, como escreveu Capistrano de Abreu.⁴³ Por isso mesmo vale o esforço de entender o tipo de narrativa que Simonsen constrói.

Há pelo menos duas vertentes de estudos sobre criação de gado no Brasil e Simonsen parece vincular-se às duas. Uma que a evoca em meio às narrativas sobre interiorização do Brasil, na qual o gado tem papel relevante, sendo o protagonista “natural” desse processo – é na busca de alimento que o Brasil vai ampliando suas fronteiras, é no movimento do gado que vai-se criando fazendas que vão se tornando vilas e depois cidades. A outra é a que vê a pecuária como motor de desenvolvimento econômico nacional.

Melhor dizendo, Simonsen parece inaugurar a segunda, mas ainda retomando aspectos da primeira. Na análise sobre pecuária colonial, Simonsen reproduz, literalmente, trechos de Antonil, Oliveira Viana e Capistrano de Abreu, harmonizando-se

⁴² SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. 6ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, coleção brasileira, 1969.

⁴³ Nem de longe desmerecemos o pioneirismo da análise de Capistrano de Abreu. Mas essa diferença, aparentemente apenas estilística entre os títulos, reflete uma diferença de abordagem - exatamente esta diferença de que tratamos aqui entre conceber a criação de gado como interiorização do domínio fundiário ou (também) como produção econômica (carne, leite, couro, e derivados)

com esse tipo de narrativa que percebe conceitualmente a criação de gado como pastoreio, ou seja, como atividade "natural" de ocupação territorial, avanço de fronteiras em um sertão supostamente inóspito, donde se supõe uma atividade sem interesse econômico comercial dentro do sistema colonial.⁴⁴

Entretanto a chave de seu pensamento está no corte que faz entre essa fase de *pastoreio* e aquela de *pecuária*. Para o autor, a criação de gado vai ganhando importância enquanto economia pecuária, e não mais como pastoreio de ocupação territorial, à medida que serve ao desenvolvimento dos futuros centros da economia brasileira, em uma análise claramente teleológica. Nas suas palavras, “as leis econômicas foram, assim, delimitando, dentro das fronteiras brasileiras, as zonas de preponderância de gado e da melhor carne bovina(...) No comércio bovino, como na hegemonia econômica do país, perdia o Norte a sua preponderância inicial”.⁴⁵

Destarte, na avaliação de Simonsen a criação de gado com sentido comercial - a verdadeira pecuária - teria acontecido no período republicano, como retaguarda dos “centros populosos, Rio e São Paulo”. Acrescente-se aí a certeza inabalável com que afirma que eram as regiões sulinas as destinadas ao desenvolvimento da pecuária já que “no sul, em zona temperada, o gado pode ser continuamente melhorado pela importação de espécimes selecionados dos climas temperado, em que a criação alcançou grande adiantamento”, leia-se, gado europeu, sobretudo inglês. Tais comentários, entre outros do mesmo gênero, são respaldados em notas de pé de página que referem aos seguintes autores: Nicolau Athanassouf, Mario Maldonado e Otavio Domingues, todos autores de

⁴⁴ Assim como explicar uma rebelião pela fome (*food riots*), um vínculo já bem questionado por Thompson, há também problemas analítico em explicar a expansão territorial e a integração nacional pelo movimento “natural” dos animais.

⁴⁵ SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*, p. 186 e 187.

manuais de zootecnia, ligados à Diretoria de Industria Animal de São Paulo e que empreenderam forte debate contrário à introdução no Brasil de raças indianas, ou zebuínas. Em razão do clima tropical brasileiro, o raceamento com o gado zebu poderia ter sido, e de fato foi tempos depois, o motor de um desenvolvimento econômico do norte e do nordeste, onde as raças inglesas não se adaptavam ou necessitavam de um investimento tecnológico muito oneroso.

Na medida em que Simonsen reproduz esse discurso de uma vertente da zootecnia favorável à importação de reprodutores europeus, e à intensificação do mercado exportador de carne à Europa – ambos os mercados monopolizados pela Inglaterra, não é apenas a voz de um historiador que fala, mas a de um personagem envolvido com as políticas de incentivo à pecuária. Nessa linha de raciocínio seus textos confirmam a relação estreita entre o mercado de carne e o de reprodutores. O discurso de raceamento defendido por Simonsen favorecia a Inglaterra que desejava tanto exportar seus reprodutores quanto importar carne, ampliar seu consumo na Europa, o que significa que a discussão sobre a raça de gado mais adequada ao Brasil não era apenas diletantismo dos criadores ou uma resposta ao paladar dos consumidores mas era atravessada por interesses do comércio internacional.

O tema da pecuária, destriçado em dois capítulos na obra *História Econômica* é, portanto, central para o objetivo político e historiográfico de Simonsen, qual seja: fazer uma interpretação econômica do Brasil fundada na ideia de declínio econômico e social do “Norte” e ascensão do “sul”, criando um elo entre “expansionismo paulista” e economia cafeeira . Nas suas palavras, “foi ela [a pecuária] igualmente que amparou as

populações do Sul entre o fim da mineração e o advento do café”.⁴⁶ A criação de gado teria assim servido enquanto motivo de “ocupação da terra” e de “formação unitária do Brasil”, como bem dizem os títulos dos seus capítulos, cumprindo a dupla função que lhe cabia na história.

Aliás, entender a palavra pecuária enquanto substantivo e não adjetivo foi uma questão na época. Assis Brasil, "publicista e adiantado agricultor patricio" na condição de "amigo dedicado" da revista *Lavoura e Criação*, editada desde 1916 pelo grupo paulista - incluindo-se aí o afamado Eduardo Cotrim - escreve um texto no primeiro número, esclarecendo o conceito pecuária, ou a pecuária como um conceito. Depois de comentar o largo interesse que tinha pela nova publicação, a qual iria intitular-se *Agronomia e Pecuária*, mas que exato por sua intervenção mudou para o nome *Lavoura e Criação*, Assis Brasil disserta sobre o termo pecuária:

"Para que esse adjetivo pecuária substantivado em uma aplicação que não é absolutamente clássica na nossa língua? (...) tendo dito *Agronomia*, já não é necessário dizer mais nada para que se entenda que a Revista se ocupará também de criação. *Agronomia* é a ciência da Agricultura; a Agricultura divide-se em duas grandes províncias principais - a *Lavoura* e a *Criação* - (*Labourage* e *E'levage*). Não há um escritor correto que diga *Agricultura* e *Criação*, como dizemos frequentemente nós, brasileiros. É que, assim como não temos a coisa, também não temos as palavras. A questão aqui já não é de pureza de linguagem; é de bom senso, é de evitar um disparate (...). Não há tratado grego, nem latino, nem em língua alguma civilizada que não considere a criação incluída na Agricultura. Só os platinos ignorantes e nós, seus imitadores estamos a dar com a Agricultura e a Criação e pior que isso - a pecuária que não está admitida como substantivo. (...) Quanto a um substantivo para tomar o lugar da horrível pecuária, aí estão a mesma criação, gado,

⁴⁶ Idem, p. 187.

gadaria (a ganaderia espanhola) e até mesmo pecuária, como neologismo".⁴⁷

Necessitava, portanto, ser reinventado o significado da palavra pecuária, instituí-la como campo autônomo, independente da agricultura, embora estivesse cada vez mais relacionado a ela. A alimentação racional, que supunha uma pecuária modernizada, significava que se devia reservar em uma fazenda a área de plantio de forrageiras adequadas ao gado. No processo de aclimação dos reprodutores e matrizes bovinos europeus das quais eram defensores personagens como Assis Brasil, não se podia prescindir do cultivo de capim e leguminosas, não para a engorda especificamente, mas para a própria manutenção dos animais.⁴⁸ Aliás, era parte importante da política de incentivos do Estado, além da importação, a criação e aclimação dos animais em Postos de Seleção de gado, o que implicava a experimentação e cultivo das forrageiras que lhe serviriam. De maneira inversa, o argumento em prol de raças mais rústicas, com maior poder de adaptação as forragens nativas, como o zebu, se fortalecia justamente por prescindir de qualquer esforço maior no quesito alimentação, mas exatamente por isso sua criação parecia menos "moderna".

Apresentando e analisando os argumentos de Pereira Barreto, polêmico zootecnista de São Paulo que defendia o gado nacional, Álvaro Silveira entende que :

"Parece que para fundar a 'pecuária internacional' deveria o sr. Barreto mandar que se comprassem semente de capim gordura e de Desmodium, uma vez que os hereford e os durham comem

⁴⁷ Revista *Lavoura e Criação*. São Paulo, ano i, n.1, 1916.

⁴⁸ Esses argumentos podem ser conferidos no livro de Álvaro A. da Silveira. *Agricultura e Pecuária*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1919. O livro reúne artigos sobre as falas de dr. Luis Barreto, polêmico zootecnista de São Paulo. Em São Paulo, estavam ligadas à Diretoria de Indústria Animal, tanto um Posto de Seleção do Gado Nacional, ou Fazenda Modelo de Criação, quanto uma Fazenda Modelo de Forragens. Cf. *Relatório apresentado ao Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente do Estado, pelo Dr. Paulo de Moraes Barros, Secretario de Agricultura, ano de 1914*. São Paulo, typografia Brasil de Rothschild e Cia, 1916, p. 13.

gulosamente essas plantas, como ele nos diz. (...) as espécies por ele recomendadas, cujas sementes devem ser adquiridas pelos criadores, são outras bem diferentes - *Cholis gayana*, capim comprido, etc., pois estas é que são magníficas plantas forrageiras. Com elas o nosso gado não corre mais o perigo de ficar sem ter o que comer durante os 3 ou 4 meses de seca".⁴⁹

Nota-se que era uma cadeia produtiva complexa que iniciava na raça dos reprodutores adquiridos, que influía na forrageira que seria consumida, no tipo de cuidado veterinário - já que as epizootias e os parasitas comuns às zonas temperadas eram muito diferentes das de clima tropical -, aplicação de saberes agronomicos e zootecnicos e no mercado para o qual seria exportada a carne. Tudo isso junto criava paisagens rurais também muito diferentes, e o artigo supracitado traz uma boa definição para esse novo tipo de pecuária, "pecuária internacional", onde os padrões de criação mudavam, distanciando-se muito daquilo a que outrora se chamava pastoreio. Era, aliás, necessário o uso da palavra pecuária como um "neologismo" para compreender as tantas mudanças que ocorriam nesse período.

Neste capítulo nosso esforço foi entender como se construiu uma historiografia que associa a criação de gado no período colonial ocupação territorial pela expansão das boiadas, e esta ao pastoreio, e como essa construção implicou em certa estagnação dos estudos sobre pecuária. Nesse sentido, sobrevoamos um pouco as discussões a respeito

⁴⁹SILVEIRA, Álvaro. *Agricultura e Pecuária...* p. 103. Duham, assim como Hereford eram raças bovinas inglesas.

das interpretações dualistas que contrapunham mundo rural (arcaico) e urbano (moderno), elites agro-exportadoras e burguesia nacional, e as discussões derivadas do dualismo e das críticas a ele, ou seja, da existência de um feudalismo brasileiro que precisava ser superado por uma revolução democrático burguesa ou por uma mudança profunda na estrutura agrária.

Nesse ínterim de debates é que apareceram as análises sobre a pecuária, ora entendida na complexidade de um sistema econômico, ora como fator de colonização e “povoamento”. Sem negar as mudanças no sistema produtivo a partir da sofisticação de um mercado de carnes, na realidade, aprofundado nessa mudança, se podem vislumbrar as diferenças interpretativas dos autores que perfilamos aqui: Roberto Simonsen, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr. que dedicaram maior ou menor atenção a pecuária praticada no Brasil central, esta que é impactada mais fortemente pelo processo de industrialização. Por esse viés, tentamos entender o que havia por trás da simples mudança nominal – pastoreio-pecuária – que acontece tanto na historiografia, quanto na ciência zootécnica e na política.

Dois esforços historiográficos devem ser relevados nesse sentido. O primeiro diz respeito a um movimento de revisão da historiografia da Primeira República, que conceitua o período como "República Velha", mais especialmente de revisão da ideia de uma revolução de 1930 que colocaria fim a um Brasil agrário e inauguraria a era industrial brasileira. A construção desse paradigma implicou a consagração da ideia de um embate entre elites agrárias e elites industriais durante a Primeira República, culminando em afinal terem vencido as forças urbano-industriais. O tema da história da pecuária tangencia muitas questões da história da primeira República brasileira, e de um

modo mais geral, da própria história da alocação do Brasil no sistema capitalista internacional. Isso porque a industrialização da produção de carne implicou em um incremento tecnológico (raceamento do gado) que podia ser produzido também no país, quiçá exportado, como foi na década de 1920 o zebu da raça braman para o México e sul dos Estados Unidos. Portanto, entender o contexto de formulação, crítica e superação do paradigma dualista é fundamental para entender o desenvolvimento relativamente tardio de estudos de história sobre as economias rurais subsidiárias.

O outro esforço é o de revisão das teses que interpretam a pecuária apenas como um fator de expansão territorial e manutenção dos domínios, como atividade que passava ao largo dos objetivos econômicos e da possibilidade de capitalizar-se e industrializar-se. Tentamos aqui mostrar que não era apenas essa a função da pecuária no quadro geral do Brasil colônia tampouco do Brasil independente, não obstante as narrativas historiográficas tradicionais caminhassem nesse sentido, em parte porque eram baseadas em relatos de viajantes e cronistas, em parte porque estavam comprometidos com a perspectiva teórica dualista e reiteravam as velhas imagens sobre o mundo rural: arcaico, feudal, conservador, tradicional, a própria antítese da modernidade.

Nesse esforço, aprofundamos o olhar sobre os escritos de Roberto Simonsen, mapeando as possíveis intersecções entre sua produção enquanto historiador e seus interesses políticos que se evidenciavam na sua atuação "à margem da profissão", melhor dizendo, à margem da sua produção historiográfica. Dessa feita cruzamos aqui seus estudos acadêmicos sobre pecuária e mercado interno com seus escritos a respeito da

Missão Econômica à Inglaterra e a presidência do frigorífico de Santos, situação nas quais discutiu os termos da pecuária nacional.⁵⁰

Se é possível desenhar uma linha de continuidade entre Simonsen, Caio Prado Jr e Fernando Novais, é preciso notar uma diferença fundamental. Enquanto Simonsen pensava a importância da pecuária enquanto retaguarda dos grandes centros urbanos, Caio Prado pensa a pecuária, assim como todas as economias subsidiárias, como retaguarda da nossa independência econômica, e, portanto, verdadeira independência política.

Na realidade, a questão que se impõe e explica parte desse silêncio sobre a pecuária na historiografia é justamente a incapacidade de coadunar modernização e industrialização, com uma atividade supostamente tão rústica como a pecuária. O que se percebe é que o investimento tecnológico e o potencial no "desenvolvimento econômico" do país tende a ser o critério do que seria uma atividade econômica relevante para estudo na nobre esfera da história econômica.

Algo semelhante pode ser encontrado na história da agricultura portuguesa descrita por Mirian Halperin Pereira. Ela nota que os estudos de agronomia e de história econômica de Portugal ignoravam a cultura do milho, não em razão da irrelevância histórico social desta atividade, mas porque "não oferecendo a cultura do milho dificuldades sérias, pouco se escreveu sobre ela"⁵¹. Ou seja, foi justamente a facilidade e versatilidade de seu cultivo que, tornando prescindíveis adubos químicos e maior investimento tecnológico, não capturou a atenção dos agrônomos e, por conseguinte, dos

⁵⁰ Consta que Simonsen teria escrito uma obra intitulada "Gado e a carne no Brasil" em 1919 que seria um material muito rico para esta análise, mas não a encontramos esse livro em lugar algum.

⁵¹ Mirian Halperin Pereira. *Livre-cambio e desenvolvimento econômico. Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa, 1983, p. 65.

historiadores que usavam como fonte os manuais de agronomia. A triticultura, por outro lado, em razão de sua fragilidade, necessitava de maior investimento científico, tendo ganhado o status de motor da agricultura portuguesa.

Na tentativa de não ficar refém dessa tendência, no próximo capítulo optamos por fazer um retrospecto no último quartel do século XVIII em busca de outro elo perdido, a dizer, em busca dos esforços de se pensar estratégias de melhoramento da atividade pecuária, enredados em outras lógicas discursivas, certamente menos legitimadas pelo racionalismo científico do século XIX e XX.

É certo que algum corte existiu, alguma ruptura, alguma mudança, e sobre ela nos debruçamos, tanto sim que como se verá, de cada 20 livros ou artigos que encontramos sobre agricultura no final do século XVIII, apenas um ou dois versavam sobre a criação de animais ou o aproveitamento dos produtos. A resposta pareceu óbvia: o consumo de carne se acentuou brutalmente no globo terrestre no século XX. Mas isso pouco tinha a ver com técnicas que os ilustrados proselitistas da ciência setecentista supostamente não dominasse e não difundissem.

CAPÍTULO II

“Tesouro de Lavradores”: Ouro é a terra, pepita é o fruto, existe ouro que não reluz. Modernização rural nos estudos luso-brasileiros no final dos setecentos.

Este capítulo é, em parte, estimulado por um pecado largamente anunciado entre os historiadores: a busca pela origem. Maldito por Bloch, o “ídolo das origens” que nos cega foi um contraditório guia que levou a escrever as linhas que sucedem.⁵² Linhas de palavras e tentativas de encadeamentos de um tema que, em verdade, não tem começo nem fim, apenas matizes diferentes em cada época: a modernização rural brasileira, particularmente no tocante à pecuária - exploração econômica da criação de animais.

Intentamos ver isso a que se chama modernização rural como parte de outros processos, e não tanto como simples resultado da sofisticação capitalista, das demandas constantemente ampliadas de mercado nacional ou internacional; recuar o olhar para o século XVIII e entender a modernização como um diferencial na qualidade do discurso sobre o mundo rural e sobre as “economias rústicas”, como parte de um conjunto muito

⁵² BLOCH, Marc. *Apologia da História ou ofício do Historiador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

mais amplo de elaboração de um pensamento científico ilustrado aliado a um discurso econômico fisiocrático, de percepção da natureza, da relação dos homens com as plantas e animais, que constituíram o campo da História Natural. Nesse sentido, perscrutamos o desenvolvimento do naturalismo, da botânica, da zoologia que juntas embasaram as “rurais economias” conformando o tripé hoje claramente assentado na zootecnia, na agronomia e na medicina veterinária.

Uma olhadela no ambiente intelectual luso-brasileiro da virada do setecentos, na produção de memórias e manuais sobre a agricultura, mostra que o pensamento sobre melhoramento agrícola ou rural estava acontecendo em três campos na prática interligados: a institucionalização do campo da História Natural, a realização de expedições científicas ou “viagens filosóficas” e a circulação de impressos científicos produzidos no âmbito das instituições ilustradas, fundadas na segunda metade do século XVIII. Além do caráter curioso e colecionista, tais atividades enfatizavam o melhor aproveitamento das terras e a maximização do cultivo. Em maior ou menos grau, elas foram capitaneadas pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, com dedicação especial de seu secretário D. Rodrigo de Souza Coutinho.

Investigar esse período de transição das instituições do Antigo Regime para instituições capitalistas e liberais se mostrou muito profícuo para posicionar a ilustração luso-brasileira enquanto capítulo da história agrária, e por conseguinte, redimensionar os marcos da modernização rural no Brasil. Um caminho que, talvez, relativize a ideia de que foram as escolas de agronomia ou os Congressos Agrícolas que inauguraram esse processo.

Instituições e personagens do Naturalismo: expedições científicas e alfarrábios rurais

As instituições científicas nascidas na segunda metade do século XVIII em Portugal conjunavam projetos político e econômicos tanto do pombalismo quanto da chamada Viradeira empreendida por D. Maria I. O impulso enciclopedista e classificatório não gerava apenas o inventário das espécies naturais, mas também a organização dos conhecimentos fundantes de uma agricultura ilustrada, em oposição aos saberes tradicionais e as “práticas rotineiras”. É sobre o esforço e os limites de estabelecer essa distinção que falaremos a seguir.

As várias instituições que se espraiam no final do setecentos, fazendo convergir as elites luso-brasileiras, pregavam um racionalismo científico e um pragmatismo econômico, especialmente no cultivo de plantas e animais que pudessem revigorar a economia lusitana. O Real Jardim Botânico (construído entre 1768 e 1772), A Universidade de Coimbra (reformada em 1777), a Real Academia de Ciências (1779), A Sociedade Real, Marítima, Militar e Geográfica (1798) e as muitas tipografias criadas, agregavam naturalistas que se preocupavam fortemente com o melhor aproveitamento agrícola das muitas partes do reino e, por conseguinte, com a centralização política e expansão territorial do Império Português.

A criação dessas instituições, no quadro do despotismo esclarecido e do projeto fisiocrata, e sua função no quadro geral da ilustração luso brasileira já foi bastante explorada pelos historiadores, e não é nossa intenção fazer esse percurso.⁵³ As

⁵³ Entre outras, uma ótima análise das instituições em si é feita por Maria Beatriz Nizza da Silva. *A cultura luso-brasileira: da reforma da universidade à independência do Brasil*. Lisboa, Editorial Estampa, 1999

instituições supracitadas serão analisadas na medida em que engendraram um caminho de modernização pautado em uma agricultura científica e na diversificação da produção rural, especialmente no que tange à exploração pecuária. Portanto, a análise que segue intentará reunir as narrativas sobre a história da ciência ilustrada com as narrativas da história agrária luso-brasileira no final do século XVIII.

Em um momento de profundas mudanças na paisagem agrícola lusitana parecia fundamental encontrar alternativas para ampliar a produção de alimentos e de matéria prima que possibilitasse o desenvolvimento industrial. Estudando a transição do Antigo Regime para a sociedade capitalista, ou melhor, do capitalismo comercial para o capitalismo industrial em países “semi-periféricos”, como Portugal, Mirian Halperin Pereira argumenta que o movimento de ocupação de terras virgens e alargamento da área cultivada vinha acontecendo em Portugal desde o fim do XVIII, muito embora os agrônomos só tivessem notado esse movimento muito tardiamente. É no ultimo quartel do setecentos que adensam as preocupações e os estudos sobre a necessidade de maximização da produção agrícola em função do aumento populacional, tarefa na qual as colônias seriam centrais.⁵⁴

Ao contrário do que se afirmava sobre a inexistência de política agrária no tempo do Marquês de Pombal, José Vicente Serrão defende em sua tese que ela existiu e foram dois os princípios que a nortearam: o da distribuição racional das culturas segundo a aptidão dos solos e o princípio da utilidade pública sobre o bem particular. Dessa

⁵⁴ PEREIRA, Mirian Halperin. *Livre-cambio e desenvolvimento econômico. Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa, 1983. Mais interessante no estudo de Halperin é ter constatado uma periodização mal elaborada em razão da produção intelectual e discursiva dos agrônomos da segunda metade do XIX. Isso teria acontecido porque depois de 1870 a atenção desses especialistas foi absorvida pela introdução de novas técnicas e pelo perigo da monocultura vitícola que escasseava as terras do trigo e do milho havendo a tendência a considerar o alargamento da área cultivada um fenômeno oitocentista, quando era "apenas a continuação de uma ocupação sucessiva de terras novas, que desde o século XVIII teria vindo a acompanhar crescimento demográfico". Cf capítulo II.

maneira, se buscava em Portugal "resolver os problemas da produção, para assegurar à satisfação das necessidades alimentares essenciais, e desbloquear o acesso à posse fundiária".⁵⁵ A transição para o capitalismo em Portugal acontecia ao tempo em que se escasseava a produção aurífera da sua mais rica colônia. A produção de memórias sobre agricultura visava, portanto, a substituição da produção colonial por outros gêneros rentáveis, e o aumento da oferta alimentar, o que significou uma profunda reformulação da paisagem agrícola, da estrutura agrária e das políticas voltadas para o mundo rural tanto em Portugal, quanto em suas colônias.

É neste sentido que a Academia de Ciências de Lisboa produziu tantas memórias sobre o uso e produção do anil, da cochonilha, da quina (quinoa), do linho, do cânhamo, do leite, do queijo e da carne, ao tempo em que escreviam sobre a decadência da mineração e endossavam o coro dos entusiastas da natureza do novo mundo.

José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, dissertando em 1804 sobre o destino das Minas Gerais, divide sua análise em quatro capítulos, sendo que logo no primeiro “mostra-se que as Minas de ouro são prejudiciais a Portugal”. Segue-se um capítulo sobre a importância das escolas de mineralogia, outro sobre “o meio para se facilitarem as descobertas da História Natural, e dos ricos tesouros das Colônias de Portugal” e um último onde “apontam-se os meios de se aproveitarem as produções e a agricultura do continente das Minas, que, aliás, é já perdido para o ouro”.⁵⁶

Foi no esforço de realizar o último ponto que se produziu a maior parte dos estudos da Academia. O caminho da análise de Azeredo Coutinho reflete bem o espírito

⁵⁵ SERRÃO, José Vicente. “Pombalismo e a Agricultura”. Tese de doutorado. Lisboa, História-ISCTE, 1987.

⁵⁶ COUTINHO, José Joaquim de Azeredo. *Discurso sobre o estado atual das Minas do Brazil dividido em quatro capítulos*. Academia de Ciências de Lisboa, BACL 11. 344. 27

fisiocrático anti metalista da época – critica a mineração para sobrepujar a agricultura, aquela que seria a verdadeira riqueza das nações.

No mesmo ano, um dos importantes correspondentes da Academia, José Joaquim Lisboa, também atentou para o destino das minas, descrevendo em verso as principais produções, rios e animais do Brasil, em especial da capitania de Minas Gerais, donde se percebe a noção ampliada dos escritos “científicos” desta instituição. Em sua *Descrição curiosa* do Brasil consta nas notas explicativas dos versos, informações bastante úteis para os viajantes, e interessados economicamente na exploração agro-pecuária da América Portuguesa: “a maior parte dos campos, e ainda dos matos, são regados com inumeráveis rios, ribeiros, e regatos que há naquele país, e pela vastidão dos campos que há, e numerosos gados, andam estes dispersos, e sem pastor.”⁵⁷.

Foi também a Academia que promoveu, junto com o Jardim Botânico, as expedições científicas ou “viagens filosóficas”. Entusiasmados com os mais novos tesouros de além mar, os acadêmicos escrevem o belíssimo documento bio-antropológico que servia como principal guia das viagens: *Breves instruções aos correspondentes da Academia de Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes a História da Natureza, para formar um museu nacional*.⁵⁸ Nestas instruções, consta desde o que deveria ser remetido das colônias para ser estudado na metrópole, os cuidados técnicos do envio, quanto a maneira como se devia recolher informação sobre o local de onde foram extraídas as plantas ou animais, tendo “por objeto as coisas mais notáveis e curiosas do terreno, em que se acham os ditos produtos, e dos costumes dos

⁵⁷LISBOA, José Joaquim. *Descrição curiosa das principais produções, rios e animais do Brazil, principalmente da capitania de Minas Gerais*. Lisboa: Imprensa Regia, 1804. Academia de Ciências de Lisboa, 11.801.54

⁵⁸ Texto acessado na Real Biblioteca da Ajuda.

povos que o habitam”.⁵⁹ O motivo do nome dado à expedição científica, enquanto “filosófica” transparece quando é explicitado o objetivo que ia além da classificação, ou do enciclopedismo, indo, justamente, na direção de um conhecimento territorial mais apurado:

"Estas notícias particulares de que acabamos de falar, só servem para dar a conhecer os exemplares que se remetem; e como não interessa menos conhecer o país que os produz, recomendasse aos Correspondentes, que mandem também uma descrição Geográfica dele, que compreenda com a exaçaõ possível tudo o que tiverem observado, e lhes parecer mais digno da atençãõ de um filósofo. (...) Para este efeito, depois de notarem a longitude e latutide do lugar a respeito do Céu, o seu clima, as suas dimensões, a sua situaçãõ a respeito dos pontos cardeais do mundo, a sua figura, etc, passarãõ a coisas mais particulares".⁶⁰

É interessante observar o esforço conjunto de ações que tiveram as instituições ilustradas e a intersecção de seus membros, que transitavam entre uma e outra. Essa convergência de interesses reflete a existência de uma política agrária no espaço luso-brasileiro, centralizado pelo governo metropolitano. Tal política passava pelo conhecimento e aproveitamento dos potenciais agrícolas ultramarinos. Uma das provas disso é o esforço na identificação dos locais exatos em que foram encontradas as espécies animais, vegetais e minerais, criando assim algo como um mapa biológico que norteava a Coroa.

A intersecção entre essas instituições explica a trajetória do italiano Domenico Vandelli que escreve ainda em 1788 um plano de lei agrária para Portugal, tendo sido também professor de História Natural e Química da Universidade de Coimbra, fundador

⁵⁹ ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA. *Breves instruções aos correspondentes da Academia de Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes a História da Natureza, para formar um museu nacional*. Lisboa: Regia Oficina Tipográfica. 1781, capítulo IV.

⁶⁰ Idem.

do Jardim Botânico do Palácio Real da Ajuda em 1787 e também delineador das expedições científicas às colônias. Um dos seus biógrafos avalia sua contribuição: “As investigações de Vandelli no domínio da química são pouco significativas. As suas contribuições científicas principais situaram-se no campo da História Natural e da economia, numa perspectiva que se integra no utilitarismo típico do Portugal das Luzes”.⁶¹

Nesse ínterim, Vandelli escreveu o texto *Viagens filosóficas ou dissertações sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar* e a *Breve instrução sobre o método de recolher e transportar algumas produções, que se achão no sertão e costas do mar*.⁶² É também Vandelli quem fomentou o projeto irrealizado de uma "História Natural das Colônias" que reuniria o material recolhido nas expedições que seria tratado e organizado no Museu de História Natural, anexo ao Jardim Botânico.

Em toda a Europa os Jardins Botânicos e Zoológicos e os Museus de História Natural são formados a partir das “Menageries” ou quintas reais, refletindo tanto o poderio das monarquias centralizadas, quanto a sua dissolução em prol dos interesses científicos. Em Portugal, o Jardim Botânico é construído no próprio jardim do Palácio da Ajuda, sede da corte luxuosa do déspota esclarecido D. José, e cumpre, primariamente, a função de endossar o poder real. Em um parecer sobre as condições do Museu e Jardim Botânico da Ajuda, escrito por seu administrador em 1822, Felix Avelar Brotero, consta que estes estabelecimentos,

⁶¹ COSTA, Antonio Amorim da. Texto publicado no site da Sociedade Portuguesa de Química <http://www.spq.pt/docs/Biografias/Domingos%20Vandelli%20port.pdf>, acessado em 15 de junho de 2011

⁶² Ambos os documentos foram acessados no Arquivo do Museu Nacional de História Natural de Lisboa.

(...) "contíguos ao Paço da Ajuda foram instituídos por El Rei D. José I para instrução e recreio dos descendentes da sua Real Dinastia, como bem indica a situação em que foram fundados, e bem como também junto do mesmo Paço, e para o mesmo fim ele instituiu um gabinete de Física experimental, e uma Biblioteca de Belas Letras, (...). Foi durante o governo deste Rei que se fizeram todos os edifícios dos dois Estabelecimentos, sendo as suas despesas feitas com grande profusão pelo Real Erário, então assas rico".⁶³

Ronald Raminelli, em seu livro *Viagens Ultramarinas*, frisa a importância das viagens e da escrita na viabilização do governo metropolitano.⁶⁴ No seu entendimento, teria havido duas fases, a primeira, na qual os "vassallos do rei ampliavam as conquistas e recebiam como recompensas títulos de cavaleiros de Ordens Militares, terras e cargos na administração local", tendo por isso a escrita, assim como a espada, sido uma maneira de serviço ao rei, "pois lhe informava sobre acontecimentos, terras distantes, minas, lavouras e a disposição de súditos em obedecer a suas leis".⁶⁵

A segunda fase, no século XVIII, é apontada pelo autor como de domínio da ciência quando esta se tornou "instrumento necessário para medir terras, produzir mapas, aperfeiçoar as lavouras e as minas". É o Estado quem assume a função de "instruir profissionais que teriam a nobre tarefa de reunir informações, cientificamente capazes de promover reformas, delimitar os limites do império e introduzir técnicas responsáveis por modernizar as atividades produtivas"⁶⁶. É nesse contexto que se cria a Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar em 1736 para que funcionasse como intermediário entre o monarca e a burocracia colonial, e que nasce a Universidade de Coimbra como

⁶³ Feliz de Avelar Brotero. *Requerimentos e Memórias do jardim Botânico - 1821-1833*. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Reino, maço 444, caixa 555, pasta 3.

⁶⁴ RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas. Monarcas, Vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008

⁶⁵ Idem, p. 8.

⁶⁶ Ibidem.

“centro promotor da modernização da agricultura, manufatura e comércio”. O Jardim Botânico português funcionava como base experimental e acumulativa desses saberes.

É também com o intento de ativar os "vínculos entre colônia e metrópole" que foram realizadas as viagens filosóficas a partir de 1780, a exemplo das expedições de Alexandre Rodrigues Ferreira, entre 1783 a 1792, e claramente de espionagem agrícola-econômica, como foi a missão de Hipólito José da Costa, descrita em seu *Diário da minha viagem à Filadélfia*, entre 1798 e 1799.⁶⁷ Fundamentais para o desenvolvimento do campo da História Natural, essas viagens também compõem o cenário daquilo que se convencionou chamar de “despotismo esclarecido”, o qual nutrido pelo enciclopedismo empoderava reis centralizados, com visão ampla de seus domínios.

Mas foi sobretudo uma intenção econômica o principal divisor de águas entre as viagens de expedição ultramarinas. Antes de 1780, o manual norteador era a obra *O Peregrino Instruído* – feita para ilustrar as viagens de D. João V; depois de 1780 os viajantes não poderiam dispensar a leitura de “Viagens filosóficas” de Domingos Vandelli, dirigida aos naturalistas, via de regra formados na Universidade de Coimbra. As expedições ultramarinas, de caráter científico, que acontecem a partir de 1780 anunciam uma preocupação em mapear as colônias, não apenas do ponto de vista cartográfico, mas também da melhor maneira de explorá-las economicamente. O conhecimento, descrição e classificação das espécies botânicas e zoológicas exóticas serviam à coroa como um mapeamento territorial dos potenciais agrícolas coloniais que

⁶⁷ COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem a Filadélfia 1798-1799*. Lisboa, ICS, 2007. Alexandre Rodrigues Ferreira. *Viagem Filosófica pelas capitâneas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá 1783-1792* (2 vols.). Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1971. Este diário de viagem também existe em manuscrito integral no Arquivo do Museu de História Natural.

poderiam minorar a depressão econômica vivida pela metrópole lusitana, em função da diminuição da exploração aurífera.

Uma das mais importantes e documentadas viagens feitas com esse propósito foi a de Alexandre Rodrigues Ferreira. Nas cartas que escreveu durante sua estadia no Brasil havia um “ensaio de plantas úteis” – cânhamo, cravo, cacau - que mostra que sua viagem não tinha significado apenas em termos da construção estratégia de exploração econômica das chamadas “drogas do sertão”, ou plantas medicinais, mas também buscava alternativas de planta úteis para as novas agriculturas que se desejava implantar

A trajetória deste viajante também se acomoda no contexto de associação entre o naturalismo e o fortalecimento do Estado moderno português, pois tendo retornado para Lisboa depois de sua missão filosófica no Brasil, em 1793, recebeu como recompensa de seus serviços, o hábito de Cristo, “com 60 mil de tença”, além de ter sido “nomeado oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos, inspetor e administrador das reais quintas de Queluz, Caxias e Bemposta e vice-diretor e tesoureiro do Real Jardim Botânico e Museu de Sua majestade”, segundo nos informa Américo Pires de Lima.⁶⁸ De todos esses cargos e mercês recebidos há um que saltas as vistas, o de oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos, porque mostra a vinculação entre a sua atividade como naturalista e os interesses de expansão do reino.

Na medida em que cumpriam o objetivo de ser “filosófica”, de promover o “avanço da ciência” em busca das leis que estavam “escondidas no mundo vivo”, essas viagens forneciam o material necessário para a racionalização e cientifização da agricultura luso-brasileira. Ainda nas palavras de Raminelli, o grande diferencial dessas

⁶⁸ LIMA, Américo Pires de. *O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira. Documentos coligidos*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar. Divisão de Publicações e Biblioteca, 1953.

viagens era que os naturalistas atuavam “como economistas e etnógrafos, coletando as técnicas nativas de transformação da natureza”.⁶⁹ Dessa maneira, se estabelecia os limites entre o conhecimento tradicional e o científico: aproveitando os saberes práticos e os formatando na estrutura científica.

Produção, compilação, reedição: os caminhos da ciência nas mal traçadas linhas das tipografias modernas.

Quase simultaneamente, em Portugal, houve a criação de Tipografias especializadas no melhoramento agrícola e empenhadas em fazer circular teses e folhetos sobre o tema no Brasil. Na avaliação de Diogo Ramada Curto, a produção tipográfica, “a exemplo do modelo já ensaiado pela Academia de Ciências, visava difundir as luzes da ciência, sobretudo no domínio da agricultura, adaptando a ideia fisiocrática nas colônias”. Casas Literárias como a Arco do Cego, a qual dedicaremos maior atenção, podem ser entendidas como “um dos elementos de construção do Estado Moderno – chamado a assumir um número cada vez maior de funções” – mas, objetivamente, cumpriam o papel de elaborar um saber erudito sobre agricultura e pecuária.⁷⁰

Como se vê no texto do plano de criação de uma Sociedade Patriótica de Instrução do Reino nas ciências Naturais, eram conexas as abordagens das ciências naturais e da agricultura, e as tipografias tinham uma importância indubitável na difusão e circulação dos conhecimentos:

⁶⁹ RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas...*

⁷⁰ CURTO, Diogo Ramada. “D. Rodrigo de Souza Coutinho e a Casa Literária Arco do Cego”. In Fernanda Maria Guedes Campos (org). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) - Bicentenário “sem livros não há instrução”*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda; Biblioteca Nacional de Lisboa, 1999, pp. 48 e 49.

"é portanto a Arte Tipografia, bem dirigida o laço de confraternização entre todos os homens, e o único meio capaz de fazer em menos tempo possível propagar a virtude e destruir o vício, adoçando a acrimonia do coração humano. Sobre esta grande arte é que julgo deve ser fundada neste Reino uma Sociedade Patriótica da Instrução que tenha a seu cargo imprimir livremente as melhores obras de Ciências Naturais, Zoologia, Botânica, Agricultura, Economia Rural, Comércio, Artes e Ofícios".⁷¹

Em relação à produção intelectual nesse período, vale notar o esforço que fizeram os autores para diferenciar seus conhecimentos "ilustrados" das praticas rotineiras dos lavradores. Em uma publicação de 1892 intitulada *Agricultores Ilustres de Portugal* são listados e biografados todos aqueles considerados os verdadeiros estudiosos da agricultura científica, o que permite entender os critérios de distinção adotados na constituição desse campo:

"A agricultura era considerada pelos antigos mais como arte do que como ciência. Só no fim do século passado, depois de se terem desenvolvido as ciências naturais e de irem os agrônomos procurar a elas as bases dos seus estudos, é que a agricultura passou de arte à ciência, e ciência das mais complexas. Os grandes mestres da agricultura começaram a aparecer então. Rosier, em França, Arthur Young em Inglaterra e Thaer na Alemanha cimentaram, por assim dizer os alicerces da agronomia. Um número considerável de discípulos d' estes grandes homens, encarregando-se de divulgar em todas as nações, já por meio de livros, já por meio de exemplos práticos, as verdades expendidas pelos mestres, fizeram com que a agricultura saísse do abatimento em que jazia e viesse ocupar o lugar eminente que hoje tem".⁷²

⁷¹ "Plano de criação de uma sociedade patriótica de instrução do Reino nas ciências Naturais" ANTT, Conde de Linhares, mç. 20, doc.11.

⁷² CARVALHO ,Antônio Máximo Lopes de. *Agricultores Ilustres de Portugal*. Lisboa, Biblioteca do Portugal Agrícola, 1892.

Em discursos como esses que se multiplicam nos textos sobre agronomia em Portugal, vê-se que esta ciência vai criando seu mito de origem - seus pressupostos, seus nomes fundadores. O exemplo da agricultura para pensar o iluminismo é especial, porque se trata de um conjunto de conhecimentos acumulados e praticados diariamente por lavradores, mas que em um momento chave na história se torna codificado na linguagem científica. No entanto, justamente por se tratar de um campo de saber eminentemente prático e de um acúmulo milenar de conhecimentos, muito pouco foi de fato *inventado* nessa época, sendo as publicações, via regra, compilações e reedições de obras antigas adicionadas de um novo prólogo explicativo.

Maria Carlos Radich critica a ideia de que a zootecnia nasceu no XIX e seus fundadores foram Baudemant "que a concebeu como aliança das leis fisiológicas com as da economia" ou Gasparin, "que a batizou, propondo a palavra em 1843, e de Sanson , que começou a desenvolvê-la".⁷³ Radich cita Paula Nogueira – agrônomo português do final do século XIX que teve forte influência entre os brasileiros – que afirma que os homens sempre fizeram zootecnia, mas ignoravam que estavam fazendo. A novidade no XIX é a "explicitação do conceito".

Embora zootecnia e veterinária não tivessem sido literalmente inventadas, Radich frisa a diferença entre os manuais do início do século XVIII e os do final do século XVIII e início do XIX, notando que a centralidade do cavalo na medicina veterinária (hipiatria) começa a declinar e com isso a veterinária militar perde espaço nos manuais, à medida que ascende a importância da veterinária civil. Aparecem cada vez mais discursos em

⁷³ RADICH, Maria Carlos. *Agronomia no Portugal oitocentista Uma discreta desordem*. Oeiras, Celta Editora, 1996, p. 117.

prol de uma racionalização da produção e do cultivo e melhor aproveitamento das terras, não apenas com vistas à lucratividade, mas ao incremento alimentar da população.

No entanto, duas obras ainda do começo do XVIII nos indicam uma importante mudança por terem como assunto central a medicina animal, bovina, ou a criação de animais: *A arte de curar bois* de Manuel Martins Cavaco (1709) e *Thesouro de Lavradores* de Alexandre Dias Ramos (1737). Mas foi o modo de tratar esses temas, e não o tema em si, que mudou no final dos setecentos. Senão, vejamos.

Essas obras, em especial a de autoria de Cavaco, são referidas pelos autores da nova agricultura como bastiões das práticas rotineiras que deveriam ser abolidas. Em uma publicação de 1802 pela Regia Oficina Tipográfica foi traduzido o livro do italiano Francesco Toggia (1752-1825), *História e cura das moléstias mais essenciais, internas do boi e análogas as do cavalo*.⁷⁴ O tradutor, sócio da Academia de Ciências, Vicente Coelho de Seabra Silva Telles, frisa no prefácio que a veterinária de Toggia é uma das melhores que existem e que ela poderia mudar “infalivelmente a sorte dos nossos gados, que entregues ao cuidado de homens, não só inteiramente faltos de princípios mas também de guia (...) que liam Cavaco, Thesouro de Lavradores e Rego” os quais eram tidos como “livros sagrados”. Essas obras são criticadas nem tanto pelo conteúdo, mas pela disposição e organização do conhecimento: “As doenças ali são tratadas confusamente; sintomas de morbo são tidos por verdadeiros morbos e morbos por sintomas, enfim ali só se vê confusão, desordem e ignorância”. A obra de Francisco Toggia teria o mérito de “ordenar as moléstias, e descrevê-las com muito cuidado e clareza”, não obstante sua veterinária fosse ainda “defeituosa, pois é fundada na Patologia

⁷⁴ TOGGI, Francesco (1752-1825), *História e cura das moléstias mais essenciais, internas do boi e análogas as do cavalo*. Lisboa, Regia Oficina Tipográfica, 1802. ACL, 11.359.20/I-II.

humoral e a sua Matéria Médica, além de cumulativa, tem os mesmos defeitos da patologia”. Para minorar o problema Silva Teles opta por um procedimento intelectual característico desse período, fazendo uma tradução anotada:

"por não inverter, e alterar o sistema do autor, cingir-me-ei quanto puder ao sentido do texto, e quando julgar inevitáveis algumas reflexões, ou adições, as farei em notas em que não somente faço as reflexões que julgo necessárias; mas também faço menção, quando é mister, do que sobre a matéria há melhor".⁷⁵

A crítica ao autor de *Thesouro de Lavradores* e aos métodos de cura animal até então empregados são feitas pelo próprio Francisco Toggia, que acredita serem os alveitares “deploravelmente envolvidos nas trevas da ignorância, em que velhos prejuízos, e uma hereditária tradição cheia de ilusões e de erros os tem precipitado”. Além de faltar “ordem, método, e clareza necessárias”, a prática e os saberes dos alveitares, contra os quais a veterinária nasce se opondo, eram informadas por “preceitos errôneos”, como o de que as veias nasciam do fígado, que as vacas tinham mais veias que os bois porque uma delas seria mamária, e de que havia três espécies de sangue, *principal, vital e material*, servindo respectivamente para dar força ao animal, mantê-lo vivo enquanto dorme e precipitar-se, quando o mesmo se achava enfermo. Tais princípios sobre a anatomia e fisiologia dos animais justificavam um procedimento de cura que respeitava as fases da lua, fazia uso de “saquinhos simpáticos”, ingestão de urina, acreditava que “certos morbos são incuráveis, porque são causados por bruxarias, e feitiçarias” e que aplicavam “franca e temerariamente copiosas sangrias”, um método considerado por Toggia como “rude e imprudente”.

⁷⁵ Idem.

O que esses prefácios revelam é a constituição do campo da veterinária, “fruto do século das luzes”, que nascia demarcando suas diferenças em relação aos métodos da alveitaria.⁷⁶ Revelam também aspectos da leitura – interpretação, circulação e edição – de certos temas e autores entre aqueles que estavam se empenhando em praticar uma nova agricultura.

Conquanto tivesse havido grande esforço por parte das elites ilustradas para delimitar e distinguir sua ciência ilustrada das práticas rotineiras e dos saberes dos alveitares, muitas obras são reeditadas durante o século XIX sugestionando que houve utilização dos mesmos conhecimentos sob novas roupagens, ou seja, novas impressões contendo novos prólogos e direcionado a novos leitores. É assim que o criticado livro de Cavaco – este que era em seu tempo “Mestre examinado na faculdade de Alveitaria de gado Vacum” – *A Arte de Curar Bois*, é reeditado em 1815 pela tipografia de J.F.M. de Campos, com licença da Mesa do Desembargo do Paço.⁷⁷

Particular atenção deve ser dada às impressões da Tipografia ou Casa Literária Arco do Cego. Especializada em obras de agricultura e ciências naturais, publicou, em seus dois anos de existência (1799-1801), mais de 80 títulos, entre obras autorais, traduções e compilações, conformando um “projeto editorial de rara coerência temática”, nas palavras de Maria de Fátima Nunes⁷⁸.

⁷⁶ Eram francesas as duas primeiras escolas de medicina veterinária do Ocidente: em Lyon, 1762, e em Paris – Alfort, 1765, e elas nascem opondo-se ao vocábulo alveitaria que passa a designar um conhecimento obsoleto, de acordo com Lucio Esmeraldo Horácio de Melo. “De alveitares a veterinários: notas históricas sobre a medicina animal e a Escola Superior de Medicina Veterinária São Bento de Olinda, Pernambuco (1912-1926)”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, n.1, jan.-mar. 2010, p.107-123.

⁷⁷ Não fizemos uma pesquisa exaustiva dos títulos e das suas muitas edições. Entre outras, essa é apenas uma das provas que permitem sugerir que obras condenadas pela nova agricultura poderiam ser reeditadas.

⁷⁸ NUNES, Maria de Fátima; e BRIGOLA, João Carlos. “José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) – um frade no Universo da Natureza”. In Fernanda Maria Guedes Campos (org). *A Casa Literária do Arco do Cego...*p. 51.

Essa tipografia, criada por D. Rodrigo de Souza Coutinho, exemplifica a “dupla preocupação quanto às perspectivas de políticas externas e à organização dos saberes” da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, como indica Diogo Ramada Curto, um dos principais estudiosos desta Casa Literária.⁷⁹ O frade franciscano José Mariano da Conceição Velloso, naturalista auto-didata, foi chamado por D. Rodrigo para trabalhar em Lisboa e, posteriormente, ser o “diretor” da tipografia.

A trajetória de José Mariano da Conceição Velloso e da tipografia dirigida por ele e mantida pelo próprio Rodrigo de Souza Coutinho, reflete a necessidade mútua de cooperação entre metrópole e colônia.⁸⁰ Em alguma medida estudar essas trajetórias nos faz tocar em um ponto chave da história do império marítimo português e das últimas décadas de exercício colonial: a aproximação entre os súditos e o monarca, ou melhor, entre a burocracia metropolitana e os poderes locais. Os trabalhos publicados pela Tipografia Arco do Cego indicam a necessidade da metrópole de manter ativa, rentável e submissa sua colônia mais rica. Por outro lado, suas publicações, mormente aquelas posteriores a dissolução da tipografia e incorporação a Imprensa Régia refletem um desejo de autonomia dos conhecimentos agrícolas praticados no Brasil. Isso significa que o frei José Mariano é um bom e mau exemplo de como a metrópole dominava a colônia e de como a colônia aproveitava as frestas do poder para impor-se, autonomizar-se e, por exemplo, engendrar uma zootecnia, agronomia e medicina veterinária com características próprias.

⁷⁹ CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Escrita. Séculos XV s XVIII*. Lisboa, ICS, 2007, p. 239.

⁸⁰ Aqui partilhamos de uma concepção mais complexa da relação centro-periferia, que os historiadores da burocracia colonial vem argumentando desde os anos 90, considerando um marco o ano de 1994 quando foi publicado o livro de Antonio Manoel Hespanha. Uma boa análise dessa nova historiografia pode ser lida em Maria Fernanda Bicalho. "Da colônia ao império: um percurso historiográfico. In Laura de Melo e Souza, Junia Ferreira Furtado e Maria Fernanda Bicalho (orgs). *O Governo dos Povos. relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo, Alameda, 2009.

Na tipografia Arco do Cego, José Mariano publicou grandes obras como *O Fazendeiro do Brasil melhorado na economia rural* o qual consistia em 10 volumes dividido em cinco tomos sobre as culturas que deviam ser promovidas, inclusive sobre a produção animal. Aqui também não se trata de obras originais, mas de memórias coligidas entre aquilo que o Frei José Mariano julgava mais importante na época. É o próprio frei quem administra a circulação desta obra e de outras, o que fica patente em um ofício endereçado a João Felipe da Fonseca, oficial-mor da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, escrito em 1798. Nele, José Mariano pede que sejam encaminhados 240 exemplares do livro e mais “setecentos exemplares da brochura das taboetas das carnes e novecentas da cochonilha”, além de alguns volumes sobre o índigo e o anil.⁸¹ Dentre as principais obras da chamada agricultura ilustrada que chegaram ao Brasil, *O Fazendeiro do Brasil*, foi talvez a mais importantes entre elas, pela considerável circulação entre os fazendeiros.⁸²

Além destas obras foram publicados folhetos de distribuição mais corrente como “Melhoramento da Economia Rústica do Brasil”, escrita por José Gregório de Morais Navarro que era, sobretudo, um apelo à modernização rural a partir do uso de técnicas de cultivo e maquinários, a exemplo do arado. Na verdade, a “coerência temática” de José Mariano se deveu exatamente ao fato de que ele mesclou os conhecimentos da História Natural com aqueles da agricultura. De mais a mais, ele desempenhou a função de diretor

⁸¹ "Ofício de Frei Mariano ao oficial-mor da secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, João Felipe da Fonseca, encaminhando 150 exemplares de *O Fazendeiro do Brasil melhorado*". AHU, CU Reino, Cx.23, pasta 26.

⁸² *O fazendeiro do Brasil Criador: Melhorado da economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir e nas fabricas, que lhe são próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assumpto*. Pode ser consultada na Biblioteca Nacional de Lisboa e em versão parcialmente digitalizada no site do projeto Brasil Ciência – USP: <http://www.ieb.usp.br/online/telaSubCateg.asp?id=5>

da Casa Literária imbuído de espírito pedagógico, como era, aliás, comum à Arte Tipográfica.

O *Compêndio de Agricultura: resumido de várias memorias e cartas offerecidas à Sociedade de Bath*, é também um dos manuais mais completos, e paradigmáticos dessa ilustração da agricultura luso-brasileira. Seus cinco volumes publicado entre 1801 e 1803, pela Regia Oficina Tipográfica e pela Tipografia Arco do Cego, reúnem escritos sobre agricultura, abordando temas tão vastos quanto uso de bois e cavalos na agricultura, alimentação animal, pastagens, máquinas e instrumentos, plantação de árvores silvestres e de frutos, plantação de batatas, e até um “pequeno tratado respectivo a preservação da saúde das pessoas empregadas em agricultura, e sobre o cultivo das moléstias incidentais a este modo de vida”, traduzidas do inglês por Ignacio Paulino de Moraes.⁸³

Esta obra foi oferecida ao público como um "novo Tesouro de Agricultura".⁸⁴ Ao justificar a dedicação aos estudos da agricultura, Moraes assevera que esta é de suma importância, por ser a mais antiga e mais útil de todas as artes, mas que, “apesar de todas essas excelências” era a única arte que “não tem regras, que não é ensinada a sua teoria, e que todos praticam por um certo roteiro de costumes herdados, ou aprendidos materialmente sem fundamentos, nem princípios certos”.⁸⁵ O caráter pragmático dessa obra se consolida ao longo das publicações, havendo por título introdutório do III volume

⁸³ MORAES, Ignacio Paulino de. *Compêndio de Agricultura: resumido de várias memórias e cartas offerecidas à Sociedade de Bath*. No final de 1801 a Casa Literária Arco do Cego é suprimida e seu material passa a integrar a Imprensa Regia. Os cinco volumes deste *Compendio* foram publicados entre 1801 e 1803; por este motivo o primeiro volume é publicado pela Arco do Cego e os demais pela Imprensa Regia. Maria de Fatima Nunes e João Carlos Brigola dizem ainda que essa mudança avultou a Imprensa Regia, em termos de materiais e de projetos, o que a colocou em condição de rivalizar com a Academia de Ciências e a Universidade de Coimbra, que também tinham prelos. Cf. essa informação em “José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) – Um frade no Universo da natureza”, in Fernanda Maria Guedes Campos (org). *A Casa Literária do arco do Cego...* p. 69.

⁸⁴ Idem. Tomo I, p. 6.

⁸⁵ Idem. Tomo III, pp 5 e 6.

uma "dissertação sobre a necessidade absoluta de se instituírem Escolas Públicas de agricultura, como o único meio de iluminar, e dissipar os abusos dos Agricultores, tão prejudiciais, aos Senhores de terras, como ao público em geral".⁸⁶

Por se tratar de tão nobre arte e pela eminente necessidade de ser teorizada e ensinada, faltava então instituir a figura do nescio lavrador, que seria ainda pouco versado no assunto e por este motivo devia ser iluminado pela ciência:

"As considerações da incapacidade, e impraticabilidade dos nescientes, e ignorantes camponeses poderem fazer alguns consideráveis melhoramentos em rurais economias, e a necessidade de lhes assistir, e ajudar, principiam agora a ser tão justas, como gerais; sendo fundadas em fatos, e tristes experiências, as quais são acompanhadas, e cercadas de muitas perniciosas consequências".⁸⁷

Não obstante o áspero discurso sobre a ignorância dos camponeses, persistia certa crise, por assim dizer, tanto na ideia de que o avançar da civilização tornaria mais científica a prática agrícola quanto na ideia de que seu principal ator, o lavrador, que milenarmente a vinha praticando, não sabia da verdadeira maneira de realizá-la. É ainda no *Compêndio de Agricultura* que encontramos uma reflexão sobre o que seria a justa medida da civilização para que a agricultura progredisse:

"Eu tenho estabelecido como uma regra geral, que a civilidade, e polidez, anima, e fortalece a Agricultura; contudo, é possível que as mesmas rurais economias possam ser abatidas, e danificadas por esta mesma civilização, menos que seja bem regulada. Qualquer nação pode ser civilizada em um grau tão eminente de sutileza, que a parte mais polida de seus habitantes há de associar em cidades e vilas, e aplicar-se a nenhuma outra coisa, que não seja divertimento e Artes liberais, e a consequência vem a ser, o

⁸⁶ Idem. Tomo III, p. 15.

⁸⁷ Idem. Tomo III, p 26.

estabelecer a agricultura quase no mesmo predicamento em que estava antes do princípio da civilização".⁸⁸

O conflito entre manufatura e agricultura transparece nos manuais e nos discursos publicados na época. A tendência, entretanto, era considerar a agricultura como suporte do desenvolvimento das fábricas e merecedora, portanto, de prioridade. Em nenhuma medida foi a agricultura preterida pelo pensamento ilustrado, ao contrário, além de se identificável uma política agrária desde o tempo do Marques de Pombal, os projetos e escolhas editoriais que versavam sobre uma nova agricultura, afetada pelo pensamento fisiocrata, foram capitaneadas e financiadas pelo Estado português.

Em um breve parêntese sobre o pensamento fisiocrata clássico elucidado por Louis Dumont, diríamos que um dos seus grandes teóricos, Quesnay, se distinguiu por combinar uma visão política e social tradicional com um sistema econômico moderno, ou ainda, “o holismo e o individualismo: o holismo no quadro tradicional, religioso e político, e o individualismo no econômico”, nas palavras de Dumont.⁸⁹ Quesnay também separava a *produção* da *circulação*, sendo a produção encontrada na agricultura e por isso repousava aí a verdadeira riqueza das nações – ponto central de distinção com o pensamento mercantilista. Como era a agricultura identificada com a produção, as outras ocupações eram consideradas por Quesnay como improdutivas ou estéreis, uma visão que claramente repercute nos discursos dos pensadores portugueses das economias rurais.

Um documento encontrado no arquivo do Ministério de Obras Públicas, escrito por Vandelli e intitulado, “Memória sobre a preferência que se deve a Agricultura e quais fábricas agora convêm”, expressa com clareza a doutrina fisiocrática vigente em

⁸⁸ Idem. Tomo III, p. 23.

⁸⁹ DUMONT, Louis. *Homo Aequalis. Gênese e plenitude da ideologia econômica*. Bauru, EDUSC, 2000, p. 60

Portugal.⁹⁰ Não era apenas uma sagração da agricultura como a mais nobre arte, mas, especialmente desta enquanto prerrogativa da indústria: “A experiência no tempo de Sully mostrou ao contrário do que pensava e intentou Colbert, porque sem cuidar na Agricultura não podiam florecer as fábricas”. Contrapondo a lógica mercantilista excessivamente monetarizada e o industrialismo da época, esse texto justifica os esforços do governo em privilegiar as produções rurais.

Como apontamos acima, nos discursos e nos manuais da agricultura ilustrada existia também uma justa medida da ignorância dos camponeses. Estes não eram tábulas rasas dos conhecimentos que agora empapuçavam a boca dos doutos da agricultura. E essa realidade, contraditória por princípio, era observada da seguinte maneira:

"As ideias dos lavradores ignorantes não se podem inverter por algumas das publicações feitas sobre Agricultura, as quais muitos não podem entender porque não sabem; e a generalidade dos Lavradores, ainda que saibam, tem demasiada opinião para as quererem ler".⁹¹

A questão central era, portanto, o fato de que os camponeses tinham “demasiada opinião” para se disporem a absorver a nova agricultura ilustrada, ou seja, havia um conflito de ideias e interesses, de origem eminentemente social. Isso nos remete ao debate sobre tradicionalismo e inovação na agricultura, que tende a ver os camponeses, sua cultura e saberes, como obstáculos da modernidade e da revolução agrícola que lhe caracteriza, como tipos conservadores e resistentes às mudanças técnicas.

⁹⁰ VANDELLI, Domingos. “Memória sobre a preferência que se deve a Agricultura e quais fábricas agora convêm”. Arquivo do Ministério de Obras Públicas, Documentos respeitantes a agricultura 1759-1794, MR 36.

⁹¹ *Compêndio da Agricultura...* Tomo III, p. 31.

Na sociologia, Paulo Zarth aponta três autores que elucidam a questão na década de 1970: Kazimierz Dobrowolski, que ao estudar camponeses poloneses observa tanto sua tendência conservadora, de manter a ordem social porque a referência é o passado e as experiências prévias, quanto uma força de mudança social, “destrutiva e revolucionária” que surge em alguns contextos; Mais próximo da abordagem adotada nesta tese, Henri Mendras entende que não há conservadorismo, mas escolha e seleção dos conhecimentos considerados pelos camponeses como válidos para serem adotados; Slicher van Bath adjetiva o olhar dos camponeses sobre as inovações técnicas da modernidade como “incrédulo e reprovador”, seguindo uma linha de argumentação semelhante a de Mendras.⁹²

Se invertermos o olhar observando a sociedade de baixo para cima veremos que não há aversão pura e simples à mudança, há um conflito de saberes e uma contra-modernidade, ou modernidade alternativa que se engendra ao tempo em que os saberes de uma nova agricultura, fruto do iluminismo, tenta se impor sobre as práticas agrícolas milenares dos lavradores.

Laurence Roudart, ao tentar caracterizar a Revolução Agrícola que atravessou a Idade Moderna amparando a Revolução Industrial, explica que foram os agrônomos ingleses e franceses quem primeiro fundamentaram essa “nova agricultura”.⁹³ Através de uma narrativa sobre o advento do capitalismo industrial, enquanto um processo inexorável cuja força de sua implantação removeria obstáculos como os saberes tradicionais, as terras comunais, os alqueives e o direito que regulava a propriedade no

⁹² ZARTH, Paulo. “Tecnologia e agricultura: das “práticas rotineiras” aos exemplos dos ‘povos cultos’”. *Anais das primeiras jornadas de História Regional Comparada*. Porto Alegre: IPEA; PUC; FEE, 2000.

⁹³ ROUDART, Laurence e MAZOTER, Marcel. *História das Agriculturas no mundo. Do Neolítico à crise contemporânea*. São Paulo, UNESP; Brasília, NEAD, 2010, p. 390.

Antigo Regime, Roudart explica os caminhos teóricos da nova agricultura.⁹⁴ Ele sustenta que foi a rotação dos cultivos aliada à descoberta de Jethro Tull de aumento da superfície de contato das raízes com a terra (escarificação, gradagem, lavração e limpeza das terras) e de Home e Dickson de renovação da fertilidade da terra através do uso de esterco que se estabelece as bases desse novo saber sobre as economias rurais, melhor formulada pelo francês Duhamel Du Monceau, o qual em seu *Traité de la culture des terres*, afirma que:

"Lavrações repetidas aumentam os rendimentos e permitem cultivar rábanos e outras plantas mondadas. Mas é necessário compensar: para suprimir os alqueives, são necessários adubos; logo, é preciso gado; e enfim, para alimentar o gado, são necessários mais campos".⁹⁵

Não encontramos essa obra de Duhamel entre as que foram publicadas pela tipografia Arco do Cego, ou mesmo pela real Tipografia. Isso pode ter significado apenas uma escolha de seus editores, mas pode também ser sintoma de alguma diferença de abordagem. Sob a direção do frei José Mariano é traduzida e publicada outra importante obra francesa: *Ensaio sobre o modo de melhorar as terras* de M. Pantullo, que longe de contestar o mestre Duhamel Du Monceau, se coloca em linha de continuidade, mas ligeiramente avançado no diálogo com os lavradores e na capacidade de ser praticado.

Nas palavras do autor:

(...) "com tudo protesta-se, que se não pensa nesta obra dissuadir o método de M.Duhamel, nem causar o menor prejuízo aos escritos deste amigo do gênero humano, que se destinou a iluminá-lo em agricultura. Respeita-se o seu método, como

⁹⁴ Esse tom de narrativa sobre o advento do capitalismo no mundo rural é questionada por Ellen Wood com quem nos identificamos. WOOD, Ellen. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

⁹⁵ Duhamel Du Monceau, *Traité de la culture des terre*, apud Laurence Roudart e Marcel Mazoter. *História das Agriculturas no mundo...*, p.391.

demonstrado, e não se propõem este, senão como mais apto de ser facilmente concebido, e praticado pelo comum dos rendeiros, e ainda dos proprietários e também como talvez mais suscetível de ser adotado".⁹⁶

Eram dois assuntos conexos nessa obra a que se dedicou Pantullo. O primeiro era o tamanho das propriedades as quais nem podiam ser tão grandes, nem tão pequenas ou fragmentadas. Esse ponto levava a uma reflexão sobre os arrendamentos, ora criticado pelo curto tempo de duração dos contratos, que impedia um investimento em melhorias cujo resultado viria em longo prazo, ora elogiado por sua reduzida extensão que propiciava um cultivo mais intensivo. Assim, Pantullo acreditava ser “bem digno desejar-se que o [governo] de França fizesse o mesmo benefício à agricultura, facilitando a permuta dos pedaços de terra, e a repartição dos baldios”, reunindo as propriedades de um só dono, muitas vezes fragmentada em muitos territórios e estimulando a utilização lucrativa dos terrenos comuns. À imagem do que acontecia na Suécia se devia também “dividir as possessões, e herdades muito extensas em mais pequenas”.

Marcia Motta ao estudar o pensamento sobre a agricultura em Portugal na segunda metade do século XVIII, marcado pelo decadentismo, se debruça especialmente nas dissertações de Domingos Vandelli. Motta argumenta que as principais questões abordadas nas memórias eram justamente a regulamentação fundiária e os litígios em torno dos baldios. Isso leva a crer que o ponto fulcral da implantação de uma nova agricultura, de novas formas de cultivo, repousava em novos consensos sobre o direito de propriedade, em consensos baseados no liberalismo nascente que supunha a instituição de um “mercado de terras”. Essa seria a principal inflexão com o Antigo Regime e suas “múltiplas interpretações sobre o direito à terra e diversas formas de apropriação

⁹⁶ M. Pantullo, *Ensaio sobre o modo de melhorar as terras*. Lisboa: Tipografia Calcográfica, Tipoplástica, e Literária do Arco do Cego, 1801.

territorial”⁹⁷. Ainda de acordo com Motta, Vandelli questiona “indiretamente a instituição do morgadio”, tão peculiar ao Antigo Regime. No entanto, sem desejar uma ruptura total com suas “bases sociais e econômicas”, Vandelli consagra um plano de lei agrária baseada na lei de sesmarias, que estimulava a “ocupação de terrenos incultos” e reiterava a “obrigatoriedade do cultivo, na medida em que cobrava impostos daqueles que “optassem por manter as terras sem cultura”⁹⁸

De volta a Pantullo, o segundo assunto abordado em sua obra era adubação dos solos e a reiteração do discurso sobre fertilidade dos terrenos tornada clássica por Duhamel. Era esse o procedimento que exigia uma divisão mais racional das terras e maior fiscalização e atuação dos proprietários. Como se verá no próximo item, a ênfase na adubação dos solos, na rotação campo-prado e, por conseguinte, a necessidade de gado (sobretudo bovino) e de pastos para o gado, foi uma das mudanças mais significativas para colocar a criação de gado bovino em um lugar central na dinâmica de mercado de alimentos internacional.

Assim como as expedições científicas, ou viagens filosóficas, a produção e circulação de conhecimentos realizada pela Casa Literária Arco do Cego e por outras tipografias expressavam o esforço do estado português no sentido de um conhecimento biológico e zoológico das suas colônias, especialmente a brasileira. Na avaliação de Diogo Ramada Curto, a Casa Literária Arco do Cego seguia o modelo da Academia de Ciências e inscrevia-se “no âmbito de uma política colonial” empreendida por D. Rodrigo de Souza Coutinho. O autor afirma, e aqui estamos de acordo, que “o propósito instrumental e prático de desenvolvimento econômico das colônias (...) não pode ser

⁹⁷ MOTTA, Márcia. *O Direito à Terra no Brasil. A gestação do conflito (1795/1824)*. São Paulo: Alameda, 2009, p.49.

⁹⁸ Idem, pp. 51 e 52.

dissociada de um gosto haurido e difundido pelas elites, e **concretizado** no colecionismo, na criação de jardins botânicos e na constituição de gabinetes ou museus”.⁹⁹ Estavam, portanto, interligados esses dois propósitos e ambos convergiam para a compreensão da agricultura e do naturalismo, enquanto conhecimentos estruturantes de uma sociedade que rompia com o Antigo Regime e foram aplicados tanto em Portugal, quanto nas suas colônias, especialmente em um momento em que a ideia de reino acolhia cada vez mais as colônias do ultramar.

Ao lado da distinção entre saber científico e saber tradicional, esses novos discursos sobre o mundo rural e as economias rústicas apelavam para outra relação homem natureza. José Augusto Pádua acredita que as origens da crítica ambiental brasileira situam-se no final do século XVIII e que esta teria sido informada pelos ideais produtivistas da fisiocracia e pela cultura romântica de preservação da natureza – ou melhor, do suposto “berço esplendido” onde o Brasil foi gestado. Nessa linha de argumentação as falas da época em favor do cuidado às matas têm duplo interesse: preservação das florestas e uso racional de uma matéria prima fundamental para a construção naval, a madeira. É por esta razão que Pádua sustenta a tese de que a crítica ambiental é intrínseca à modernidade e não distante no tempo e exógena a ela; por isso também ele fala em uma meta-crítica do progresso, por ser inerente ao discurso do progresso na época uma visão crítica que muito se aproxima do discurso ecológico atual.¹⁰⁰

⁹⁹ CURTO, Diogo Ramada. “D. Rodrigo de Souza Coutinho e a Casa Literária Arco do Cego”, in *A Casa Literária do arco do Cego...*p. 48 (grifo do autor).

¹⁰⁰ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição. Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)*. 2a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, pp. 29 e 30

No final do século XIX se explicita a ideia sobre qual progresso seria mais viável para a sustentabilidade ambiental, aparecendo aí as críticas à monocultura escravista, por exemplo. Entretanto no final do século XVIII pode ser apreciado nos discursos sobre o mundo rural um “processo de tomada de consciência dos dilemas ambientais no universo da modernidade”. Pádua analisa o “Discurso sobre o melhoramento da economia rústica do Brasil”, escrito por José Gregório de Moraes Navarro em 1799, por esse viés, quer dizer, como indício da matriz fisiocrata e arcadista, ou ainda, pragmática e romântica da vertente colonial do pensamento ambiental. Navarro via como problema principal a sorte de que gozavam os povoadores europeus no novo mundo e a maneira como os lavradores proviam os mesmos a “despedaçar a terra para tirar das suas entranhas aqueles tesouros, que lisonjeavam mais a sua ambição”. O descuido com a natureza, associado à inexistência de tecnologia de produção, abreviaria os recursos naturais.

Sobre o “cultivo de gado” no espaço luso-brasileiro. A pecuária no rastro da nova agricultura.

A descoberta da adubação do solo cerealífero com esterco animal na Europa significou uma das maiores revoluções porque reuniu agricultura e pecuária. Sendo o cereal a produção principal, a carne dos animais que produziam o esterco aparece como um resíduo de produção altamente lucrativo. O discurso em torno do aproveitamento das carnes se torna na época mais pujante e em Portugal verifica-se o aumento desse mercado ao longo do século XIX, sobretudo depois de 1870, quando o preço do trigo sofre uma baixa considerável. Teria havido aí um ponto de inflexão, e Mirian Halperin nos explica

que "após 1870 os esforços de aperfeiçoamento técnico desviam-se da cultura cerealífera e das atividades a ela adstritas, para se tornarem aparentes, sobretudo, na criação de gado, nos produtos lácteos e na viticultura".¹⁰¹

Baseando-se, sobretudo, no recenseamento geral de gados feito em 1870¹⁰², Halperin identifica em Portugal um processo que intitula um dos capítulos de seu livro: "do pastoreio a estabulação do gado". Uma mudança qualitativa na criação de gado aconteceu à medida que "a superfície inculta e de pousio diminui" e as espécies de animais características da agricultura e do pastoreio extensivo diminuíram em benefício daquelas mais rendáveis em estabulação, o que significou ter mudado o foco de interesse da criação, não tanto para produção de esterco e sim para a produção de carne e laticínios. Gado caprino, ovino, vacum e suíno passam a ser "crescentemente utilizados na alimentação e na indústria, à medida que se acelera a urbanização do país". Comparando os dados de 1852 e de 1870, a autora conclui ainda que o caprino tende a ser menos numeroso, provavelmente porque destrói as culturas onde é criado; o ovino sofre redução menor em razão de sua "dupla função na alimentação humana e na indústria". Depois de 1870, o intendente de Braga define o contexto, afirmando que "foram desaparecendo os maninhos e os baldios, diminuindo os pastos naturais e conseqüentemente o gado lanar, para darem campo aos cereais, à cultura intensiva e à criação e engorda do gado bovino"¹⁰³

No Brasil, como é sabido, o contexto do final do século XVIII foi marcado pela decadência da atividade mineradora e pela multiplicação das unidades agropastoris no

¹⁰¹ PEREIRA, Mirian Halperin. *Livre cambio...* p. 95

¹⁰² Esse documento pode ser consultado no Arquivo Histórico do Ministério de Obras Públicas, Transporte e Comunicações de Portugal.

¹⁰³ PEREIRA, Mirian Halperin. *Livre cambio...* trechos extraídos das pp. 95-98

centro oeste brasileiro. Esse fato significou mudanças profundas na estrutura agrária e no pensamento sobre as economias rurais, com significativo aumento da concessão de sesmarias para produção de alimentos, como explicam Bustamante Lourenço e Laura de Melo e Souza.¹⁰⁴ Em 1822, com o fim do sistema sesmarial que se vinculava à obrigatoriedade do cultivo, Márcia Motta argumenta ter havido aumento do poder da classe proprietária com a consagração da apropriação legal e liberal das terras, ou seja, criam-se novas condições legais de distinção de uma elite agrária ligada a produção rural dos gêneros agrícolas e pecuários.¹⁰⁵ O agro luso-brasileiro estava em profunda mudança, e os últimos anos do século XVIII e início do XIX foram bastante férteis na elaboração e fomento de novas e melhores formas de cultivo, seja visando a agricultura ou a pecuária.

Se o contexto europeu, particularmente lusitano, era de uma agricultura que se alargava e modernizava a partir da adubação dos solos com esterco animal e uso de maquinarias, no Brasil, os saberes tradicionais resistiam, persistindo as queimadas como maneira de fertilização da terra. Nas décadas de 1970 e 1980 os historiadores do agro brasileiro influenciados pela obra de Ester Boserup e atuantes na linha de pesquisa História Social da Agricultura, criada por Maria Yedda Linhares, interpretaram os saberes e práticas tradicionais, como as queimadas, enquanto uma racionalidade econômica própria, aplicável aos sistemas de cultivo extensivos e baseada nas condições

¹⁰⁴ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. “A Oeste das Minas: Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista – Triângulo Mineiro (1750 – 1861).” Tese de doutorado, Uberlândia, Edufu, 2005; Laura de Mello e Souza. *Desclassificados do Ouro. A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982;

¹⁰⁵ MOTTA, Márcia. *O Direito à Terra no Brasil*.

ecológicas e nos recursos naturais disponíveis.¹⁰⁶ As técnicas ditas modernas, em contrapartida, eram uma aposta em um sistema de cultivo intensivo que não previa o deslocamento no espaço e a ampliação da área utilizada, o uso de “novas” terras, contando apenas com a rotação campo-prado.

Por conseguinte, na Europa, a criação de animais é inicialmente impulsionada pela demanda de esterco para fertilização dos solos cerealíferos, enquanto que no Brasil – por não ter sido o esterco animal normalmente usado nos cultivos extensivos – o fomento à pecuária vinha apenas da demanda internacional de carne, leite e couro, que crescia progressivamente ao longo dos séculos XIX e XX.¹⁰⁷

Sobre as técnicas “modernas” para maximizar essas produções, ou as agriculturas é que vão dissertar os livros e folhetos editados pela tipografia Arco do Cego e por seu exímio diretor, frei José Mariano, especialmente interessado na aplicação desses conhecimentos à realidade da colônia brasileira, como fica patente no cuidado sobre a elaboração e na circulação da grande obra o *Fazendeiro do Brasil*. Mas não foi apenas na tipografia Arco do Cego que José Mariano deu vazão a seu intento de promover a agricultura colonial. Ainda na oficina de João Procópio Correia, o frade publicou o interessantíssimo folheto *Método de se aproveitarem todas as carnes do Gado Vacum nos países, em que só o matão, e esfolão para proveito das pelles*.¹⁰⁸

¹⁰⁶ BOSERUP, Ester. *Evolução Agrária e Pressão Demográfica*. São Paulo : Hucitec e Polis, 1987; LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura Brasileira*; FRAGOSO, João Luis Ribeiro. “A Roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX. O caso do Sistema Agrário – Escravista – Exportador em Paraíba do Sul”. *Revista Brasileira de História* (ANPUH), vol. 6, n.12, (março-agosto, 1986), pp.125-150.

¹⁰⁷ O Arco do Cego vai traduzir e publicar *Memoria sobre a qualidade e sobre o emprego dos adubos, ou estrumes* de Pierre-Louis de Massac, (1728-1770), mas não temos informação se esse livro teve circulação no Brasil, o que endossa o argumento de que havia forte resistência cultural ao uso do esterco como adubação dos solos.

¹⁰⁸ Disponível na Biblioteca do Ministério de Obras Públicas, Transporte e Comunicações de Portugal.

Simple e pragmático, esse folheto foi mandado distribuir entre os criadores das províncias ganadeiras e continha duas receitas para se aproveitar melhor a carne dos bovídeos. A primeira era “para se fazer paus, ou taboletas de caldo”, e a segunda versava sobre um “novo procedimento, tão simples, como engenhoso, para conservar fresca por alguns anos, a carne, que se há de embarcar para provisões”. Finalizava com um “método de se conservar sã, e fresca por muitos meses a carne, que se embarca para uso dos matalotes nas viagens compridas, conforme o que praticam os Mouros”.

Entremeado às receitas, continha uma “Reflexão econômica” que justificava a opção pelos caldos em função do preço do boi e do desperdício que era o sacrifício dos “bois bravios, que se matam para não arrebanharem o gado manso, somente utilizando-se da pele, e perdendo toda a carne”.

Este folheto terá importância tal na época que Dom Rodrigo vai expedir uma ordem para obrigar os governadores de província a distribuí-la entre os criadores de animais, indicando ter havido circulação significativa de conhecimentos da chamada cultura erudita entre os fazendeiros dos sertões profundos. De acordo com uma carta encontrada no Arquivo Ultramarino, de Bernardo José de Lorena, governador de Minas Gerais a D. Rodrigo de Souza Coutinho, informa-se o cumprimento da ordem:

"Tendo recebido a carta de V. Exma de 7 de janeiro do corrente, fiz logo espalhar pelos criadores de gado maiores desta Capitania os folhetos sobre o modo de se fazerem paus ou taboletas de caldo das carnes do gado vaccum, apesar de conhecer que esta providencia só poderá ter lugar no Rio Grande de São Pedro do Sul, onde certamente sucede pela excessiva abundancia daquele gado, matar-se uma rês para se lhe tirar o couro desprezando toda a carne, assim como também matar-se a rês para lhe tirarem um quarto desprezando o resto, o que não acontece nesta Capitania, onde pela sua grande povoação se consome a maior parte desse gado vaccum ; e o resto se vende em Boiadas para a Bahia e Rio

de Janeiro em carnes secas sendo assim o lucro maior e mais pronta a cobrança".¹⁰⁹

Esta carta mostra que além de haver um esforço notável por parte das autoridades em fazer circular entre os donos de terra as publicações que estavam sendo feitas no âmbito das instituições ilustradas, havia uma percepção clara sobre dois modelos de criação de gado. Uma oriunda da pastorícia, criação extensiva que carecia de racionalidade econômica, e outra que estava atrelada ao mercado alimentar. Este era o caso de Minas Gerais, que desde então vai se configurar como um grande centro produtor de alimentos da América Portuguesa.

E nesse tempo já não eram apenas os interesses da metrópole que norteavam o tipo de produção e as rotas de comércio. Os interesses britânicos na criação de celeiros alimentares que dessem conta das demandas de uma sociedade industrial europeia se expressavam tanto nos manuais de agricultura – a ver os cinco volumes do *Compendio de Agricultura* traduzidos de autores ingleses, cujo prólogo os enaltece pela capacidade de ter um crescimento industrial e comercial, ao tempo em que investiam nas “operações agrícolas”, ou seja na maximização da produção e em conhecimentos sobre o mundo rural, assim provendo-se de todos os gêneros necessários ao consumo alimentar e à indústria – quanto nos acordos diplomáticos-comerciais.

Em uma carta escrita em Londres, ainda em 1740 e encontrada na Biblioteca Nacional de Lisboa, nota-se o avançado pensamento da Inglaterra em relação à produção de carne nas colônias e na necessidade de se pensar num provimento mais eficaz do

¹⁰⁹ Carta enviada por Bernardo José de Lorena a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Vila Rica, 5 de julho de 1798. AHU, CU-011, caixa 145, doc. 10958.

mercado consumidor europeu.¹¹⁰ Na carta são feitas “proposals for improving the cattle in his Portuguese Majesty Dominions in South América”, argumentando que não se podia mais confiar nas bençãos da “Divine Providence”. Pela abundância de carne nas colônias submetidas à coroa portuguesa, seu papel seria central para suprir a deficiência de carne nos domínios europeus. Configurava-se como negligência, “if those good Creation that God have given us, are not improved so as to be made serviceable to human life”. Além de ser um grande serviço que a coroa portuguesa prestaria a Europa, o investimento na produção de carne no Brasil era, do ponto de vista econômico, algo como investir em uma “mine undiscovered”. A metáfora com o ouro não era casual.¹¹¹

Não sabemos o resultado dessa carta, se gerou efetivamente incremento na produção, se foi objetivada em algum projeto. Até o momento a análise desse documento só nos permite inferir os interesses econômicos na produção de carne, e o papel que se esperava ver cumprido pela América Portuguesa.

Não obstante esta carta de 1740 apareça como o prenúncio de uma industrialização da produção de carne, fora incipiente o consumo desta proteína animal na Europa até meados do XIX. É crível que outras fontes proteicas tivessem sido preferíveis e estivessem disponíveis, sendo só tardiamente suplantadas pela carne. No Brasil, ao contrário, o consumo da carne era cotidiano nos sertões e desde cedo foi uma produção que balizava todo o comércio interno, tendo sido as charqueadas, por exemplo, fundamentais para a configuração das rotas de abastecimento, a formação de novas

¹¹⁰ Não podemos precisar o autor desta carta porque no manuscrito segue assinado apenas com uma rubrica. “Cartas oficiais e particulares, documentos diplomáticos - Ofícios diplomáticos de Londres – 26”, 1740, Biblioteca nacional de Lisboa, microfilme F4728.

¹¹¹ Traduzido na íntegra esse parágrafo dizia: “E como a Divina Providencia abençoou a Coroa Portuguesa com tais países, providos abundantemente de gado, providencial para suprir as deficiências dos domínios europeus, será visto como uma grande negligencia se essa grande obra que Deus nos deu não for melhorada de modo a estar à serviço da vida humana.”

praças comerciais e surpreendentes enriquecimentos fora do círculo agro-exportador.¹¹²

O ponto de inflexão está, portanto, no incremento do consumo na Europa e na introdução dos frigoríficos no Brasil no início do século XX, que consolida uma mudança estrutural nessa produção – do mercado interno para o externo.

O conjunto de conhecimentos necessários para a criação de animais – que modernamente se chama zootecnia – supunha algum investimento científico, qualquer que seja ele, em qualquer parâmetro vigente em qualquer período. Se o mercado internacional de carne é consagrado no início do século XX, a cultura desse consumo é fomentada ao longo do século XIX, e as tecnologias de criação e produção animal vem desde muito antes, embora com outra roupagem, que não aquela da ciência zootécnica.

Entretanto, as divisões teórico-metodológicas que elegem temas de estudo não permitem ver esse investimento em tecnologias de produção, ou seja, essa modernização rural, nas elaborações intelectuais sobre melhoramento das economias rústicas empreendidas pelas instituições ilustradas do final do século XVIII, como as que foram aqui mencionadas, Jardim Botânico, Museu de História Natural, Academia de Ciências, Tipografia Arco do Cego. Aqui nosso esforço foi entender essas instituições na história da agricultura luso-brasileira, ou seja entremear um pouco da história das ciências naturais – e dos circuitos de produção e circulação de saberes – com a história agrária.

¹¹² As áreas de produção agrícola para abastecimento interno, suas articulações regionais e seus circuitos comerciais são hoje densamente estudados e aqui nos embasamos em Angelo Alves Carrara. *Minas e Currais. Produção Rural e Mercado interno de Minas Gerais - 1674-1807*. Juiz de Fora: editora da UFJF, 2007

Nesse caminho foi possível deslindar a hipótese norteadora de que a moderna pecuária tem seus marcos inscritos no iluminismo, no enciclopedismo ilustrado. O contexto do final do século XVIII foi particularmente estimulador das novas tecnologias de produção no meio rural, mormente a produção agro-pecuária, o que permite revisar a periodização da modernização rural brasileira, matizando marcos tradicionais como os congressos agrícolas e as primeiras instituições de ensino em agronomia. A nova agricultura proposta pelos intelectuais ilustrados setecentistas já se estabelecia na tentativa de formalização científica a partir da expropriação dos conhecimentos tradicionais. Ao menos era o que discursavam os prólogos e prefácios das obras, ainda que, no mais das vezes se repetisse os mesmos conhecimentos em uma nova organização de saberes.

CAPÍTULO III

A República do Café do Leite e da Carne

No Brasil sempre se tentou manter o frágil e conveniente equilíbrio entre uma estrutura agrária latifundiária retrógada e um discurso de técnicas modernizadas de cultivo agrícola e criação de animais. Claro está que esse equilíbrio significou ao longo da história colonial e pós colonial brasileira a defesa dos interesses das elites agrárias, latifundiárias e tecnicistas, mormente a partir do final do século XVIII, quando os manuais de agricultura ilustrada passam a circular no Brasil propalando o descrédito dos saberes tradicionais, qualificando-os como arcaicos, e defendendo que fossem suplantados pelos conhecimentos ditos científicos que fomentariam as modernas agronomia, zootecnia e medicina veterinária.

Este é mais um capítulo dessa história tendo agora como marco o início do século XX quando a criação de gado é atingida especialmente pelos discursos de modernização pautados na seleção genética do rebanho bovino. O incremento dessa tecnologia reprodutiva foi talvez o que mais profundamente alterou a paisagem rural brasileira, por

ter sido propulsora do melhoramento e/ou introdução de novas gramíneas, pastagens, cercamentos, e de novos sistemas pastoris, à exemplo das cabanhas – propriedades especializadas em produzir reprodutores em sistema intensivo – e das fazendas modelo ou experimentais do governo. É por isso que aqui argumentamos ter sido especificamente este o fator tecnológico divisor de águas entre o pastoreio de ocupação territorial e a pecuária de produção alimentar, economicamente robustecida pelas demandas internacionais da Europa beligerante.

Não obstante haja alguma "deselegância" no ofício do historiador quando operamos com uma cronologia intermitente - tratar agora das primeiras décadas republicanas, quando ainda no capítulo anterior falávamos sobre o fim do século XVIII, sobre a ilustração luso brasileira e alguns dos consensos sobre a ideia e os caminhos da modernização rural. Nesse período tal modernização, ou "melhoramento" como era definida pelos contemporâneos, ainda norteados pelo interesse da metrópole em manter a colônia sob seu domínio e fazê-la produtiva economicamente tornando efetiva a lei de sesmarias e sua obrigatoriedade de cultivo. Entretanto, há um elo, posto que durante o século XIX, vê-se difundir alguns polos de produção desse saber agrícola, gestados ainda no final do século anterior, e estruturados em torno das escolas agro-tecnicas¹¹³. De mais

¹¹³ Consideramos que o tema das instituições de saberes agrícolas no século XIX foi suficientemente estudado no século XIX, o que justifica em parte nossa escolha cronológica. Cf. entre muitos outros: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História Política-Administrativa da Agricultura Brasileira, 1808-1889*. Brasília, Ministério da Agricultura, 1980; LINHARES, Maria Yedda L.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da Agricultura Brasileira*; AMARAL, Luis. *História geral da agricultura brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Brasileira/Biblioteca Pedagógica Brasileira, vol. 160, 1939; FRAGOSO, João Luis Ribeiro. "A Roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX. O caso do Sistema Agrário – Escravista – Exportador em Paraíba do Sul". *Revista Brasileira de História* (ANPUH), vol. 6, n.12, (março-agosto, 1986), pp.125-126; ARAUJO, Nilton de Almeida. *Pioneirismo e Hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. Tese de doutorado, UFF, 2010; CRIBELLI, Teresa. "Aperfeiçoar or criar: dilemmas of brazilian modernization, 1850-1889. (Tese de doutorado)". Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University, 2009; ZARTH, Paulo. *Do Arcaico ao Moderno*; MENDONÇA, Sonia. *O Ruralismo Brasileiro*.

a mais, não é possível propor uma reavaliação do tema da modernização rural no Brasil sem partir de uma revisão dos marcos dessa mesma modernização, ou seja, sem reperiodizá-la.

É assim que em 1884 vimos o deputado Antônio Gonçalves Chaves na Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais elaborar em seu discurso sofisticada relação entre as formas de criação tradicionais e a necessidade de modernização a partir da seleção genética do rebanho:

"As condições atuais da criação do gado são desfavoráveis ao desenvolvimento e melhoramento das raças em muitos lugares. Entende o ilustre professor que nas tentativas feitas para este melhoramento tem havido dois erros, quais o emprego de animais de pura raça e o abandono do sistema de seleção, que deveria ser adotado logo depois dos primeiros cruzamentos. (...) Quanto as raças bovinas, são preferidos os reprodutores Durhan e Schwitz, o que parece ao Dr. Rebourgeon contrário às leis de uma zootecnia bem entendida. Antes de melhorar uma raça é mister cria-la, dar-lhe formas que tenham um caráter determinado, com aptidões especiais, quer para trabalhar, quer para engordar, quer para dar leite. As raças brasileiras acham-se ainda em estado primitivo, e impossível é, de uma assentada, transformá-los em animais perfeitos. Seria preferível introduzir ao país animais reprodutores, que possuíssem já as formas e aptidões acima indicadas, e com eles operar cruzamentos, cujos produtos seriam rigorosamente subordinados às leis da seleção; aperfeiçoando-se mais tarde, pela introdução do sangue puro, a raça que se obtivesse".¹¹⁴

O deputado continua sua oratória apontando que cada região deveria selecionar as raças de acordo com seu perfil produtivo - leite, carne, tração, couro. Se por um lado essa ideia não era nova entre os propagadores de um agro moderno, visto que desde o final do século XVIII se afirmava que as economias rústicas só seriam "melhoradas" pela especialização produtiva, por outro, deve-se admitir uma mudança qualitativa nesse

¹¹⁴ Relatório da 1ª sessão da 25ª legislatura, em 1 de agosto de 1884, Ouro Preto: Typ. Liberal Mineiro.

processo. Essa fala informa que o caminho de modernização que se gesta entre as elites rurais do século XIX passava, sobretudo, pelo "aperfeiçoamento" genético dos animais, pela seleção das raças nacionais e importação de reprodutores com as características desejadas - ambas alternativas assentadas na teoria darwiniana. Passava também pelo interesse em inserir-se no lucrativo mercado internacional de exportação de carnes.

Ao estudar a agricultura brasileira entre 1808 e 1889, Eulália Lobo atenta para o fato de que ao longo do século XIX os hortos e jardins botânicos tiveram importância fundamental para o desenvolvimento das ciências agrárias e para a realização desse caminho de modernização pautado no aperfeiçoamento de espécies. Nas palavras da autora, “deve-se principalmente aos hortos e jardins botânicos a iniciativa de introdução de novos cultivos e a aclimação de plantas, bem como a adoção de campos experimentais, e a divulgação de conhecimentos agrícolas”.¹¹⁵ Ao que segue listando as instituições criadas para este fim no período, desde o Horto Botânico da Bahia, fundado ainda em 3 de março de 1800, passando pelo Real Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas, Jardim Botânico do Passeio Público, o Horto de Olinda, o Jardim de especiarias do Recife, o Jardim de Plantas em Minas Gerais, o Jardim Botânico de Cuiabá, e o Jardim de Plantas de Bahia, até os cursos de agricultura na Bahia, instituído em 25 de julho de 1812 e a Escola de Agricultura Teórico e Prática no Real Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas, fundada em 1838. Sobre a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundada em 31 de outubro de 1825, a autora informa que:

"tinha o apoio governamental e também promovia a importação, aclimação, pesquisa e distribuição de plantas; concedia prêmios não só a quem desenvolvesse novos cultivos; como também a

¹¹⁵ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História Político-Administrativa da Agricultura Brasileira*, p.25.

introdutores e inventores de maquinas, outra de suas funções envolvia a compra e distribuição de maquinas a preço de custo”¹¹⁶

Viajantes europeus e publicistas brasileiros se ocuparam em divulgar os conhecimentos da segunda revolução agrícola vivenciada pela Europa e fundamentar um paradigma de modernização que resgatasse os fazendeiros da suposta "brutal rotina" e "ignorância" com que lidavam com a terra. Baseado em Ana Primavesi, João Fragoso escreve um artigo sobre as propostas de modernização da agricultura brasileira no século XIX defendendo a tese de que a "tecnologia agrícola deve ser um ecotipo", uma ideia que não era partilhada pelos homens de ciência do século XIX que estavam imbuídos do intento de divulgar os saberes agrônômicos e as tecnologias agrícolas elaboradas na Europa para superação dos desafios climáticos específicos deste continente.¹¹⁷ Nesse sentido eram facilitadas a importação da Europa de maquinários, implementos, espécies botânicas e animais, bem como de conhecimentos sobre as pragas e doenças e seus tratamentos. Destarte, estruturava-se um paradigma de modernização rural que serviria como referência para as antigas colônias americanas - agora celeiro de alimentos explorados pelas potencias imperialistas.

Mas na Primeira República se inaugura uma outra dinâmica de modernização. Embora ainda baseado no paradigma europeu, o aperfeiçoamento e aclimação das raças e espécies exógenas ou nativas, não eram mais realizados apenas em caráter experimental estritamente científico no âmbito de instituições tais quais jardins botânicos ou zoológicos; no começo do século XX os cenários desta modernização eram, principalmente, as fazendas particulares ou as fazendas "modelo", mantidas pelo governo

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ FRAGOSO, João Luis Ribeiro. "A roça e as propostas de modernização...", p. 139

com finalidades econômico-industriais. Serviram como postos de monta (cruzamento de animais) e reserva de reprodutores (touro e matrizes). Era a ciência aplicada, subvencionada pelo governo, aquecendo a indústria pastoril. Porém, uma dose de nacionalismo revelado na emergência de um discurso "tropical", de valorização do ecotipo nacional, matizava o paradigma de modernização até então vigente.

Em meados do século XIX o comércio internacional de carnes começa a se desenvolver e a defesa dos interesses da indústria pastoril trazia o tom de salvaguarda dos interesses da própria nação brasileira, recém instituída. No processo de vitalização da indústria pastoril assustava os publicistas que o abastecimento interno de carnes fosse preterido em favor da exportação, ou seja, que o frisson em torno do lucrativo comércio internacional de carne congelada, facilitada pelas estradas de ferro e pelos frigoríficos de capital inglês e norte americano instalados no período, suplantasse a necessidade de atender ao mercado interno de carne verde e charque.

Este foi um tema vastamente discutido pelos contemporâneos em jornais, revistas ou palanques de assembleia. Era argumentado como causa do problema de oferta e carestia alimentar o privilégio dado aos latifúndios agro-exportadores, as vantagens concedidas a açambarcadores e matadouros estrangeiros e os monopólios em geral, bem como a questão da falta de trabalhadores que produzissem os gêneros de primeira necessidade, onde a carne se incluía. Nesse caso culpavam tanto o fim do tráfico e da escravidão - pela falta de "braços" disponíveis para a produção -, quanto a própria existência dela - pelo desvio de "braços" para as grandes lavouras. Nos casos em que houve colonização das terras por imigrantes se anunciava como a solução para os problemas os "milhares de colonos - em seus lotes relativamente pequenos - [que] não

tinham outra alternativa a não ser produzir para o mercado interno", como aponta Paulo Zarth para o caso da província de Rio Grande de São Pedro.¹¹⁸

Linhares e Silva iniciam seu livro *História Política do Abastecimento* no fatídico ano de 1917, quando se torna especialmente aguda a crise de carestia e o governo cria um Comissariado de Abastecimento com poderes supra ministeriais.¹¹⁹ Esse Comissariado, de acordo com os autores, é um marco na intervenção do Estado na questão do abastecimento alimentar especialmente desorganizada pelo surto de industrialização e expansão das atividades agrícolas exportadoras.

Em suma, a questão do abastecimento alimentar era premente, nesse contexto de formação da nação republicana e urbanização, muito embora não fosse uma novidade, já que durante o Império este foi o mote de algumas rebeliões e de muitos discursos parlamentares.¹²⁰ Nesse sentido, o quadro apresentado por Linhares, dito de maneira sucinta, situa nossa análise. Por um lado, nota-se uma queda nos preços dos produtos "tradicionais" de exportação, aqueles chamados na época de gêneros coloniais, cujo consumo interno era reduzido, tais como o café, açúcar e algodão. Por outro, acontece um aumento significativo nos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, estes sim, de consumo quase que exclusivo interno. A guerra era apontada como fator de impacto em ambas as situações. Nas palavras de Linhares e Silva:

"A cotação do café e da borracha caía rapidamente, acentuando-se tal queda ao início da Guerra. Entretanto, a própria guerra apresentaria uma saída para a crise das economias coloniais, que

¹¹⁸ ZARTH, Paulo. *Do Arcaico ao Moderno*, p. 252.

¹¹⁹ LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA, Francisco Carlos. *História política do abastecimento. 1918-1974*, Brasília, BINAGRI, 1979.

¹²⁰ Ver por exemplo para a Bahia um motim descrito por Márcia Gabriela Aguiar e João José Reis. "Carne sem osso, farinha sem caroço". *Revista de História*, nº 135, 3ª série, 2º semestre de 1996, pp.133-159; e para o caso fluminense aquelas citadas por Maria Yedda Linhares na obra supracitada.

possuíam na exportação de gêneros primários, a única fonte de divisas."¹²¹

Destarte verifica-se um aquecimento do mercado dos gêneros alimentícios, seja ele resultado ou não da demanda extra dos famigerados consumidores europeus, os quais deflagrada a guerra reduziram seus campos de cultivo e criação bem como os investimentos públicos no setor. Ocorria, dessa maneira, um "desvio crescente" dos gêneros de subsistência para os mercados europeus perceptível nos dados estatísticos que apontavam o maior crescimento nas exportações de produtos como o arroz o feijão e a carne.

Os monopólios "indecorosos e imorais" do comércio das carnes também são denunciados em 1898 pelo deputado Lamartine Ribeiro Guimarães em um texto inflamado sobre o matadouro Santa Cruz. Sua fala foi no sentido de garantir os interesses gerais da tradicional indústria pastoril que iria sucumbir,

“se um golpe bem certo não vier ferir mortalmente, para jamais reviver, a hidra monopolizadora do abastecimento de carnes verdes ao mercado mais importante de nosso país – o matadouro de Santa Cruz.”¹²²

Este matadouro, criado em 27 de janeiro de 1898 e chamado pelo autor de "plethora argentaria", teria uma “moléstia” de origem, acidamente criticada pelo orador por existir “à custa da bolsa dos habitantes da Capital Federal e máxime dos boiadeiros, criadores e invernistas de Minas, Goiás e Mato Grosso”. Isso porque os animais produzidos nesses Estados tinham como mercado consumidor senão exclusivo, ao menos

¹²¹ LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA, Francisco Carlos. *História política do abastecimento*, p. 30

¹²² GUIMARAES, Lamartine Ribeiro. *Indústria Pastoril. Monopólio de carnes verdes*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898, IHGB: 202,8,9,n.8.

o mais importante, o mercado de Santa Cruz. Assim o deputado exigia que fosse vetada a concessão de monopólio dada pelo governo ao matadouro homônimo. Guimarães falava também em favor das feiras livres, onde as empresas teriam que ir abastecer-se de gado, não obstante notasse que as feiras eram apenas um "paliativo" para manter essa liberdade de comércio. Dizia ele: "o específico é a liberdade ampla da matança e multiplicidade de matadouros nesta Capital, que é incontestavelmente o maior centro consumidor dos produtos desta tradicional indústria dos Estado de Minas, Goiás e Mato Grosso." Quer dizer, a produção e a demanda estavam ótimas, o problema residia nos atravessadores que ligavam essas duas pontas.

O reconhecido zootecnista, Joaquim Carlos Travassos também analisou a situação do abastecimento de carnes da capital, cujo fornecimento era provido pelo matadouro de Santa Cruz em uma conferência realizada na Sociedade Nacional de Agricultura em 1898.¹²³ Denunciando a carestia que já estava a prejudicar o consumo de carne - "em virtude do preço sempre crescente essa população tem se abatido dessa alimentação e substituído por outra" - Travassos identifica também o problema da importação de gado em pé que estava sendo mais rendosa para os matadouros do que a compra do gado nacional de modo que "50% do gado abatido no matadouro de Santa Cruz, no ano de 1886, foi importado do estrangeiro". Antes disso o caminho do gado era penoso:

"Esse produto, como todos sabem, era fornecido pela indústria pastoril nacional, concorrendo a antiga província de Mato Grosso com a metade e as de Goiás e Minas Gerais com a outra metade. O gado criado nas vastas campinas e catingas de Mato Grosso, era geralmente tirado dessas regiões ainda bravo, tocado, rodeado, amansado através de uma longa peregrinação de dois a três anos,

¹²³ TRAVASSOS, Joaquim Carlos. "Indústria Pastoril. Conferência realizada na SNA". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898, BN, V-156, 1,7, n.9.

fazendo diversas estações, denominadas invernadas, onde o gado, cansado e magro, tinha de refazer as forças e as gorduras, até que chegasse ao seu destino, tendo perdido quase todas as qualidades primitivas, no sabor e na qualidade da carne, pelas transformações por que passava seu organismo. Por muito tempo e talvez mais de século foi esse sempre o caminho, foram esses estados os únicos fornecedores de todo o gado consumido nesta capital e nas cidades circunvizinhas, foi essa a indústria que constituía riqueza daqueles Estados; mal ou bom era sempre uma produção nacional"

No seu entendimento o maior problema consistia em estarmos importando um produto desnecessariamente pois era farta e antiga a produção nacional. Tal feito condenava a indústria pastoril nos sertões e deixava os preços da carne no mercado oscilantes de acordo com as taxas de cambio. Aborrecido questiona:

"devemos cruzar os braços e deixar que as Repúblicas do Prata, que já nos fornece quase todo o trigo, o milho, o feijão, a carne seca, as forragens, e que já nos ameaça de fornecer o açúcar por preço mais baixo do que o que fabricamos, seja também a única fornecedora das carnes verdes?"

A preocupação de Travassos era comum na época e refletia o orgulho nacional de querer romper os grilhões da dependência externa em assunto tão básico quanto a alimentação. Como dizia o ministro Pandiá Calógeras em 1912, para ser país forte e independente devíamos produzir gêneros compatíveis com as "necessidades essenciais da vida" e não continuar a produzir gêneros coloniais que eram secundários à dieta nacional.¹²⁴ Portanto, derivado da preocupação em torno do abastecimento interno de carnes e da carestia, rondava o receio de serem criados novos laços de dependência externa em relação aos gêneros alimentícios, vinculando-se o Brasil, mais uma vez, a

¹²⁴ CALÓGERAS, Pandiá. *O Brasil e seu desenvolvimento econômico*, 1912, apud SIMONSEN, Roberto. Aspectos da política econômica Nacional. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1935

agro-exportação.

No decorrer da segunda década do século XX a indústria pastoril vai aparecer nos discursos exatamente como uma possibilidade de conciliação entre continuar a ser um "país essencialmente agrícola" e fomentar a modernização e industrialização necessárias para desopilar a economia do país, puxando exatamente aquele fio do pensamento fisiocrata de um mundo rural atravessado por técnicas racionais. Entretanto, os matadouros que intermediavam os criadores e os consumidores passaram a ser os grandes vilões da indústria pecuária em razão de agirem conforme seus interesses de lucro e ainda obterem monopólio para sua atividade de abate e comercialização concedido pelo governo, como vimos o caso de Santa Cruz.

Mas a fala de Travassos também informa a exaustão de um modo de criação que contribuía para o desânimo da indústria pastoril que está a um passo de não mais poder "concorrer com o gado importado do estrangeiro". Por isso em seu texto conclui com algumas palavras sobre a necessidade de melhorar as raças de gado "nunca pelo cruzamento, mas pela seleção". Sua receita é simples e infalível:

"Aí esta toda a questão; aí a resolução do problema: - a questão da adaptação. Todas as raças melhoradas são boas, contanto que achemos adaptação para elas (...) A introdução de diversas raças entre nós, dá em resultado a promiscuidade, a confusão a desordem, de modo que, dentro de pouco tempo, se olharmos para um animal oriundo de muitas raças e desviado por todos os lados pelos atavismos, encontramos nele um monstro."

Portanto, as justificativas para a modernização da pecuária no início do século XX estavam assentadas na questão das crises de abastecimento largamente denunciadas pelos contemporâneos, mormente aqueles vinculados, em maior ou menor grau, à Sociedade Nacional de Agricultura. Ao iniciar o século XX, a questão da produção alimentar do país

ganha uma dimensão nova tornando-se uma questão de Estado. Coloca-se o desafio de coadunar os interesses exportadores com a necessidade de conter as crises de carestia dos produtos que se intensificavam num país cada vez mais urbanizado, com estruturas políticas novas e, evidentemente, ainda frágeis.

O incremento do mercado internacional tanto quanto o aumento da produção para satisfazer o abastecimento interno e evitar as crises de carestia eram fatores que promoviam a indústria pastoril nacional e modificava sua dinâmica de produção. É exato no ano de 1917, em que se torna aguda a crise de carestia a ponto de ser criado o Comissariado de Alimentação Pública, que são instalados os primeiros frigoríficos no Brasil, três deles no Rio Grande do Sul e um em Santos, dirigido por Roberto Simonsen cuja atuação abordamos no primeiro capítulo.¹²⁵ As exigências impostas pelos frigoríficos impeliam para mudanças no perfil produtivo e para o incremento tecnológico da sua produção.

Para resolver o problema do abastecimento e atender o aumento das demandas do mercado internacional não bastava atacar apenas os monopólios dos matadouros; era imprescindível uma nova perspectiva de criação de gado. A conferencia de Travassos citada acima já enuncia uma ruptura com algumas concepções de melhoramento rural do século XIX, ou seja, não se tratava apenas de importar animais de pura raça e aclimatá-los no país, mas de criá-los de uma maneira conveniente. Para tanto se fazia necessária uma nova zootecnia e uma *Fazenda Moderna*, explanada por Eduardo Cotrim em 1913, e definida desde os novos modelos de edifícios rurais e das novas relações de trabalho e administração, até a alimentação e forragens adequadas a cada tipo de animal, ao controle

¹²⁵ O contexto de instalação dos frigoríficos no Rio Grande do Sul é apresentado por Paulo Zarth em seu livro *Do Arcaico ao Moderno*.

reprodutivo e cuidados veterinários que deveriam ser empregados.¹²⁶ Juntos, esses novos elementos imprimiriam uma paisagem rural modernizada.

Nessa linha de investigação nos propomos a descrever e interpretar a ação de dois grupos de pecuaristas empenhados na industrialização da atividade ganadeira no Brasil com finalidade de suprir o mercado interno, mas, sobretudo, exportar: de um lado os fazendeiros do Triângulo Mineiro que foram à Índia adquirir touros e matrizes de raças zebuínas, e, de outro, os de São Paulo, que apostaram na seleção do gado nacional, chamado caracu, e na importação de raças europeias. Ambos buscaram associar-se e monopolizar o controle do registro genealógico dos animais, sendo de 1916 a fundação do *Herd Book* Caracu, e sua congênere Associação dos Criadores de gado Caracu, e de 1918 a fundação *Herd Book* Zebu, também gerido por uma associação homônima.

Esses grupos seguiram exato os dois caminhos de melhoramento genético do rebanho bovino anunciados pelo deputado mineiro citado acima, e pleitearam, direta ou indiretamente, recursos, subsídio e apoio político do Estado para efetivar seu projeto. De fato como se verá adiante os fazendeiros de São Paulo o fizeram da maneira mais tradicional, aparelhando a Secretaria de Agricultura, a Diretoria de Indústria Animal e as Fazendas Modelo e/ou Experimentais, e criando a Sociedade Rural Brasileira (SRB), que se pretendia catalizadora dos projetos de modernização rural. Entretanto é importante frisar que o que diferia esses grupos entre si eram seus projetos, e não o fato de

¹²⁶ COTRIM, Eduardo. *A Fazenda Moderna: guia do criador de gado bovino no Brasil*. Bruxelas: Typographa V. Verteneuil & L. Desmet, 1913.

propalarem ou não um discurso e uma prática modernizadoras, ou de se locupletarem ou não do Estado para executarem seus projetos. Muito embora, com o objetivo de desmerecer os criadores triangulinos, os paulistas frequentemente os acusassem de atrasados e marginais ao progresso, e, ao contrário, os triangulinos acusavam os paulistas de viverem às custas do Estado.

Antes das primeiras importações feitas diretamente por fazendeiros e mascates do Triângulo Mineiro, iniciadas em 1898, havia no Brasil zebus trazidos por criadores fluminenses. Muitas e polêmicas são as versões acerca dos primeiros exemplares zebuínos no Brasil, adquiridos indiretamente pelos criadores. As histórias passeiam por episódios curiosos e versões desconstruídas como o do touro Lontra, supostamente um presente de marajás indianos ao imperador D. Pedro II que o repassou ao seu médico Dr. José Lontra, donde veio seu nome.¹²⁷ Destacam-se também o suíço Manoel Lemgruber, que tinha fazenda em Sapucaia, e em 1878, em viagem à Alemanha, adquiriu quatro bovinos expostos no zoológico de Hamburgo e até hoje é o grande nome da raça Nelore (LB); o segundo Barão de Duas Barras, Elias Antônio de Moraes, cujo rebanho de Guzerat teria sido um dos primeiros a ganhar notoriedade e que deu a semente do plantel da família do coronel Sebastião Monnerat Lutterbach, (cujo livro de registro de Guzerat data de 1876) e do plantel de João de Abreu Junior (cujo livro de registro de Guzerat data 1895), ambos na região serrana de Cantagalo. (ver fotos no anexo 2)

Muito embora esses sejam marcos importantes da criação de zebus no Brasil, o caráter experimental e não industrial de sua criação - animais exóticos que ainda

¹²⁷ Há muitas versões sobre as origens e o destino do touro Lontra. Os criadores do Triângulo afirmam que este animal foi para lá e demarcam a introdução do zebu no Triângulo a partir deste animal. Ver LOPES, Maria Antonieta Borges; REZENDE, Eliane Mendonça Marques de. *ABCZ: História e Histórias*. São Paulo, Ed. Comdesenho, 2001, pp.25-30.

figuravam no imaginário colecionista da época - fazia com que seus criadores ainda não veiculassem o tom dos discursos de modernização da pecuária empreendido no início do século XX. Optamos por não focalizar essas iniciativas também por serem controversas as suas versões, imprecisas as datas, mas principalmente por serem pouco impactantes nos resultados na economia pecuária em seu processo de industrialização - não fosse pelo banco genético, por assim dizer que esses criadores fluminenses acabaram por gerar e que futuramente será importante para a continuidade da criação. Foram as importações ocorridas a partir de 1898 as responsáveis pela maior vultuosidade de indivíduos dessa espécie no Brasil e pela importância econômica na produção de animais para abate.

Se por um lado deve-se considerar a dimensão de uma mentalidade que se afina com a ideia de uma agro-pecuária tropical, por outro lado, a escolha da Índia como destino exótico de ampliação dos negócios pode ter sido a opção de grupos rurais relativamente outsiders política e economicamente no período. Uma elite marginal com maior disposição para dialogar e comercializar com o mundo marginal da época. Acompanharemos adiante um pouco da trajetória de um desses fazendeiros comerciantes, João Martins Borges, cuja ascensão econômica esteve vinculada a esse processo e nos legou um conjunto excepcional de correspondência enviada durante suas 3 viagens a Índia. A primeira entre 1914 e 1915, a segunda em 1916 e a terceira entre 1917 e 1918.¹²⁸

¹²⁸ Esse conjunto de correspondência que usamos aqui foi publicado em encadernação mimeografada, transcrita e selecionada por Ida Aranha Borges, descendente de João Martins Borges. Segundo seus critérios, exposto em nota no início da publicação, ela extraiu essas cartas do copiadador de João Martins Borges, usual na época, onde ficava uma cópia remanescente de cada carta escrita. Mas não fica claro se ela de fato publicou todas as cartas. Tivemos acesso a um acervo documental no Museu do Zebu que nos permitiu acessar outras cartas escritas por ele, e também algumas cartas que ele teria recebido, ou seja, parta da correspondência passiva, a qual também analisaremos aqui, embora o estado da documentação e a dificuldade de acesso e pesquisa, em razão de tratar-se de um acervo familiar, tenha dificultado uma pesquisa exaustiva do material. Essa publicação encadernada estava disponível para xerox quando da realização desta pesquisa no Museu do Zebu, em Uberaba em junho de 2010. Trata-se de correspondência ativa de João Martins Borges enviada nas suas três viagens à Índia entre 26 de junho de 1914 e 17 de maio

"Lá se foi o homem, conquistar os mundos.

Lá se foi buscando a esperança que aqui já se foi"

Os relatos das viagens à Índia para adquirir reprodutores bovinos, nos faz perceber que o orientalismo no Brasil se deu por vias bastante inusitadas, ao menos uma de suas vertentes. Legítimos herdeiros do século XIX, particularmente da sua segunda metade, quando da vigência ilustrada do Segundo Imperador, os fazendeiros do Triângulo Mineiro punham os olhos na Índia não atraídos pelas especiarias, pelas danças exóticas, ou por qualquer filosofia, e sim atraídos pela qualidade genética do gado bovino e motivados pela vontade de transformar a criação de gado nacional em pecuária industrial.

"O Triângulo nasceu paulista, em 1725" nas palavras de seu grande historiador Bustamante Lourenço.¹²⁹ Ele observa entre São Paulo e Minas Gerais a existência de um processo histórico contíguo: "O povoamento pioneiro do norte da Capitania de São Paulo resultou, como o do Extremo Oeste Mineiro, da migração de roceiros vindos do centro-sul de Minas Gerais, do final do século XVIII em diante".¹³⁰

Mas, oficialmente, por assim dizer, o Triângulo compunha o limite político administrativo da capitania de Goiás, criada em 1736, tendo permanecido assim até 1816, quando se tornou parte da futura província de Minas Gerais. Caminho que ligava São

de 1918. João Martins Borges morreu oito dias depois dessa carta, no hotel continental em Calcutá, de parada cardíaca conforme o certificado de sepultamento, provavelmente provocada por uma injeção que ele tomou. Doravante citaremos apenas a cidade em que foi enviada, o remetente, a data da missiva, o destinatário e a página em que ela se encontra na encadernação.

¹²⁹ LOURENÇO, Luis Augusto Bustamante. "A Oeste das Minas", p. 4.

¹³⁰ Idem, p. 3.

Paulo a Goiás, o triângulo foi deixando de ser apenas área de passagem para as minas goianas, sem expressividade econômica, para se tornar, gradativamente, núcleo de unidades agro-pastoris. Em Uberaba, a pecuária se apresentava desde cedo como uma das principais atividades econômicas. Ângelo Carrara destaca o vale do Paracatu – muito próximo à essa região que posteriormente vai ser denominado Triângulo Mineiro – que desde antes do descobrimento das minas já era ocupado por fazendas de gado.¹³¹

A partir de 1760 se acentua a migração geralista – migração daqueles que adentram o território deixando a região de mineração que já dava claros sinais de decadência. A este quadro somava-se a política pombalina de demarcação e povoamento de fronteiras, como indicam Laura de Melo Souza e o próprio Bustamante Lourenço, tendo este historiador frisado a importância da rede de parentesco no processo de migração e ocupação do lugar com unidades agro-pastoris no contexto do *boom* de concessão de sesmarias que se deu a partir de 1760. Na imagem do século XVIII dos sertões do Brasil Central vai-se atenuando o brilho amarelo do ouro recôndito e acentuando o marrom empoeirado de barro do caminhar das boiadas: “A expansão pastoril no sudeste do Planalto Central Brasileiro, originou-se, no século XVIII, dos currais nordestinos, subindo os rios São Francisco, Tocantins-Araguaia e dos currais paulistas através do Triângulo Mineiro”, nas palavras de Myriam Mesquita.¹³²

Com o objetivo de recompor os caminhos da expansão do império português sobre as terras coloniais a partir das famílias que formaram essas unidades agro-pastoris no extremo oeste mineiro, Bustamante Lourenço narra capítulos da história da família de

¹³¹ CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais. Produção Rural e Mercado interno de Minas Gerais*, p. 201.

¹³² MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. “Distribuição do Gado Bovino no Sudeste do Planalto Central.” *Revista brasileira de Geografia* ano 14, n.1, (jan-mar), 1952, pp. 113.

José Manoel Oliveira e Silva. Ele veio de Vila Rica em 1788, trazendo seus três irmãos e um primo, sendo o terceiro irmão, Antônio Eustáquio, futuro Major e sargento-mor, o fundador do arraial da Farinha Podre, posteriormente chamado Desemboque, primeira vila do Triângulo Mineiro. Aqui nos interessa particularmente saber que o major Eustáquio foi bisavô de Teófilo de Godoy, aquele que em 1898 fez a primeira viagem para adquirir reprodutores zebus diretamente na Índia para revender aqui no Brasil, anunciando um novo capítulo na história política e econômica do Triângulo Mineiro.

Em um artigo para a revista do IBGE na década de 1960, Bertha Becket traça uma interessante narrativa da pecuária triangulina:

“A maior transformação sofrida pela pecuária, entretanto, foi aquela que se processou no seu próprio âmago pela renovação do rebanho. Degenerado por vários séculos de consanguinidade, o rebanho nacional não estava apto a satisfazer as novas condições econômicas do país. Foi por isso necessário recorrer a um novo sangue para o seu revigoração”¹³³

Ao que segue informando como esse processo se deu no Triangulo Mineiro com a importação de zebus, fazendo desta a região mais importante e especializada na criação de reprodutores. Esse processo delineou melhor as zonas de pecuária em Minas, ficando a produção do Triangulo e do Noroeste do Estado destinada aos grande frigoríficos paulistas de capital estrangeiro e a produção do nordeste e do sul de Minas voltada para os matadouros do Rio de Janeiro. Fica assim explicada a forte interação entre o triangulo e o noroeste paulista, tendo como eixo o frigorífico de Barretos, pertencente a Anglo Sociedade Anônima. De acordo com Myriam Mesquita que escreveu em 1954 baseada

¹³³ BECKER, Bertha. “Expansão do mercado urbano e transformação da economia pastoril”. Revista Brasileira de Geografia, ano 28, n. 4 (out.-dez), 1966, pp. 297-328.

nos dados estatísticos de 1945, este ainda era “o grande centro para onde converge a maior parte das boiadas” do sudeste do planalto Central sendo os outros mercados distribuidores os de Belo Horizonte e de São Paulo que recebiam o gado já gordo, por estrada de ferro.

O ciclo das importações de reprodutores indianos para o Brasil que iremos tratar pode ser datado de 1898, quando desta primeira viagem de Teófilo de Godoy a Índia, a 1928, quando é fundada a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro e é claramente atenuada uma polêmica surgida especialmente na segunda década do século XX em torno da raça bovina que devia prevalecer no rebanho brasileiro. O final dos anos vinte e, sobretudo, a era Vargas, demarcam outro processo de entrosamento político entre as elites ganadeiras do triângulo e o Estado republicano. Nesses 30 anos, foram feitas viagens comissionadas pelos próprios criadores do Triângulo Mineiro, organizados ou não em firmas, e alguns períodos que se observa significativo apoio do governo.

Dois marcos fundamentais nesse período são os anos de 1919 e o ano de 1921. O primeiro porque data um decreto da Inglaterra – esta que era a maior importadora de carne brasileira - que bloqueia a entrada de carne congelada na Europa por portos ingleses porque estava a carne muito “azebuada”. E o ano de 1921 que foi quando o governo brasileiro proibiu a importação de touros e matrizes indianos no país, por motivos que tentaremos desvendar neste capítulo.

De todo modo, entre 1904 e 1921, Lopes e Rezende, historiadoras da Associação Brasileira de Criadores de Zebu, afirmam terem sido importadas diretamente da Índia cerca 5.500 animais, distribuídos em 45 viagens.¹³⁴ Antes de 1904, registra-se apenas as duas viagens de Teófilo de Godoy, que se pode adjetivar um tanto quanto amadoras,

¹³⁴ LOPES, Maria A. B.; REZENDE, Eliane M. M. de. *ABCZ: História e Histórias*.

porque renderam apenas oito animais na primeira viagem de 1898 e 13 animais na sua segunda viagem, cinco anos depois, em 1903.¹³⁵ Aliás, nesta viagem é digno de nota terem chegado todos os animais ilesos, tanto no trecho a vapor, de Bombaim até Santos, quanto no de trem, de Santos até Uberaba e à pé, de Uberaba até Araguari, cidade natal de Teófilo. Ainda melhor: acrescentados de dois bezerros nascidos durante a viagem, o que fez Teófilo confirmar animado a resistência e força física das raças zebuínas.

Nos dois anos seguintes, é o baiano Miguel Calmon, entusiasta do gado zebu, que ocupa a pasta da Agricultura, e nesta posição facilita e fomenta essa via de modernização da pecuária nacional. Desde encomendas pessoais – a um seu amigo fazendeiro Manoel de Souza Machado, por exemplo – até subsídio formal às firmas importadoras – Crashley, Arens, Hoopkins e a uma firma criada especificamente pelos fazendeiros uberabenses chamada Borges e Irmãos, liderada pelo cel. José Caetano Borges, personagem importante da história que se segue.

Recém criada, a firma Borges e Irmãos envia para a Índia Ângelo Costa, português radicado em Uberaba que adquire 49 reprodutores para revenda aqui no Brasil. Exitoso em seu negócio, Ângelo Costa retorna outras vezes a Índia dando início a uma prática comercial bastante inusitada na época: fotografar os animais importados antes de serem enviados para o Brasil, afim de que fossem apreciados pelos possíveis compradores nas exposições de animais e casas comerciais do Rio de Janeiro e Uberaba. Outro estrangeiro radicado em Uberaba, o francês Alberto Parton também é tomado pelo ânimo com a importação de zebus e faz algumas viagens a Índia para importá-los. E ainda um outro, de trajetória peculiar, que encontramos referencia em uma das cartas de

¹³⁵ A primeira viagem de Teófilo de Godoy foi registrada em um diário pessoal publicado entre 1889 e 1890 no jornal *Gazeta de Uberaba*. Estava disponível em versão encadernada no Museu do Zebu, em Uberaba, quando da realização desta pesquisa em junho de 2010.

João Martins Borges: David Costa, português, residente em Uberaba, que era padre em Goa mas que se encontrava em Buenos Aires em 1917 telegrafando ao consul brasileiro em Calcutá, Joakim Nahapiet, e que segundo João "certamente esta vindo atrás de gado da parte de alguém do Brasil".¹³⁶ Pode-se, inclusive, pensar que essa disposição internacional de Uberaba, polo que reunia nessa ocasião muitos estrangeiros, tivesse ensejado a realização de uma ideia tão exótica na época.¹³⁷

O ano de 1907 deve ser salientado porque culmina um processo de construção de apoio frente ao governo no sentido de lograr a canalização dos recursos públicos para viabilizar a proposta de modernização desse grupo específico de criadores. Com João Pinheiro na presidência de Minas é criado um breve, porém fundamental, interstício de apoio do governo ao gado indiano entre 1907 e 1908, quando ele realiza a Primeira exposição de gado em Minas e não fosse a sua "firmeza", o gado zebu "não entraria nos pavilhões da Exposição".¹³⁸ Na análise de Lopes e Resende, é João Pinheiro que "incentiva e oficializa as importações de gado Zebu, possibilitando a entrada de cerca de 200 reprodutores", em compras feitas "em sua maioria, pelas casas comerciais importadoras Arens, Hoopkins, Herm Hholtz".¹³⁹

Dois anos depois se institucionaliza o Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio, locus oficial das disputas das elites ruralistas. Este órgão, criado em 1906 e instalado em 1909 foi, na análise de Sônia Mendonça o espaço de

¹³⁶ Carta enviada de Ahmedabad, para Joakim Nahapiet, em 28 de dezembro de 1917, pp. 103 e 104.

¹³⁷ Outras viagens e mais detalhes sobre as mesmas podem ser conferidos em LOPES, Maria A. B.; REZENDE, Eliane M. M. de. *ABCZ: História e Histórias*.

¹³⁸ SILVEIRA, Álvaro da. "Floresta e Pecuária". Belo Horizonte, Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, 1917, p.22.

¹³⁹ LOPES, Maria A. B.; REZENDE, Eliane M. M. de. *ABCZ: História e Histórias*, p. 33.

“institucionalização governamentalizada dos interesses das frações não hegemônicas da classe dominante agrária, agremiadas em torno da SNA e costumeiramente designadas pela historiografia como *oligarquias bagageiras*”.¹⁴⁰

Ao agregar os setores não hegemônicos o MAIC catalisou a ação político-institucional ruralista, endossando o discurso de “*vocação agrícola do país mediante a diversificação da agricultura nacional*”.¹⁴¹

Nesse ínterim é que acontecem as viagens à Índia de João Martins Borges, entre 1913 e 1917, sobre as quais nos debruçaremos em razão de terem sido muito bem documentadas em seu conjunto de correspondência. João Martins Borges, nascido em 1890 na fazenda Canoas, no município de Araxá, no Triângulo Mineiro, era um dos dez filhos de Joaquim Martins Borges e Cornélia Candida de Oliveira Borges. Sua família era influente na localidade. Seu avô, também chamado Joaquim Martins Borges, fora juiz de direito da comarca de mesmo nome. Por motivos pouco elucidados, João Martins Borges parecia o mais precarizado na estrutura familiar, aquele que para ascender e distinguir-se de fato socialmente precisava arriscar-se mais, deixar as estruturas de acomodação familiares e ainda tão jovem, embrenhar-se nos mares distantes.

João Martins Borges antes de sair do Brasil teria se notabilizado como mascate ao levar gado zebu de Minas ao Rio Grande do Sul. Sua jornada internacional começa ainda quando tinha 23 anos e segue para a Europa, a bordo do navio “Princesa Mafalda” com o objetivo de adquirir e revender no Brasil um lote de jumentos (asini) e 12 turquesas Burdizzo, um tipo de castrador de animais, o que demonstra sua disposição e interesse no incremento tecnológico da pecuária.

¹⁴⁰ MENDONÇA, Sonia. *O Ruralismo Brasileiro*, p. 17.

¹⁴¹ Idem, p. 26 e 27. (grifos da autora)

No início do ano seguinte João Martins Borges parte em sua primeira viagem para a Índia, a bordo do navio “Andes”. Ainda não havia estourado a Primeira Grande Guerra, e antes da mesma chegar ao fim João empreende sua terceira viagem, que lhe seria fatal: “Um homem de fino trato que jovem ainda faleceu à procura da fortuna na misteriosa Índia”, diria um biógrafo seu que lhe dedicou algumas notas.¹⁴² E este acontecimento trágico lhe rendeu a fama de pioneiro, herói e o mais dedicado a causa do gado indiano no Brasil. Mas voltemos ao início de sua jornada.

O porto de chegada desta primeira viagem de João foi Bombaim, mas o destino era Ahmedabad, no estado do Gujarat, destino certo dos que vinham negociar gado, em razão da prevalência mulçumana e onde “a criação é muito valorizada e cuidada” e o mercado era “diferenciado”¹⁴³. No intuito de adquirir entre 60 e 100 cabeças de gado viaja por muitos lugares que vão sendo citados nas cartas: Radhanpur, Varsola, Harif, Pangli.¹⁴⁴ Cruzando a Índia de uma ponta a outra – Bombaim a Calcutá –, ele segue articulando as pessoas certas, escolhendo seus agentes e facilitadores das compras e protegendo as informações sobre os negócios de outros concorrentes.

Teve como sócio e investidor dessa empreitada João Carlos Salgado, e com ele são feitos os cálculos de custo de envio de 100 animais da Índia para o Brasil, via Bélgica, onde os animais seriam embarcados no porto de Antuérpia e desembarcados no porto de Santos. Mas foi frustrado o retorno pelo irrompimento da guerra. Em 30 de setembro de 1914, o sr. Turner Morisson responde a carta de João Martins Borges

¹⁴² NABUT, Jorge Alberto. *A conquista das Índias - João Martins Borges. Crônicas que me contaram, crônicas que escrevi*. Uberaba, 1975. Disponível no Acervo Museu do Zebu, CDMZ 114/G2/AR

¹⁴³ Carta enviada de Calcutá, para Joakin Nahapiet, em 15 de dezembro de 1917, p. 98.

¹⁴⁴ Radhanpur e Varsola são cidades ainda no estado de Gujarat; a cidade ou povoado Harif, não identificamos onde fica; e Pangli, se trata de um clã "jat" do estado de Punjab no nordeste da Índia e do Paquistão. Todas essas localidades são citadas em uma carta enviada de Bombaim, para João Carlos Salgado, em 30 de junho de 1914.

informando não poder embarcar o gado para Santos nos navios que vão para o rio da Prata. O impedimento é confirmado pela British India Steam Navigation Company Limited, que em carta para o sócio de João Martins Borges, João Carlos Salgado, diz que em decorrência da guerra as viagens dessa companhia para a Antuérpia haviam sido canceladas e por isso não poderiam levar o gado.

Ao lado das dificuldades com transporte do gado, é notório especialmente nesta primeira viagem, os problemas em arranjar os agentes locais que facilitassem as compras e o entendimento da cultura e ética comercial do lugar. Para tanto era fundamental que João Martins Borges acessasse os homens certos, se cercasse de pessoas de confiança e sinceras como Juvenal e não como um tal Mahometano que lhe roubou acobertado por um outro chamado Carvalho, que principio João afirmara em carta: “não supunha que ele estivesse me traindo”¹⁴⁵.

Pelas cartas trocadas, não seria exagerado dizer que se meteu o pé pelas mãos nessa primeira viagem, até descobrirem que o segredo era conseguir agentes da mesma casta que os vendedores, pagar adiantado e investir em uma prática de recompensas locais. Alertando um sócio seu na Índia sobre os animais que queria comprar para sua própria criação João escreve: "Não se esqueçam de pedir a seus homens que me consigam os dois bezerros, para minha própria criação, de que já lhe falei. O que me arranjar animais muito bons receberá uma boa bokchis", referindo-se, provavelmente a Bakhshis, um tipo de recompensa indiana.¹⁴⁶

Mesmo com tantos percalços João consegue comprar 60 cabeças de gado, com margem para mais negócio, não fosse a grande dificuldade de conseguir vapores para

¹⁴⁵ Carta enviada de Bombaim, para João Carlos Salgado, em 1 de agosto de 1914. Segundo avaliação da transcritora Ida Aranha, a data pode ter sido 8 e não 1 de agosto.

¹⁴⁶ Carta enviada de Bombaim, para Nariman, em de 9 de agosto de 1916, p. 54.

cruzar os oceanos de volta, e transporte terrestre, nos trechos internos na própria Índia. A mesma guerra que vai motivar as viagens em busca de uma raça bovina que engatilhasse a pecuária nacional vai, evidentemente, causar sérias dificuldades práticas nesse longo percurso de viagem. Em 31 de outubro de 1914 João desiste de levar as 60 cabeças de gado adquiridas, em razão de não conseguir vapor da Índia para o Brasil, nem via Antuérpia, nem por nenhuma outra via. Tendo que retornar com urgência para o Brasil, João Martins Borges decide deixar o gado em uma fazenda pública, a “North Cote Cattle Breeding Farm”, na estação de Charodi, situada na mesma cidade de Ahmedabad.

Esta fazenda fora fundada entre 1899 e 1900 com o intuito de preservar e manter a criação da raça kankrej que no período reunia os animais mais cobiçados pelos pecuaristas brasileiros. Segundo o médico veterinário Celso de Souza Meirelles, em seu livro *Bovinos das raças indianas*, a Kankrej é uma raça

"natural da região situada a Sudoeste da região de Rann de Kutch e Ahmedabad. Ainda se cria em grande escala na província de Bombaim, a Éste de Deesa, a Oeste do Estado de Radhampur e particularmente ao longo dos rios Banas e Sarasvalo. Além de toda essa grande zona é encontrada em número relativamente grande no Estado de Baroda e Surat e na região de Kathiawar. No Estado de Radhampur é conhecida pelo nome de Wadhjar. Esta raça é uma das mais estimadas na Índia, não só pela sua força e vigor na tração, como também por figurar entre os tipos mais selecionados.(...) O gado Kangrej foi exportado em grande escala para o Brasil, tendo servido para o cruzamento em melhoria do gado crioulo. (...) Quase todos os Guzerats importados, apresentavam-se com vestígios de sangue dessa raça"¹⁴⁷

¹⁴⁷ MEIRELLES, Celso de Souza. *Bovinos das raças indianas*. São Paulo, 1944, p.75. Reproduzimos esse trecho porque ele refere a diversas localidades pelas quais passaram os comerciantes brasileiros em busca de gado. Observe-se também que Guzerats, é uma provável corruptela ou variação do nome Gujarat, nome do principal estado na Índia de onde se importou gado, já que nas cartas é usado tanto para referir ao lugar quanto para o tipo do gado.

João retorna para sua segunda empreitada comercial na Índia em junho de 1916, não obstante a guerra permanecesse. Dessa vez ia acompanhado de seu irmão Virmondes Martins Borges, vulgo Candula, e seu primo, Otaviano Martins Borges, Tavico, e tinha como sócio João Caetano Borges, o mesmo que era líder da firma Borges e Irmãos, citada acima. Durante este ano, a grande maioria das missivas trocadas também versava sobre os navios, os fretes para envio dos animais, as possibilidades de se fazer baldeação em algum porto intermédio: Cidade do Cabo, Antuérpia, Nápoles, Gênova, Nova Zelândia, Montevidéo... eram muitas as alternativas, e geograficamente díspares entre si. Tentava-se de tudo para equacionar esta que parecia ser a etapa mais dificultosa do negócio – sincronizar a compra de gado com o transporte na tentativa de que os animais permanecessem o menor tempo possível em fazendas como essa de Charoddi que aumentava muito os custos do negócio. Ou mesmo que demandasse a construção de currais no interior da Índia, algo que registra-se ter ocorrido.¹⁴⁸

Até que, afinal, fora descoberta a grande estratégia: enviar o gado nos navios que levavam juta para o Brasil. Navios que rumassem direto de Calcutá até Santos, e que sairiam carregados de juta, mas com espaço nos porões para embarcar o gado em baias individuais. E o personagem facilitador dessa etapa era o próprio cônsul brasileiro em Calcutá: Joaquim Nahapiet.

O esquema foi claramente exposto numa carta enviada para José Caetano que estava no Brasil, em julho de 1916, onde ele informa e orienta seu sócio:

"A partida do gado agora depende da próxima ida de juta e esta depende do pedido que daí fizerem; assim, o Sr. deve ir a São Paulo e conseguir, por empenhos, meios e modos, que a

¹⁴⁸ LOPES, Maria A. B.; REZENDE, Eliane M. M. de. *ABCZ: História e Histórias*, p. 35.

Companhia Nacional de Tecidos de Juta faça, imediatamente, um pedido ao sr. Joaquim Nahaphiet, Consul aqui em Calcutá; tão logo o pedido chegue a juta irá e o gado também. Não poupe esforços porque sem juta não haverá possibilidade de vapores irem daqui a Santos."¹⁴⁹

Em 1918, quando tentava retornar de sua terceira viagem, recorre novamente ao esquema dos vapores de juta e aos interesses do cônsul brasileiro, mas dessa vez já se queixando da máfia instalada pelas companhias que começavam a fretar vapores e revender o espaço do convés a preços abusivos. Era o que a companhia de juta vinha fazendo:

"esse negócio de assegurar lugar em todos os vapores, para depois no-lo vender, a preço dez vezes mais caro, chama-se em português claro: roubar. A companhia quando freta um vapor da ponta do mastro ao fundo do porão pode fazer dele o uso que lhe convier (...) mas, quando ela somente toma lugar para uma certa quantidade de juta, o exigir e negociar o convés do vapor, para depois no-lo oferecer por 10 vezes o preço por que o contratou, é simplesmente roubar".¹⁵⁰

Outra ideia que se pondera nas cartas, mas que não parece ter sido levada a efeito, era aproveitar algum navio que fosse para os Estados Unidos ou Rio da Prata, e que ao desembarcar em Santos, fácil e lucrativamente poderiam levar, para estes destinos, cargas de café no lugar deixado pelo gado. Em carta para o cônsul brasileiro ele pondera:

“já que o embarque de juta não é uma coisa decidida, gostaria de saber se sua agencia de viagens marítimas poderia fazer a tentativa de reservar lugar para levar meu gado a Santos por qualquer navio que se dirija aos Estados Unidos ou ao rio da prata. Creio que no interesse de 200 cabeças de gado qualquer

¹⁴⁹ Carta enviada de Calcutá, para José Caetano Borges, em 24 de julho de 1916, p. 43.

¹⁵⁰ Carta enviada de Calcutá, para José Caetano Borges, em 12 de março de 1918, p. 113.

desses vapores aportará no Brasil, onde cargas de café para Nova York são muito fáceis de ser conseguidas. Não aportariam?"¹⁵¹

Ademais se ressalta nas trocas de missivas os cuidados e as estratégias de monopolizar os contatos e a rede de fornecedores de gado, mantendo sigilosos os contratos locais, na intenção inclusive de forjar e legitimar o conhecimento sobre qual era o melhor gado. Ainda em 1914, quando João Borges recebe em Bombaim o fazendeiro inglês Sr. Thobias Mello, acompanhado do Dr. Cyro Costa de São Paulo que foram lá interessados em gado das raças Gir, Guzerat e Kangreji, aproveitam que os dois estão por fora do assunto e negociam/oferecem gado de baixa qualidade, contatando-se nas cartas nítido empenho de monopolizar o contato dos vendedores de gado.

"Quero entretê-lo comprando Gir por aqui [Bombaim] afim de que ele não vá em Ahmedabad senão quando for selecionar gado do Sorab. A presença dele lá pode desviar a atenção de nossos agentes (...) Precisamos levar ao Sr. Thobias não só as reses do Sorab como o boi doente daqui e o branco, mais 2 vacas, assim o nosso gado ficará correto, na extensão da palavra. Vender-lhe-emos também os 2 bois que vc comprou do Abow. Que importa! Levaremos pouco, mas colossal"¹⁵²

Na carta seguinte, também endereçada a seu sócio reitera estratégias. Sobre a chegada do Sr. Thobias Mello em Ahmedabad para comprar o gado na mão de Sorab, um de seus agentes, João Martins Borges pede ao companheiro João Carlos Salgado que convencesse Sorab a vender ao Sr. Thobias o gado de menor qualidade.

"como vi que o Tobias estava disposto a partir já, resolvi vender-lhe o gado refugo quanto antes. (...). Ele vendo os bois do Sorab

¹⁵¹ Carta enviada de Ahmedabad para Joakin Nahapiet, em 7 de setembro de 1916, p.63

¹⁵² Carta enviada de Bombaim, para João Carlos Salgado, em de 26 de junho de 1914, p. 5.

comprá-los-á certamente, porque o homem não entende do assunto e arrasta um bagaçõ."153.

Mas sua tentativa de empurrar gado ruim ao Sr. Thobias não parece ter ido muito longe, tanto que inicia a carta seguinte lamentando o negocio com sr. Tobias e a dificuldade de conseguir comparsas: "Acho difícil fazer negócio com o Tobias agora porque ele está com as vistas muito altas e não compra gado mais ou menos e depois não há aqui um diabo que se preste para esta farsa"154

É curioso notar os caminhos retóricos pelos quais se definia um gado “bom” indiano. Os critérios raciais não estavam bem estabelecidos desde o Brasil, embora algumas das características tivessem sido definidas pelos primeiros criadores fluminenses – a cor, o cupim, o tamanho da orelha. Em certa medida pode-se dizer que foram esses primeiros importadores do Triângulo Mineiro, criadores e mascates, que estavam de fato raceando o zebu, conhecendo e definindo as características que mais lhe apeteçiam e distinguíam os criatórios, e por isso consideradas melhores.

Na Índia as divisões de raças bovinas se fazia pelas regiões e as iniciativas de realizar seleção do gado eram incipientes e recentes, datando de 1899 a fazenda Charoddi, que cumpria esse intento.¹⁵⁵ A amplitude do território e a distribuição secular dos rebanhos pelas regiões, impunha uma separação natural dos criatórios, definida, inclusive pela escolha de cada família do perfil de seus animais. Essa amplitude da área de criação fazia com que não houvesse pressão de seleção, ou seja, algo que forçasse a

¹⁵³ Carta de 29 de junho de 1914 de João Martins Borges para João Carlos Salgado, p.6; Carta de 2 de julho de 1914, idem, p. 10.

¹⁵⁴ Carta sem data e sem destinatário, p. 9. Na avaliação da transcritora trata-se do mesmo destinatário, seu sócio João Carlos Salgado, e a data seria algo entre 30 de junho a 2 de julho de 1914, já que se trata de um copiadador cronologicamente ordenado.

¹⁵⁵ Para essa assertiva ficar completa faltaria uma análise mais apurada dos eventuais projetos nesse sentido executados por ingleses ou outros agentes interessados, mas até onde pesquisamos não encontramos outras referências desse tipo. Fala-se, de um movimento nesse sentido justamente a partir do interesse brasileiro.

partir do meio externo e natural o aparecimento de características genéticas em comum. Ao contrário, na Europa o território reduzido de criação impunha uma fusão do rebanho, e uma observância maior por parte dos criadores no sentido de manipular a genética dos animais.

Mas é nesse enorme país que João Martins Borges escolheu para adquirir a melhor genética, sobretudo para o gado de corte. Em carta para José Caetano Borges, João afirma ter feito sociedade com um senhor de nome Nariman (pedindo reservas sobre esse assunto), e conforta o sócio brasileiro dizendo que ao lado de Nariman ficará mais fácil levar até 200 reses para o Brasil e que ele "pode ficar certo de que não ficará uma aldeia sem varejar em todo Guzerat". Continua dizendo que esteve em Hissar, no estado de Haryana, e que lá "há muito gado bom em tipo, porém, sem suficiente orelha".¹⁵⁶

Essa questão da orelha é bastante sintomática da aleatoriedade – ou arbitrariedade – das características genéticas. A exigência de uma orelha grande foi definida como peculiar às raças zebuínas pelos primeiros criadores fluminenses, e permaneceu como requisito nas encomendas feitas pelos criadores às firmas importadoras. No entanto, como é óbvio, isso em nada influencia na quantidade de carne ou leite ou força de tração produzido pelo animal. Além do mais, não era essa uma característica encontrada nem mesmo na própria Índia.

Em outra carta de João endereçada a seu irmão mais velho Adolpho Martins Borges, vulgo Nhonhô, ele dá poucas notícias práticas dos negócios e fala mais de suas percepções e sentimentos, das dificuldades da viagem, em certa medida até desencorajando o irmão que parece ter aventado a possibilidade de vir. Desabafa:

¹⁵⁶ Carta enviada de Ahmedabad, para José Caetano Borges, em de 1 ou 3 de agosto de 1916, p. 50.

"A compra do gado aqui é uma dificuldade, não que não haja bom gado, mas é que aí não querem gado bom, só querem gado aleijado, porquanto 0,40m de orelha é simplesmente um aleijume, uma monstruosidade."¹⁵⁷

Nesse trecho confirma-se que as características raciais consideradas boas pelos criadores e que operavam nas imaginações sobre o gado indiano não coincidiam com aquelas encontradas na própria Índia. Era, portanto, necessário adaptar discursos e convencer de outras vantagens raciais, criando uma demanda de mercado que correspondesse a oferta dos animais efetivamente adquiridos na Índia por esses fazendeiros-comerciantes. Se fazia necessário em pouco tempo mudar os paradigmas genéticos e zootécnicos voltado para o zebu. Ou melhor, criar em solo brasileiro, as raças zebuínas, como se fez durante as décadas seguintes selecionando nelore, gir, guzerá, brahman, e criando, inclusive um tipo indo-brasileiro, o indubrasil, ou induberaba, como se queria à princípio. Esse esforço de racializar no Brasil a matriz indiana ou zebuína, transformou o país no berço americano das raças indianas.

Um pedido constantemente feito nas cartas é de sigilo. Em sua segunda viagem à Índia, em 1916, diz em carta para seu sócio João Caetano Borges que não vai adiantar notícias sobre a sua partida para o Brasil para tentar manter em segredo as informações sobre os portos por onde tem embarcado e os caminhos por onde tem passado porque:

"eu arrisquei demais a vida para, agora, a troco de nada, prestar informações a quem quer que seja que não tenha corrido perigos, venha valer-se do que eu possa informar (...) É verdade que, como eu, os outros podem fazer, não sou melhor do que ninguém, mas que venham, que se arrisquem se quiserem saber de alguma coisa".¹⁵⁸

¹⁵⁷ Carta enviada de p. 52. carta de 4 de agosto de 1916

¹⁵⁸ Carta enviada de Calcutá, para José Caetano Borges, em 5 de julho de 1916, p. 35.

O motivo é justo e explícito: "garde absoluto segredo a respeito dos meus passos aqui, sobre vapores, porque não havendo concorrência obterei frete baratíssimo", diria João Martins Borges em missiva para seu sócio José Caetano Borges em 1916, quando tentava retornar da Índia levando ainda a primeira carga de animais que ficara impossibilitada de levar dois anos antes.¹⁵⁹ E continua em outra carta:

"Peço não dizer a menor palavra a ninguém a respeito dos meus passos aqui. Ninguém deve saber que estive em Calcutá. Não havendo a menor concorrência, e daí ninguém escrevendo para essa cidade pedindo informações a respeito de vapores, eu estou certo que conseguirei o transporte por uma ninharia e a viagem muito mais vantajosa. Guarde absoluto, absoluto segredo acerca do que estou escrevendo; nem mesmo aos mais íntimos se diga a menor palavra, porque muita gente está aí a espera de notícias minhas para vir."¹⁶⁰

Já não era sem tempo. A concorrência ia ficando cada vez mais desleal, já que João Martins foi para a Índia sem subsídio algum do Estado, a menos formalmente, enquanto outros já iam com facilidades incomparáveis. Os anos entre 1913 e 1921 foi descrito como "apogeu do ciclo das importações", quando entraram cerca de 4.100 touros e vacas zebuínas no Brasil em diversas viagens.¹⁶¹ Manter sigilo, significava, portanto, mais uma ação no sentido de monopolizar o negócio de gado, o que para ser concretizado exigia, além de sigilo, algum nível de espionagem, como fica patente nesta missiva para seu agente local e sócio Nariman: "Mande alguns de seus homens até Deesa para ver se o parse Framroz não andou reunindo gado para negócio no Brasil . Creio que ele arranjou

¹⁵⁹ Carta enviada de Calcutá, para José Caetano Borges, em 24 de julho de 1916, p.43

¹⁶⁰ Carta enviada de Ahmedabad, para Joaquim Martins Borges, em 2 de agosto de 1916, p. 48.

¹⁶¹ Cf. viagens em LOPES, Maria A. B.; REZENDE, Eliane M. M. de. *ABCZ: História e Histórias*.p.35.

alguns bezerros para o Armel"¹⁶². Tratava-se de Armel Miranda, outro fazendeiro mascate do círculo uberabense que também fez três viagens à Índia em busca de gado e que aparentemente era parceiro de João Martins Borges.(ver foto no anexo 2)

No entanto se não houve subsídio para os negócios de João, não se pode dizer que ele não se locupletou da proximidade política e indiretamente dos cargos públicos para ter êxito em seus negócios. Em 1917 quando da sua terceira viagem ao continente asiático, João Martins Borges remete em anexo à carta para o cônsul Joakim Nahapiet uma nota de jornal que informa sobre o vapor "Taubaté" que viria do Brasil para Calcutá trazendo uma carga de café e levando de volta juta para uma firma brasileira:

“Como V. Sa. ainda não esta ciente da vinda desse navio, isso significa que a empresa importadora de juta está negociando através de outra firma em Calcutá, de modo que V. Sa. poderia tomar medidas para conseguir a ordem para si.”¹⁶³

A sugestão de João Martins Borges é claramente interessada: conseguindo a ordem para si, Nahapiet certamente cederia para ele o espaço ocioso no navio para transportar seu gado para o Brasil. Uma fala que indica o quanto Nahapiet, usava seu cargo de consul honorário para facilitar seus negocio de juta, e, por extensão, João Martins Borges também se beneficiava.

Outra notícia que ele dá a Nahapiet diz respeito a um auxílio governamental a um outro importador de gado zebu, Militino Pinto Carvalho que muito lhe desagrada. Para o nosso entendimento da rede de solidariedades e interesses que moviam esses fazendeiros à Índia, esse documento é bastante esclarecedor. Dizia João na carta que

¹⁶² Carta enviada de Bombaim, para Nariman, em 9 de agosto de 1916, p.54 Segundo a transcritora, Ida Aranha Borges, parse são "antigos persas zoroastristas que, para escapar as perseguições muçulmanas, emigraram e se estabeleceram na Índia".

¹⁶³ Carta enviada de Ahmedabad, para Joakin Nahapiet , em 19 de dezembro de 1917, p. 99.

"o Ministro da Agricultura brasileiro autorizou a Legação do Tesouro do Brasil, em Londres, a pagar-lhe a importância de 3.996 libras, as quais V. Sa. deve guardar para entregar ao sr. Militino Pinto Carvalho, até a época em que ele possa apresentar-lhe alguns documentos e certificados acerca da exportação de 111 reses para o Brasil."¹⁶⁴

Informava ainda ao cônsul que o sr. Militino estava nesse momento no Japão tentando conseguir vapores para o seu gado, o que significava que ele ainda não sabia do auxílio do governo. Mas em seguida o tom da carta fica grave quando João começa a descortinar a rede de trapaças:

"Esse gado não é, de forma alguma, para distribuição entre criadores, por decisão do governo, como está dito na nota, mas sim para um meu primo - o sr. Manoel Borges. Estão dizendo isso unicamente para ter a ajuda financeira do Governo, porque, legalmente, nenhum auxílio poderia ser conseguido do Ministério, a não ser que o gado fosse para ser distribuído. Há uma trapaça grande nisso."¹⁶⁵

Em que pese os meios, essa notícia denunciada por João Martins Borges implica afirmar que não se pode falar de uma inexistência de auxílio governamental ao gado zebu no Brasil, nem mesmo nesse ano de 1917, em que não havia nenhuma grande entusiasta do zebu ocupando a pasta da Agricultura.

Entretanto este é o ano de realização da Primeira Conferência Nacional de pecuária, promovida pela Sociedade Nacional da Agricultura, órgão irmanado, politicamente com o MAIC, como veremos no próximo capítulo. Um dado que pode ser relevante para o entendimento dessas relações é que o sr. Militino foi conferencista nesse evento. Na condição de engenheiro agrônomo fez um texto curto, notadamente mais

¹⁶⁴ Carta enviada de Ahmedabad, para Joakim Nahapiet, em 19 de dezembro de 1917, p. 99.

¹⁶⁵ Idem.

político do que científico, endossando o coro das vozes pró-zebu não obstante esse evento tivesse sido bastante reacionário ao gado indiano, como se verá adiante. De todo modo o espaço reservado ao sr. Militino nesse evento, pode denotar maior proximidade desse personagem com a SNA e, conseqüentemente com o MAIC e os grupos difusamente ligados ao propósito da diversificação da produção agrária.¹⁶⁶

Havia, portanto, grupos de interesse, redes de solidariedade e uma maneira específica de acessar o subsídio direto do Estado, embora o solo ainda não fosse fértil ao gado indiano, ou melhor, às elites que intentavam promovê-lo à condição de pivô da modernização da pecuária brasileira. Não surpreende, portanto, constatar que João não se furtaria em participar desse jogo para acessar auxílios e subsídios estatais. Como ele mesmo diz numa segunda carta sobre o assunto, desta vez para seu sócio no Brasil, João Caetano Borges:

"Por carta e jornais daí sei que o sr. Manoel Borges, Geraldino e outros conseguiram o auxílio do governo para a importação de gado. *Espero que o senhor também tenha feito todo o possível para nos obter esses favores.* Levarei os documentos necessários, mas o requerimento ao Ministério e o seu deferimento precisam estar prontos antes, muito antes. Faça o possível. Arranje com o Theófilo de Azevedo. A concessão feita ao Manoel Borges é o supra sumo da bandalheira. O Governo poderia muito bem conceder o auxílio, mas nunca mandar o dinheiro para aqui como fez, antes dos animais serem importados. É contra a própria lei. O auxílio, por ela, só pode ser feito depois que os animais forem examinados e desembarcados no país. Se esse gado morrer no caminho? Eles terão o auxílio, porque 3.996 libras (80.000\$000) ser-lhe-ão pagas aqui pelo Governo. É o cúmulo!"¹⁶⁷

¹⁶⁶ Militino Pinto de Carvalho "Quais as raças bovinas aconselháveis para corte, leite ou trabalho atendendo as diversas zonas do país? Qual o critério que deve presidir a importação de reprodutores estrangeiros?", TESE N. 16, Conferência Nacional de Pecuária, 1917, IHGB 206, 7, 2, n.16.

¹⁶⁷ Carta enviada de Ahmedabad, para José Caetano Borges, em 22 de dezembro de 1917, p.100.

Não obstante João Martins Borges denuncie como “bandalheira” usar auxílio do governo para adquirir gado para revenda a particulares – e não para distribuição – e o descumprimento da lei ao obter o auxílio antes do gado ser desembarcado no Brasil – exatamente a situação que João se encontrava - ele pede que seu sócio se empenhasse em tentar o mesmo para seus negócios.

É assim que se justifica toda a estratégia de sigilo. Nesse caso específico o segredo sobre os passos era uma tentativa de compensar as vantagens que colocava seu concorrente à frente dos negócios. Na mesma carta ele diz a Caetano Borges que vai impedir Militino de passar na sua frente conseguindo transportes dizendo ser "representante do Governo" e "oferecendo maiores importâncias (...) porquanto considero tal ação indigníssima. Cada qual faça por si e nada de atrapalhar os outros".¹⁶⁸

A primeira viagem foi em grande medida fracassada em função do início da guerra ter estourado abortando a finalização dos negócios e a chegada do gado no Brasil; desta terceira viagem João não voltou com vida, como foi dito em nota algumas páginas atrás. Mas da segunda viagem, de 1916, ele voltou contente, e nos relatos parece ter sido puro sucesso a empreitada. Como ele mesmo descreve em carta para Nariman, quando ele chegou,

"disseram que o gado era o melhor lote de gado indiano já visto em Uberaba. Foi um entusiasmo enorme. Meia hora depois da minha chegada vendi nossas 46 reses por 134.500\$000 (134 mil e 500 rupias). Nunca antes um lote de gado tinha sido vendido tão depressa alcançado tal preço"¹⁶⁹

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ Carta enviada de Conquista-MG, para Nariman, em 30 de dezembro de 1916, p. 82.

Em vista do exitoso negócio, João pede que Nariman comprasse e enviasse mais 50 reses, porque:

“Foi uma venda muito boa, considerando o preço e a rapidez com que o pagamento foi feito. As vacas foram muito elogiadas, mas os touros, como disse nessa carta, embora muito bons, não foram bem como os criadores daqui costumam projetar em suas mentes. Preste grande atenção aos touros, se v. sa. trouxer algum”¹⁷⁰

Foi comum ao longo das cartas o comentário de que não se conseguiu tantos touros bons, quanto se conseguiu de matrizes, ou vacas, certamente em razão das exigências fenotípicas comumente feitas pelos criadores brasileiros e que não correspondiam aos animais que eles estavam encontrando na Índia. Isso, evidentemente colocava o negócio ainda mais em risco e o melhor seria evitar os touros, para que não houvesse refugio na revenda no Brasil.

Não obstante a fama heroica que recebeu o personagem de João Martins Borges, e o significado que ele tem ainda hoje entre os criadores de gado das diversas raças de origem zebuína, é de se notar o desespero e desamparo que rondou a realização de seus negócios na Índia em todas as suas três viagens. Mesmo com a possibilidade de apoio do governo brasileiro e com a aparente disponibilidade dos órgãos brasileiros e ingleses, João parece ter sido o único a não se locupletar dessas esferas. Pode-se dizer que era como se tratasse do "tempo das vacas magras" na relação entre esse grupo de pecuaristas

¹⁷⁰ Carta enviada de Conquista-MG, para Nariman, em 3 de março de 1917, p. 84.

uberabenses e a política republicana. Muito embora, o contexto geral fosse de “apogeu” das importações de gado indiano pro Brasil.¹⁷¹

De todo modo é digno de nota que essa atitude de independência foi fundamental na construção do imaginário político das elites do Triângulo Mineiro, e haveria de ser justamente o que rendeu a João Martins Borges a fama de herói. Os caminhos escusos, e as tentativas obscuras de conseguir apoio ou facilitações do governo, sintomaticamente, não foi relatada em nenhuma das muitas narrativas dessa história.

Falamos em aparente disponibilidade dos órgãos brasileiros e ingleses porque foram relatados episódios muito ambíguos em relação a esses apoios. Parece que formal e explicitamente os ingleses em nada se opunham ao gado indiano, mas no que podiam dificultar o faziam utilizando, evidentemente, sua autoridade colonial. Quando João Martins Borges tentava finalizar sua terceira e última viagem, já com quase 200 cabeças de gado compradas esperando apenas uma oportunidade de transportá-las para o Brasil, ele escreve a José Caetano Borges se queixando das dificuldades em obter licenças para tirar o gado de Sanand e leva-lo para Calcutá, "visto como as estradas de ferro estão debaixo de controle militar". Na mesma carta pede também que seu sócio "obtivesse do Governo Britânico, por intermédio do Governo brasileiro, uma permissão para o transporte do nosso gado a bordo do *Thongwa*, que deve partir a qualquer momento para Santos". Este vapor levaria juta para a Companhia Paulista de Aniagens e seria a grande saída para transportar os animais, não fosse o fato de que João Martins Borges estava telegrafando "insistentemente" para a Legação brasileira em Londres, e não obtinha

¹⁷¹ No período da viagem de João Martins Borges as pastas da Agricultura foram ocupadas por Pandiá Calógeras e João Gonçalves Pereira Lima, que não constam terem sido especialmente afeitos ao gado indiano, não obstante os escusos incentivos ao sr. Militino, descritos acima.

resposta.¹⁷² Afinal a esperança foi frustrada, o vapor *Thongwa* foi perdido "devido a má interpretação que deram, em Londres, aos meus telegramas, e à falta de urgência com que os responderam".¹⁷³

Isso parece ter sido uma prova de boicote, ou no mínimo indisposição inglesa para os negócios de remessa de gado da Índia para o Brasil. Essa atitude se justificaria, em parte, pelo fato de que eram inglesas as principais raças importadas até então para melhorar a qualidade do rebanho brasileiro e platino, ou seja, a Inglaterra tinha interesse histórico em monopolizar o mercado de reprodutores. Eram também ingleses o capital investido nos frigoríficos que começavam a implantar-se no Brasil o que viabilizava a produção de carne para exportação e, por conseguinte, a implantação de uma pecuária moderna e industrial. O mercado de carne e o mercado de touros e matrizes estavam, portanto bastante vinculado, e a crise em um deles reverberava no outro Tanto sim que a Inglaterra chegou a decretar em 1919 que não compraria mais carne brasileira caso a origem do gado fosse zebuína, alegando ter esse gado supostamente pior qualidade, como se verá melhor no capítulo seguinte. Esses temas estavam sendo discutidos nas relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra e deve ter se desdobrado na indisposição em ajudar os fazendeiros mascates do Triângulo na sua grande missão de salvar o rebanho nacional através da genética bovina indiana.

O fracasso da primeira viagem de João Martins Borges e as dificuldades de retorno na segunda, passaram fundamentalmente pelas dificuldades em conseguir as permissões e autorizações para o transporte, dificultado em todas as etapas, ora pelo governo brasileiro, ora pelo governo inglês - consulado brasileiro na Índia, legação

¹⁷² Carta enviada de Calcutá, para José Caetano Borges, em 12 de março de 1918, p. 113.

¹⁷³ Carta enviada de Calcutá, para José Caetano Borges, em 29 de março de 1918, p. 122. Segundo Ida Aranha essa carta não foi remetida já que ela encontrou o original junto com a copia no caderno copiador.

Brasileira em Londres. O fracasso da primeira viagem gerou, inclusive, uma dívida bastante significativa na fazenda Charoddi, onde o mascate uberabense teve que deixar os animais. Uma dívida em parte compensada pelo sucesso da segunda viagem. Mas da terceira, realizada em 1917 João Martins Borges não sairia incólume. Nosso ilustre visionário faleceu no país de “realismo fantástico” e mistérios, com suas “vacas sagradas” e “bois mitológicos”, “assistido por um padre católico, uma jovem do Consulado Brasileiro e um casal de hindus amigos”¹⁷⁴ (ver fotos no anexo 2).

Mas essa história não terminou aí. Aliás, ela apenas havia começado. Em 1975 a urna que guardava os restos mortais de João Martins Borges em Calcutá foi trazida para o Brasil a pedido da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, em trâmite facilitado pelo Itamaraty. O presidente da ABCZ na época, Arnaldo Rosa Prata, se ocupou em substituir a urna de sândalo original por uma distinta urna de prata, e fazer um discurso de homenagem ao jovem que a cada dia *post mortem* se tornava mais herói. O novo túmulo em Uberaba recebeu uma inscrição com trechos do discurso de Arnaldo Prata: "que esta homenagem sirva para minorar a dor dos que te amaram e te perderam, para que a história te ganhasse".¹⁷⁵ Nesta cidade sua história seria melhor venerada e divulgada; história à serviço da pecuária nacional.

¹⁷⁴NABUT, Jorge Alberto. *A conquista das Índias...*, p. 130 e 131.

¹⁷⁵ Documentos avulsos. Acervo Museu do Zebu, arq. 001, gaveta 002, pasta 054

Capítulo IV

Boi é tudo igual? Notas sobre a polêmica gerada pela importação de gado zebu

A pecuária industrial no Brasil foi mobilizada por discursos que abordavam três propósitos: 1) diversificação da produção rural; 2) inserção no mercado internacional 3) produção de itens de primeira necessidade que superassem os tradicionais "produtos coloniais". Às vezes esses três fatores vinham correlacionados, às vezes um era mais enfatizado que os outros na elaboração de cada fala, mas em geral todos convergiam para a necessidade de mudanças na produção e na comercialização da carne. Esses discursos também não eram unívocos, ou melhor, uníssonos, e ao veicularem diferentes estratégias de realizar aquilo a que se chamava "modernização" ou "aperfeiçoamento" da atividade ganadeira, eram multifacetados, complexos e contraditórios. Dessa maneira pretendemos aqui mostrar um pouco das matizes de cada um dos três fatores elencados acima, e das instituições que acolhiam e divulgavam os discursos em prol de um ou outro caminho de modernização da pecuária, e o momento em que essas falas se tornaram particularmente aguerridas e polêmicas.

A mais importante instituição catalizadora do discurso de diversificação da produção rural foi, sem dúvidas, a Sociedade Nacional de Agricultura. Agregando membros de uma elite rural indiferente ao sucessos e às crises da cafeicultura, mobilizando os grupos e os interesses não hegemônicos das "frações dominadas da classe dominante rural", na definição de Sonia Mendonça, a SNA teve papel central na institucionalização dos discursos em prol do desenvolvimento da pecuária.

Não por acaso a Primeira Conferência Nacional de Pecuária datada de 1917 foi "promovida pela SNA, sob os auspícios do Governo Federal". Organizou-se a partir de um esquema bastante protocolar, com inscrições de trabalhos, aceitação ou rejeição dos conferencistas e uma listagem criteriosa dos temas que seriam debatidos, o que nos informa aquelas que eram as questões "úteis" e as concepções legitimadas por esta instituição. Com quase um ano de antecedência a Sociedade Nacional de Agricultura publica o programa geral da Conferencia Nacional de Pecuária e apresenta as 18 seções nas quais seriam destrinchados os temas que desejava a SNA, fossem relatados e discutidos durante a Conferencia o que iria lhe dotar de um caráter pratico e eficiente, afinal era o intuito da Conferencia "estudar, no ponto de vista científico e prático, as necessidades mais urgentes da indústria e os meios mais eficiente de desenvolvê-la e aperfeiçoá-la no Brasil". Tantos filtros e critérios para os temas e os publicistas daqueles temas, se explica pelo fato de que a SNA funcionava quase como um braço direito do Ministério de Agricultura, intermediando todos os apoios e subsídios do governo.

Foram assuntos discutidos na Conferência desde questões mais político-econômicas até questões técnico-científicas: o estado atual da criação de gado, a capacidade produtiva do Brasil e a produção mundial, o mercado consumidor, produtos e

subprodutos da indústria bovina, operações industriais e comerciais sobre o gado, a questão dos transportes, a intervenção dos poderes públicos na instalação de fazendas modelo e concessão de prêmios de incentivo às fazendas modernizadas, as estratégias de defesa das propriedades contra roubos ("proteção à indústria pecuária"), o ensino zootecnico e veterinário, bovinotecnia geral, patologias, política sanitária, forragens, pastos e alimentação, zootecnia, registros genealógicos, associações, além de equinotecnia, suinotecnia, ovinotecnia, avicultura, estatísticas e créditos.¹⁷⁶

Certamente o que mais interferia na paisagem rural eram os fatores de melhoramento dos sistemas de criação com vistas a industrialização, especialmente a manipulação das raças - os cruzamentos e seleções reprodutivas - cujos procedimentos implicavam em uma limitação dos pastos, cercamentos, uso de balanças e diferentes utensílios do criador.

Para a SNA a produção de carne era estratégica na diversificação da produção rural, e por isso são antigos e abundantes os escritos de autores vinculados a esta instituição sobre o tema. Haja vista a publicação de Joaquim Travassos ainda em 1898, já analisada no capítulo anterior, a de Eduardo Cotrim que analisa a pecuária nacional em comparação com a Argentina em 1912, os censos agro-pecuários acompanhados de textos de análise da situação, entre vários outros inclusive um polêmico "Inquérito sobre o gado zebu", sobre o qual falaremos aqui.¹⁷⁷

Em 1917 a SNA já tinha uma clara antipatia às elites fluminenses e triangulinas que tentavam convencer sobre as vantagens do sangue zebu no raceamento do rebanho

¹⁷⁶ Sociedade Nacional de Agricultura. "Programa Geral - Conferencia Nacional de Pecuária", 1916. IHGB - 206,7,2, no 40.

¹⁷⁷ Sociedade Nacional de Agricultura. "Inquérito sobre o gado Zebu", Rio de Janeiro, 1907, BN - II-419,6,24

bovino e na modernização da pecuária nacional. Anos antes, em 1905, foi esta instituição que iniciou a polêmica em torno do gado indiano, realizando o tal Inquérito. O peso do nome denotava a retórica indisposição ao gado indiano, já que na realidade tratava-se de um parecer sobre o gado zebu que seria realizado por uma comissão encarregada do estudo pela Sociedade Nacional de Agricultura. Para tal parecer, afinal denominado Inquérito, foi enviado uma circular explicativa e um questionário para fazendeiros de diversas regiões do Brasil e do mundo no qual constava 13 perguntas que buscavam averiguar as vantagens e desvantagens da introdução do gado indiano no Brasil. Foram enviados 3000 circulares no Brasil, das quais 22 retornaram com a resposta ao questionário; no exterior foram nove países consultados, entre eles Austrália e Estados Unidos, e sete responderam. Não por acaso o Inquérito finaliza com um texto do professor H. Raquet do Instituto Agrônômico de Gembloux-Belgica e então Diretor do Posto Zootécnico Central do Estado de São Paulo, uma instituição que veiculou as mais fervorosas críticas ao gado zebu no Brasil no período.

E no início do inquérito consta um texto de João Batista de Castro intitulado “apuração” que explica os objetivos e a metodologia do inquérito, mas que fala, sobretudo, da preocupação da SNA com a introdução do gado indiano zebu “sem que tenhamos precedido a estudos zootécnicos que determinassem esta escolha e preferência, a pretexto de melhoramento das escassas raças indígenas”. A crítica central do autor é ao descaso científico:

“somente agora em pleno século XX, é que cogitamos de abandonar essas normas retrógradas, procurando adotar os mesmos processos e métodos de outras nações mais cultas, instituindo o departamento de Agricultura, dotados de todos os

serviços científicos e experimentais, exigidos, impostos pela agricultura moderna”¹⁷⁸.

Das pouquíssimas respostas ao questionário recebidas, a maioria foi favorável ao zebu. Mas isso não convenceu o autor que considera essa opinião baseada em argumentos científicos levianos e contraditórios e na aplicação da “lei do menor esforço, em sua acepção mais retrógrada, perdendo-se de vista o aperfeiçoamento das raças indígenas, a que já aludimos, tais como a Caracu, o Mocha, a Franqueira, etc”, todas essas seleções que já vinham sendo feitas pelos criadores de São Paulo ou pelas fazendas experimentais monitoradas pelo governo deste Estado. E suas preocupações científicas rapidamente se diluem no mar de interesses "patrióticos" e de preconceitos étnicos quando afirma:

"Cruzar-se o zebu, maior, mais corpulento, suficientemente rústico, com o nosso gado Crioulo, para obter-se, apenas nas primeiras gerações, um pequeno acréscimo de peso, sem outras preocupações mais amplas e sobretudo mais patrióticas, pois não é possível nos esquecermos do confronto econômico, que carecemos não perder de vista, quando deitarmos os olhos sobre outros países mais experimentados e cuja riqueza assenta principalmente na pecuária, sem jamais haverem cogitado do zebu para levar-lhes qualquer predicado constatado desse gado, oriundo de uma nação estacionária e retrograda, e que jamais se ocupou desses assuntos, é o que se pode imaginar de mais originalmente curioso, pois nem sequer os ingleses, dominadores da Índia, se lembraram disso e são, entretanto, os mais abalizados criadores do mundo."¹⁷⁹

Esse argumento de que o zebu não era cogitado nos países nos quais a pecuária tem força econômica e que são mais desenvolvidos é bastante explorado pelo autor que separa com muito discernimento:

¹⁷⁸ Idem. p. III

¹⁷⁹ Idem, p. VI e VII.

"A Índia não é país pastoril, nem a Inglaterra tentou ainda colonizá-la, e, sim, trata de explorá-la da melhor forma, o que não acontece com a Nova Zelândia, o Cabo da Boa Esperança e o Canadá. Nem na Nova Zelândia nem no Cabo da Boa Esperança se conhece o zebu, como tipo de gado aproveitável a nenhum título! Na Argentina, Uruguai e Estados Unidos tampouco. De sorte que não podemos descobrir absolutamente o que justificou nossa preferência pelo Zebu indiano, sem um estudo profundo, científico e industrial do problema animal que, previamente, determinasse essa preferência, que nada justifica nas condições atuais da questão, antes até constitui uma leviandade prejudicialíssima."¹⁸⁰

De modo inverso, o Posto Zootécnico Central de São Paulo não apoiou o Zebu, aliás desprezava-o totalmente, o que o autor considera muito sensato e prova de que este estado enveredou “pelo caminho seguro da experiência aliada à ciência, único método seguro que permite fazer progredir os povos civilizados ou rotineiros”.¹⁸¹

João Batista de Castro endossa seu argumento apresentando a opinião do Inspetor Geral do Departamento de Veterinária Civil na Índia, Sr J.V.A.Morgan que respondeu ao Inquérito falando sobre as duas raças que considera as melhores na Índia: Montgomery e Hariana, ambas desconhecidas dos criadores brasileiros, e afirmando que uma raça não pode ser levada de um lugar para outro da Índia pois corre o risco de degenerar. Quando fala sobre o gado indígena diz que ele é “composto de uma mescla impossível de raças diversas e que ninguém é capaz de discriminar, tal a confusão e falta absoluta de orientação dos criadores brasileiros em geral”.¹⁸²

O movimento diversificador da produção rural que sustentou muito do argumento em prol da pecuária partiu da própria reação ruralista, ocorrida nessa primeira década do século XX, no contexto de instituição do Ministério da Agricultura. Aprovada em 1906 e

¹⁸⁰ Idem, p. VIII e IX

¹⁸¹ Idem, p IX

¹⁸² Idem, p V e VI

instituída apenas em 1909 por Nilo Peçanha, a pasta da Agricultura representou desde o início a possibilidade de ampliar a participação política dos segmentos menos potentes da classe proprietária rural. O MAIC é interpretado por Sonia Mendonça como principal palco das disputas intra-oligarquicas, e nesse sentido não foi casual este hiato de três anos entre a aprovação e a criação do Ministério, tampouco a escolha do primeiro diretor da pasta, Antônio Cândido Rodrigues, cafeicultor e então secretário de agricultura de São Paulo, certamente uma forma de instaurar o MAIC apaziguando seu principal “opositor”, São Paulo.

Entre 1909 e 1913, neste interlúdio paulista, foram feitas as principais mudanças no organograma do MAIC. O que inicialmente denotava racionalidade administrativa passa a ser também estratégia de controle. Exemplo disso é o antigo Serviço de Agricultura Prática que passou a se chamar Serviço de Inspeção e Defesa e agregar as funções de tutelar as estações agrônômicas e as estações experimentais, comportando uma seção chamada "Ensino Teórico e Prático". De acordo com Mendonça, com a reforma de 1910 a área de Indústria Animal também “introduziu novidades coerentes à intenção até certo ponto centralista e controladora que as teria inspirado.”¹⁸³ Ela cita o Serviço de Veterinária que passa a subordinar as instituições do gênero como Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro, os postos zootécnicos e as fazendas modelo, além de instituir um Registro de lavradores e criadores.

Mas a instituição do MAIC em 1909, ao tempo em que define um certo monopólio paulista nos anos iniciais é, na essência, uma ameaça ao domínio das elites cafeicultoras de São Paulo, bem como a todo o interesse agrícola hegemônico, já que o ministério se tornou *locus* privilegiado de emissão dos discursos de vocação agrícola

¹⁸³ Idem, p. 128.

associados ao discurso de diversificação da produção rural e de fomento de verba para tais interesses. De acordo com Sonia Mendonça, nesse momento de expansão do capitalismo em zonas tradicionais “o mundo seria envolvido por uma aura de modernidade, que incluía a fé no caráter *missionário* do progresso, como se depreende da proliferação de grandes exposições mundiais às quais Plumm denomina espetáculos”.¹⁸⁴ E foi no âmbito dessas exposições nacionais, e no bojo do argumento que as justifica, que as exposições específicas de animais passaram a acontecer, como uma demonstração de avanço e progresso, como se verá a seguir.

Mas em meio ao debate sobre a diversificação da produção não se tratava apenas de promover a pecuária como uma economia promissora, nem de fazer discurso em prol da modernização e do progresso da atividade já que, não cansamos de falar, havia vários caminhos e modelos de modernização nem sempre convergentes, aliás em disputa nesse momento. E São Paulo se tornara paradigma da moderna agricultura, não apenas pelo lugar ocupado na maior economia agro-exportadora do país, mas também pela fundação do Instituto Agrônomo de Campinas em 1887, da Escola Superior Agrícola Luiz de Queiroz em 1892, e por abrigar as principais fazendas modelo e postos experimentais do governo federal. E neste primeiro momento de existência do MAIC eram os paulistas que tinham a palavra.

Passado esse "interlúdio" paulista a pasta da agricultura seria predominantemente composta por membros do Rio de Janeiro, do Sul e do Nordeste do país, entre 1913 e 1930, contando com maior ingerência da SNA que mobilizava mais frontalmente os interesses agrícolas não hegemônicos, à exemplo dos interesses dos pecuaristas. Mas mesmo esses interesses não eram homogêneos. Em 1917 a SNA estava promovendo a

¹⁸⁴ Plumm, 1979, *apud* Sonia Mendonça. O Ruralismo Brasileiro, p. 21.

Primeira Conferencia Nacional de pecuária um evento importante na definição das "pautas nacionais" desta atividade. Entretanto, havia grupos não contemplados pelas resoluções que se queriam "nacionais" e que organizaram seus próprios espaços de reunião, para promover a sociabilidade entre os membros e divulgar seus critérios de modernização.

Foi o caso dos fazendeiros do Triângulo Mineiro que realizaram uma exposição de animais ainda em 1906, em Uberaba, na fazenda Cassu, de propriedade de José Caetano Borges, aquele fazendeiro sócio de João Martins Borges nas viagens à Índia. É sintomático que essa exposição tivesse ocorrido em uma fazenda particular porque denota o caráter endógeno desse grupo e o restrito acolhimento nos eventos "oficiais".

Dois anos depois, em 1908 acontece a grande Exposição Nacional no Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário de abertura dos Portos. Tal acontecimento ensejou diversas outras exposições sobre os potenciais agropecuários brasileiro, incluindo-se uma importante exposição em Belo Horizonte onde havia 92 expositores provenientes dos 27 municípios mineiros que se fizeram representar.¹⁸⁵ De Uberaba vieram 12 expositores entusiastas do gado zebu, um numero significativo no cômputo geral. Entretanto não havia pavilhões para o gado zebu nessa exposição, nem constava esse animal no catálogo e no regimento; nenhum fazendeiro do Triângulo compunha a Comissão Julgadora e, como se vê na imagem do touro impressa da medalha reproduzida, a raça digna de prêmio era algo como a raça inglesa hereford, ou a brasileira caracu, mas certamente não era nenhuma das variações das raças zebuínas, criadas e divulgadas pelos fazendeiros triangulinos. (ver fotos no anexo 2)

¹⁸⁵ Dados extraídos da ata da exposição publicada e consultada na Biblioteca Municipal de Belo Horizonte

A luta pela inclusão de fazendeiros uberabenses nesta Exposição Estadual de Pecuária em Belo Horizonte é um capítulo de uma história muito mais longa de inclusão e acolhimento político do Triângulo Mineiro no corpo do próprio Estado de Minas Gerais. Nesse processo teve papel relevante o governador do estado João Pinheiro, que muito se solidarizou com os criadores uberabenses em sua causa pró-zebu e defendeu seus interesses durante a Exposição. É a voz de um exímio informante da época, Álvaro da Silveira, que deixaremos soar a respeito do papel de João Pinheiro na ocasião:

"Queriam esses zebuófobos que o gado zebu não fosse admitido na Exposição. Ao então presidente do estado trazia o bacharelismo mil informações terminantemente condenatórias da amaldiçoada raça - era um gado feroz, ossudo, degenerava facilmente, a carne era carniça, como bem o dizia o sábio zootecnista dr. Luiz Barreto, e uma recua de cousas deste jaez. Certo dia o dr. João Pinheiro disse-me: 'pode estabelecer uma classe de prêmios para o zebu nas mesmas condições de qualquer outra. Eu não quero saber se a ciência dos zootecnistas recomenda ou não o zebu; o que eu sei é que os criadores de Uberaba estão se enriquecendo com o Zebu e para mim é o bastante."¹⁸⁶

As exposições de animais eram lugares privilegiados na produção e legitimação de discursos que iam paulatinamente abrindo espaço de negociação entre as elites e o governo. Eram também fundamentais ocasiões para compra e venda de animais entre os criadores, explanação das características técnicas e estéticas de cada raça ou seja, ocasiões de enriquecimento e fortalecimentos das elites ganadeiras. Em 1912, em uma memória apresentada ao dr. Pedro de Toledo, ministro da agricultura, indústria e comércio da época, Eduardo Cotrim explica no que consistiam esse eventos:

¹⁸⁶ SILVEIRA, Álvaro da. "Floresta e Pecuária". Belo Horizonte, Imprensa oficial do estado de Minas Gerais, 1917, p.23

"Essas exposições regulares e antecipadamente anunciadas, com instruções para cada espécie animal, trazem a grande vantagem de preparar o criador para o concurso (...), mas sobretudo preparar os espécimes à expor, de modo que as qualidades inerentes às raças exibidas se possam apreciar francamente"

Mas o caso desta primeira realizada em Uberaba nota-se sobretudo sua importância em termos da construção de um espaço de socialização dos fazendeiros em prol de uma nova pecuária. Consta nos relatos que a exposição foi inaugurada com discurso do seu anfitrião, evidentemente, e de Acácio Azevedo, Major Gustavo Ribeiro, Archimedes Campos (acadêmico), e do Dr. Militino Pinto de Carvalho, aquele mesmo que anos depois teve um entrevero com João Martins Borges na Índia, e que participou na condição de conferencista no evento de Pecuária promovido em 1917 pela SNA. Contou também com representantes da Câmara e dos jornais e em seguida aos discursos, foi servido almoço aos convidados, "uma farta mesa de doces regada a vinhos", e a noite teve baile com banda.¹⁸⁷

Em 1911 teve mais uma Exposição Agropecuária em Uberaba, coincidindo o ano com o centenário de fundação da cidade. Mas esta foi promovida pelos poderes públicos em aliança com as lideranças econômicas regionais. Os pavilhões da pecuária foram construídos às expensas dos próprios expositores-criadores, coincidentemente todos do mesmo tronco familiar, Borges, que já assumiam seu lugar de potentado: Cel. Manoel Borges de Araújo, Cel. José Caetano Borges, Cel. Joaquim Machado Borges, Cel. José Machado Borges. Nessa ocasião, tendo a presença distinta do chefe do Executivo local, foi por ele reivindicada a construção de melhores estradas e a implantação de uma Fazenda Modelo que impulsionasse o trabalho de seleção de raças que já vinha sendo

¹⁸⁷ LOPES, Maria A. B.; REZENDE, Eliane M. M. de. *ABCZ: História e Histórias.*, p. 45.

realizada por particulares. Esse pedido foi atendido e um ano depois foi criada por João Pinheiro a Fazenda Modelo de Uberaba. Seu funcionamento, no entanto, não seria exemplar, como aquelas de São Paulo, e cinco anos depois, quando se tornou aguda a polêmica sobre o gado zebu e a disputa pelos incentivos governamentais para tal ou qual raça, foi extinta a Fazenda Modelo de Uberaba.

Apesar dos esforços o gado zebu não fora o vencedor na categoria "peso". Ganhou um animal da raça Caracu, porque foi utilizado o critério de peso registrada na balança, o que segundo os criadores de zebu era inapropriado para esta raça que tinha um outro "dinâmica" de ganho de peso. Opiniões à parte, esta exposição de 1911 teve a vantagem de inserir, "oficialmente", o zebu no circuito dos "espetáculos" das raças, ou seja, na promoção deste novo produto da tecnologia bovina.

A próxima exposição pecuária que se tem registro é em 1917, quando a demanda externa pela carne brasileira já mobilizava seriamente os interesses dos pecuaristas, e as polemicas em torno das raças já assumia mais claramente os contornos de disputa por este filão de mercado internacional. No mesmo ano da Conferencia Nacional de Pecuária, promovida pela SNA, o governo federal realiza uma Exposição Nacional de Gado e Indústrias Anexas, para a qual organizam-se exposições regionais preparatórias, destacando-se entre essas uma em Uberaba, na qual se preparava o zebu, e outra no Prado da Mooca, onde se preparava os melhores exemplares de Caracu. Mas nesta exposição, à moda de gincana, saiu vencedor o gado Zebu.

O ano de 1917 é um divisor de águas nesse processo. Já vimos acima que foi um ano de crise aguda de carestia alimentar, a ponto de demandar a intervenção do Estado no tabelamento de preços e na resolução de problemas como o monopólio dos matadouros, e

as dificuldades que intermediavam os maiores centros produtores de carne, Minas, Goiás e Mato-Grosso, do maior centro consumidor, a praça do Rio de Janeiro. Nesse ínterim o discurso de diversificação da produção rural onde a produção industrial e "modernizada" de carne era requerida, também se apresentava como saída para as crise de abastecimento alimentar. Entretanto, o discurso de que era necessário atender às "demandas do mercado internacional" (que contraditoriamente colocava em risco a satisfação do mercado interno), também harmonizava com as falas por uma pecuária modernizada. Vejamos como se dava essa operação discursiva.

Em sua fala na Conferência Nacional de Pecuária de 1917, Fernand Ruffier explana que o mercado externo foi impactado pela falta de carne no Estados Unidos, que o tornaram de exportadores a importadores, e pelo aumento do preço das terras na Argentina, que limitou as áreas pastoris, e mais recentemente, pela "guerra europeia, e a procura febril, enorme, de carne, pelas nações beligerantes vem dar a nossa pecuária uma aguilhoada que a despertou um pouco de sua letargia.". Uma olhadela nos dados do Porto de Santos, o principal escoadouro internacional de carne, entre os anos de 1910 e 1919 pode dar a dimensão concreta desse mercado externo que enchia os olhos e empapuçava os discursos em prol da modernização da pecuária nacional:

Exportação de carne congelada no Porto de Santos (valor em mil réis) ¹⁸⁸

Ano	Valor exportado em animais e seus produtos	Valor total exportado
1910	88:898	282.142:602
1911	67:026	480.900:286
1912	170:194	530.135:051
1913	118:839	490.281:355
1914	525:372	352.949:348
1915	8.830:726	465.212:904
1916	20.294:720	489.632:405
1917	42.779:302	422.334:512
1918	48.923:230	371.446:402
1919	35.606:480	1.087.487:101

Como aparece na tabela acima de valor exportado em animais e seus produtos, o valor total das exportações brasileiras entre 1910 e 1919 não oscila tanto quanto o valor exportado em animais e seus produtos, o que apesar de provar realmente um crescimento desse setor, mostra que ele não impactou tanto no quadro econômico geral.

Ainda de acordo com Ruffier era necessário investir fortemente no mercado internacional porque o consumidor brasileiro seria,

"pouco exigente quanto à qualidade: qualquer carne lhe serve. Pouco preocupado com as complicadas e saborosas receitas da cozinha Francesa, ou com os enormes e apetitosos assados Anglo-Saxões, satisfaz-se com qualquer corte, com qualquer carne velha, dura, preta ou por acaso macia e gorda, 'fillet', lombo, chã mole, alcatre, tudo vai num preço só... E depois de cortar essa carne em fatias da grossura de uma folha de papel, de malha-la, pica-la com a faca, pô-la de molho no vinagre para torna-la comestível, a cozinheira rejubila-se do triunfo da sua inteligência sobre a

¹⁸⁸ Relatórios da Secretaria de Agricultura de São Paulo - 1910-1919.

matéria bruta, e o 'patrão' pensa que não há outro 'bife' neste mundo" (p.5)

Por outro lado,

"O inglês, o francês, mesmo nas trincheiras, são mais exigentes que nossos patrícios. (...) Aí já temos o elemento primordial do progresso: um freguês exigente, exigente em qualidade e em quantidade, e, o que é ainda mais importante, um freguês seguro por muitos anos"

Dessa maneira Ruffier entende que o criador não pode ser culpado afinal "é fácil taxá-lo de relaxado e rotineiro, mas quem é que, sendo industrioso e competente, irá meter-se no sertão com boa porção de contos de réis para ganhar 5% do seu capital?". Era preciso aumentar indefinidamente os lucros desses bravos fazendeiros que modernizavam suas fazendas em meio a tantas adversidades.

Nesse sentido os pecuaristas e publicistas tiveram que esforçar-se um pouco mais na construção do discurso de que a carne era produto de primeira necessidade o que atenderia aos discursos que tentavam livrar o Brasil do estigma de produtor de itens "coloniais", como dizia o ministro Calógeras. Embora hoje pareça óbvio e espantosamente difundido o consumo deste alimento, não era essa a realidade na época. Ruffier conclui sua fala na Conferência de 1917 dizendo que "havendo pouco consumo, pouca procura, o criador não toma muito interesse na sua indústria, não se empenha em produzir mais ou melhor". É claro que aí se põe mais um lamento que uma verdade, já que é exato nesse período que a produção de carne se industrializa e se difunde, mas há de se registrar essa fala como a percepção de um contemporâneo altamente envolvido e interessado na indústria pastoril, sobre a necessidade de mudar a cultura alimentar,

sofisticá-la inserindo a carne na dieta, e fomentar o consumo nacional da mesma, afinal, segundo ele nos informa:

"O consumo de carne no Brasil é muito reduzido. É sabido que as populações urbanas são as que mais consomem carne. Ora, o Brasil tem, relativamente poucas cidades grandes, e mesmo nas maiores, como Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, há muita gente classes inferiores para quem o arroz e o feijão constituem o prato cotidiano, que aliás sempre figuraram em toda a mesa verdadeiramente Brasileira, independente da posição social. Na raça branca imigrada, a classe inferior, se não é tão dedicada ao feijão, tem outras preferências (polenta, macarrão, etc.) Fora das cidades, o caboclo, o trabalhador, o roceiro (que constituem a maior parte da população) vivem dos produtos da terra, da caça e do peixe, raras vezes comendo carne de gado. O consumo é portanto em grande parte limitado à classe superior, rica ou arranjada - e esta classe não é muito numerosa"

Popularizar o consumo era também um objetivo que impulsionava a modernização da indústria pecuária nacional. Na Europa já estava se fazendo isso, e agregando aos pacotes de vantagens sociais dos operários a possibilidade de consumir carne, como comentaremos no próximo capítulo.

Portanto se justificava a industrialização e modernização da produção de carne usando três argumentos: necessidade de diversificação da produção rural (e consequente diminuição das crises de abastecimento alimentar), aumento dos lucros do mercado agro-exportador, e foco nos produtos de primeira necessidade, o que implicava também em popularizar o consumo da carne.

A "Fazenda Moderna": "Quem puxa aos seus não degenera"

Para tornar sua fazenda moderna o fazendeiro paulista poderia optar pelo gado europeu para cruzamento em sua fazenda, o que supunha solicitar subsídio do governo para importação feita através das mesmas firmas citadas acima para o caso do zebu – Hopkins, Causer & Hopkins e Herm. Stotz & Cia. Em seguida tinha que conseguir apoio para o transporte no país e depender dos postos zootécnicos para aclimatação, cura de doenças, e eventuais testes de reprodução.

O mesmo caminho burocrático – nem sempre mais vantajoso do que a iniciativa particular – seria trilhado por qualquer fazendeiro em busca de um reprodutores bovino das raças “finas” europeias, no molde do ofício que segue abaixo, em resposta a solicitação do fazendeiro Francisco Botelho em 1912:

"Acusado o recebimento de vossa carta de 3 do corrente, acompanhada de um talão na importância de 550\$000, para a importação de um reprodutor da raça Gernesey, destinado ao Dr. Cap. Antônio Monteiro Ribeiro Junqueira, declaro-vos ser necessário que o referido senhor apresente a esta Diretoria um requerimento no qual declare os fins a que se destina o animal, condições climatéricas, recursos forrageiros da propriedade a que se destina e também, certidão do pagamento de imposto estadual ou municipal, como lavrador ou criador, ou atestado etc, etc., conforme reza a 1ª parte do art. 7º do Regimento aprovado pelo decreto 8537 de 25-01-911, do qual junto encontrareis um exemplar. Pedindo-vos satisfazer com máxima urgência essas exigências, declaro-vos que as mesmas são feitas pelo governo

federal, de cuja execução fiel depende a restituição das despesas de transporte".¹⁸⁹

Se o fazendeiro optasse por um reprodutor nacional, caracu, era ainda mais forte a relação que ele tinha que estabelecer com o governo, já que o touro caracu só era legítimo se fosse selecionado e registrado pela Diretoria de Industria Animal. Em São Paulo, a seleção genética do gado feita no início do século XX, com o objetivo de criar reprodutores (tousos e matrizes) para revenda a particulares, era feita inicialmente nesta Fazenda Modelo de Nova Odessa que se tornou em 1912 especificamente “Posto de Seleção do gado Nacional – caracu e mocho”, mas que até então também era responsável pela aclimação de qualquer animal estrangeiro.

Portanto, para importar touros reprodutores europeus ou ter acesso ao gado caracu devidamente selecionado nas fazendas do governo, os fazendeiros de São Paulo dependiam do Estado e não por acaso data de muito cedo a criação da Diretoria de Indústria Animal, criada em 1909. Essa Diretoria funcionava no Posto Zootécnico Central – Água Branca, São Paulo – e na Fazenda Modelo de Nova Odessa, às quais estavam ligadas as estações zootécnicas regionais.

O procedimento de seleção do gado consistia basicamente em garantir os fenótipos desejáveis nos animais através de pressão de seleção, ou seja, a partir de uma reprodução controlada e sistemática que garantisse a reprodutibilidade das características consideradas positivas nos animais através das gerações – cor, a existência ou não de chifres, proporções físicas, etc. Levava certo tempo para garantir algo fundamental na seleção genética: o controle sobre a hereditariedade, a qual, como dizia um importante

¹⁸⁹ Ofício n.1079, enviado para Dr. Francisco Botelho em 11 de dezembro de 1912, Secretaria de Agricultura de Minas gerais, SA039, doc. 36.

zootecnista da época, Fernand Ruffier, significava não apenas o controle sobre a herança individual, mas também sobre a atávica, ou seja, aquelas características remotas da raça, que poderiam reaparecer depois de algumas gerações.¹⁹⁰

Para Ruffier, o ideal seria superpor características convergentes que vai gerar indivíduos com capacidade de transmissão mais reforçada - é o que ele chama de superposição. O problema que acometia o rebanho brasileiro é haver uma diversidade de raças e características "disparatadas" e "sem afinidade" que fazia com que os cruzamentos perdessem a vitalidade das características - ao que se chama justaposição.

Sobre os processos de reprodução ele fala sobre a segregação, a consanguinidade, o cruzamento simples de raças, o cruzamento industrial, o cruzamento contínuo, a mestiçagem e a hibridação. Era na definição e qualificação de cada um desses processos que repousava a polêmica.

Esses novos saberes zootecnicos, particularmente aqueles referentes à reprodução e hereditariedade, tornava prioritária a ação de registro genealógico dos animais reprodutores que significava o acompanhamento e controle das características de toda a ascendência dos animais, o chamado Herd Book. Foi em torno dessa atividade de registro que se criaram as principais associações que congregavam os fazendeiros criadores das diversas raças. Voltaremos a esse ponto.

Em São Paulo os caminhos abertos pela moderna zootecnia e agronomia impelia à uma técnica de controle reprodutivo chamada seleção, aplicada ao gado "nacional". A essa técnica Ruffier denomina consanguinidade, que seria o processo ideal para a formação de uma nova raça, quando são poucos os animais que nascem com as

¹⁹⁰ RUFFIER, Fernand. "Dos meios de melhorar as raças nacionais", Tese n. 12, Rio de Janeiro, Conferencia Nacional de pecuária, 1917, IHGB-206,7,2, n. 40.

características desejáveis a um reprodutor necessitando, por isso, de um processo contínuo de reprodução consanguínea, que era o caso da seleção de caracu. Em um estudo sobre o sistema de criação e o estado das pastagens nas zonas de criação de São Paulo, Nicolau Athanassouf descreve a origem do gado caracu, num percurso de análise que remonta a própria história colonial brasileira. Mas não podendo igualar o gado caracu selecionado com o gado primeiro do Brasil, Athanassouf resolve estabelecer uma distinção do caracu em duas variedades:

"a) caracu (velho estilo) e Caracu (novo estilo), considerando este último como sendo mais aperfeiçoado do que o primeiro, caracterizando-se o primeiro pelo maior desenvolvimento dos chifres, e sendo estes últimos acabanados, dirigidos quase horizontalmente para a frente. Uma tal distinção poderá estabelecer-se e terá a sua razão na origem e na pureza da raça. O primeiro tipo nos parece mais puro e mais fixo, enquanto o segundo deriva do primeiro com alguma mistura de sangue estranho".¹⁹¹

Ele segue descrevendo a semelhança desse gado caracu com as duas raças bovinas portuguesas originais – no tronco aquitânico haveria as raças minhota, aruquesa e alentejana, e no tronco ibérico as raças mirandesa e brava. Esse era um percurso de análise bastante comum, já que o processo de seleção de raça pressupunha o conhecimento das características originais e das matrizes genéticas, ou seja, quanto mais se pudesse coligir sobre a aparência inicial dos exemplares bovinos que chegaram ao Brasil mais refinada seria a seleção.

O controle sobre a seleção do gado e suas características genéticas, ou seja, o registro genealógico em algum tipo de *Herd Book*, em São Paulo, estava nas mãos da

¹⁹¹ ATHANASSOUF, Nicolau. *Estudo sobre o gado caracu*. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Antônio de Padua Sales. São Paulo: Secretaria da Agricultura Comercio e Obras Públicas, 1910, p.7.

Secretaria de Agricultura e mais precisamente da Diretoria de Indústria Animal e dos fazendeiros que orbitavam em torno desse órgão. A criação do registro de Animais de Puro Sangue nascido no Estado se deu a partir de um decreto estadual em 1916, o que significa que o *Herd Book* da raça caracu foi patrocinado pelo Estado, assim como eram a realização das exposições agro-pecuárias tão significativas para a promoção e prestígio dos fazendeiros de gado.

Esses fazendeiros-burocratas paulista estavam muito cientes do papel econômico que a pecuária poderia desempenhar no Brasil. Não sabemos se por uma cultura de propalar e chamar para si a responsabilidade sobre o desenvolvimento econômico e por isso trazer esse artifício retórico quase que naturalizado, eram esses técnicos do agro paulista que mais associavam o discurso da racialização do rebanho bovino a uma questão de estratégia econômica nacional. São palavras de Fernando Ruffier em seu livro publicado em 1918:

“A indústria pastoril está na ordem do dia - a América do Norte, a Argentina, que até recentemente tinham sido os fornecedores principais da Europa, não podem mais, pelas suas exportações de carne, satisfazer as necessidades do mercado mundial.”¹⁹²

Na análise de Ruffier, era precisamente a produção de carne que estava em questão, já que países como Estados Unidos, outrora o grande provedor de carne para o consumo europeu, via sua população humana aumentar entre os anos de 1907 a 1915 de 90 para 100 milhões, enquanto o rebanho bovino diminuía de 72 para 61 milhões, sendo que o número de vacas puramente leiteiras crescia a cada ano, o que significava um desfalque exatamente na produção de carne. Para corroborar seu argumento, Ruffier

¹⁹² RUFFIER, Fernand. Manual Prático de criação de gado no Brasil. São Paulo, Empresa editora de "Chácaras e Quintais", 1918

apresenta um mapa mundial desta produção, no qual o Brasil ocuparia um papel chave. Na Argentina os terrenos atingiam "preços fabulosos", porque suas áreas de criação já estavam povoadas ao limite; no Uruguai era o carneiro que estava "paulatinamente, mas seguramente, invadindo os domínios do boi"; e a Austrália e África do Sul sofriam com epizootias e secas terríveis, que inviabilizavam o fornecimento constante de carne. Isso justificava o entendimento de que a pecuária salvaria o Brasil, e este salvaria o mercado de carne mundial de uma grave crise.

Mentiras e verdades da "guerra contra o zebu"

Construído um quadro de gravidade da situação econômica e centralidade da pecuária na solução dos problemas, justifica-se a campanha instalada contra o sangue zebu no rebanho nacional. Era liderada por dois eminentes cientistas paulistas, dr. Luis Pereira Barreto e Dr. Arnaldo Vieira, que usava o pseudônimo Epicarnus, e pelos também cientistas fluminenses Eduardo Cotrim, Charles Vicent e Nicolas Athanassof. Sobre a origem de dois destes ilustres críticos do gado zebu é Álvaro da Silveira, zootecnista mineiro e atento contemporâneo dos debates, que nos esclarece: "Em São Paulo, o dr. Luiz Barreto, que nunca criou gado de espécie alguma, e no Estado do Rio, o dr. Cotrim, que como criador de gado parece que só teve insucessos, constituíram-se chefes do exército zebuófobo."¹⁹³ Desqualifica, portanto, os dois principais críticos do gado zebu pela sua falta de experiência prática e excesso de "bacharelismo" como se costumava designar na época.

¹⁹³ SILVEIRA, Alvaro da. "Floresta e Pecuária". Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917, p.23.

Como se viu até aqui, a importação do gado indiano foi se intensificando gradativamente e atraindo mais o interesse de criadores do Triângulo Mineiro que inicialmente compravam reprodutores na mão dos criadores fluminenses, mas logo organizaram firmas próprias e vão diretamente à Índia comprar touros e matrizes para revender aqui no Brasil, num ciclo de importações que pode ser datado de 1898 até 1921. Mas se foram incipientes as viagens ocorridas antes de 1913, terá sido a partir dessa data que ocorreu o maior número de entrada de reprodutores zebus, o que quase coincide com a reestruturação do Ministério de Agricultura, que em alguns momentos chave subsidiou a compra de tais reprodutores. Esta pasta vai se transformando, nas palavras de Sonia Mendonça, em uma instância “receptora e articuladora dos interesses de frações dominadas da classe dominante rural brasileira”, o que significa também dizer que se tornaram alvo de disputas entre os grupos de interesse.¹⁹⁴

É nesse contexto que se acirra e polariza o debate em torno da raça bovina que devia prevalecer no Brasil, se o melhor seria a europeia pura ou cruzada com o gado nacional, ou seria a zebuína também pura ou cruzada com o gado nacional, ou o contraponto da ideia de cruzamento que era da seleção genética (ou reprodução consanguínea) do gado existente no Brasil que formaria um gado nacional, chamado pelos paulistas de caracu. Essa querela zootécnica reverberava politicamente porque no fundo eram fatias de financiamento do Estado republicano que estavam sendo disputadas entre as elites ganadeiras, aquelas chamadas por Mendonça de “frações dominadas da classe dominante rural brasileira”.

Embora incipiente é que a importação de gado indiano com subsídio do Estado e o conseqüente fortalecimento das elites triangulinas incomodou os criadores paulistas e

¹⁹⁴Mendonça. *O Ruralismo*, p. 55.

essa disputa reverberou na imprensa especialmente entre 1917 e 1921 quando *O Estado de São Paulo* teve uma coluna intitulada “Guerra contra o zebu” na qual foram publicados artigos escritos durante esses quatro anos, posteriormente reunidos em publicações oficiais e distribuídos.¹⁹⁵ O debate fora intenso porque essa indústria estava crescendo tanto pelas crescentes demandas do mercado interno quanto pelo boom no mercado internacional de carne congelada demandada pela Europa beligerante. E o Brasil seguia suprindo ambos os mercados, sendo significativo o aumento das exportações de carne congelada a partir de 1914 como mostra a tabela sobre as exportações no porto de Santos que apresentamos algumas paginas atrás.

Houve também publicações de crítica ao zebu na revista da Sociedade Rural Brasileira, nos boletins de divulgação da Secretaria de Agricultura de São Paulo - que mantinha um serviço de publicações dedicados à indústria pastoril - e em algumas monografias que circulavam não apenas nos cursos de zootecnia e agronomia mas também entre os criadores através das muitas associações que são criadas no período.

Entretanto deve-se cuidar para não operar artificialmente com dois grupos de produção de discurso de modernização a partir do raceamento do gado: paulistas com o gado caracu ou importado da Europa, e triangulinos com o gado indiano. Em 1917 Álvaro da Silveira publica alguns textos importantes nos quais reproduz e discute algumas das afirmações do Dr. Luiz Pereira Barreto – certamente um dos mais veementes contestadores das raças zebuínas no Brasil, e que mais publicou na coluna guerra ao Zebu no jornal *O Estado de São Paulo* entre 1917 e 1921. Dentre elas a de que não eram

¹⁹⁵ Ver por exemplo essa edição de distribuição gratuita: Epicarnus, Manoel Bernardes e Dr. Luiz Pereira Barreto. *A Pecuária no Brasil. Artigos de polêmica publicados no Estado de São Paulo sobre o gado Platino e europeu*. São Paulo: Secretaria da Agricultura Comercio e Obras Públicas, 1910

criados zebus em São Paulo. Inicia o texto reproduzindo a fala do dr. Barreto no seu artigo IV, onde teria asseverado:

"São Paulo é por enquanto, o único Estado brasileiro que não admite em suas exposições de gado a presença do boi indiano. Este só fato sob o ponto de vista moral, é o quanto basta para destacar nitidamente a civilização paulista da de todo o resto da federação".¹⁹⁶

Álvaro da Silveira contesta essa afirmação deste implacável inimigo das raças indianas, demonstrando haver muitos criadores de zebus no estado de São Paulo já que:

"em uma viagem recente que fiz a Uberaba, o melhor gado zebu que do trem da Mogyana pude apreciar, foi justamente nas imediações da estação de Alpha, a 59 kilometros de Campinas, no coração de São Paulo, na zona mais adiantada do estado".¹⁹⁷

Argumenta ainda que a decisão de não entrar gado indiano nas exposições não representava a vontade dos criadores, e que o erro do dr. Pereira Barreto é que ele "confunde governo de São Paulo com o Estado de São Paulo. Aquele, de fato, não cria zebus em seus postos, onde mantêm a enorme cifra de 281 cabeças; mas o povo do estado de São Paulo - esse cria muito zebu"¹⁹⁸

Essa é uma fala importante que nos permite sair dos esquemas dicotômicos e perceber que havia outros fatos matizando essa aparente disputa entre Triângulo Mineiro e São Paulo. São esses pontos de intersecção que vão possibilitar, aliás, a subsequente conciliação da polêmica, regada por sociedades e acordos comerciais. Posto que os sujeitos concretos eram pecuaristas farejando lucro, não se sustentaria por muito tempo

¹⁹⁶ SILVEIRA, Alvaro A. da. *Agricultura e Pecuária*. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas, 1919, p. 113.

¹⁹⁷ Idem. P. 114. Não conseguimos mapear este local

¹⁹⁸ Idem, p. 115.

essa polêmica cuja aparente neutralidade técnica durou apenas o tempo suficiente para que outros interesses econômicos e políticos entrassem no jogo, solidarizando esses dois grupos.

Também não se pode afirmar, no embalo dos fervorosos debates dessa época que o governo só financiava o gado europeu, e escanteava a alternativa de modernização a partir das raças zebuínas, porque como se viu no item anterior, embora nosso personagem João Martins Borges não tivesse tido sucesso para se locupletar dos subsídios do Estado, outros conseguiram facilidades nos seus negócios na Índia. Desta vez, nosso contemporâneo informante aparentemente blefa em sua fala quando afirma que:

"O governo federal, por exemplo, auxilia a importação de reprodutores de qualquer raça bovina, boa ou má, contanto que não seja zebu. Ainda não vi até agora um escrito oficial recomendando o zebú, ao passo que são comuns os que mandam que os nossos fazendeiros criem devon, durham e outras raças que até hoje em nosso país nunca constituíram fonte de lucros para o criador, e só tem servido de motivo para as costumadas verborragias dos nossos eméritos criadores de salão. Apesar dessa odiosidade dos governos, o zebu vai estendendo a sua área de ação"¹⁹⁹

Nem havia tanta odiosidade nos governos, nem eram “criadores de salão” apenas aqueles que investiam em raças europeias. Havia algumas semelhanças entre os discursos sobre zootecnia racional entre os defensores do gado indiano e os defensores do gado europeu, e ambos operavam na mesma lógica de realizar exposições de animais e controle genético com vistas a homogeneizar o rebanho, racionalizar a alimentação e o manejo de pastagens, etc. Mas é importante frisar duas diferenças correlatas. Primeiro que a opção pela matriz bovina indiana como base do rebanho brasileiro significava

¹⁹⁹ Idem, p.22.

pensar em uma identidade climática com a Índia e em alguma medida superar a vontade de semelhança com a Europa e seus paradigmas de modernização. Era também peitar a Inglaterra, a grande potência econômica do período, inclusive maior investidora no mercado de carnes brasileiras, e realizar trocas comerciais com sua principal colônia.

A segunda diferença é que nessa fase das importações o discurso veiculado favorável ao gado indiano começava a ser embalado pela ideia de respeitar o ecotipo nacional: clima e epizootias, o que fazia a grande vantagem do animal zebuino ser sua rusticidade e capacidade de adaptação, tornando-o viável na pecuária extensiva em sistemas abertos largamente praticada no Brasil desde os tempos coloniais. Essa lógica anuncia uma mentalidade que vai se conformar nos anos 1940 como agropecuária tropical – a versão veterinária da medicina tropical – com forte desenvolvimento nos Estados Unidos.²⁰⁰

Dialogando com esse argumento, que ficou claro desde muito cedo, Eduardo Cotrim escreve um texto em 1907 para compor o “Inquérito sobre o zebu” publicado pela SNA, comentado acima. Nesse texto Cotrim analisa as “vantagens ou desvantagens da introdução do sangue zebu” e contesta o argumento da rusticidade dessa raça:

“Ora, é princípio corrente em zootecnia que as aptidões e a conformação do gado são a consequência necessária das condições culturais em que ele se desenvolve e, por conseguinte, das pastagens e forragens que consome e esse modo de ver, único que se coaduna com a razão mesma do fenômeno fisiológico, deve nos ensinar que o rendimento útil de qualquer maquinismo, estando em razão direta com o consumo de matéria prima, tanto maior produtor de trabalho, de carne ou de leite deve ser o boi ou a vaca, quanto maior for a sua exigência no consumo da forragem, dada uma certa unidade de tempo e mantida uma equivalência razoável na quantidade dos resíduos fisiológicos. A

²⁰⁰ Otavio Domingues *O Gado nos Trópicos*. Rio de Janeiro, 1961.

vista disso a sobriedade não pode ser considerada como qualidade vantajosa no gado, senão em determinadas condições, quais de pobreza do solo e deficiência de forragem, condições estas que, muitas vezes, são corrigidas pela inteligência do agricultor ou criador.”²⁰¹

Argumenta, portanto, que, sendo o Brasil reconhecido pela fertilidade e abundância de pastagem não deveria ocupar-se em arranjar um gado que fosse resistente, e sim concentrar-se em obter maiores ganhos econômicos. A alternativa de modernização a partir da importação de gado europeu aparece bem fundamentada no discurso de Eduardo Cotrim, aquele autor do “manual” *A Fazenda Moderna*. O pensamento de Cotrim, como o de muitos agrônomos na época, era de que o grande salto da industrialização era controlar a natureza, por isso são adeptos em primeiro lugar da introdução de uma raça europeia cuja justificativa a principio é de ser a melhor, seja na produção de carne, de leite ou como força motriz. A partir daí toda a possibilidade de existência daquela raça de animal seria viabilizada pelo controle humano – daí a necessidade de formação técnica do trabalhador, aplicação de conhecimentos da zootecnia, veterinária e agronomia, a multiplicação das cercas artificiais – que significava controle sobre a alimentação, reprodução e tempo de vida dos animais –, a necessidade de ingerência do Estado através das fazendas experimentais, a alimentação artificial, o controle do clima, da reprodução, do controle climático e sanitário. Isso era a verdadeira produção moderna e industrial.

²⁰¹ Apêndice do Inquérito: Texto de Eduardo Cotrim: “Contribuição para o estudo das vantagens ou desvantagens da introdução do sangue zebu nas nossas manadas.” (Rio de Janeiro, 16/11/1906), p.73.

Conciliação

Alberto Alves Santiago, importante estudioso das raças zebuínas no Brasil nos sugere um corte cronológico para essa história, baseado no término da polêmica entre os fazendeiros em torno da melhor raça para definir a genética do rebanho nacional:

"Por volta de 1930, começaram a entrar em São Paulo reprodutores de raças indianas, crioulos ou importados, cujos produtos com as fêmeas nativas distinguiam-se pelo maior desenvolvimento, a resistência às doenças, a capacidade de maior aproveitamento da parca alimentação e melhores rendimentos no corte. Combatidos pelos técnicos e entidades da época, o Zebu resistiu e acabou impondo-se e dominando o panorama pecuário, deslocando para um plano secundário as raças nacionais melhoradas e o gado europeu."²⁰²

Como zebuófilo que era, Santiago não se furta a afirmar que o zebu acabou "impondo-se e dominando o panorama pecuário". Mas o importante nesse contexto foi mesmo a afinação política e os acordos econômicos que fizeram transitar os personagens e diluir a disputa ideológica.

Antes disso, em 1928 é criada a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM), tendo por primeiro presidente Bento de Abreu Sampaio Vidal. Esta instituição agregou grande parte dos criadores de zebu da região, antes reunidos em torno da Associação Herd Book Zebu, criada em 1918 e da Sociedade pastoril do Triângulo Mineiro, de 1922. Consideramos aqui que esta instituição, a SRTM, e este personagem, Sampaio Vidal, foram fundamentais nesse processo, isso porque Sampaio Vidal foi também fundador e

²⁰² SANTIAGO, Alberto Alves. *Pecuária de Corte no Brasil Central*, p. 37

vice presidente da Sociedade Rural Brasileira em 1920, arqui-inimiga dos criadores zebu, catalisadora dos discursos zebuófobos, como eram chamados na época os críticos das raças indianas no Brasil. Em 1928, quando da fundação da SRTM, é o mesmo Sampaio Vidal que será convidado a ser seu presidente honorário, como foi também das Sociedades Fluminense de Agricultura e da Associação Brasileira de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa.

Mas podemos considerar também que essa conciliação entre paulistas e triangulinos e seus respectivos projetos de modernização da pecuária já começava a se desenhar quando começa e ser de fato reconhecido o registro genealógico. Este servia como patente genética, por assim dizer, dos animais raceados e era controlado por um fazendeiro, um agrônomo, ou um grupo de criadores de uma raça reunidos numa associação, como foi o caso da Associação Herd Book Caracu, criada em 1916 e da Herd Book Zebu, criada em 1918 (ver foto no anexo 2). Essa estratégia de controle podia ter intenções mais gerais, como no caso do Herd Book Collares criado em 1904 agrônomo Leonardo Brasil Collares, de Bagé, que abrangia qualquer da espécies de animais "uteis ao homem"; ou intenções bem específicas como no caso do registro da raça Guzerat pela família de João de Abreu em 1895, ou da raça Nelore pela família Lemgruber de 1876 que são até hoje reconhecidos como os registros mais fidedignos dessas raças. De uma forma ou de outra tratava-se de uma proteção, um controle, uma patente sobre uma invenção que não obstante as arbitrariedades técnicas e científicas, já começava a valer muito caro.

Trouxemos também muito a fala de Fernando Ruffier porque ele sempre tentou diluir essa polêmica ao falar da modernização zootecnica a partir de um tripé:

racialização, alimentação e cercamentos, ou seja, descentrando da questão reprodutiva e genética, e considerando os fatores climáticos (forrageiras naturais ou artificiais, mas que cada região provia) e os fatores relacionados ao sistema de criação, extensiva ou intensiva, que estava relacionada ao uso de cercamentos e aos níveis de confinamento experimentados. Dessa maneira Ruffier acaba por ser uma voz de autoridade na conciliação entre zebuófilos e zebuófobos.

As polêmicas e difamações públicas que animaram as páginas do jornal *O Estado de São Paulo* entre 1917 e 1921 tinham mesmo prazo curto, porque eram políticas e circunstanciais suas motivações. Não por acaso durou exato até 1921, quando o governo brasileiro proibiu a entrada de gado indiano no país e mudou a regulamentação de subsídios de importação, retraindo a disponibilidade de recurso. Na IV Exposição nacional de Gado ocorrida no Rio de Janeiro em 1922, por ocasião da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência, é o zebu que triunfa na categoria de melhor animal, mas desta vez o criador era paulista, de Taubaté. Estranha ironia que simbolizava já uma maior aproximação. Também é preciso relevar os negócios lucrativos de exportação de reprodutores zebus para o México e Estados Unidos, um capítulo a parte dessa história que por ora será apenas enunciado.

Em 1919, a Inglaterra anuncia um desastroso decreto que proibia a importação de carne congelada brasileira com o argumento de que estava muito "azebuada". Era um duro golpe na indústria pecuária brasileira que a despeito das polêmicas, geneticamente já estava muito marcada pelo sangue zebu, além do que este decreto obviamente atingia a todos os criadores; recrudescer as críticas às raças indianas era muito delicado, mais estratégico seria unir-se em nome da pecuária nacional. A polêmica se tornava um tiro no

pé. Ou acabava a discussão interna sobre a raça que estava mais rapidamente se propagando entre os criadores de gado de corte no Brasil, ou acabava a própria pecuária.

Embora todas as preferências raciais (europeia, indiana ou nacional selecionada) refletissem discursos de modernização na pecuária, na prática eram bastante diferentes os caminhos para realizar essa modernização. Um desses caminhos gerou as epopeicas viagens à Índia, abordadas no capítulo anterior, outro, mais institucional, por assim dizer, foi trilhado pelos fazendeiros paulistas ligados aos órgãos governamentais de fomento à agricultura e à pecuária. Esses dois grupos explicitaram suas discordâncias zootécnicas publicamente e com requintes políticos, em debates que figuraram nas páginas de jornais de grande circulação na época, como *Jornal do Comércio* e *O Estado de São Paulo* e reprisadas nas publicações citadas aqui.

Em nenhuma medida se pode considerar neutros os discursos técnicos e científicos. Ao contrário esse é um contexto em que a fé se desloca para a ciência, e são extremamente politizados os posicionamentos em prol de uma ou outra raça de gado, por exemplo. Nesse ponto estamos de acordo com Sônia Mendonça que ao analisar o substrato ideológico presente no universo discursivo do ruralismo brasileiro entende que o agrônomo cumpria a função de ser intermediário dos interesses das “frações da classe dominante”. A educação rural hierarquizada teria no topo o agrônomo para construir “sob

a capa da ciência, um novo tipo de relação de dominação, mais dissimulada e ‘neutra’, posto que técnica”.²⁰³

²⁰³ MENDONÇA, Sonia. *O Ruralismo*, p.95.

CAPÍTULO V

A indústria da carne na engrenagem da guerra: um olhar comparativo sobre a pecuária no Brasil e na Argentina

O gado bovino era estranho tanto à fauna brasileira quanto à argentina. Foi a expansão europeia do século XVI que trouxe à América os “quadrúpedes europeus”, também eles colonizadores na sugestiva interpretação de Alfred Crosby.²⁰⁴ A região dos pampas, contínua entre os dois países, foi naturalmente mais adaptável aos animais europeus, por apresentarem clima semelhante aos de origem, sendo ali onde o gado mais rapidamente se disseminou, reproduzindo-se naturalmente e definindo muito das relações sociais, da estrutura agrária e da economia.

Mas a diversidade climática do Brasil não significou limite para a expansão ganadeira, e não foi apenas na “neo-europa” do Sul do país que o gado vingou. Ao contrário, foi o sudeste e o centro-oeste locus privilegiado da pecuária industrial (por distinção daquela praticada no período colonial), quer dizer, a pecuária praticada com critérios zootécnicos, especialmente assentada na padronização genética e na alimentação

²⁰⁴ CROSBY, Alfred. *Imperialismo Ecológico. A expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 160.

racional, com objetivo econômico de largo alcance, com vistas ao mercado internacional e sustentada em um discurso da necessidade de consumo de carne.²⁰⁵ O gado se espalhou por todos os climas, relevos, paisagens, impondo, por isso mesmo, desafios diferentes aos fazendeiros empenhados na criação racional-industrial. É sobre esses desafios e sobre a produção de diferentes estratégias e diferentes discursos de modernização para superá-los que versaremos neste capítulo, focalizando o final do século XIX e o início do XX, em uma estratégia narrativa comparada, pensando na realidade argentina e na brasileira.

Mas por que comparar Argentina e Brasil? A primeira questão que se coloca ao tentar refletir sobre a pecuária nos dois países são as diferentes diacronias, o que levaria até a questionar a validade de realizar uma comparação. Na Argentina, esta atividade ocupou papel central na economia, sendo desde o começo do século XIX fator precípua de formação e organização da classe dominante. No Brasil, em contrapartida, a relevância econômica da pecuária foi ofuscada pelas demais economias ligadas aos produtos de exportação - com exceção da região Sul, cujo peso econômico das charqueadas no mercado interno foi evidenciado pela historiografia há bastante tempo. Foi apenas no início do século XX, que a produção de carne para exportação, empreendida por grupos rurais relativamente *outsiders* no cenário político, deu à pecuária um outro status econômico.

Entretanto, como será discutido adiante, não usaremos aqui o método comparativo *tout court*, e sim atravessado pelas influências da história transnacional e de migrações, na tentativa de abordar as duas realidades na medida em que se tocaram, que se influenciaram mutuamente.

²⁰⁵ Outro adjetivo para essa nova pecuária bastante sugestivo usado na época era "pecuária internacional". Cf. por exemplo em Álvaro A. da Silveira. *Agricultura e Pecuária*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1919, p. 103.

A segunda questão é mais uma observação que decorre da anterior. Não faremos uma comparação por similitude de experiência, e por isso a região comparada não será o Sul do Brasil que partilhava o mesmo bioma pampa argentino e cujas semelhanças com o irmão platino são muito mais aparentes – raças de gado, pastagens, clima, técnicas de criação. O contraponto ao caso Argentino será o centro-oeste brasileiro onde o café tinha proeminência econômica quando a pecuária começa a ser implementada com perspectivas industriais. Nessa região, a modernização no setor não teve a mesma urgência e o mesmo pragmatismo que teve na Argentina, o que ensejou, evidentemente, muito mais estudos na área de história econômica sobre a pecuária argentina do que sobre a pecuária brasileira. Embora devamos considerar as diferenças entre os grupos de pecuaristas do sudeste, especialmente os fazendeiros de São Paulo e aqueles do extremo oeste de Minas Gerais (Triângulo Mineiro), seus projetos de modernização e suas estratégias de empoderamento político e econômico – ao que será dedicado a terceira parte desse texto –, a escolha dessa região se justifica exatamente pela diferença e não pela similitude com a história da economia ganadeira argentina.

Há ainda que informar que as fontes para esse estudo foram mais limitadas para o conhecimento do passado argentino. No caso brasileiro, evidentemente foi possível um diálogo mais amplo com as fontes primárias – periódicos, publicações oficiais ou de entidades agrícolas e pastoris, manuais de zootecnia entre outras. Para a Argentina, além de alguns números dos *Annales de la Sociedad Rural Argentina*, deram suporte as análises aqui empreendida uma farta bibliografia de apoio que será informada ao longo do texto. Embora recalcitrante nos resultados, talvez não haja tantos problemas nesse

método de abordagem e na desigualdade de informações, já que a Argentina gerou muitos e melhores estudos sobre a pecuária do que o Brasil.

Algumas observações sobre o método comparativo

A comparação entre a Argentina e o Brasil será feita em dois níveis: em primeiro plano comparamos o papel que a pecuária teve na economia nos dois países e na configuração das elites rurais; em segundo plano analisamos a comparação que os próprios contemporâneos fizeram das suas realidades, da indústria pastoril num e noutro país no início do século XX. Isso significa dizer que usaremos métodos da história comparada clássica, de matriz francesa e também das recentes abordagens da história transnacional.

Em um texto de 1930 Marc Bloch aponta o perigo de recorrer a comparação supondo objetos empíricos e experiências similares, ou seja a comparação por similitude. A linguística e a etnografia das civilizações ditas primitivas cujos métodos são intrinsecamente comparativos incorrem, via de regra, no equívoco de buscar uma origem comum para as experiências – o que Bloch chamaria de “ídolo das origens” – e de se limitar empírica e metodologicamente às delimitações prefiguradas dos Estados nacionais. Para Bloch, mais vale entender as sobrevivências, as influências e os

desenvolvimentos semelhantes com o intuito de explicar as diferenças nos resultados, “que são, afinal, o objeto mais importante do método comparativo”.²⁰⁶

Nossa esforço se assemelha ao de Maura O'Connor que, ao estudar a construção da nacionalidade italiana, o faz a partir das impressões registradas pelos viajantes ingleses na Itália.²⁰⁷ Por tratar de um período que antecede à Unificação italiana e por ser um tema tão centralmente ligado à formação dos Estados nacionais, a autora inova ao tentar entender o nacionalismo italiano, a partir do fluxo de ideias sobre nação e nacionalismo, abandonando o método comparativo clássico que compara unidades nacionais mais ou menos semelhantes à italiana, o que normalmente seria feito com a Alemanha.

Algumas das diferenças e limites analíticos da história comparada e da história transnacional são apontadas por Sean Purdy em um artigo intitulado “A história comparada e o desafio da transnacionalidade”. Nesse texto, Purdy critica a proscrição metodológica da história comparada por parte dos estudiosos de processos históricos "transnacionais" que ao atentarem para as interconexões de trabalhadores, de culturas, de símbolos, entre outras, rejeitam as prerrogativas metodológicas da história comparada. Os estudos transnacionais teriam origem na globalização, nas teorias pós-colonialistas, e nas teorias pos-modernistas que focalizam seus estudos em regiões fronteiriças (culturalmente e territorialmente) e coadunam na perspectiva de "fluidez e discursividade

²⁰⁶ BLOCH, Marc. “Comparaison”. In: Etienne Bloch (org) *Histoire et Historiens*. Paris: Armand Colin, 1995, p. 93. (tradução minha).

²⁰⁷ O'CONNOR, Maura. “Cross-national travelers: rethinking comparisons and representations”. In: Maura O'Connor; Debnora Cohen (orgs.). *Comparison and history. Europe in cross-national perspective*. . New York; London: Rotledge, 2004, PP. 133-143

do poder", o que na opinião de Purdy pode levar a "subestimar as localidades concentradas de poder – de classe, gênero e nação".²⁰⁸

Entre Argentina e Brasil o método comparativo tem sido bastante explorado em diversos campos da historiografia e da sociologia. Um importante estudo que mapeia parte dessas produções e que também realiza um estudo comparativo de fôlego é o de Boris Fausto e Fernando Devoto.²⁰⁹ Na visão desses autores, os estudos comparativos costumam seguir um caminho de reforço dos Estados Nacionais; são os Estados que são comparados – seus governos e seus padrões de desenvolvimento econômico – e não as influências recíprocas, os fluxos e refluxos culturais. Ainda assim, Fausto e Devoto fazem jus a Weber que antes de Bloch pensa o comparativismo como forma de explicar a diferença, o desenvolvimento assimétrico entre as sociedades, e não apenas para construir “tipos ideais”. Os autores consideram também a contribuição de Henri Pirenne que evitando o nacionalismo produzido pela guerra, busca fazer uma história universal, assentada em sínteses explicativas, abandonando a nação como unidade de análise. Analisam também a concepção de Bloch sobre o comparativismo, constatando que certa similaridade nos fatos e certa dessemelhança nos contextos em que eles ocorreram ao invés de reproduzir a ideia de que o ser humano dava "as mesmas respostas, em qualquer contexto ou lugar", faz o pesquisador buscar as influências mútuas, diferenciar as causas locais das causas gerais, atentar mais para as diferenças que para as semelhanças em que os fatos ocorreram.

²⁰⁸ PURDY, Sean. “A história comparada e o desafio da transnacionalidade”. *Anais do VII Encontro internacional da ANPHLAC*, Campinas, 2007.

²⁰⁹ FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.

Nesse quesito o estudo comparativo de Verônica Secreto é muito bem sucedido ao focalizar a expansão do café no Brasil e de gado na Argentina, no intuito de entender a expansão de fronteiras.²¹⁰ Esse caminho de análise é interessante porque focaliza o motor de desenvolvimento econômico, e não a atividade econômica em si, já que o mesmo produto teve conotações econômicas totalmente diferentes entre as regiões, além de desfocar dos limites artificiais dos Estados nacionais ao comparar zonas cafeeiras do Brasil com zonas ganadeiras da Argentina.

A comparação entre Argentina e Brasil proposta nesse capítulo talvez se afine mais com o modelo de comparação proposta por Marc Bloch, ou seja de duas sociedades próximas que exerceram influências recíprocas sobre uma economia, a pecuária, que teve conotações diferentes para os grupos dominantes que a encamparam. Seu desenvolvimento econômico não foi concomitante, quer dizer não ocorreram no mesmo período, tendo a Argentina desde o início do século XIX iniciado importante movimento de expansão ganadeira e desde então incorporado tecnologia que permitia industrialização do setor e inserção no mercado internacional, o que no Brasil começa a se realizar apenas no início do século XX.²¹¹ Efeito disso é que os fazendeiros e zootecnistas brasileiros viajaram para a Argentina, muitas vezes em missão oficial, com objetivo expresso de compor relatos sobre a atividade pecuária e divulgar essa experiência aqui. Dessa maneira, tomamos como hipótese que foi esse olhar comparativo

²¹⁰ SECRETO, Maria Verônica. "Fronteiras em Movimento: o oeste paulista e o sudeste bonaerense na segunda metade do século XIX. História Comparada". Tese de doutorado, Campinas: UNICAMP, 2001.

²¹¹ De certa forma pode-se considerar o mesmo contexto na Argentina e no Brasil: o contexto de instauração da República que na Argentina coincide com a independência mas no Brasil só vai ocorrer com o fim do Império em 1889. De todo modo, como será oportunamente abordado, é preciso notar que houve diversas estratégias de modernização da pecuária que definiriam uma maneira peculiar de inserção capitalista brasileira no mercado de carne.

dos contemporâneos um dos fatores mais importantes para industrializar a pecuária brasileira, mormente nos sertões do Brasil central.

A nossa tentativa é de contornar os problemas inerentes à comparação clássica, de origem francesa, mas não limitada à França, a qual focalizando os Estados nacionais termina por eleger um padrão em relação ao qual a realidade comparada estaria sempre aquém, por lhe faltar algum atributo existentes no caso modelar. A comparação da atividade pecuária brasileira com a Argentina poderia facilmente incorrer nesse problema, dada a proeminência da Argentina nessa economia. Mas nosso objetivo é fundamentalmente entender as diferenças nos processos históricos, por isso mesmo a comparação é feita com São Paulo e a região do Triângulo Mineiro, que apostaram em outras vias de modernização no intuito de entender o tipo de pecuária que se realizava, os discursos e as estratégias de modernização, as raças de gado eleitas como melhores, as formas de lidar com a Inglaterra – principal financiadora e articuladora do comércio de reprodutores bovinos e de carne através dos frigoríficos – e a maneira como os interesses de mercado iam fracionando os interesses das elites rurais ganadeiras.

Como se verá adiante, mesmo comparando as regiões do Brasil central há diferenças que necessitam de atenção. O caso da região do Triângulo Mineiro aparece como contraponto por ter investido na pecuária apenas no início do século XX e por ter buscado novas rotas de comércio de carne e de reprodutores, provenientes da Índia. Não se trata de explicar o “atraso” brasileiro, nem a falta de “inventividade” argentina, tampouco procurar elementos de desenvolvimento que os contemporâneos não viram, nem estratégias “erradas” de um ou outro grupo social. Nesse ponto a razão da

comparação é fundamentalmente terem os contemporâneos se olhado, se pensado, e publicado suas impressões sobre a pecuária na Argentina e no Brasil.

O lugar da pecuária na economia e nos discursos sobre desenvolvimento econômico

Uma das hipóteses centrais dessa tese é que para entender a história da criação bovina no Brasil - em uma perspectiva da história social e desmontando a estrutura economicista das análises que explicitamente distinguem o período de pastoreio do período de pecuária propriamente dita - é preciso analisá-la a partir da distinção fundamental entre a esfera do consumo e a esfera da criação dos animais. Dessa distinção derivam análises também distintas do mercado de carne (frigoríficos) e do mercado de reprodutores (tousos e matrizes que irão incrementar as tecnologias de produção). Esse é o ponto primordial que vem sendo trabalhado ao longo da tese.

Acompanhar o raciocínio de Karl Polany sobre as mudanças na economia mundial no início do século XX, e o que ele chama de “grande transformação”, é bastante profícuo para pensar o fomento à indústria da carne no início do século XX.²¹² Porque a civilização que ele diz estar entrando em colapso teria surgido justamente na Inglaterra, a potência que mais investiu na pecuária, seja na indústria de gado de corte, com os frigoríficos, seja no mercado de reprodutores.²¹³ O raciocínio tecido adiante tenta deslindar as mudanças ocorridas na pecuária brasileira que em certa medida a

²¹² POLANY, Karl. *A Grande Transformação As origens de nossa época*. 2ª ed., 14ª reimp., Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

²¹³ As raças de gado inglesas de maior circulação na Argentina e no Brasil foram Polled Angus Durhan ou Shorthorn, Red-lincoln, Hereford, Devon (North devon e South devon), Sussex, Aberdeen-angus, a Red-polled (e o cruzamento Polled-Angus) e as leiteiras Jersey e Guernesey. Os mais importantes frigoríficos no Brasil eram de capital inglês, e havia também fazendas experimentais a exemplo da Brazilian Cattle. Na Argentina eram 7 frigoríficos e apenas dois de capitalistas locais, os demais de ingleses e norte-americanos.

aproximaram da experiência argentina e que traduziam, por fim, a reconfiguração no capitalismo mundial, protagonizado pela Inglaterra e cada vez mais também pelos Estados Unidos.

Na interpretação de Polany a paz que se manteve entre as grandes potências européias entre 1815 e 1914 foi possível, a partir de certos efeitos da revolução Industrial e do liberalismo: a economia de mercado, o livre comércio e o padrão ouro, que instituíram o mercado auto-regulável e fizeram da *haute finance* maestro ao longo século XIX. O “banco internacional” no século XIX foi um elo entre economia e política, especialmente em uma época que todos os objetivos econômicos eram intentados a partir do incremento do poder dos Estados nacionais. Muito embora a *haute finance* operasse em nível internacional, não estando vinculada a nenhum poder nacional específico, a necessidade da manutenção da paz e a certeza de que a guerra desorganizaria os investimentos, fazia com que os Estados fossem fortalecidos ao tempo em que mantidos em um “sistema de equilíbrio de poder”. Contraditoriamente a explicação da guerra em 1914 é formulada da seguinte maneira: o hábito do investimento mobilizou belicamente os Estados e gerou uma "paz armada", que se tornou insustentável e explodiu com a faísca da "rivalidade colonial e competição por mercados exóticos".²¹⁴

Polany se desculpa pelo materialismo crasso da afirmação, mas afirma que "a peculiaridade da civilização cujo colapso testemunhamos foi, precisamente, o fato dela se basear em fundamentos econômicos".²¹⁵ A peculiaridade não estava na sociedade ser limitada por condições materiais de sua existência, porque isso é comum a todas as

²¹⁴ POLANY, Karl. *A Grande Transformação*, p. 35.

²¹⁵ Idem., p.46.

sociedades, mas de ser uma civilização baseada na ideia de um mercado auto-regulável pelo princípio do lucro.

Retomamos esse raciocínio de Polany porque é nesse período que ele caracteriza como de colapso de um modelo capitalista das relações internacionais que houve o incremento tecnológico da pecuária brasileira, baseado, sobretudo, na mudança do padrão genético bovino e a intervenção ostensiva da Inglaterra nessa economia, no Brasil e na Argentina (esta já tradicional produtora de carne). A guerra entre as potências europeias é tema constante entre os pecuaristas na Argentina e no Brasil, ora como expectativa de grandes lucros, ora como receio de haver um bloqueio no comércio internacional o que levaria à bancarrota o comércio da carne, o que de fato aconteceu em 1900 na Argentina e em 1919 no Brasil.²¹⁶

Se hoje se entende que o contexto da guerra era o momento propício para o investimento nesse setor, para os contemporâneos não estava claro nem a iminência do conflito, tampouco que ele significaria expressivo aumento do consumo de carne, que até então não era gênero alimentar de primeira necessidade. De todo modo, a grande guerra de 1914 gerou mudanças cruciais, não apenas reforçando o mercado de carne, mas especialmente diversificando o mercado de reprodutores e seus tradicionais fornecedores europeus. A importação maciça de gado indiano para o Brasil entre os anos de 1913 e 1918 por ter configurado outro paradigma de modernização pecuária pode ter traduzido a “rivalidade colonial e competição por mercados exóticos” sugerida por Polany como estopim da “grande transformação” vivenciada no início do século XX.

²¹⁶ Encontramos referência aos decretos proibitórios em uma publicação de Fernando Ruffier. "Guerra ao zebu. Um pouco de água fria". Castro-Paraná, 1919. BN-RJ, II-419,6,24.

A cultura do consumo de carne e a conseqüente indústria que a sustentava estava se consolidando nesse período e a Inglaterra teve papel fundamental ao endossar essa cultura, seja investindo em frigoríficos e tecnologia de produção, seja fomentando o consumo de carne, aliado a um discurso de democratização e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. A ingerência inglesa nessa economia, era constantemente referida pelos pecuaristas argentinos e em 1910 podem ser lidos na *Revista da Sociedad Rural Argentina* muitos artigos como “La industria de carne de frigorífico en la Republica Argentina” no qual se destaca o consumo pioneiro de carne congelada por parte da Inglaterra (desde 1880) e elenca as vantagens da importação de carne por este país. Dentre essas vantagens se destaca o barateamento do produto que começava a tornar-se gênero de primeira necessidade entre os operários, enquanto que no continente a carne ainda era artigo de luxo.²¹⁷

Nesse mesmo artigo e em outros congêneres analisados fica também evidente uma reconfiguração na economia pecuária que estava reverberando as mudanças do período: a distinção entre a produção de carne (gênero alimentar) e a produção touros e matrizes reprodutores (incremento tecnológico). À medida que o mercado se especializava, refletindo essa distinção entre criadores de gado de corte e criadores de reprodutores, a zootecnia também passava a separar os conhecimentos sobre abate precoce dos animais de corte, daqueles conhecimentos relacionados ao refinamento genético. A discussão que nos mobiliza nesse capítulo é sobre o alcance das mudanças ocorridas nessas atividades produtivas, que começam a operar incrementos tecnológicos e mercados distintos, em grande medida traduzindo as mudanças na geopolítica de um mundo em guerra. Por um

²¹⁷“La industria de carne de frigorifico en la republica argentina”. Texto publicado nos *Anales de la Sociedad Rural Argentina - Revista Pastoril e Agricola*. Numero especial XLV (nov e dez), 1910. BN-RJ, seção de periódicos, 6,146,01,01.

lado serão analisados alguns dos efeitos da indústria de carne congelada e resfriada, que se intensificou na Argentina no início do século XX, sobrepondo, mas não substituindo, a indústria de carne salgada. Por outro, será analisada a perda do monopólio inglês do fornecimento de reprodutores para os pecuaristas da Argentina e do Brasil.

No começo do século XX esses dois países, ao lado da Austrália, Estados Unidos e em razoável proporção o Uruguai são pensados como as grandes potências fornecedoras de carne para um mundo cada vez mais carnívoro. No entanto, o consumo de carne não estava cotidianizado, tampouco era consenso sua excelência protéica. Joaquim Carlos Travassos, em suas *Monografias Agrícolas* – raríssimo exemplar de pensamento agrícola brasileiro publicado em 1903 e tornado desde então referência nos cursos de agronomia – classifica os alimentos em plásticos (“que produzem a musculatura a força da vida, e a inteligência”) e os respiratórios (“que fornecem calor ao organismo por intermédio da respiração que é uma combustão”). Para o autor, seriam alimentos plásticos aqueles que concentravam os princípios protéicos. O termo proteína é, aliás, curiosamente explicado por Travassos como sendo derivado do nome do “deus Protheo da Mithologia, o qual se atribuía o poder de mudar de forma de uma infinidade de modos”. No entanto, ele observa que são nas gramíneas e nas leguminosas onde se encontram a maior parte dos alimentos proteicos – as leguminosas podem ser até cinco vezes mais proteína que a carne bovina – fazendo referência até a soja e ao queijo de soja que os chineses faziam, o que o leva a questionar esse recente apelo à carne, enquanto principal fonte proteica. Travassos explica o consumo de carne e conseqüente investimento na indústria pastoril em termos econômicos e políticos e não em termos nutricionais:

“a indústria pastoril é das que mais tem concorrido para a riqueza e prosperidade dos países novos, e devido a ela a Austrália em menos de um século transpôs a barreira que a separava da barbárie, e o Rio da Prata vai culminando entre as repúblicas sul-americanas, e como nenhum outro país está melhor dotado que o nosso para esse grande cometimento, e pondo de parte as restrições de consciência que não nos fanatizam, para antes de tudo deixar falar o patriotismo e o desejo ardente de ver esta pátria livre do marasmo em que vive, vamos, por um esforço muito acima das nossas aptidões e conhecimentos, dizer o que sabemos sobre o modo de desenvolvê-la.”²¹⁸

Nesse trecho se observa que além de ser incerta a qualidade proteica da carne bovina, havia também “restrições de consciência”, mas esses motivos não arrefeceriam a indústria pastoril, já que o incentivo a essa economia era uma questão de patriotismo. Ademais, o comentário de Travassos evidencia que a comparação com o exemplo platino tinha a intenção de robustecer a pecuária brasileira do ponto de vista industrial, o que faria o Brasil avançar em uma etapa fundamental do capitalismo, necessária inclusive para transpor a barbárie e civilizar-se.

Em razão do aumento no consumo de carne, o mercado de reprodutores bovinos passa a ter destaque e alguns países vão se especializando nessa produção, a exemplo da Inglaterra. Este país, propulsor do sistema econômico cujo colapso foi pensado por Polany, teve papel central nesse mercado, porque desde o século XIX era o fornecedor das raças de gado consideradas excelentes para corte, sendo por isso paradigma de modernização da pecuária, um paradigma que começa a ser relativizado no início do século XX. Se na Argentina as raças inglesas realmente foram a base da expansão ganadeira e no Brasil muitos vetores de modernização também se basearam em raças inglesas, houve exceções importantes, como a região brasileira do Triângulo Mineiro e

²¹⁸ TRAVASSOS, Joaquim Carlos. *Monografias Agrícolas*. Vol. 1 Gado Vaccum. Ezoognozia e aptidões econômicas de cada raça. Rio de Janeiro, 1903, pp. 17 e 18. BN-RJ, I-342, 5,15.

importantes fazendas no Estado do Rio de Janeiro que investiram em reprodutores zebus, de origem indiana.

Mesmo na Argentina, a diversificação dos países que passam a comprar suas carnes congeladas ou resfriadas parece ter criado uma necessidade de variar a genética predominante no rebanho. É o que sugere o artigo “Razas de ganado para carne: variedades que debemos importar”, no qual o autor defende que a Argentina deveria variar as raças de gado para corte porque os britânicos já não eram os únicos importadores e Itália, Áustria, Suíça e Portugal tinham outras “exigências de paladar”, explicando que:

“Com excepción de la Gran Bretana, los consumidores tienen preferencia por razas de animales que no almacenen grasa en pelotones, y en caso de tener estas predisposiciones al engorde, que se haga llenando los espacios interfibrilares, constituyendo la carne de musculos marmorizados o ‘persillee’”²¹⁹

O artigo segue defendendo que o Ministério da Agricultura deveria estimular a criação de outras raças bovinas que não sejam as inglesas Durhan, Hereford e Polled Angus, fazendo apologia da raça francesa Charolesa que se caracterizava por ter “mucha carne e poca grassa requerida por los nuevos mercados de nuestro produto”.

É importante observar que o contexto argentino em 1910 era de um país que já tinha desenvolvido a tecnologia da carne congelada, resfriada, enlatada, e mesmo o *baby beef* que abreviava ao máximo o tempo de produção da carne. Isso significava que novos padrões de produção estavam surgindo e novas tecnologias que dessem suporte a essa produção também. Não obstante a diferença entre o Brasil e a Argentina na inserção da

²¹⁹ “Razas de ganado para carne: variedades que debemos importar” Texto publicado nos *Anales de la Sociedad Rural Argentina*. Número XLVII, Vol. XLVI (jan/fev), 1912. BN-RJ, seção de periódicos, 6,146,01,01.

economia pecuária no modo de produção capitalista e no mercado internacional, é possível estabelecer uma comparação, tendo como mote o papel do incremento tecnológico, sobretudo refinamento racial, nesse processo.

Nesse quesito, se faz necessário uma reflexão sobre a velocidade com que uma tecnologia agregada influencia no modo de produção e vice-versa. Análise dessa questão muito interessante é a de Carmen Sesto que organizou um dos volumes da coleção *História Del Capitalismo Agrário Pampeano* e escreveu vários artigos sobre o tema.²²⁰ Em sua análise, Sesto questiona a periodização tradicional da história argentina que ao adotar como marcos os incrementos tecnológicos desconsidera a especificidade de cada tecnologia, e o tempo de adaptação necessário para que a introdução de um gado de raça, por exemplo, signifique uma mudança no sistema produtivo. A autora observa que uma abordagem descuidada não considera a diferença fundamental entre o melhoramento genético ovino e bovino, cujas diferenças no ciclo biológico (maior no caso bovino) significa outro tempo de adaptação tecnológica e de consequente mudança no sistema produtivo.²²¹

Nesse sentido, a primeira crítica de Sesto é à historiografia “tradicional” feita por Prudencio de la Cruz Mendoza, Horacio Giberti e Ricardo Ortiz, que até meados de 1950 considerava a dinamização da economia vinculada a alta produtividade ganadeira e esta como resultado direto da demanda dos frigoríficos que se estabeleceram a partir de 1895

²²⁰ SESTO, Carmen. “La vanguardia ganadera bonaerense, 1856-1990.” Tomo II: “Historia del capitalismo agrario pampeano”. Buenos Aires: UB-Siglo XXI Editores Argentina, 2005. Além desse livro há um artigo que será mais particularmente referido aqui: SESTO, Carmen. “Tecnología pecuaria y periodización: el refinamiento del vacuno en la Provincia de Buenos Aires entre 1856 y 1900: un intento de re-periodizar, incorporando como factor central de analisis el empleo de una tecnología de alta productividad”, *Redes. Revista de Estudios Sociales de la Ciencia*, Nº 16, Volumen 7, 2000.

²²¹ São necessários 15 a 20 anos para se produzir bovinos puros por cruzamento, ou seja depois de recebida a nova tecnologia essa só gera efeitos produtivos de larga escala nesse tempo.

(mercado internacional). O argumento apresentado por Sesto é que a especialização racial antecede a demanda internacional e por isso o incremento tecnológico – a incorporação de raças bovinas européias entre 1856 e 1900 – estava atendendo à outra demanda e refletindo algo que a autora não indica diretamente, mas sugere: uma predisposição cultural àquela mudança.

Sesto argumenta que "cada um dos aumentos produtivos é resultado de situações nas quais tiveram que tomar decisões cruciais, que afetaram a estrutura do sistema produtivo".²²² No intuito de revisar as conexões automáticas entre incremento tecnológico e aumento produtivo, enquanto um processo contínuo e evolutivo, a autora salienta também que:

"este processo não é automático, porque para que todos esses novos segmentos tecnológicos se complementassem e coincidisse até formar uma tecnologia, necessita de um agente social condutor: o grupo de fazendeiros que chamamos vanguarda, um setor que adquire sua identidade por essas mesmas escolhas estratégicas."²²³

Carmen Sesto observa que pensar o refinamento *vacum*, apenas enquanto mudança de raças veicula o pressuposto equivocado de uma “zootecnia neutra” de interesses. Nesse sentido a preocupação central da autora parece ser a desnaturalizar a ideia de modernização, notando as várias temporalidades das várias tecnologias que se agregam e vão futuramente gerar incremento produtivo. Para sustentar seu argumento adota a ideia de vanguarda, baseada em Joseph Schumpeter, e rechaça as explicações de que a elite ganadeira argentina tinha "comportamento rígido e pré-moderno”,

²²² SESTO, Carmen. "Tecnología pecuaria y periodización". p. 21

²²³ Idem.

argumentando que não houve resistência ao processo de incremento tecnológico, ao contrário este foi um processo rápido no qual os estancieiros tiveram um papel relevante e aproveitaram a experiência dos pioneiros ingleses e a tecnologia de refinamento dos ovinos.

Para captar essas dimensões, Sesto propõe uma nova periodização de criação de uma tecnologia, baseada nos modelos de transferência tecnológica de Ruttan-Hayami que considera quatro etapas: 1) incorporação do produto melhorado (importação de novas raças bovinas) e novos métodos de produção, 1856-1873; 2) produção de raças puras por cruzamento, que também significou adoção de novos maquinários e outra disciplina da mão de obra, 1873-1887; 3) criação de uma tecnologia própria sustentada pelo mercado interno, reorganização do trabalho e aparição de um novo sistema gerencial, 1887-1895; 4): "adoção da tipificação internacional para a produção de novilhos"- 1895-1900. Pensar nessas quatro etapas ajudaria a redimensionar os efeitos do sistema produtivo, da mudança racial, da vanguarda e do mercado.

Nessa linha de argumentação, a autora enseja a reflexão sobre um processo semelhante de refinamento bovino brasileiro que acontece desde o início do século XIX no sul do país e no início do XX na região sudeste e centro oeste. Para pensar o caso brasileiro, a crítica de Carmen Sesto em relação a uma periodização que ignora a dinâmica interna – o processo de adaptação tecnológica, bem como o consumo/mercado interno – parece valer ainda mais já que para além do mercado internacional estava em questão a criação e distinção de uma elite que desejava para si o título de patrona do rebanho nacional. Havia uma grande área economicamente “vazia” no oeste brasileiro, propícia a ser povoada de boiadas, na visão dos contemporâneos. Partes dos Estados de

Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, e, principalmente, o sertão nordestino necessitavam de um gado rústico que resistisse a altas temperaturas e às “epizootias tropicais”, ao que o gado europeu era altamente suscetível. Propalando esse argumento, os fazendeiros do Rio de Janeiro e da região do Triângulo Mineiro iniciaram a campanha pela importação de reprodutores indianos, como se viu no terceiro capítulo. Campanha exitosa, hoje o rebanho zebuíno é parte fundamental da paisagem dessa região e as famílias de fazendeiros que iniciaram o refinamento bovino a partir dessa nova matriz genética continua com o status de pioneiros, de vanguarda da nossa pecuária que salvou o rebanho nacional do “linfatismo” a que estava condenado.

A segunda crítica de Carmen Sesto é à historiografia feita entre 1960 e 1990, cujas visões dependentistas, desenvolvimentistas, neoclássica e de transferência tecnológica seguem, utilizando a periodização "tradicional", mas ignoram as especificidades das inovações tecnológicas, centrando a explicação no avanço da economia ganadeira no uso extensivo da terra (vantagens comparativas naturais) como suporte para os riscos dos altos investimentos. As duas historiografias criticadas por Sesto incorrem no problema de trabalhar com uma perspectiva de "transição", de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, e valorizar a industrialização, por isso utilizam o marco do ano 1900 com os frigoríficos. No entanto, a autora defende que a questão do refinamento genético bovino não pode ser captado nas análises cujo objetivo é entender apenas o desenvolvimento econômico argentino.

Nesse ponto vale a pena retornar um pouco para o contexto do início da expansão ganadeira argentina. Quando Ellen Wood critica o chamado modelo mercantil de explicação das origens do capitalismo, em seu excelente estudo *As origens do*

capitalismo, ela o faz criticando o fato de que “nessas argumentações, o capitalismo representa menos um rompimento qualitativo com formas anteriores do que um maciço aumento quantitativo”.²²⁴ Transpondo o raciocínio para pensar o desenvolvimento da pecuária na Argentina, nota-se que na interpretação de Halperin Donghi a expansão ganadeira argentina a partir de 1810 não teria sido marcada pela concentração de terras, mas pela ampliação dos estabelecimentos ganadeiros, ampliação esta ensejada por profundas mudanças no consumo e no mercado local.²²⁵ Donghi também redimensiona o papel dos comerciantes ingleses e coloca este fator ao lado da expansão agrária, das novas configurações do mercado local, da guerra civil pós-independência, que definiram juntos o novo perfil da produção pecuária (quantidade e qualidade), mais talvez do que fatos como as oscilações de preços e demandas no mercado mundial. Conclui assim que as mudanças não podem ser creditadas apenas à ingerência de comerciantes ingleses, ou seja, um fator exógeno que rompe os grilhões que emperravam o desenvolvimento pleno do “capitalismo agrário pampeano”. O argumento que ele tece é que essa presença estrangeira não se deu dissociada da classe terratenente tradicional, que foi justamente esse entrelaçamento de comerciantes ingleses e argentinos que criou os novos mecanismos econômicos que geraram e fortaleceram essa classe – uma nova elite rural, “sin arraigo tradicional en el campo”, muito mais vinculada com a classe política e urbana e com interesses diferentes dos grupos tradicionais. Nesse sentido, Donghi parece ter observado uma mudança “qualitativa” na origem do capitalismo pampeano.

²²⁴ WOOD, Ellen. *A origem do capitalismo*.

²²⁵ DONGHI, Tulio Halperin. “La expansion ganadera en la camapaña de Buenos Aires (1810-1852). In: DI TELLA, Torcuato S. e DONGHI, Halperin (orgs). *Los Fragmentos del Poder. De la oligarquia a la poliarquia argentina*. Buenos Aires: editorial Jorge Alvarez S.A., 1969.

Ellen Wood critica também o viés tecnológico que emerge das narrativas que reiteram o modelo mercantil, exemplificando na sociologia histórica protagonizada por Michael Mann. Segundo a autora Mann situa o desenvolvimento europeu no “progresso tecnológico e na expansão mercantil” o que supõe que o sistema capitalista decorre de uma “série de ausências” do sistema anterior.²²⁶

Entretanto, redimensionar o papel da tecnologia é tão importante quanto redimensionar o papel do comércio na origem do capitalismo, ou o que interessa mais de perto nessa tese, o papel do comércio e do mercado na transformação do capitalismo mercantil para o industrial. Uma das críticas mais contundentes de Ellen Wood ao modelo mercantil - cujos aspectos “neo smithianos” se reiteram mesmo nas narrativas marxistas - é à concepção de mercado enquanto *oportunidade*, e não enquanto *imperativo*. Essa concepção sustenta uma ideia equivocada de aumento da liberdade e *oportunidades* associada ao liberalismo. Mas na concepção de Wood a prática econômica que está na engrenagem do capitalismo obriga ao comércio em larga escala e define um sistema econômico específico. Podemos dizer, acompanhando o raciocínio da autora, que o comércio mundial foi uma condição necessária para a mudança qualitativa na produção pecuária, mas não suficiente.

No caso da história da pecuária na Argentina e no Brasil há uma mudança sensível e qualitativa nessa atividade quando ela se integra ao mercado internacional de carne, em grande medida porque isso reforçava o papel dos países colonizados na divisão internacional do trabalho - exportador de matéria prima, a carne, e importador de tecnologia de produção, a genética ou os animais reprodutores. Mas foi também uma

²²⁶ WOOD, Ellen. *A origem do capitalismo*. pp. 28 e 29.

chave para mudança dessa lógica, na medida em que países como o Brasil tentaram produzir a sua própria tecnologia.

Na costura dessas abordagens, fica a sugestão de que embora não se possa negar que o desenvolvimento das relações capitalistas a partir do século XIX esteve indubitavelmente relacionado a um tipo de modernização baseada num padrão científico, o olhar sobre a economia ganadeira, cuja intersecção rural e urbana é fator indubitável, nos mostra o quão mais complexa e multifacetada é essa modernização. Nesse caso específico ela se traduziu em refinamento genético – mudança no padrão racial e no sistema produtivo correspondente –, em vanguarda empresarial, fazendeiros e trabalhadores que se inserindo em uma nova lógica produtiva funcionaram como “agente social condutor” e em um mercado ampliado *imperativo* que posteriormente passa a ordenar as demandas produtivas. Todos esses aspectos contribuíram para uma mudança qualitativa na produção pecuária que passa a desenhá-la enquanto economia capitalista.

É importante observar que muito embora tivesse havido distinção entre o mercado de carne para consumo e o de reprodutores, esses dois mercados vão se tornando cada vez mais conectados e interdependentes economicamente. Quando o monopólio inglês do mercado de reprodutores começa a ser ameaçado pela preferência argentina por animais com menor taxa de gordura interfibrilar para produção de *baby beef* e pela preferência brasileira por um gado com maior adaptação climática (o zebu indiano), isso reflete imediatamente no mercado de carne, já que a Inglaterra ainda era a principal articuladora desse mercado, seja no armazenamento (frigoríficos), seja no transporte. No artigo “Exportacion de ganado em pie” é comentado o decreto inglês que impõe o fechamento dos portos britânicos ao gado argentino que fez cair de 312.150 bois

exportados em 1899 para 150.550 em 1900, ou seja, menos da metade. Esse número se recupera um pouco em 1905 (262.681) quando ficam suspensas as proibições inglesas.²²⁷

Essa proibição de entrada da carne argentina na Europa via portos ingleses com o argumento da febre aftosa que acontece em 1900 coincidiu exatamente com o momento em que a Argentina deixa de dar exclusividade aos reprodutores bovinos ingleses, o que sugere algum tipo de retaliação. Essa proibição teve um duplo efeito econômico certamente previsto e calculado pelos contemporâneos na época: o de fortalecer os frigoríficos, já que a proibição era ao gado em pé e não à carne congelada ou resfriada, e o de pressionar para que a Argentina voltasse a comprar os touros e matrizes das raças inglesas, sobre os quais haveria maior controle de “qualidade”. Como se vê, ambos efeitos eram economicamente interessantes para a Inglaterra.

Por essas e outras o ano de 1900, mais do que representativo da “era dos frigoríficos” para os países tradicionais produtores de carne, foi também o ano em que um país como a Inglaterra tentava se manter como eixo do mercado de reprodutores, touros e matrizes, ou seja, fornecedora de tecnologia de produção, e necessitava evitar riscos nesse mercado. Quando em 1919 a Inglaterra impõe bloqueio semelhante para a carne congelada brasileira, também usa argumentos de controle sanitário, mas termina por explicitar o desejo de que o Brasil devia voltar a importar os reprodutores “finos” ingleses e chega a pedir para o governo brasileiro proibir a importação e a circulação em território nacional do gado indiano.

No Brasil, quem nos descortina esse quadro é, sobretudo, Fernando Ruffier, zootecnista da época, que escreve em um artigo que tais decretos ingleses estavam a

²²⁷ “Exportacion de ganado em pie”. Texto publicado nos *Anales de la Sociedad Rural Argentina*. Numero especial XLV. (nov e dez), 1910, BN-RJ, seção de periódicos, 6,146,01,01.

serviço do monopólio da “indústria de fornecimento de reprodutores”. Compara o decreto de 1919 em relação às carnes brasileiras com a proibição que a Inglaterra faz em 1900 à importação do gado em pé da Argentina. Justifica sua opinião de que se tratava de uma retaliação pela Argentina não depender mais das matrizes genéticas inglesas, afirmando que o decreto foi suspenso quando se garantiu "o monopólio de fornecimento de reprodutores à Argentina" em troca da "valiosa reabertura" do mercado inglês à sua produção de carne. O texto do decreto inglês, reproduzido por Ruffier é claro: "para neutralizar tais efeitos (os do zebu) é necessário importar o gado inglês de raça, como o Hereford, Devon, Shorthorn, etc. e a Inglaterra é o país melhor aparelhado para fornecer ao Brasil as raças necessárias".²²⁸

Ainda de acordo com Ruffier, junto ao decreto veio à luz um relatório do ‘Board of Trade’ inglês sugerindo, "para benefício dos criadores britânicos, a criação no Brasil de uma fazenda modelo para a introdução e aclimação dos reprodutores ingleses”. Embora reconhecendo a jogada comercial inglesa, Ruffier assume uma postura bastante reacionária e solidária aos interesses britânicos ao afirmar que esse fato não deveria “influenciar nossos criadores” já que “por excesso de patriotismo, às vezes é que se perde a pátria” e todas as iniciativas da Inglaterra de aperfeiçoar o gado nativo por meio de seu reprodutores “serão bem vindas (...) porque naquele ramo os ingleses são mestres insuperáveis”²²⁹

Irônica coincidência é notar que foi exatamente a Inglaterra que apresentou ao mundo americano o zebu em seu Zoo Garden²³⁰. Por pertencer a espécie *bos indicus* e ser

²²⁸ "Guerra ao zebu...", op.cit., p. 26.

²²⁹ Idem, pp. 24-28.

²³⁰ O zoo garden de Londres foi fundado em 1828 pela Zoological Society of London (esta fundada em 1826), sendo originário da *menagerie* de Henrique III, the King in the Tower of London no século XIII.

dotada de um cupim dorsal, o zebu era considerado um animal exótico, selvagem, e por isso na Europa ele foi criado nos jardins zoológicos, e não nas fazendas. Interessante nesse contexto é ver o local dedicado ao zebus no zoo garden - na foto chamado de Brahmans bull, que era uma das raças zebuinas mais conhecidas. Sintomaticamente ele ficava ao lado do dromedário pela semelhança do cupim e pela convicção de tratar-se de outra espécie. (ver foto no anexo 2)

É possível acompanhar nos relatórios do *zoo garden of London*, os registros de existência do zebu entre 1874 e 1884.²³¹ Como se vê na foto indicada, era ritual nobre visitar o jardim zoológico e talvez por isso era também parte do ritual das cortes regalar os reis com coleções de animais, tanto sim que “the most noticeable event connected with the Menagerie in 1877 was the deposit in the Garden of the fine collection of Indian animals belonging to the Prince of Wales”. Consta que D. Pedro II foi também apresentado com tal espécie.

De acordo com os mesmos relatórios, a partir de 1884, a presença do zebu no *zoo garden of London* se torna pontual, havendo em 1890 o último registro de nascimento de um *ox zebu* no *zoo garden*. Essas datas, portanto, podem ser consideradas como marcos divisores da imagem deste animal: deixando de ser exótico - alvo dos estudos de zoologia - para se tornar um animal doméstico cujo aproveitamento econômico o fazia alvo dos estudos da zootecnia.

Mas não seria a Inglaterra a se dedicar ao estudo de tão selvagem animal. Os criadores e zootecnistas ingleses estavam por demais empenhados em selecionar suas raças nativas e assim prepararam-se para ser exportadores de tecnologia produtiva,

²³¹ “List of the animals wich have been bred in the Gardens of the Society”. Reports Zoological Society of London. Acessado na biblioteca desta instituição.

melhor dizendo, de suas raças de gado "refinadas". José Miranda do Valle ao estudar a origem dos registros genealógicos dos animais, afiança que foram os ingleses pioneiros nessa prática.²³² A primeira raça bovina que teve registro foi a Durham, feita por um lavrador em Kenton, perto de Darlington, condado de Durham, que começou a criar em 1731 e em 1785 comprou um touro, no qual reconheceu as melhores características e por isso merecedora de registro de seus descendentes.²³³ Em 1822 fora pela primeira vez publicado um livro de registro genealógico, ou *herd book* desta raça, sendo este considerado o primeiro do gênero. Se vem desde o final do XVIII a preocupação em padronizar as raças bovinas, é apenas em meados do século XIX que se institucionaliza esse controle genealógico por parte das sociedades de criadores. Estas instituições reuniam os criadores de um tipo racial e que estariam autorizadas a cuidar e legitimar essa padronização, critério científico de uma pecuária moderna.²³⁴

É preciso considerar, portanto, a formalização da produção e do mercado de touros e matrizes como um novo elemento a matizar as relações comerciais. O mercado de reprodutores correspondia à tecnologia de melhoramento genético, fundamento da modernização pecuária do período e normalmente “fornecida” pelos países europeus, em especial a Inglaterra, mas ela podia ser produzida também nos países periféricos invertendo a lógica da divisão internacional do trabalho (DIT).

²³² VALLE, Jose Miranda do. *Influência do Herd Book no aperfeiçoamento das raças bovinas. Conferência realizada em 23 de março de 1908 na Real Associação de Agricultura Portuguesa*. Lisboa, Tipografia Mendonça, 1908.

²³³ Toda sua criação foi vendida em 1810 por uma fortuna, de acordo com José Miranda do Valle.

²³⁴ Sobre a raça Hereford consta registro desde 1846, também anotado pela família dos criadores desta raça, e a partir do 10 volume do registro passou a ser anotado pela Hereford Herd Book Society. Similiar percurso teve a raça Devon, cujos registros foram feitos desde 1851 até 1881 pelo coronel Davy, e a partir daí publicado pela Devon Cattle Breeders Society. E a raça Durham só recebe registro "oficial" a partir de 1876 feito pela Shorthorn Society of Great Britan and Ireland.

Alguns processos que se tem narrado como contíguos ao se aproximar das fontes não aparecem assim. É o caso da constante relação que a literatura faz entre estabelecimento dos frigoríficos e modernização da pecuária. Nos *Annales de la Sociedad Rural Argentina* consta um debate em que se coloca claramente as exigências dos frigoríficos como contrários aos esforços dos criadores de refinar o gado, já que os custos com a importação de bons reprodutores, os cuidados extras que exigiam um animal estrangeiro e os custos de realizar exposição que divulgassem o animal e os fazendeiros associados à criação daquele animal, não eram compensados pelas vendas ao frigorífico que pagavam indiferenciadamente pelo quilo de carne. No texto supracitado, “Concurso de animales gordos”, o autor analisa os efeitos das exposições e dos concursos de animais que se intensificam nesse período, e se queixa que os preços da carne congelada estavam sendo fixados independente da qualidade racial dos animais. Afirma que os frigoríficos:

“sin interes por animales cebados, pagaba por los que se presentaban à exposicion los mismos precios que se pagaba em la estancia por los novillos à campo: tanto el kilo de carne viva.(...) Los intereses de los frigorificos, cuidados com um critério poço amplio, limitaron los precios al valor comercial del tipo de plaza y mataron la iniciativa”²³⁵

Além disso, nos periódicos da época vêem-se os contemporâneos afirmarem que para a indústria de carne salgada não eram apreciados o gado de raça porque eram mais suscetíveis às doenças, sendo preferível o gado crioulo. Para carne congelada melhor eram os animais de raça, mas mesmo aí não eram indispensáveis. Ao que tudo indica foi a indústria do *baby beef* – que não substituiu as outras, mas coexistiu – que tornou imprescindível o gado de raça, já que esse produto necessitava de uma garantia de carne

²³⁵ “Concurso de animales gordos” Texto publicado nos *Anales de la Sociedad Rural Argentina*. Numero especial XLV. (nov e dez), 1910, p. 54. BN-RJ, seção de periódicos, 6,146,01,01.

nos primeiros meses de vida. É possível que apenas a recente prática de abate precoce dos animais tenha realmente dado sentido para o uso comercial do gado europeu, que abatido muito jovem, não ocorria o grande problema das doenças de aclimatação. Portanto, o discurso elaborado a *posteriori* de que se deveria refinar as raças - leia-se importar gado europeu sobretudo inglês - como forma de atender às exigências dos frigoríficos estava mudando e já não correspondia aos cálculos econômicos reais da época. Havia sim, dois mercados distintos e com interesses específicos - o de carne e o de reprodutores – que se tocavam por sua natureza interdependente, mas que não tinham uma conexão automática. Os critérios racionais, científicos e modernos da pecuária que impeliam para a industrialização do setor era um campo de disputa onde cabiam muitos discursos e nem de longe era marcado por um único vetor.

Para entender o vínculo entre esses mercados, é interessante retomar a análise do artigo supracitado publicado na revista da *Sociedad Rural Argentina* em 1910 que ao divulgar os avanços econômicos decorrentes da indústria de carne congelada e resfriada minimiza os efeitos sobre a indústria de carne fresca inglesa. Embora tivesse havido um aumento significativo na exportação de carne congelada da Argentina para a Europa em 1883²³⁶, o autor do artigo afirma que a pecuária inglesa não seria prejudicada porque:

el refinamiento à que han llegado en Inglaterra las raças de abasto hace de este país el mercado casi único à que deben recurrir los países exportadores de carne para mejorar sus ganados (...) Además, Australia, Nueva Zelandia, Uruguay, Chile, etc, compran sus reproductores em Inglaterra y tal es la demanda, que los

²³⁶ A exportação de carne congelada argentina para a Europa principia em 1877 e só aumenta com a instalação do primeiro frigorífico em 1883. Em 1910 são 7 frigoríficos a maioria de capital inglês e norte-americano, apenas 2 de capitalistas argentinos.

animales juvenes, que hace algunos anos se mandaban al matadero, son conservados e preparados para exportacion.²³⁷

Percebe-se nesse trecho a confiança de que a Inglaterra sairia ileso dos avanços na economia pecuária Argentina, principalmente apoiando-se em sua especialização no mercado de reprodutores. No entanto, cruzando essa passagem com os decretos de bloqueio às carnes argentina e brasileira nos portos britânicos, nota-se também a necessidade de proteger e regular esses mesmos mercados.

Fausto e Devoto em seu estudo comparativo das economias da Argentina e Brasil, observam que não obstante a proeminência do capital inglês, o início do século XX é um período de inversão de investimentos, da Inglaterra para os Estados Unidos, sendo que no Brasil essa inversão é ainda mais acentuada. É um ponto de inflexão bastante significativo que coincide com a curva descendente da economia ganadeira na Argentina e ascendente no Brasil. Enquanto na Argentina a época áurea, a grande expansão ganadeira se esvai, no Brasil é quando a pecuária começa de fato se tornar uma questão de Estado, como abordaremos no próximo item. Isso também deve ter desestabilizado a atuação britânica, inclusive ajudando a matizá-la enquanto detentora das raças bovinas mais “finas” e paradigma de criação racional e científica.

²³⁷ “La industria de carne de frigorífico en la republica argentina”. Op.cit., p.70.

Pecuária brasileira, uma questão de Estado na Primeira República.

Quem olhava para a Argentina e por que?

Como foi anunciado no início deste capítulo, o propósito maior da comparação entre a Argentina e o Brasil é entender os diferentes projetos de modernização para a pecuária, em especial os discursos veiculados pelos criadores de zebu e caracú, que em grande medida tinham a Argentina como modelo.

A República brasileira é proclamada em solo fértil de café. A última década do século XIX acompanha o declínio da cafeicultura do Vale do Paraíba fluminense e assiste a franca expansão no oeste paulista. O café vai-se definindo como economia de exportação central do Brasil, sendo subsidiárias outras produções não menos importantes, como a da borracha, do algodão, da cana-de-açúcar e da carne.

Enquanto na Argentina do início do século XX a pecuária enquanto indústria já podia ser considerada ótima, no Brasil a pecuária estava apenas começando a tornar-se um “assunto de Estado” e a diversidade de modelos de modernização fracionava o acesso ao poder. Segundo Sonia Mendonça, o Ministério de Agricultura Indústria e Comércio-MAIC, criado em 1909, apenas em 1913 passa a ter alguma ingerência dos grupos rurais não hegemônicos, ou seja, do que ela chama de “frações dominadas da classe dominante rural”, na qual apenas alguns pecuaristas fluminenses e paulistas estavam alocados.²³⁸ Na Argentina, ao contrário, o grupo dominante e o motor de desenvolvimento econômico inclusive industrial era a “vanguarda ganadeira”, em seu movimento de expansão desde

²³⁸ Como argumentamos ao longo da tese, os criadores triangulinos de zebu foram parcialmente excluídos desse acesso facilitado ao poder. Sonia Mendonça. *O Ruralismo Brasileiro*.

1810 e de refinamento genético-tecnológico a partir 1856.²³⁹ Nessa posição tinham privilegiados canais com o governo.

Um dos projetos da pecuária brasileira que se baseou na comparação com a experiência argentina foi veiculado pelos fazendeiros e zootecnistas da Sociedade Rural Brasileira, não por acaso homônima da *Sociedad Rural Argentina*. A SRB, criada em 1919 e sediada em São Paulo, tinha um claro objetivo de equiparar a pecuária brasileira à argentina, tanto sim que um ano após sua fundação, Eduardo Cothing, um dos seus diretores, afirmava em Assembleia Geral que:

“Foi no mês de maio de 1919, que, impressionado pelo ardente desejo de ver um dia a indústria agro-pecuária no Brasil tornar-se uma realidade, como de fato o é na República Argentina e sob a impressão do papel que exerce a poderosa Sociedade Rural Argentina, podendo-se quase afirmar ser ela a propulsora da expansão econômica da grande nação amiga, sugeri a ideia de se criar em nosso meio a Sociedade Rural Brasileira, que conta hoje o seu primeiro ano de existência.”²⁴⁰

Sobre os rumos da pecuária nacional, o artigo publicado nessa mesma revista, em 1919, “O problema da criação no Brasil” é bastante indicativo do tipo de diretriz de modernização que esse grupo paulista desejava adotar. O autor argumenta que se deve usar, como na Argentina, a divisão de “pastos duros ou naturais e pastos moles ou artificiais” – os primeiros destinados aos animais cruzados com fins frigoríficos e os segundo, pastos moles,

²³⁹ Sobre o primeiro movimento de expansão ganadeira ver DONGHI, Tulio Halperin. “La expansion ganadera en la camapaña de Buenos Aires (1810-1852). *Op.cit.*, Sobre o refinamento racial do gado e as novas tecnologias na produção pecuária ver SESTO, Carmen. *História del Capitalismo Agrario Pampeano*.

²⁴⁰ Fala de Eduardo Cothing registrada em ata da Assembléia Geral de 20/05/1920. Texto publicado dos nos *Anais da Sociedade Rural Brasileira*, ano 1, n.2 (maio-1920). BN-RJ, seção de periódicos, 6,146,01,02.

“servirão para a criação do gado estrangeiro cruzado com o nacional [puros por cruza], podendo-se em certa condição chegar imediatamente ao puro sangue, desde que haja importação de vacas da mesma raça que a dos reprodutores, sendo neste caso uma verdadeira transplantação do habitat do gado importado”.²⁴¹

Esse grupo visava, portanto, especializar-se na produção de reprodutores, touros e matrizes para suprir a demanda nacional e exportar. Para tanto, investiam em “seleção” genética, um procedimento zootécnico que vinha sendo realizado pelo governo através da Diretoria de Industria Animal, e desejavam também investir no “cruzamento” outro procedimento zootécnico que “necessita de uma importação constante de reprodutores da Europa, como fizeram os argentinos”.

Na avaliação de Sonia Mendonça do patronato rural brasileiro, a Sociedade Rural Brasileira compete com a Sociedade Nacional da Agricultura em termos de atuação institucional, na divulgação dos projetos de modernização e na disputa pelas fatias de financiamento do Estado para o desenvolvimento da pecuária. No entanto,

"enquanto a entidade fluminense defendia uma 'modernização com reservas', destinada a grandes proprietários - pecuaristas e usineiros - menos capitalizados, a SRB propugnava a plena tecnicização/industrialização da atividade. Enquanto a SNA preocupava-se com a produção agrícola voltada para o mercado doméstico, a agremiação paulista defendia, diante do vulto dos capitais aplicados nessa modernização, a produção para a exportação, na qual não havia espaço para os pequenos."²⁴²

Não obstante essas constatações de Sônia Mendonça refiram-se a um período mais atual, muito da sua análise pode ser aplicada aos anos iniciais de formação dessas

²⁴¹ R. Weimer. "O problema da criação no Brasil". *Anais da Sociedade Rural Brasileira*, ano 1, n.1 (abril-1920). BN-RJ, seção de periódicos, 6,146,01,02.

²⁴² MENDONÇA, Sonia. *O Patronato Rural no Brasil Recente. (1964-1993)*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2010, p. 136.

duas entidades, e particularmente na década de 1910. É sob essa lógica essencial de ação que se deve entender a atuação dos pecuaristas de São Paulo.

Mas eram ainda mais ambiciosos os intentos destes pecuaristas. Além de fornecedores de touros e matrizes, desejavam também imporem-se como os articuladores nacionais do comércio de carne e de reprodutores. O autor do artigo segue afirmando que esse Estado deverá representar dois papéis importantes na pecuária nacional:

“A) o da criação de reprodutores de raça europeia pura por transplantação ou pura por cruza, para fornecer reprodutores para todo o Brasil, podendo esta mesma industria ser realizada como de fato o é, nas fazendas de café, onde existem já pastagens artificiais e instalações apropriadas para a criação em menor escala. B) Fazer surgir pastagens artificiais nas terras de segunda categoria, cobertas por matas, para nelas proceder à engorda das boiadas partidas de Mato Grosso em direção aos frigoríficos, pois no Estado, 15% da sua área acham-se aproveitadas com a lavoura do café e pequenas outras culturas, e sendo esta imensa região servida e recortada por estradas de ferro e dotada de todos os recursos de uma zona civilizada, está ela apropriada a uma indústria promissora, como a da valorização dos rebanhos, além de estar à meia distancia dos frigoríficos e do Far West brasileiro”²⁴³

Em outros dois artigos vê-se que a SRB nasce com o claro intuito de desenvolver essas atividade e torná-la industrial, especialmente na aliança com os frigoríficos. Além dos problemas de transporte, afirma que o Brasil tem que reverter a propaganda negativa da carne brasileira, sobretudo feita pela própria Inglaterra que critica ferozmente a qualidade “azebuada” da carne brasileira, quer dizer, a matriz zebuína, o gado indiano, que já se disseminava pelas fazendas de gado. O autor de um dos artigos, Fortunato Pimentel, acredita nesse discurso, tanto sim que afirma:

²⁴³ Idem.

“a inferioridade das nossas carnes, constitui na tormenta comercial contra nós pregada pelos nossos próprios compradores; em parte tem eles razão. Para neutralizar tais efeitos não é somente necessário importar o gado inglês de raça como ‘shorthorns’, ‘herefords’, ‘devons’ ‘polled angus’, etc. Precisamos aduzir muito mais, que consiste o melhoramento intensivo de nossos campos. Foi por esse melhoramento que os argentinos fizeram em 20 anos aquilo que os ingleses levaram cem”.²⁴⁴

Na segunda década do século XX, a disputa pelo mercado de reprodutores se acentua ainda mais, revelando um dos efeitos da industrialização da pecuária que estava longe de reforçar os papéis tradicionalmente impostos pela DIT, no qual países como a Argentina e Brasil deviam exportar carne e importar tecnologia de um país, como a Inglaterra. Além desse grupo paulista, cujo projeto de industrialização pecuária incluía abocanhar o mercado de reprodutores e instabilizar essa lógica – ainda que baseado na matriz genética européia e na experiência argentina –, houve também a outra “vanguarda ganadeira”, que do extremo oeste de Minas seguiu para a Índia em busca de touros e matrizes zebuínas e teve papel central nos rumos da pecuária nacional, que atualmente conta com 85% de bovinos de sangue zebu.

É importante observar que o afã comparativo com a Argentina vinha, não apenas da proeminente pecuária desenvolvida naquele país, mas principalmente de uma concepção de ciência *prática*, empírica, em oposição à ciência *teórica*, que se tornava corrente entre os criadores e zootecnistas de São Paulo e onde irão se assentar as diretrizes das principais escolas de nível superior agrícolas, a exemplo da ESALQ. No segundo número da revista, de maio de 1920, em uma sessão denominada “Notícia para os annaes” o autor afirma que:

²⁴⁴ Idem.

“O que mais interessa a todos são as notícias. O homem do campo, o homem de negócios, não aprecia a leitura de longos artigos cheios de citações. (...) Esperamos, pois, nos enviem notícias de tudo o que houver de interessante no assunto, tais como: descrições de melhoramentos e obras em fazendas, compras de gado, importação e exportação de gado e produtos agrícolas, colheitas, resultados obtidos na exploração agrícola, etc, etc. (...) Interessa-nos mais a notícia acompanhada de fotografia, que tal criador possui um belo lote de novilhas, que comprou tal fazenda, que iniciou a criação de porcos, colheu tanto de algodão, de café, de fumo.”²⁴⁵

Trechos como esse denotam uma mudança no tipo de modernização rural adotada em São Paulo. As revistas da Diretoria de Indústria Animal, importante difusora de novas diretrizes da pecuária na década de 1910, publicavam as teses de seus sócios e pouco espaço dedicavam para as experiências concretas nas fazendas, o que muda sensivelmente nesse período. Denota também que esse mundo íntimo das fazendas tinha que ser revelado agora, não era mundo privado, era preciso criar e fazer conhecer esse *metier* pecuarista

Este círculo pecuarista de São Paulo parece ter orbitado muito mais em torno da Secretaria de Agricultura, estadual, do que em torno do Ministério de Agricultura, federal, exatamente pela força de institutos como a Diretoria de Indústria Animal. Para esses criadores, a Argentina era o alvo especial de comparação com o Brasil. No início do século XX, particularmente na segunda década, este país povoa o discurso sobre a Indústria pastoril brasileira justificando investimentos públicos nesta atividade, tanto por comparação geográfica, de clima e condições naturalmente favoráveis à criação ganadeira, quanto pelo risco de uma concorrência avassaladora que sufocaria a tímida e recalcitrante indústria brasileira que já sentia os bons frutos que dela poderiam advir. Do

²⁴⁵ “Notícia para os annaes”. *Anais da Sociedade Rural Brasileira*, ano 1, n.2 (maio-1920). BN-RJ, seção de periódicos, 6,146,01,02.

Brasil eram enviados pecuaristas, agrônomos e zootecnistas em caráter de missão de pesquisas para o vizinho platino.

Um desses enviados foi Eduardo Cotrim, agrônomo brasileiro que visitou a Argentina em 1912 e fez um estudo comparativo com a realidade ganadeira brasileira. Já de início, ele assume um ar otimista, dizendo “não conheço exemplo mais digno de imitar-se e nem incentivo mais poderoso para o movimento que se inicia no nosso país”.²⁴⁶ Contrastando os censos agropecuários de 1895 e de 1909, ele observa o enorme crescimento econômico que teve esse país e o credita a exuberância dos pastos e ao melhoramento do gado “que determinou o quase desaparecimento do gado crioulo, substituído pelos de alta mestiçagem e pelos puros...”. Explica também esse crescimento pela intensificação da exploração da terra, e compara com o Brasil no sentido de chamar a atenção dos dirigentes para a “necessidade de dar o devido aproveitamento às terras abandonadas que possuímos, sobretudo nas zonas dos extintos cafezais e nela introduzir a melhor e mais adequada raça de carneiros, cercando-os dos cuidados precisos e acompanhando a evolução das moléstias que aqui necessariamente tem de aparecer.”

A contribuição do estudo de Cotrim repousa, sobretudo, na definição de criação racional, identificada com refinamento genético, a partir do cruzamento com reprodutores europeus, um modelo que Cotrim vê em perfeito desenvolvimento na Argentina. Fica claro ao ler esse texto que para concretizar esse paradigma de criação racional, também chamada industrial, era necessário a institucionalização dos interesses agropecuários, através do fortalecimento das associações rurais e o amparo seguro do governo que é chamado como responsável pelo financiamento das importações, aclimação do gado em

²⁴⁶ COTRIM, Eduardo. “Problemas da Industria Pecuária na República Argentina e estudo comparativo com o Brasil”. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1912. BN-RJ, III 18,4, 24. Doravante as citações serão do mesmo texto.

fazendas experimentais, realização de feiras e exposições de animais, suporte do saber agrônomo e alto controle sanitário. Para este agrônomo, autor de obras de ampla circulação entre os fazendeiros de gado do sudeste, como *A Fazenda Moderna*, aos criadores “modernos” restava, portanto, adotar os animais “puro sangue” europeus, de preferência as raças inglesas, e cercar suas propriedades para evitar o cruzamento aleatório, já que “os animais deixados em liberdade, passavam de uma propriedade à outra, cruzavam-se e multiplicavam a gosto”.

O pensamento econômico de Eduardo Cotrim é referendado pela monografia de Heriberto Gibson, *La evolucion ganadera*, publicada conjuntamente com o censo agropecuário de 1908. Cotrim dedica uma parte do seu relatório a reconstituir a história da indústria pecuária na Argentina. Para tanto, se baseia nesta obra de Gibson para escrever uma narrativa progressiva e evolutiva, apresentando o período anterior à emancipação como uma fase de pecuária sub-aproveitada, na qual só o couro era usado comercialmente. A primeira tentativa de “aproveitamento completo da rez” data de 1796 com a chegada dos irlandeses “recrutados à Companhia Baleeira” que implantaram um “sistema aperfeiçoado de salgar e conservar a carne e para derreter e refinar o sebo”. Um dos principais marcos se coloca na revolução de maio e na Independência, onde se dá a “abertura do portos e liberdade de comércio de exportação”, quando há expansão ganadeira para o sul, introduz-se ovelhas e exporta-se lã. O outro grande marco teria sido a assunção do jovem estancieiro D. Juan Manuel Rosas, após o que se introduz as cercas de arame e as estradas de ferro que irão auxiliar o desenvolvimento da pecuária. Mas o período em que define como de *boom* pecuário é a partir de 1895 e a explicação para este período reside especialmente no refinamento vacum:

“A iniciativa dos criadores que primeiro importaram reprodutores para o melhoramento de seus rebanhos teve de se chocar com o elemento conservador, sempre presente para trazer o contrapeso de sua oposição. Os criadores viram com receio o cruzamento do gado importado com o gado crioulo conhecido e aclimatado, da mesma forma que nós vamos encontrando a controvérsia estabelecida pelos conservadores, que acham que o nosso gado deve ser melhorado pela seleção e que o cruzamento é um erro, ou pelos retrógrados, que entendem que melhorar o gado nacional é cruzá-lo com o zebu , porque esse é mais selvagem e por isso mais resistente.”.

Nesse trecho, percebe-se exatamente o motivo comparativo com a Argentina: identificar no gado europeu o mote de modernização e criticar as posturas conservadoras e retrógradas dos fazendeiros que podem resistem a esse processo, ou seja, os entusiastas do gado indiano, zebu. A Argentina de Cotrim é revelada como um lugar que aposta no melhoramento do gado, porém, ou talvez por isso mesmo, “não se pensou jamais em recomendar ali o zebu (...) ao contrário a constância nos processos racionais de melhorar o gado, a confiança no êxito final e a coragem de arrostar os prejuízos inerentes à introdução dos reprodutores finos vai vencendo as dificuldades...”

O engenheiro agrônomo Eduardo Cotrim tinha ampla afinidade com o Ministério da Agricultura, tanto sim que estas “memórias” foram apresentada ao dr. Pedro de Toledo, então ministro da agricultura, indústria e comércio e suas obras foram de circulação obrigatória nas escolas agrícolas. Interessante é que Cotrim ao explicar o desenvolvimento econômico argentino, ligado a alta produtividade ganadeira, percorre pelos argumentos de incremento tecnológico, da exploração das vantagens naturais e do uso extensivo da terra, explicações que serão separadas pela historiografia posterior, como se viu na análise de Carmen Sesto.

Eduardo Cotrim interpreta a demanda econômica internacional da maneira como a historiografia posterior vai consagrar: o famoso decreto inglês de 1900 que fecha aos portos ingleses para importação de gado em pé da Argentina em razão de uma epidemia de aftosa foi um grande estímulo para a indústria dos frigoríficos. Com uma dose de ingenuidade contemporânea Cotrim não parece enxergar os interesses ingleses no comércio de reprodutores, de certo porque concordava e talvez até se locupletasse com esses interesses britânicos. Diferente, por exemplo, de Fernando Ruffier: paulista, sócio da SRB, que embora em alguns artigos, como no supracitado "Guerra ao zebu: um pouco de água fria", estivesse solidário aos interesses ingleses, era também entusiasta do gado zebu. Tanto sim que já nesse período investia na exportação de touros e matrizes zebus do Brasil para os Estados Unidos, em articulações escusas com os criadores do oeste de Minas. Ruffier percebe claramente essa ingerência e denuncia os interesses ingleses em vários artigos seus.²⁴⁷ Isso demonstra que as informações circulavam, mas eram selecionadas e veiculadas de acordo com os interesses particulares.

A indústria pecuária, como de resto qualquer indústria, não pode ser explicada apenas pelas oscilações de demanda no mercado externo, porque as variáveis internas (econômicas e sociais) pesam muito sobre a economia subsidiária, secundária. Tais economias, no mundo pós-colonial americano, não se iniciam pela necessidade imediata

²⁴⁷ Ver, entre outros: "Dos meios de melhorar as raças nacionais" Tese n. 12 apresentada na Conferência Nacional de pecuária, Rio de Janeiro, 1912. IHGB - 206,7,2, n. 40; "Guerra ao zebu. Um pouco de água fria", Paraná: Imprensa Nacional, 1919. BN-RJ, II-419,6,24.

de exportação, mas é atravessada por ela. A análise de Carmem Sesto sobre a Argentina proporciona um olhar mais atento às estruturas internas e a recepção da tecnologia como explicação fundamental para delinear o tipo de mudança que estava acontecendo. Isso reforça a ideia de que não era uníssona a voz do progresso, tampouco da modernização, do melhoramento zootécnico e nem todo progresso estava atrelado à economia ou à indústria. Havia necessidades de poder e distinção pessoal que atravessavam essas lógicas. A análise dos pecuaristas brasileiros mostra que a apostam em matrizes genéticas diferentes, europeia e asiática, revelava diferentes crenças na modernização, diferentes vias de empoderamento econômico e que a industrialização de qualquer setor não é progressiva, mas um campo de disputa de interesses. Isso enseja a reflexão sobre a expansão capitalista e sua suposta vinculação a uma modernidade uníssona. Pensar em circularidade e diversidade de matrizes científicas ajuda a considerar as estruturas pré-existentes de cada sociedade e o processo de recepção como necessariamente de reelaboração.

Apenas focalizando o centro-oeste brasileiro notam-se ao menos duas vias de modernização na pecuária que geraram duas estratégias de fortalecimento político. Tendo a Argentina como modelo, alguns grupos da elite rural brasileira pautaram seu projeto de modernização pecuária no refinamento genético de matriz europeia e em uma forte aliança com o Estado brasileiro. Outros grupos, como aqueles do Triângulo Mineiro, os quais foram abordados aqui mais como contraponto, investiram recursos e discursos no gado de matriz indiana, o zebu, e foram em missão particular e sem apoio do Estado ao continente asiático adquiri-lo.

O lugar ocupado pela indústria pastoril na economia argentina e brasileira gerou tradições de estudos totalmente diferentes. No caso platino, a indústria da carne esteve no centro das preocupações e, por conseguinte, toda historiografia centrada na questão do desenvolvimento econômico, seja ela desenvolvimentista, dependentista, marxista etc, também se dedicou a ela. No Brasil, a pecuária não teve tal destaque econômico e talvez por isso recebeu pouca atenção da historiografia. Mas o Brasil vivenciou um processo muito semelhante de modernização na pecuária, a partir do refinamento genético. Por isso, a comparação pode ajudar a aprofundar a tese de Carmen Sesto sobre a necessidade de entender o incremento tecnológico, no caso o refinamento bovino, não apenas como mudança na estrutura produtiva, mas também como reveladora de um tipo de vanguarda rural que a veiculou.

Uma grande diferença que se impõe na comparação entre a Argentina e o Brasil é que para a Argentina a pecuária significava o centro da economia, enquanto que para o Brasil era uma promessa política e economicamente ofuscada pelo café. O fato de que os dois países percorreram percurso semelhante embora com *delay* cronológico, dá sentido a observação dos historiadores Boris Fausto e Fernando Devoto de que as referências na Argentina sobre a pecuária brasileira tem uma conotação “saudosista”. Ao destrinçar a visão que esses países tinham de sua própria história no início do século XX, eles observam que enquanto a Argentina tende a lamentar o seu passado econômico glorioso, tentando entender onde erraram, o Brasil segue esperançoso no futuro, já que o passado vai-se condensando como a raiz de seus infortúnios: escravista, monocultor, pouco empreendedor, uma nação guiada por sua metrópole. Coincidência ou não, na segunda década do século XX esses países começam a referir-se mutuamente: Argentina olha para

o Brasil temeroso de nosso potencial econômico na indústria da carne, seu principal motor econômico, e o Brasil, que ia além dos cafezais paulistas, tentando achar um novo eixo econômico, olha para a Argentina como exemplo de uma experiência ganadeira bem sucedida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Quem se envolve em negócios de matadouro, em negócios de carnes verdes, sai, senão arranhado, ao menos salpicado pelo sangue do boi”

Há alguns anos atrás, quando apresentava uma comunicação em uma ANPUH - uma dessas atividades tão típicas ao atual ofício de historiador - falava do folclore de bois e vaqueiros encantados, que povoavam o imaginário sertanejo nordestino e informavam suas estratégias de vida, seus valores de honra e prestígio profissional. Foi quando uma historiadora de peso, levantou-se e perguntou irônica: "Isso acontecia lá no Nordeste? Porque aqui pra baixo, no Sul, boi só no churrasco!" Seguiu-se a risada contida dos intelectuais.

Essa frase ficou ecoando na minha mente. À despeito do desconforto que me causou aquele completo desconhecimento e desinteresse pela cultura na acepção da história social, ou seja, os hábitos cotidianos, a poesia e a prosa de todo dia na porta de casa, os sonhos, os imaginários, que refletem e nutrem as experiências concretas de dominação e resistência e pautam as relações de trabalho entre vaqueiros e fazendeiros histórias verossímeis contadas ao fazendeiro para explicar a fuga ou um furto de um boi brabo..... para além do incômodo com esse descaso, havia uma frase ótima, que,

honestamente, queria usar em algum lugar. Ela parecia informar um significado bastante pragmático, economicamente falando, em relação àqueles animais. Pragmatismo que eu, criada em solos pobres nordestinos não vislumbrava. Lá no nordeste, boi e vaca têm nome e sentimento, têm gênio, índole, e uma maneira específica da gente lidar; cada animal é de um jeito e vaqueiro bom é aquele que entende e reconhece as diferenças de cada animal; vaqueiro encantado é aquele que as domina.

E eis que os descaminhos da pesquisa me levaram para um lugar onde boi é carne, é economia, é ciência. Boi de qualidade se sente pelo corte da carne, pelas gorduras interfibrilares, pelo elogio no churrasco. Me levaram a um tempo onde boiada bonita é boiada homogênea, monocromática. Criador bom é aquele que quase não reconhece um boi de outro porque conseguiu, no esforço de uma zootecnia afiada, igualar geneticamente seu rebanho.

Ao longo desta tese tentamos compreender como se deu o processo de industrialização da pecuária e dentro disso como operavam os discursos sobre modernização rural que estavam sendo veiculados nas estratégias de raceamento do gado bovino, sobretudo a partir da importação de gado zebu para o Brasil encampada por criadores fluminenses e mineiros do Triângulo e da polêmica criada pelos paulistas que selecionavam gado nacional ou importavam gado "fino" da Europa. Esse caminho começou a ser trilhado nas regiões norte fluminenses, em terras de antigos cafezais e no Triângulo Mineiro por comerciantes. No Nordeste ouviu-se apenas rumores dessa nova zootecnia, e daria lugar a uma pesquisa à parte.

Ao percorrer esse caminho lidamos com a insuficiência do termo modernização - aumento de produtividade? industrialização? mudanças na paisagem rural? adoção de

determinados critérios ditos científicos? ou mera retórica circunstanciada pelos interesses políticos e/ou econômicos? A desnaturalização e problematização deste conceito demandou desprendê-lo do período que lhe foi consagrado (final do século XIX e início do XX) para discernir o que havia de mudança efetiva no sistema de criação de gado no Brasil e o que havia de mera aparência do "novo" que seduz e inflama os discursos da Primeira República.

Tentamos demonstrar ao longo da tese no que efetivamente consistiu esse corte que se dá no tipo de criação de gado realizada no Brasil. Deixar a fase de pastoreio e assumir a fase do "horrrível" substantivo pecuária (como disse Assis Brasil para definir a nova fase industrial da criação de gado), significou sobretudo tornar mais complexos e entranhados os mercados de carne (ampliação dos matadouros, instalação e monopolização dos frigoríficos, construção de ferrovias) e o mercado de reprodutores, touros e matrizes. Essa ruptura não foi mero reflexo de uma "modernização" das fazendas e da tecnicização dos saberes, como se as palavras "modernização" e "tecnologia" resolvessem e definissem algo. É bem verdade que a paisagem rural começa a mudar, com seus rebanhos monocromáticos, forrageiras plantadas e cercamentos, bem como as expectativas técnicas e estéticas sobre uma fazenda de criar.

Para identificar as rupturas foi preciso aprofundar nos aspectos concretos dessa modernização entre o período de 1898 e 1928 - que compreendeu as importações maciças de zebus indianos, e a polêmica daí advinda, a criação das associações de controle e registro genealógico dos animais importados e selecionados, a instalação dos frigoríficos que controlavam o mercado interno e externo de carnes, e, claro, a propaganda em torno

do consumo de carne, que necessitava ser popularizado e cotidianizado para justificar tamanho investimento.

Mas houve também continuidades nesse processo: uma forte linha de continuidade une os discursos ilustrados e fisiocráticos do final do XVIII e início do XIX àqueles discursos cientificistas do início do século XX. Ao retornar o olhar para este período não tentamos buscar uma origem para a modernização rural no Brasil. Analisamos um outro tempo onde houve uma profusão de discursos em prol do "melhoramento das economias rústicas" que tanto quanto a divulgação da "Fazenda Moderna" no início do século XX desautorizavam os conhecimentos tradicionais, considerando-os arcaicos, em prol de um saber agro-técnico racional ensinado nas escolas e divulgado em congressos e impressos.

Esse processo, além de desabonar os conhecimentos dos trabalhadores rurais - nas fazendas de criar ditas "modernas" era preciso técnicos agrícolas e não vaqueiros, como se dizia na época -, também revelava uma fragilidade política, ou pelo menos um reposicionamento das elites rurais que utilizavam outras estratégias de dominação e distinção social: pelo saber. Um saber que também demandava maior presença e ingerência sobre seus negócios rurais. Nesse sentido a consolidação dos campos da agronomia, zootecnia e veterinária, bem como o aparelhamento das instâncias burocráticas que cuidavam das questões agrícolas e pastoris do Estado Republicano, foram os diferenciais da pecuária exercida no século XX nos sertões do Brasil central. Nesse sentido é que argumentamos ao longo da tese de que os discursos ditos científicos e neutros eram acionados, na realidade, convenientemente, pelos grupos e indivíduos em

sua disputa pelo apoio e financiamento do Estado. Nesse contexto é que as importações e seleções genéticas de gado bovino ocorreram.

No traçado dessas linhas e no decorrer da pesquisa documental constatamos que o vetor de mudança da atividade criatória no Brasil - do pastoreio para a pecuária - foi a industrialização da produção e a internacionalização do mercado de carne e de reprodutores. Pela maior abundância de fontes primárias, tomamos como eixo a importação de zebus, por isso a empolgação das viagens para a Índia, os negócios escusos, os pedidos de subsidio para o governo brasileiro, o segredo sobre os contatos de fretes, de fazendas, de negociantes e guias que pudessem facilitar a compra e venda de animais naquele país longínquo e em anos difíceis de guerra na Europa foram a tônica dessa história. Em seguida analisamos a proteção em torno dos produtos genéticos (os herd books), a criação de associações de pecuaristas, a organização de exposições de animais e de conferências sobre pecuária, a disputa com os fazendeiros paulistas que selecionavam o caracu e com os fazendeiros que advogavam pelo cruzamento com o gado europeu como a única salvação para o raquítico rebanho nacional. Some-se a isso a catalisação desse processo de incremento tecnológico pelos ingleses que eram os principais fornecedores de touros e matrizes para os países produtores de carne e eram também os principais consumidores de carne porquanto investidores nos frigoríficos.

A atuação dos comerciantes ingleses na época desvenda a intersecção entre os mercados de carne e reprodutores cuja primazia inglesa, em ambos os setores, estava sendo ameaçada, seja pelos Estados Unidos que assumiam o lugar de potência com aumento dos investimentos em frigoríficos, seja por criadores brasileiros insistentes e insolentes que criticavam as raças europeias, sobretudo inglesas por sua inadaptabilidade

ao ecotipo nacional, e entusiasmaram o discurso por uma agropecuária tropical. Afinal pudemos concluir que a iniciativa de importar zebu indiano para cruzamento e produção de touros e matrizes no Brasil era uma forma de se apropriar do discurso de modernização, questionando na prática a tradicional correspondência entre modernização e europeização. Ela também se apresentava como uma alternativa de manutenção de uma estrutura agrária fundada na grande propriedade, na criação extensiva, na "lei do menor esforço" e do menor investimento, já que permitia muitas continuidades do *pastoreio* na *pecuária*: o gado criado à solta, prescindindo do cuidado sistemático e individualizado dos animais característico do sistema criatório intensivo.

Intentamos deslindar esse quadro de acontecimentos e pensamentos que se desenhava em meio a formação de um Estado que oscilava tenso entre investir em indústrias naturais ou artificiais, se manteria sua condição "essencialmente agrícola" ou rompia com esse ranço colonial. Não sendo possível pensar na construção de uma narrativa histórica que não reavalie também as presenças e ausências do tema na historiografia, optamos por um caminho via de regra metanarrativo. E assim nos deparamos com a polifonia natural de todo processo histórico. Polifonia que durou até meados da década de 1920, posto que as tentativas de conciliação afinavam lenta, mas gradativamente, as polêmicas. Eram os interesses de classe se sobrepondo aos interesses de mercado, compondo um coro cada vez mais uníssono em prol da "pecuária nacional".

FONTES CITADAS

FONTES PUBLICADAS

COSTA, Hipólito José. *Diário da minha viagem a Filadélfia – 1798-1799*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

LIMA, Américo Pires de. *O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira. Documentos coligidos e prefaciados por Américo Pires de Lima*. Lisboa: Agencia Geral do Ultramar. Divisão de Publicações e Biblioteca, 1953.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá 1783-1792* (2 vols.). Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1971.

O fazendeiro do Brasil Criador: Melhorado da economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir e nas fabricas, que lhe são proprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assumpto. Site do projeto Brasil Ciência – USP: <http://www.ieb.usp.br/online/telaSubCateg.asp?id=5>

FONTES IMPRESSAS E MANUSCRITAS

Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro

- Adolfo Bailly (org). *Legislação brasileira sobre pecuária e derivados, de 15 de novembro de 1889 a 30 de junho de 1936*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1937.
- Fernando Ruffier. "Guerra ao zebu. Um pouco de água fria". Castro-Paraná, 1919.
- *Anales de la Sociedad Rural Argentina - Revista Pastoril e Agricola*, 1910-1914.
- *Anais da Sociedade Rural Brasileira*, 1919-1924
- Joaquim Carlos Travassos. *Monografias Agrícolas. Vol. 1 Gado Vaccum. Ezoognozia e aptidões econômicas de cada raça*. Rio de Janeiro, 1903,

- Eduardo Cotrim. “Problemas da Industria Pecuária na República Argentina e estudo comparativo com o Brasil”. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1912.

Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

- Fernand Ruffier. “Dos meios de melhorar as raças nacionais” Tese n. 12 apresentada na Conferencia Nacional de pecuária, Rio de Janeiro, 1912.

Academia Brasileira de Letras

- Roberto Simonsen. *A Margem da Profissão. Discursos, conferências, publicações*. São Paulo, editora Limitada, 1932.
- Roberto Simonsen. *Aspectos da política econômica Nacional*. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1935.

Arquivo Publico do Estado de São Paulo

- Relatórios da Secretaria de Agricultura de São Paulo.

Biblioteca do Instituto de Zootecnia de Nova Odessa

- Revista *Lavoura e Criação*. São Paulo

Arquivo Público Mineiro

- Fundo Secretaria da Agricultura. Correspondência expedida referentes a pecuária e outros assuntos.

Biblioteca Estadual Luis de Bessa/MG

- Álvaro A. da Silveira. *Agricultura e Pecuária*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1919.

Academia de Ciências de Lisboa

- José Joaquim de Azeredo Coutinho. *Discurso sobre o estado atual das Minas do Brazil dividido em quatro capítulos*. Lisboa: Impressão Regia, 1804.

- José Joaquim Lisboa. *Descrição curiosa das principais produções, rios e animais do Brazil, principalmente da capitania de Minas Gerais*. Lisboa: Imprensa Regia, 1804.
- Francesco Toggia (1752-1825), *História e cura das moléstias mais essenciais, internas do boi e análogas as do cavalo*. Lisboa, Regia Oficina Tipográfica, 1802.

Biblioteca Nacional - Lisboa

- *Memória sobre a qualidade e sobre o emprego dos adubos, ou estrumes* de Pierre-Louis de Massac, (1728-1770)
- “Cartas oficiais e particulares, documentos diplomáticos - Offícios diplomáticos de Londres – 26”, 1740.

Arquivo Histórico e Biblioteca do Ministério de Obras Públicas, Transporte e Comunicações - Lisboa

- Domingos Vandelli. “Memória sobre a preferência que se deve a Agricultura e quais fábricas agora convêm”.
- "Recenseamento geral de gados". 1870.
- *Método de se aproveitarem todas as carnes do Gado Vacum nos países, em que só o matão, e esfolão para proveito das pelles*.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- "Plano de criação de uma sociedade patriótica de instrução do Reino nas ciências Naturais".

Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia - Lisboa

- Antônio Máximo Lopes de Carvalho. *Agricultores Ilustres de Portugal*. Lisboa, Biblioteca do Portugal Agrícola, 1892.
- Manuel Martins Cavaco. *A arte de curar bois*, 1709.
- Alexandre Dias Ramos. *Thesouro de Lavradores*, 1737.
- Ignacio Paulino de Moraes *Compêndio de Agricultura: resumido de várias memorias e cartas offerecidas à Sociedade de Bath*. 1º volume publicado pela Arco do Cego e os demais pela Imprensa Regia

- M. Pantullo, *Ensaio sobre o modo de melhorar as terras*. Lisboa: Tipografia Calcográfica, Tipoplástica, e Literária do Arco do Cego, 1801
- Jose Miranda do Valle. *Influência do Herd Book no aperfeiçoamento das raças bovinas. Conferência realizada em 23 de março de 1908 na Real Associação de Agricultura Portuguesa*. Lisboa, Tipografia Mendonça, 1908.

Arquivo Histórico Ultramarino

- "Requerimentos e Memórias do jardim Botânico - 1821-1833".
- Ofício de José Mariano a João Felipe da Fonseca, oficial-mor da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, em 1798.
- Ofício de Frei Mariano ao oficial-mor da secretaria de estado dos Negocios da marinha e do Ultramar, João Felipe da Fonseca, encaminhando 150 exemplares de *O Fazendeiro do Brazil melhorado*.
- Carta enviada por Bernardo José de Lorena a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Vila Rica, 5 de julho de 1798.

Arquivo do Museu Nacional de História Natural - Lisboa

- *Viagens filosóficas ou dissertações sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar e a Breve instrução sobre o método de recolher e transportar algumas produções , que se achão no sertão e costas do mar*.

Biblioteca Real da Ajuda - Lisboa

- *Breves instruções aos correspondentes da Academia de Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes a História da Natureza, para formar um museu nacional*.

Biblioteca da Zoological Society of London.

- Imagem de Augustus Lules Bouvier (1800-67), datada de 1835.
- “List of the animals wich have been bred in the Gardens of the Society”. Reports Zoological Society of London.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Márcia Gabriela D. e REIS, João José. “Carne sem osso, farinha sem caroço”.
Revista de História, nº 135, 3ª série, 2º semestre de 1996, pp.133-159
- AMARAL, Luis. *História geral da agricultura brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Brasiliense/Biblioteca Pedagógica Brasileira, vol. 160, 1939.
- ARAUJO, Nilton de Almeida. “A escola Agrícola de São Bento das Lages e a institucionalização da Agronomia no Brasil (1877-1930)”. Feira de Santana-Salvador/BA: UFBA/UEFS, Dissertação de Mestrado, 2006.
- BERTRAN, Paulo. *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Goiania: Ed. Da Universidade Católica de Goiás; Brasília: Codeplan, 1988.
- BERTRAN, Paulo. *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste*. Goiania: Ed. Da Universidade Católica de Goiás; Brasília: Codeplan, 1988.
- BLOCH, Marc. “Comparaison”. In: Etienne Bloch (org) *Histoire et Historiens*. Paris: Armand Colin, 1995
- BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. “Do extrativismo a pecuária algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)”. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Economia, 1991.
- BOSERUP, Ester. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo:Hucitec e Polis, 1987.
- CAMPOS, Fernanda Maria Guedes (org). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) - Bicentenário “sem livros não há instrução”*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda; Biblioteca Nacional de Lisboa, 1999.
- CARDOSO, José Luis. *O Pensamento Económico em Portugal nos finais do século XVIII. 1780- 1808* Lisboa, Editorial Estampa,1989.

- CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas*
- CONNOR, Maura O'. "Cross-national travelers: rethinking comparisons and representations". In: Maura O'Connor; Debnora Cohen (orgs.). *Comparison and history. Europe in cross-national perspective*. New York; London: Rotledge, 2004
- CORSETTI, Berenice. "Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX." Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 1983.
- CRIBELLI, Teresa. *Aperfeiçoar or criar: dilemmas of brazilian modernization, 1850-1889*. (Tese de doutorado). Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University, 2009.
- CROSBY, Alfred. *Imperialismo Ecológico. A expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993
- CURTO, Diogo Ramada. "D. Rodrigo e a Casa Literária Arco do Cego". In: *Cultura Escrita. Séculos XV ao XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.
- DARNTON, Robert. "Os filósofos podam a árvore do conhecimento: a Estratégia epistemológica da *Encyclopédie*". In *O Grande Massacre de Gatos, e outros episódios da História Cultural Francesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1984, pp. 247-277.
- DOMINGUES, Ângela. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em fins do Século XVIII: política, ciência e aventura*, cap. II, Lisboa, Analecta Transmarina, 1991.
- DOMINGUES, Octavio. *A Pecuária Cearense e seu Melhoramento*. Rio de Janeiro, 1941.
- DOMINGUES, Octavio. *O Gado nos Tropicós*. Serie Monografias n.4, Instituto de Zootecnia, Rio de Janeiro, 1961.
- DONGHI, Tulio Halperin. "La expansion ganadera en la Campaña de Buenos Aires (1810-1852). In: DI TELLA, Torcuato S. e DONGHI, Halperin (orgs.). *Los Fragmentos del Poder. De la oligarquia a la poliarquia argentina*. Buenos Aires: editorial Jorge Alvarez S.A., 1969.
- DUMONT, Louis. *Homo Aequalis. Genese e plenitude da ideologia econômica*. Bauru, EDUSC, 2000.
- EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- FARINATTI, Luís A. E. “Nos Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira sul do Brasil (1825-1865).” Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado, 2007.
- FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30. Historiografia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997
- FRAGOSO, J. BICALHO, M.F E GOUVEA, M. F. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos xvi – xviii)* . RIO DE JANEIRO, CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2001.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro. “A Roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX. O caso do Sistema Agrário – Escravista – Exportador em Paraíba do Sul”. *Revista Brasileira de História* (ANPUH), vol. 6, n.12, (março-agosto, 1986), pp.125-126.
- FREITAS, Décio. “O Capitalismo Pastoril”. In: *O Capitalismo Pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980,
- GARAVAGLIA, Juan C., Jorge GELMAN y Raúl FRADKIN (coords). 1997. “Continuidades y rupturas en la primera mitad del siglo XIX en el Río de la Plata (mundo rural, Estado, Cultura)”. En: *Anuario IEHS*. Número 12. Tandil.
- GARAVAGLIA, Juan C., *Pastores y Labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830)*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999
- GELMAN, Jorge y Daniel Santilli. 2006. *Historia del Capitalismo agrario pampeano, Tomo 3. De Rivadavia a Rosas. Desigualdad y crecimiento económico*. Buenos Aires: Universidad de Belgrano-Siglo XXI, 2006.
- GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros. Una región del Río de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998
- GELMAN, Jorge. *Rosas, estanciero. Gobierno y expansión ganadera*. Buenos Aires: Claves para todos, 2005.
- GIBERTI, Horacio. *Historia Económica de la Ganadería Argentina*

- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GUTIERREZ, Talía Violeta. Educación, agro y sociedad. Políticas educativas agrarias en la región pampeana. 1897- 1955. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2007.
- HAUPT, Heinz-Gerhard. “O lento surgimento de uma história comparada”. In: Jean Boutier e Dominique Julia (orgs). *Passados Recompostos. Campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998
- HOBBSAWN, Eric J. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LENHARO, Alcir. *Tropas da Moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes -departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993.
- LINHARES, Maria Yedda L. “A pecuária e a produção de alimentos na colônia”. In: SZMRECSANYI, Tamás (org). *História econômica do período colonial*. São Paulo: HUCTEC; FAPESB; ABPHE, 1996, p. 109-121.
- LINHARES, Maria Yedda L. *História do abastecimento. Uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979.
- LINHARES, Maria Yedda L. SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História política do abastecimento. 1918-1974*, Brasília, BINAGRI, 1979.
- LINHARES, Maria Yedda L.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da Agricultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LOPES, Maria Antonieta Borges e REZENDE, Eliane Mendonça Marques de. *ABCZ: História e Histórias*. São Paulo, Ed. Comdesenho, 2001
- MARCHIANI, W.D. El Zebu como ganado de carne de leche. Venezuela: Ministério de Agricultura e cria. s/d.
- MATTOSO, José. (dir). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, v. 4. (SUBTIL, José. O processo político (1621-1807)
- MELO, Lucio Esmeraldo Horácio de. “De alveitares a veterinários: notas históricas sobre a medicina animal e a Escola Superior de Medicina Veterinária São Bento de

- Olinda, Pernambuco (1912-1926)”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, n.1, jan.-mar. 2010, p.107-123
- MENDONÇA, Sônia. *O Ruralismo Brasileiro. (1888-1931)*. São Paulo:Hucitec, 1998
- MENDONÇA, Sônia. *O Patronato Rural no Brasil Recente. (1964-1993)*.Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2010.
- MENDONÇA, Sonia; GIRBAL-BLACHA, Noemí M. (coord.) . *Cuestiones agrarias en Argentina y Brasil* . Buenos Aires: Prometeo, 2007.
- MOTTA, Márcia . *O Direito à Terra no Brasil. A gestação do conflito (1795/1824)*. São Paulo: Alameda, 2009
- MOTTA, Márcia. "O Rural na história do Brasil: dos anos 80 aos trabalhos mais recentes". *Revista Portuguesa de História*, t.40, 2011
- MOTTA, Márcia “Caindo por terra (historiografia e questão agrária no Brasil do século XIX”. In: *Agro, tierra y politica. Debates sobre la história rural de Argentina y Brasil*, 1998
- NABUT, Jorge Alberto. *A conquista das Índias - João Martins Borges. Crônicas que me contaram, crônicas que escrevi*. Uberaba, 1975
- NUNES, Lauro. *O gado Gir e outras raças indianas*. Rio de Janeiro: Ed. O Campo, 1945.
- NUNES, Maria de Fátima. “Leitura e Agricultura. A Imprensa Periódica Científica em Portugal (1772-1852)”. Tese de doutorado, Universidade de Evora, 1994
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- OSÓRIO, Helen. “Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822.” Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 1999
- PADUA, José Augusto. *Um sopro de destruição. Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)*. 2a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004
- PALACIN, Luis. *Goiás 1722-1822*. Goiania: Ed. UFG, 1976.

- PEREIRA, Mirian Halperin. *Livre-cambio e desenvolvimento econômico. Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa, 1983 (1ª Ed. Lisboa: Cosmos, 1971).
- PETRONE, Tereza Scherer. "As áreas de criação de gado". In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. 7A ed. São Paulo: Bertrand Brasil, t. 1. v.2, 1993, p. 218-227.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação. As origens de nossa época*. 2ª ed., 14ª reimp., Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- PRADO JUNIOR, Caio. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.
- PURDY, Sean. "A história comparada e o desafio da transnacionalidade". *Anais do VII Encontro internacional da ANPHLAC*, Campinas, 2007
- RADICH, Maria Carlos. *Agronomia no Portugal Oitocentista. Uma discreta Desordem*. Oeiras: Celta Editora, 1996
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas. Monarcas, Vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *As Florestas anãs do sertão. O Cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. "The Ox from the four corners of the world: the historic origins of the Brazilian Beef Industry". *Agrarian South: Journal of Political Economy*. Vol. 1, n.3 (dez.2012). Disponível em <http://ags.sagepub.com/content/1/3/315.full.pdf+html>
- ROUDART, Laurence, MAZOTER, Marcel. *História das Agriculturas no mundo. Do Neolítico à crise contemporânea*. São Paulo, UNESP; Brasília, NEAD, 2010.
- SANTIAGO, Alberto Alves. *A Epopéia do Zebu. A seleção das raças Gir, Guzará, Nelore, Indubrasil, e Sindi*. São Paulo: Departamento de Produção Animal, 1959
- SANTIAGO, Alberto Alves. *O Nelore: Origem, Formação e Evolução do Rebanho*. São Paulo: Departamento de Produção Animal, 1958.
- SANTIAGO, Alberto Alves. *Pecuária de Corte no Brasil Central*. Água Branca-SP, Secretaria da Agricultura, Instituto de Zootecnia, 1970.

- SANTIAGO, Alberto Alves. *O Zebu. Na Índia, no Brasil e no mundo*. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1985.
- SANTOS, Reinaldo dos. *O gado sagrado na Índia*. Uberaba: Agropecuária Tropical, 1990.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. 4ª. Reimp. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- SECRETO, Maria Veronica. "Fronteiras em Movimento: o oeste paulista e o sudeste bonaerense na segunda metade do século XIX. História Comparada". Tese de doutorado, Campinas: UNICAMP, 2001.
- SERRAO, Joaquim Verissimo. História de Portugal. Volume VI – O Despotismo Iluminado (1750-1807), 3ª Edição, Lisboa, Editorial Verbo, S/D.,
- SERRÃO, José Vicente. "Pombalismo e a Agricultura". Tese de doutorado. Lisboa, História-ISCTE, 1987
- SESTO, Carmen. "Tecnología pecuária y periodización: el refinamiento del vacuno en la Provincia de Buenos Aires entre 1856 y 1900: un intento de re-periodizar, incorporando como factor central de analisis el empleo de una tecnología de alta productividad", *Redes. Revista de Estudios Sociales de la Ciencia*, Nº 16, Volumen 7, 2000.
- SESTO, Carmen. "La vanguardia ganadera bonaerense, 1856-1990." Tomo II: "História del capitalismo agrario pampeano". Buenos Aires: UB-Siglo XXI Editores Argentina, 2005.
- SILVA, Fernando Teixeira da *et al.* (org.) *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba/SP: Editora Unimep, 2003.
- SILVA, Francisco C. Teixeira. "Pecuária, sertões e a formação do mercado interno no Brasil". *Revista Sociedade e Agricultura (CPDA/UFRJ)*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 119-156, 1997.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira: da reforma da universidade à independência do Brasil*. Lisboa, Editorial Estampa, 1999
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *O Império luso-brasileiro. 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1986.

- SIMÃO, André Luiz. “Congressos Agrícolas de 1878: um retrato do reformismo do final do século XIX”. Campinas: Unicamp-IFCH, dissertação de mestrado, 2001.
- SIMON, William Joel. *Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783-1808)*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983;
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro. A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- SZMRECSANYI, Tamás (org). *História econômica do período colonial*. São Paulo: HUCTEC; FAPESB; ABPHE, 1996
- TEIXEIRA, Edelweiss. *O Triângulo Mineiro nos oitocentos*. Uberaba: Intergraff editora, 2001
- TÔRRES, A. Di Paravicini. *Animais da Fazenda Brasileira. Orientação para a escolha e criação das raças que interessam aos criadores*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1951.
- VERNER, Michael e ZIMMERMANN, Benedicte. “Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade”. *Textos de História. Dossiê: A Justiça no Antigo Regime*. Vol. 11, n.1/2 (2003), pp. 89-127.
- WEGNER, R. “Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial” *História, Ciências, Saúde . Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1): 131-40, 2004
- WELTMAN, Wanda. *A educação do Jeca: ciência, divulgação científica e agropecuária na revista Chácaras e Quintais (1909-1948)*, (tese de doutorado), Rio de Janeiro: FIOCRUZ, data?
- WILCOX, Robert Wilton. “Cattle Ranching on the Brazilian frontier: Tradition and innovation in Mato Grosso, 1870-1940”. New York: New York University, PHD, 1992.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na história e na literatura*. São Paulo, Cia da Letras, 2011
- WOOD, Ellen. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- ZARTH, Paulo. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002

ANEXOS

1. CRONOLOGIA

- 1876 Início do registro genealógico dos criadores de zebu fluminense pela família de Júlio César Lutterbach
- 1890 Criação da Companhia Pastoril Uberabense
- 1898 Viagem de Teófilo de Godoy à Índia
- 1906-1907 Valorização da pecuária por João Pinheiro
- 1908-1913 João Martins Borges faz viagens como mascate levando zebu de Minas Gerais para o Rio Grande do Sul; também viaja para a Itália para importar 30 jumentos levando a maior parte para o Rio Grande do Sul
- 1908 Exposição Nacional – centenário da abertura dos Portos
- 1908 Exposição pecuária do Estado de Minas Gerais
- 1908 Último ano em que o zebu entra na exposição de São Paulo
- 1909 Diretoria de Industria Animal – órgão da Secretaria de Agricultura de São Paulo
- 1909 Criação da Fazenda Modelo de seleção do gado nacional – Nova Odessa
- 1909 "Criado" o 1º touro Caracu chamado "Mozart" pela fazenda Modelo de Nova Odessa
- 1909 legislação - Instruções para a importação de animais reprodutores com auxílio do governo
- 1912 Fazenda experimental de criação de gado de Uberaba (Fazenda Modelo) criada por João Pinheiro
- 1910-1913 Declínio das importações de zebu
- 1913 fundado o frigorífico de Barreto - Companhia Frigorífica e Pastoril (ainda sem vagões frigorificados para dar vazão a produção)
- 1913 Primeira viagem de João Martins Borges – navio Princesa Mafalda – pelo Mediterrâneo – volta sem gado porque estoura a guerra
- 1914 Segunda viagem de João Martins Borges com contrato com João Caetano Borges – volta pelo Mediterrâneo, embarcando o gado na Bélgica (Liege) e passando pela França (Marselha)
- 1916 Fundação do Herd Book Caracu - Associação dos Criadores de gado Caracu
- 1916 Lançamento da revista paulista *Lavoura e Criação* "apadrinhada" por Assis Brasil
- 1917 Terceira viagem de João Martins Borges à Índia, agora costeando a África. Ele fica na Índia até maio de 1918, quando da sua morte em Calcutá.
- 1917 Extinta a Fazenda Modelo de Uberaba
- 1917 I Conferência Nacional de Pecuária – Rio de Janeiro
- 1917 2º Congresso de Agricultura e Pecuária do Rio de Janeiro
- 1917 Fundada a Companhia Frigorífica de Santos - com vagões frigorificados - tendo Roberto Simonsen como presidente.

- 1917-1918 Fundados os frigoríficos no Rio Grande do Sul: Wilson, Swift, Armour - de capital norte americano
- 1917-1921 Polêmica no jornal *O Estado de São Paulo* na coluna "Guerra contra o zebu"
- 1918 Herd Book Zebu – Criada pela Associação Herd Book Zebu
- 1919 Decreto inglês (*board trade*) proibindo importação carne congelada em razão da qualidade da nossa carne azebuada -
- 1921 Governo brasileiro proíbe a importação de reprodutores da Índia
- 1922 Exposição Nacional – Centenário da independência política
- 1922 3º Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária - promovido pela SNA e sob os auspícios do MAIC e da Comissão Executiva da Exposição Nacional - Rio de Janeiro.
- 1922 Fundada a Sociedade Pastoril do Triângulo Mineiro (de responsabilidade da firma Cunha, Ratto, Borges e Cia LTDA, supervisionada pela SHBZ– viabiliza as exportações de gado para mercado estrangeiros – EUA e México)
- 1923 Companhia Frigorifica de Santos é comprado pelo Anglo (capital ingles)
- 1930 Exposição pecuária Minas Gerais
- 1934 A Sociedade Herd Book Zebu (SHBZ) passa a intitular-se Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM)
- 1936 II Conferencia Nacional de pecuária
- 1962 Cessa a importação oficial de gado em pé da Índia
- 1967 A SRTM é transformada na atual Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ)

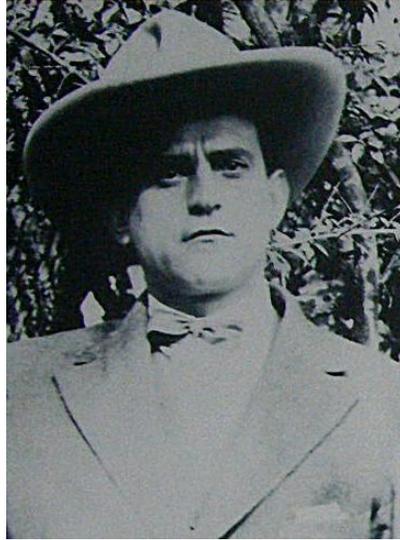
2. FOTOS



À esquerda um dos 4 touros importados pelo pioneiro fluminense de Sapucaia, Manoel Lemgruber em 1878 - Piron. À direita uma matriz, Vitoria, também importada por Lemgruber. Reproduções de fotos feitas por Rodrigo Petterson/Isto é



Zoological garden of London. The Brahmin Bull House Imagem de Augustus Lules Bouvier (1800-67) datada de 1835. Biblioteca da Zoological Society of London. Reprodução feita por Joana Medrado



Acima à esquerda, Téofo de Godoy -pioneiro da importação de zebus para o Triângulo Mineiro. À direita Armel de Miranda, mascate que fez 3 viagens para comprar gado na Índia, destacando-se por separar os animais em raças distinta. Abaixo os principais mascates abordados nessa tese: Wirmondes Martins Borges, João Martins Borges e Otaviano Martins Borges elegantemente trajados na Índia. Reprodução de fotos feitas por Joana Medrado do livro de Maria Antonieta Borges Lopes e Eliane Mendonça Marques de Rezende. *ABCZ: História e Histórias*. São Paulo, Ed. Comdesenho, 2001.



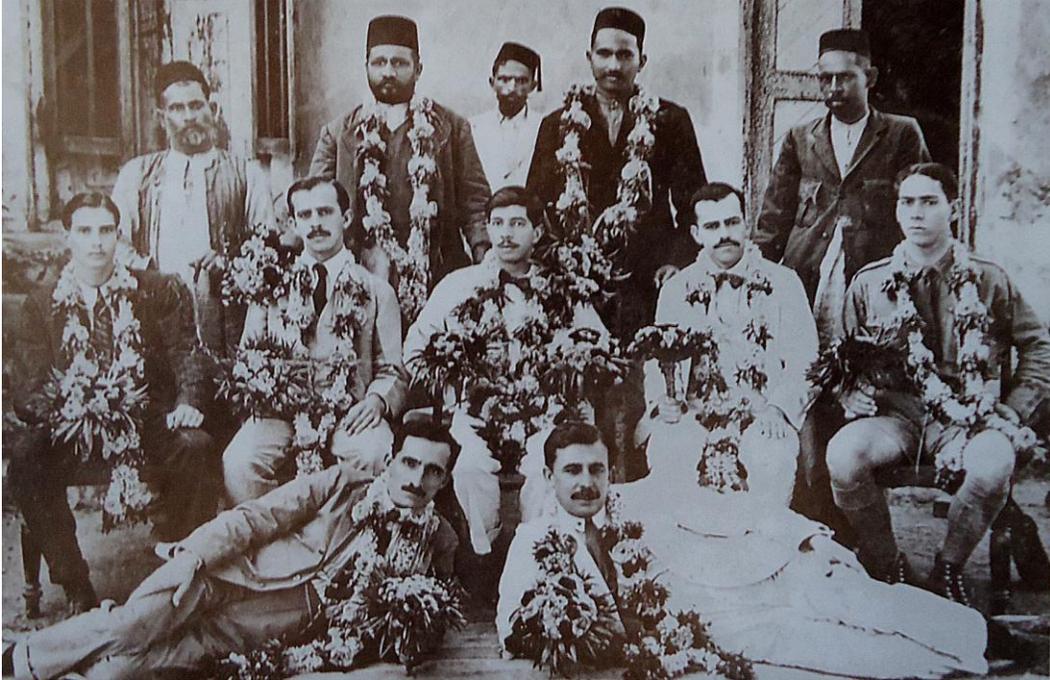
Acima: Wirmondes Martins Borges, à esquerda, e Otaviano Martins Borges - à direita, junto com os tratadores de gado Gir na Índia. Sem data. Abaixo: João Martins Borges, seu irmão Candula, e seu primo Tavico (Otaviano) Reprodução de foto feita por Joana Medrado do livro *ABCZ: História e Histórias*.



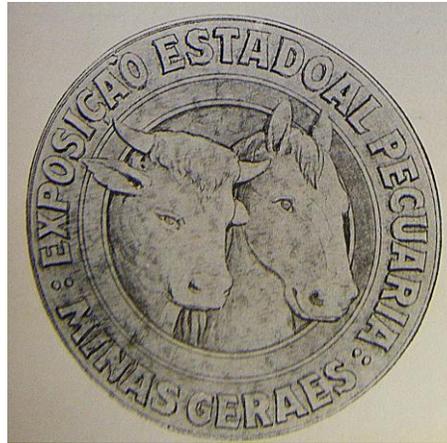
Lote de animais comprados na Índia pelo mascate Ângelo Costa. Reprodução de foto feita por Joana Medrado do livro *ABCZ: História e Histórias*



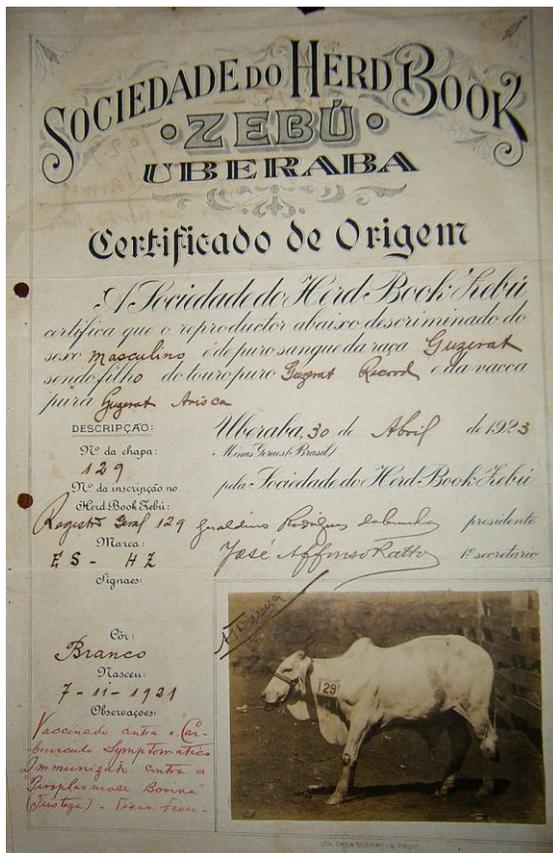
Lote de animais comprado por Armel de Miranda em frente ao Grand Hotel de Ahmedabad em 1917, onde ficavam hospedados os uberabenses que iam negociar gado. Reprodução de foto feita por Joana Medrado da Exposição Permanente do Museu do Zebu em Uberaba, 2010.



Acima imagem "clássica" do grupo de uberabenses na Índia com os tratadores de gado locais, em 1919. abaixo, velório de João Martins Borges na Índia em 1918. Reprodução de foto feita por Joana Medrado do livro *ABCZ: História e Histórias*.



Tipo das medalhas conferida aos expositores da Exposição Estadual de Pecuária de Minas Gerais de 1908. Ata da exposição consultada e digitalizada na Biblioteca Municipal de Belo Horizonte.



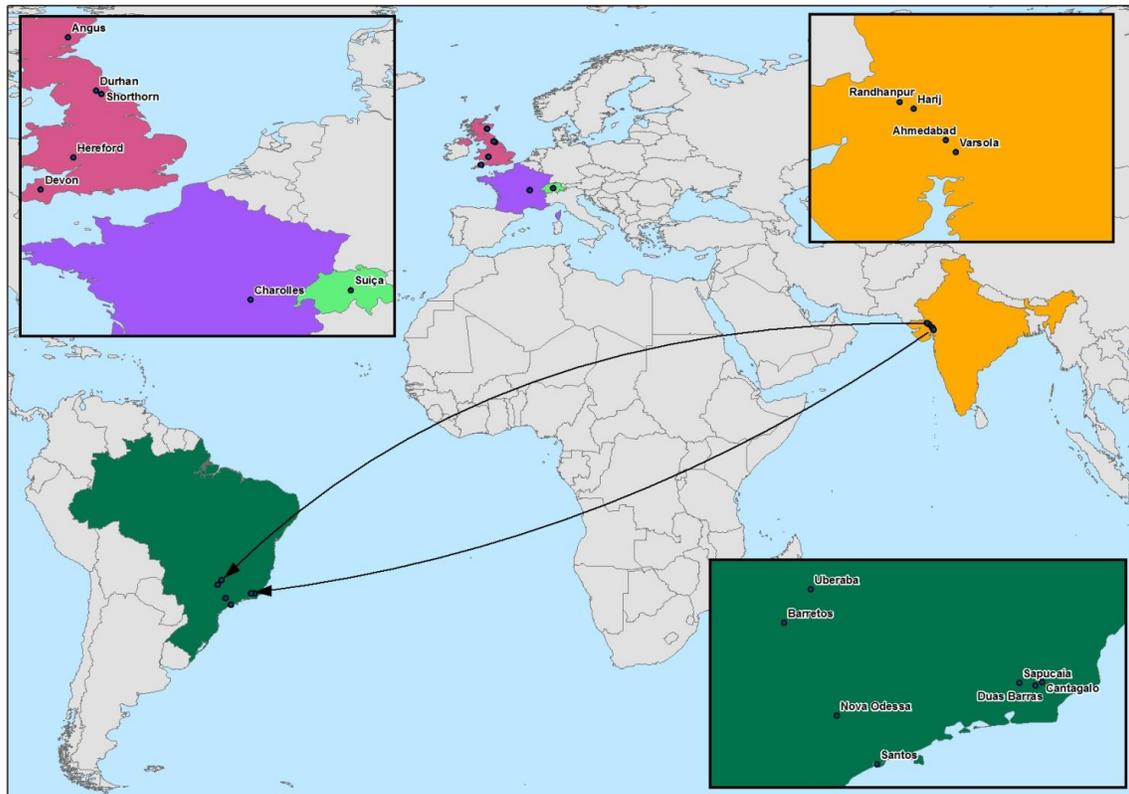
Exemplo de registro Genealógico de animais puro sangue feitos pela Sociedade Herd Book Zebu. Este de 1923. Documento do Arquivo Museu do Zebu digitalizado por Joana Medrado - reprodução permitida apenas para finalidades acadêmicas.



Touro campeão da raça indubrasil sendo marcado pelo presidente Getulio Vargas com o n. 1 em 1938.
Touro pertencente a Cel. João Machado Borges. Reprodução de foto feita por Joana Medrado da Exposição Permanente do Museu do Zebu em Uberaba, 2010.

3. MAPAS

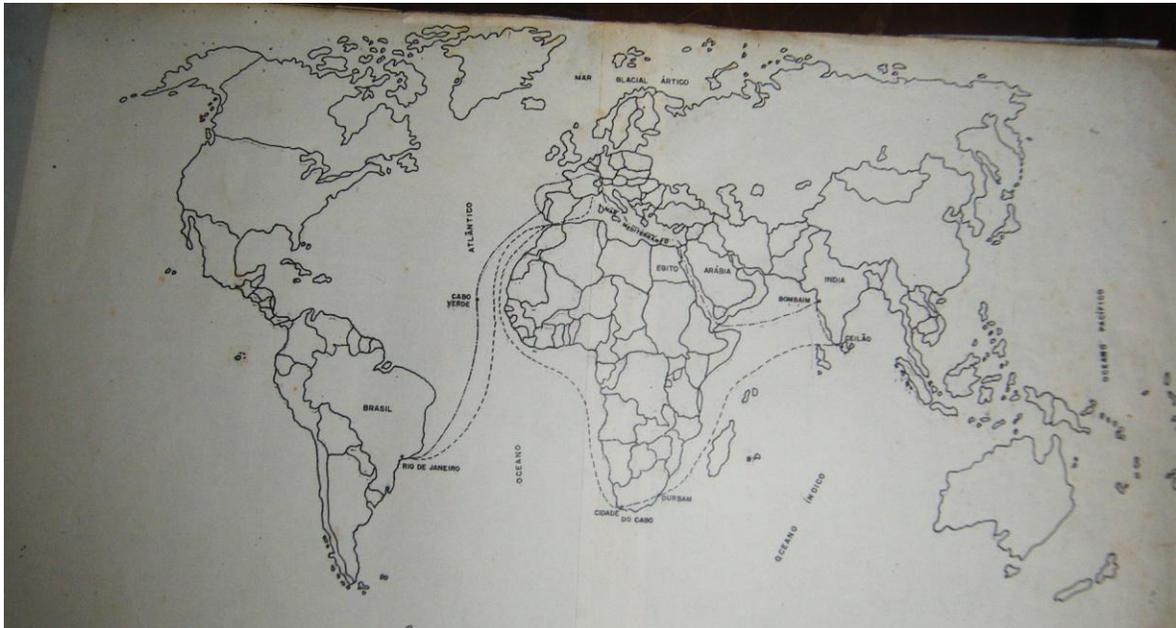
3.1 Principais origens dos touros e matrizes importados para o Brasil (mapa meramente ilustrativo elaborado para a tese)



3.2 Viagens dos importadores de zebu

- Teófilo de Godoy - 1898 - linha cheia

- João Martins Borges - 1914-1919 - linha tracejada



4. GUIA DE FONTES SOBRE PECUÁRIA

- Inclui as referencias consultadas e não consultadas para esta tese

RIO DE JANEIRO

Biblioteca Nacional

- BAILLY, Adolfo (org). Legislação brasileira sobre pecuária e derivados, de 15 de novembro de 1889 a 30 de junho de 1936. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1937.
- ARAGÃO, João Moniz Barreto de. Conferencia Nacional de Pecuária. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1917 (consta também a data: janeiro de 1914)
- RUFFIER, Fernando. "Guerra ao zebu. Um pouco de água fria". Castro-Paraná, 1919.
- ASSIS BRASIL, J. Francisco de. Cultura dos Campos. Noções gerais de agricultura e especiais de alguns cultivos mais urgentes no Brasil. 2a ed. (1a de 1897). Paris, Mounier, Jearbin & co editores – Associação Brasileira para animação da agricultura, 1905.
- TRAVASSOS. Joaquim Carlos. Monografias Agrícolas. Vol. 1 Gado Vaccum. Ezoognozia e aptidões econômicas de cada raça. Rio de Janeiro, 1903,
- COTRIM, Eduardo. "Problemas da Industria Pecuária na República Argentina e estudo comparativo com o Brasil". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1912.
- COTRIM, Eduardo. "Indústria Pecuária – Conferências realizadas na Sociedade Nacional de Agricultura". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1911.
- MIRANDA, Costa. O Comercio Mundial de Carnes Congeladas. Rio de Janeiro, MAIC, serviço de informações, 1927 - sobre a instalação dos frigorificos e o comercio de carne entre 1918 e 1921.
- SOCIEDADE NACIONAL DA AGRICULTURA. "O Rebanho bovino brasileiro e a Exportação de carnes", 1916 (parecer sobre o relatório de Athanassouf sobre maximização do potencial agropecuário brasileiro).
- TRAVASSOS, Joaquim Carlos. "Indústria Pastoral. Conferencia realizada na SNA". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional , 1898.
- SOCIEDADE NACIONAL DA AGRICULTURA. "Inquérito sobre o gado Zebu". Rio de Janeiro, 1907.

- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. "Instruções para a importação de animais reprodutores com auxílio do Governo Federal". Rio de Janeiro, Publicação oficial, Imprensa Nacional, 1909.
- OLIVEIRA, Ernesto Luiz d'. Um Capítulo de Zootecnia. A formação e aperfeiçoamento das raças dos animais. Proferida na Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, sob os auspícios da Sociedade Nacional de Agricultura. Rio de Janeiro, 1909
- AMADEO, Tomas. Estaciones Agronômicas y experimentales. Buenos Aires, 1915.
- ESCALADA, Alberto J. Estado Atual de la ganaderia argentina – baseada em las cifras del censo ganadero de la provincia de Buenos Aires. Alarmante disminucion del stock ganadero. Medidas aconsejadas para su defensa. Valorizacion de la producción ganadera. Urgente necessidade de desarrollar una politica ganadera nacional e internacional com el Brasil, Uruguay e Paraguay. Buenos Aires, 1916.
- MOSES, Artur. Impressões de uma viagem às Repúblicas do Prata. Imprensa Nacional. Conferencia realizada na SNA em 13 de novembro de 1917. Rio de Janeiro, 1918.
- CAVALCANTE, Manoel Paulino. Terceira Exposição Nacional de Gado: ensaios e experiências realizadas no Posto Zootécnico Federal de Pinheiro. Rio de Janeiro, 1920.
- SEIXAS, Danton Jaques de . A prol do melhoramento dos Gados Nacionais. Dissertação sobre as teses no IV, V, XI e XII, propostas pela Sociedade Nacional de Agricultura para serem desenvolvidas na Primeira Conferencia Nacional de Pecuária. Rio de janeiro, 1920.
- COMITÉ ARGENTINO DA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DO RIO DE JANEIRO. A Pecuária na República Argentina. Buenos Aires, publicação oficial, 1922.
- BARROS, Paulo de Moraes. O sul de Mato-Grosso e a Pecuária. São Paulo, Publicação da Sociedade Rural Brasileira, 1922.
- CAVALCANTI, Manuel Paulino. Gado Vaccum. Ezoognozia e aptidões econômicas de cada raça. Rio de Janeiro, Serviço de informação do Ministério de Agricultura, industria e Comercio, 1927

- CAVALCANTI, Manuel Paulino. Raças de Carne. Rio de Janeiro, Serviço de informação do Ministério de Agricultura, indústria e Comércio, 1928.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Diretoria de Indústria Animal. São Paulo, Publicação Oficial, 1929.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA. Memória História da Exposição Pecuária de Minas Gerais. Belo Horizonte, Publicação Oficial, 1930.
- BRASIL – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Diretoria Geral de Estatística. Estimativa do gado existente no Brasil em 1916. Rio de Janeiro, Tip. Da Estatística, 1917
- BRASIL – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Diretoria Geral de Agricultura. 2ª Seção. Relação dos lavradores, criadores, profissionais de Indústrias conexas Inscritos no respectivo Registro de 1909 a 1919. Rio de Janeiro, tip. Vilas Boas, 1920.
- CORREIA FILHO, Virgílio. Mato Grosso. 2. ed [1 edição de 1930). Rio de Janeiro, Coeditora Brasílica, 1939
- PINTO, Licínio. Conferencia Nacional de Pecuária. Texto avulso, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1917.
- Anales de la Sociedad Rural Argentina - Revista Pastoril e Agrícola, 1910-1914.
- Anais da Sociedade Rural Brasileira, 1919-1924

Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

- Teses da I Conferencia Nacional de Pecuária.
 - Programa Geral - Conferencia Nacional de Pecuária – 1917
 - Regulamento - Sociedade Nacional de Agricultura. I Conferencia Nacional de Pecuária. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1917
 - Fernand Ruffier. “Dos meios de melhorar as raças nacionais” Tese n. 12 apresentada na Conferencia Nacional de pecuária, Rio de Janeiro, 1912.
 - "A Balança". Tese n.14.
 - Militino Pinto de Carvalho. "Quais as raças bovinas aconselháveis para corte, leite ou trabalho atendendo as diversas zonas do país? Qual o critério que deve presidir a importação de reprodutores estrangeiros?". Tese n.16

- Theophilo de Azevedo. “Quais as providencias mais eficazes para regularizar o serviço de marcas de animais no Brasil”. Tese n.29
- Henrique Silva. “Quais as forragens que devem ser cultivadas de preferencia?”. Tese n.25.
- Leonidas de Assis Brasil. “Meio de melhorar as raças nacionais - seleção, cruzamento, refinamento e mestiçagem”. Tese n.12
- Alberto Maranhão. “Que medidas serão precias para o barateamento do sal destinado a criação?”. Tese n.30
- Otavio carneiro. “A pecuária na Argentina e no Uruguai e o refinamento da pecuária brasileira”. Tese n.36
- Leopoldo Plaut. “Quais os meios de assegurar, aos produtos e subprodutos da industria pecuária, posição saliente no nosso comercio de exportação?”. Tese n.36A
- Licinio Pinto “Assuntos diversos sobre uma melhor e mais moderna criação, sobretudo sobre cura de doenças”. Tese n.23
- “A pecuária e as queimadas”. Tese n.23
- GUIMARAES, Lamartine Ribeiro. Industria Pastoril. Monopólio de carnes verdes. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898
- TRAVASSOS, Joaquim Carlos. Exposição Zootecnica. Parecer sobre as raças. Charolez-Zebu. São paulo, tip. E papelaria de Vanorden & Cia, 1906.

Academia Brasileira de Letras

- Roberto Simonsen. A Margem da Profissão. Discursos, conferências, publicações. São Paulo, editora Limitada, 1932.
- Roberto Simonsen. Aspectos da política econômica Nacional. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1935.

Gabinete Português de Leitura

- CARVALHO, Ernesto Ferreira de. "Zootecnia - Cartas sobre Zootecnia aplicada ao melhoramento da nossa produção pecuária". Piauí, 1878.

SÃO PAULO

Arquivo Publico do Estado de São Paulo

- Relatórios da Secretaria de Agricultura de São Paulo.

Biblioteca da Faculdade de Medicina Veterinária

- Revista “O Criador Paulista” – 1906-1914
- Arquivo da Faculdade de Medicina Veterinária.

Biblioteca da Escola Superior Agrícola Luis de Queiroz - ESALQ

- NEVES, Antônio da Silva. Primeira Conferência Nacional de Pecuária. Memória apresentada. Origem provável das diversas raças que povoam o território pátrio. Alimentação Racional. Higiene Animal. São Paulo, Secretaria de Agricultura do Estado de São paulo, 1918
- CAVALCANTI, Adolfo Barbalho Uchôa. Curso de Zootecnia geral e especial. São Paulo, Tipografia do Diário Odinal, 1902.
- RUFFIER, Fernand. Manual Prático de criação de gado no Brasil. São Paulo, Empresa editora de "Chácaras e Quintais", 1918.
- ALFERES, Barão do Paty do; WERNECK, Luis Peixoto de Lacerda. Memoria sobre a fundação e custeio de uma fazenda. 3.ed. Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert editores, 1878.
- BOTELHO, Jose Carlos. Indústria Pastoril. Prontuário de noções gerais e especiais de zootecnia. São Paulo, tip. Brasil de Carlos Gerke & Rothschild, 1906.
- DUTRA, MANOEL. II Livro do Criador ou Tratado teórico e prático de zootecnia cntendo todas as regras para a criação racional e econômica do boi, cavalo, burro, jumento, carneiro, cabrito, porco e cão, seguido de um manueal prátílico de veterinária e de um completo formulário de medicamentos novos para a cura radical de todas as enfermidades que afetam os animais; terminando por um excelente tratado de criação de aves de galinheiro, cruzamento de raças, etc, etc. Rio de Janeiro, Livraria do Povo - Quaresma & C., livreiros editores, 1894.

Biblioteca do Instituto de Zootecnia de Nova Odessa

- ANDRADE, Fernando de Sommer. A Raça Bovina Transtagana. Sub-Raça Alentejana. Coleção A Terra e o Homem - 4a seção - A Exploração e a Criação de Animais - Coleção Agrícola dirigida por Henrique de Barros. Lisboa, Livraria Sá Costa, 1952.
- VEIGA, João Soares da. Contribuição para o estudo do gado caracu da fazenda de seleção do gado nacional em Nova Odessa. Modificações morfológicas constatadas em três períodos da evolução do gado. Tese de concurso para preenchimento da cátedra de zootecnia especial e exterior dos animais domésticos da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1939.
- MALDONADO, Mario. Contribuição para o estudo do gado Caracu. São Paulo, Poca e Comp., 1917.
- ATHANASSOF, Nicolau. "Estudo sobre o Gado Caracu – Relatório apresentado a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, 1910.
- EPICARNUS et all. "A Pecuária no Brasil". Artigos de polemica publicados no "Estado de São Paulo". São Paulo, Casa Vanorden, 1910.
- EZEQUIEL, Tagle. La Raza Aberdeen-Angus o Polled Angus. História - Explotacion en el pais. Buenos Aires, 1935
- TORRES, A. Di Paravicini. Contribuição para o estudo do Mocho Nacional. Piracicaba, 1937.
- Revista Lavoura e Criação (São Paulo) – 1916-1919
- Revista da Industria Animal (São Paulo) – 1929-1930
- Pareceres da Diretoria de Industria Animal – 1926-1930

MINAS GERAIS

Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte)

- Fundo Secretaria da Agricultura.
 - Correspondência expedida referente a institutos agrícolas e zootécnicos- 1912 (SA 039)

- Correspondência expedida referentes a pecuária e outros assuntos- 1914 (SA 026)
- Registro diário dos serviços de culturas e criação do IZU – 1897-8 (SA 112)
- Correspondência expedida pelo presidente da comissão responsável pela exposição nacional – 1908 (SA 157)
- Instituto zootécnico de Uberaba – 1894-8 (SA3/1/Cx:01)
- Instituto Agrônômico de Itabira – 1892-8 (SA3/1/Cx:01)
- Correspondência expedida a diretores de institutos agrícolas e outros – 1914 (SA 044)

Biblioteca Estadual Luis de Bessa (Belo Horizonte)

- SILVEIRA, Álvaro A. da. Agricultura e Pecuária. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1919.
- SILVEIRA, Álvaro A. da. Floresta e Pecuária. O corte das matas e a Sociedade Nacional da Agricultura. O zebu julgado pelo bom senso. Belo Horizonte, Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, 1917
- COTRIM, Eduardo. A Pecuária em Minas Gerais. Sociedade Mineira de Agricultura - Conferência realizada no Teatro Municipal, em Belo Horizonte, a 20 de julho de 1918. Belo Horizonte,, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918.
- UBATUBA, Ezequiel. O Sertão e a Pecuária. Papel econômico do gado zebu. Sociedade Nacional de Agricultura - Conferencia realizada na sede social da, a 29 de setembro de 1916 em sessão de Assembleia Geral. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916.
- Secretaria de Agricultura do Estado de Minas. Exposição Pecuária de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1908.

Museu do Zebu – Arquivo e Biblioteca (Uberaba)

- Teofilo de Godoy. "Do Brasil a India". Cópia em xerox. Publicado originalmente no jornal O Araguari, 189-.
- Correspondência ativa e passiva de João Martins Borges
- Diário de viagem de João Martins Borges – 1914-1918.

- Coleção de documentos doados por Wirmondes Martins Borges.
- Gravação transcrita de Wirmondes Martins Borges - 1973.
- Documentos da Sociedade Herd-Book Zebu (1919-1934) – regulamento, registros de animais, lista de sócios e atas de reunião.
- Documentos do Governo da Índia – Department of Commerce and Industry
- Telegramas Brasil-Índia
- Contratos comerciais na Índia – Ahmedabad, Bombaim e Calcutá.
- Artigos do Jornal do Agricultores – 1913-1919 (Uberaba)
- Processo Criminal em que é réu José Caetano Borges (1919)
- Documentos diversos da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro – 1934

Arquivo Público de Uberaba

- Testamento e inventário de Jose Caetano Borges, 1965.
- Processos criminais de roubo de gado – 1902-1930.

Codemphau Conselho Deliberativo Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Uberaba

- Dossiê de tombamento da fazenda da Epamig (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais)

LISBOA

Academia de Ciências de Lisboa

- José Joaquim de Azeredo Coutinho. Discurso sobre o estado atual das Minas do Brazil dividido em quatro capítulos. Lisboa: Imprensa Regia, 1804.
- José Joaquim Lisboa. Descrição curiosa das principais produções, rios e animais do Brazil, principalmente da capitania de Minas Gerais. Lisboa: Imprensa Regia, 1804.

- Francesco Toggia (1752-1825), História e cura das moléstias mais essenciais, internas do boi e análogas as do cavalo. Lisboa, Regia Oficina Tipográfica, 1802.

Biblioteca Nacional

- Memória sobre a qualidade e sobre o emprego dos adubos, ou estrumes de Pierre-Louis de Massac, (1728-1770)
- “Cartas oficiais e particulares, documentos diplomáticos - Offícios diplomáticos de Londres – 26”, 1740.

Arquivo Histórico do Ministério de Obras Públicas, Transporte e Comunicações

- Domingos Vandelli. “Memória sobre a preferência que se deve a Agricultura e quais fábricas agora convêm”.
- "Recenseamento geral de gados". 1870.

Biblioteca do Ministério de Obras Públicas, Transporte e Comunicações

- *Método de se aproveitarem todas as carnes do Gado Vacum nos países, em que só o matão, e esfolão para proveito das pelles.*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- "Plano de criação de uma sociedade patriótica de instrução do Reino nas ciências Naturais".

Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia

- Antônio Máximo Lopes de Carvalho. Agricultores Ilustres de Portugal. Lisboa, Biblioteca do Portugal Agrícola, 1892.
- Manuel Martins Cavaco. A arte de curar bois, 1709.
- Alexandre Dias Ramos. Thesouro de Lavradores, 1737.
- Ignacio Paulino de Moraes Compêndio de Agricultura: resumido de várias memorias e cartas offerecidas à Sociedade de Bath. 1o volume publicado pela Arco do Cego e os demais pela Imprensa Regia

- M. Pantullo, Ensaio sobre o modo de melhorar as terras. Lisboa: Tipografia Calcográfica, Tipoplástica, e Literária do Arco do Cego, 1801
- Jose Miranda do Valle. Influência do Herd Book no aperfeiçoamento das raças bovinas. Conferência realizada em 23 de março de 1908 na Real Associação de Agricultura Portuguesa. Lisboa, Tipografia Mendonça, 1908.

Arquivo Histórico Ultramarino

- "Requerimentos e Memórias do jardim Botânico - 1821-1833".
- Ofício de José Mariano a João Felipe da Fonseca, oficial-mor da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, em 1798.
- Ofício de Frei Mariano ao oficial-mor da secretaria de estado dos Negocios da marinha e do Ultramar, João Felipe da Fonseca, encaminhando 150 exemplares de O Fazendeiro do Brazil melhorado.
- Carta enviada por Bernardo José de Lorena a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Vila Rica, 5 de julho de 1798.

Arquivo do Museu Nacional de História Natural

- *Viagens filosóficas ou dissertações sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar e a Breve instrução sobre o método de recolher e transportar algumas produções , que se achão no sertão e costas do mar.*

Biblioteca Real da Ajuda

- *Breves instruções aos correspondentes da Academia de Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes a História da Natureza, para formar um museu nacional.*

LONDRES

Biblioteca da Zoological Society of London.

- Imagem de Augustus Lules Bouvier (1800-67), datada de 1835.
- “List of the animals wich have been bred in the Gardens of the Society”. Reports Zoological Society of London.

OUTRAS/VARIADAS – referencias sem arquivo ou bibliotecas de origem

- ATHANASSOF, Nicolau. *Os nossos rebanhos e os matadouros frigoríficos*. In: *Brasil Agrícola*. Vol. I, n. 4, abril de 1916.
- AZEVEDO, Joaquim Antônio. Noticiário da associação Brasileira de Aclimação. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Tip. Carioca, 1877. (não achei na BN, como indicava um guia de fontes, ver em outra biblioteca)
- CORREIA FILHO, Virgilio. *A propósito do boi pantaneiro*. Monografias Cuiabanas, 1926
- CORREIA FILHO, Virgilio. Mato Grosso. 2. ed [1 edição de 1930). Rio de Janeiro, Coeditora Brasília, 1939
- CRULUS, S. *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil – 269 paginas, 2 mapas*. São Paulo, Brasiliana - Companhia Editora Nacional, 1947.
- EULALIO, Joaquim. *O rebanho nacional e as perspectivas da guerra. (Um balanço das exigências de consumo dos beligerantes e das disponibilidades dos neutros)*. In: *Jornal do Comércio*, 22 de janeiro de 1916
- FREITAS, H. Blanc de. Alguns aspectos da pecuária brasileira.
- MORAIS RÊGO, Luis Flores. *O Vale do São Francisco. 245 paginas, 4 mapas, 4 perfis*. São Paulo: editora Renascença, 1935.
- MELO, José Rodrigues de. *Temas rurais do Brasil*. Ponta Grossa, EDUEPG, 1997.
- PRADO, Antônio. *O stock bovino e a exportação de carne*. In *Revista do Brazil*, n. 4, ano 1, vol. 1, abril de 1916.
- SAIT-HILAIRE, Augusto. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1975.
- SAIT-HILAIRE, Augusto. *Viagens às nascentes do São Francisco e pela provincia de Goiás*. São Paulo, Brasiliana - Companhia Editora Nacional, 1937.
- SILVA, Capitão Henrique “Industria Pastoral”. In: *O Brasil, suas riquezas naturais e suas industrias. Vol. II, Industria Agricola*. Publicação do Centro Industrial do Brasil, 1908.
- UBATUBA, Ezequiel. *A Pecuária. Conferencia realizada no Teatro Municipal, em Belo Horizonte, em 19 de setembro de 1915 e publicada no Diario Oficial de 22 do mesmo mês*
- UBATUBA, Ezequiel. *Interesses pecuários*. In: *O Paiz*, 4 de março de 1917.
- VILLARES, J. Barisson. *Uma população bovina do Brasil Central*. *Revista Rural Brasileira*, ano XXI, n. 246, fev, 1941.